



Claudia Ferreira de Melo

**MODERNIDADES,
MODERNIZAÇÃO URBANA
E EXPERIÊNCIAS DO TEMPO
EM CASCAVEL/PR
(1968–1978)**

AC
ACERVUS

© Claudia Ferreira de Melo, 2025

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

Os detentores dos direitos autorais são integralmente responsáveis pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo publicado.

Editoração e Capa

Alex Antônio Vanin

Projeto Editorial

Acervus Editora

Imagem da 1ª Capa

Arte criada a partir de fotografia publicada no jornal *Frenteira do Iguaçu*, intitulada *Cidade que se agiganta*, em 4 de março de 1971. Autor não identificado.

Conselho Editorial

Alexandre Saggiorato (UPF)
Athany Gutierrez (UFFS – Passo Fundo)
Cristina Moraes (UDESC)
Diego Ferreto (UNISANTOS)
Eduardo Knack (UFCG)
Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)
Federica Bertagna (Università di Verona – Itália)
Felipe Cittolin Abal (UPF)
Helion Póvoa Neto (UFRJ)
Humberto da Rocha (UFFS – Erechim)
José Francisco Guelfi Campos (UFMG)
João Carlos Tedesco (UFFS – Chapecó)
Marta Chiappe (UdelaR – Uruguai)
Roberto Georg Uebel (ESPM)
Vinícius Borges Fortes (ATITUS)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

M528m Melo, Claudia Ferreira de
Modernidades, modernização urbana e experiências
do tempo em Cascavel/PR (1968-1978) [recurso
eletrônico] / Claudia Ferreira de Melo. – Passo Fundo :
Acervus, 2026.
45 MB ; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5230-070-6.

1. Imprensa. 2. Urbanização. 3. Ditadura - Cascavel
(PR) - 1968-1978. 4. História do Paraná. II. Título.

CDU: 981.62

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo
Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil
Tel.: (54) 99676-9020
acervuseditora@gmail.com
acervuseditora.com.br

CLAUDIA FERREIRA DE MELO

*Modernidades,
modernização urbana
e experiências do
tempo em Cascavel/PR
(1968 – 1978)*



PASSO FUNDO
2025

*Aos meus amores,
Marciel, Miguel e Bianca.*

Agradecimentos

Este trabalho só foi possível por meio do auxílio de várias pessoas e a elas sou eternamente grata. As atividades relacionadas à pesquisa, as demandas profissionais, como professora da Educação Básica, e a vida pessoal tiveram que se acomodar, mesmo que em alguns momentos tal tarefa tenha se mostrado hercúlea.

Sem dúvidas, meus agradecimentos se destinam, primeiramente, à minha família. Os mais próximos se converteram em referências de apoio constante. Por isso, meu esposo, Marciel, nos garantiu o suporte financeiro para que essa pesquisa de Doutorado fosse concluída, enquanto fiquei por alguns meses licenciada de minhas atividades na docência. Meus filhos, Miguel e Bianca, ainda pequenos, tiveram que conviver com minhas ausências e colaborar com o silêncio para que a sistematização de minhas reflexões pudessem tomar corpo.

A orientação competente e atenta da professora Dra. Méri Frostcher foi fundamentais para que esse sonho pudesse se concretizar. As sessões de orientação foram importantes suportes, onde a professora Méri demonstrou toda a sua humanidade e sensibilidade ao tratar das questões acadêmicas, mas também pessoais.

Devo expressar minha gratidão também aos pesquisadores componentes da banca de Qualificação dessa tese. Os professores Dr. Reinaldo Lohn, Dr. Márcio Both e ao Dr. Marcos Stein tiveram papel essencial, pois por meio de prestimosas indicações de leitura, importantes caminhos foram apontados para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Sou grata, ainda, à minha mãe Maria Inês, que muitas vezes se desdobrou em brincadeiras e cuidados com meus filhos para que eu pudesse, enfim, estudar. À minha irmã, Marina, agradeço pelo incentivo, pela confiança e pela revisão ortográfica e gramatical desse trabalho.

Sumário

Introdução	11
1. Cascavel e “a tão sonhada modernidade”	29
1.1. Imprensa local, seus agentes e suas inscrições no/do tempo	34
1.2. Ressonâncias do urbanismo dito progressista nos periódicos locais	39
1.3. As marcas da modernidade	54
1.4. Modernização via integração nacional	73
1.5. A modernidade incômoda, o corpo intacto e as provas do fim do mundo	87
2. Pensando o futuro	105
2.1. As ordens do tempo e a futuridade segundo os jornais locais	111
2.2. Miradas de futuro e o tempo fora do tempo	121
2.3. Planos Diretores: a cidade planejada e a cidade vivida	136
2.4. Gustavo Gama Monteiro e o Plano Diretor de 1968	140
2.5. Lerner, o planejador de cidades e o Plano Diretor de 1978	149
3. Os urdidores de passado	157
3.1. O passado dos estabelecidos	162
3.2. O Museu Histórico Celso Formigheri Sperança e a patrimonialização de um passado	180
3.3. Entre hinos e imagens: a mística do “pioneirismo”	195

4. Inscrever, esquecer: os jornais locais entre ditos e não ditos	203
4.1. O caso da favela como um lugar fora das ideias	207
4.2. “Um problema social a curto prazo” e a lógica do presentismo	220
4.3. Processo de desfavelamento e de silenciamento	228
4.4 A “Praça do Migrante” e a monumentalização de um passado	234
5. Considerações finais	247
6. Referências	255

Introdução



Do Bonsai ao Monte Olympus

Construtora provida de DNA cascavelense salta de patamar ao mirar o topo com lançamento disruptivo, capaz de “flutuar” cubo de jardins suspensos sustentado em pilar de 60 metros.

A incrível capacidade do mercado imobiliário transformar regiões da cidade outra vez se faz notar na quadra que por muitos anos sediou uma das empresas pioneiras de Cascavel, o moinho Badotti. A quadra inteira e seus entornos diziam muito sobre a Cascavel de décadas atrás, até que chegaram os visionários do mercado imobiliário em parceria com os proprietários da área para transformar completamente o local, com notáveis reflexos em toda a vizinhança. (...)

CARTÃO POSTAL

O pilar redondo do Olympus, que remete para o famoso Partenon grego, terá 60 metros de extensão. Pouco? Muito? As colunas do Partenon têm 10,4 metros de altura. Ou seja, tanto o cubo com quatro salas de pavimento completo (637 metros quadrados cada) e seu sustentáculo, o pilar gigantesco, estabelecem um novo point de visitação na cidade, com apelo visual para incorporar-se aos cartões postais de Cascavel, ao lado de maravilhas da engenharia local como as torres gêmeas do Central Park. (PITOCO, 26 de julho de 2024 – Ano XXVII – nº 2452).

Paulo Pimentel reafirma: Cascavel capital do Oeste

(...) Dessa forma, até mesmo o Governador Paulo Pimentel, em sua visita a nós, reafirmou sua esperança nos grandiosos destinos de nossa terra e de sua esperança, é que estão imbuídos os bons cascavelenses que desejam mesmo ver Cascavel em seu lugar de destaque, como a maior cidade do Oeste Paranaense, por merecimento a Capital desse mesmo Oeste, que desde os primórdios de sua colonização foi habitado por homens de fibra, de raça, decididos a fazer raiar neste rincão uma nova aurora de trabalho e progresso... E, hoje, aqui estão os frutos de tantos e tantos sacrifícios de nossos bravos pioneiros. Cascavel não pode parar... e para isso, nossos homens deverão dar a ela a sua continuidade... (DIÁRIO D'OESTE, 21 de julho de 1968 – Ano III – nº 413).

A primeira epígrafe acima faz parte de uma reportagem publicada em primeira página, na edição do mês de julho de 2024 do jornal Pitoco, tabloide de circulação regional, que tratava do lançamento de mais um empreendimento imobiliário na cidade de Cascavel, região Oeste do Paraná. Vários são

os momentos em que o texto faz diferentes usos do passado. O próprio nome do edifício “Olympus”, a comparação com o Partenon, além da concepção arquitetural, propagandeada pela matéria, remetem às histórias e às memórias comumente atribuídas à antiga civilização grega. Seguindo essa mesma lógica, seriam os jardins suspensos em um cubo “capaz de flutuar”, uma releitura dos Jardins Suspensos da Babilônia em Cascavel, em pleno século XXI?

Assim, o edifício “Olympus” estava sendo projetado para se tornar mais um “point de visitação na cidade” e uma aquisição, quase que obrigatória, para “quem quer estar no topo”. O lançamento foi considerado “disruptivo” e os empresários “visionários”, responsáveis por transformar uma importante área central da cidade. A citação das “torres gêmeas do Central Park” faz alusão a uma outra obra de engenharia local com dois prédios comerciais construídos de forma gemelar, o Shopping Central Park. Portanto, não há como negar a influência de dois dos ícones da visualidade urbana norte americana, as Torres Gêmeas e o Central Park, nas obras cascavelenses. Por isso, podemos afirmar que mais do que simples denominações, tais referências fazem parte de um determinado *discurso-imagem* (ALBUQUERQUE JUNIOR: 2011) difundido pelo periódico em questão.

Vejamos que nesse trecho, para além da apresentação de mais um produto do mercado imobiliário, há um conjunto de representações imagético-discursivas que apontavam para a afirmação da notoriedade do “desenvolvimento” da cidade. Há uma espécie de jogo temporal, no qual prevalece a ideia de que Cascavel estaria superando as construções do passado. Assim, os pilares do “Olympus” cascavelense seriam maiores, e leia-se, pretensiosamente, melhores, do que as colunas erigidas pelos antigos gregos!

A cidade foi apresentada como uma espécie de ícone da “modernidade” e do “progresso” dentro dos padrões capitalistas de desenvolvimento, e nesse sentido, não existiriam atavismos ou contradições, pois “a incrível capacidade do mercado imobiliário”, traduzir-se-ia em uma prova inegável do notável “progresso” material cascavelense.

Embora esse conjunto de representações positivadas acerca da situação da cidade e seu suposto “progresso” material remeta ao nosso tempo presente, podemos perceber certa convergência discursiva em relação a outra narrativa jornalística que trazemos como segunda epígrafe. Trata-se de um discurso

elaborado no final da década de 1960 e que traz uma série de elementos para pensarmos nas relações entre história, memória e imprensa.

A matéria foi publicada no jornal *Diário d'Oeste*, no mês de julho de 1968, e nela podemos acompanhar o noticiamento da visita do Governador do Estado na época, Paulo Pimentel. O trecho manifesta um discurso de caráter comemorativo e sua narrativa projeta-se para o passado da cidade sob a esteira de temáticas que, comumente, faziam parte dos repertórios constituintes das memórias públicas colocadas em circulação pela imprensa local.

Vejamos que o texto faz uma prescrição em torno dos sujeitos que seriam responsáveis pelo “progresso” local. Nessa perspectiva, a cidade havia passado por um processo de “colonização”¹, empreendido por “homens de fibra, de raça”, que teriam, supostamente, atuado de maneira providencial fazendo surgir “uma nova aurora de trabalho e progresso”.

Nesse caminho reflexivo, consideramos que a partir de um processo de mediação de sentidos e de significações, a narrativa em questão, elaborava alguns princípios fundamentais para a conformação de uma escrita da história fora do campo historiográfico. Ao fazer isso, a imprensa local atuava diretamente no estabelecimento de determinados grupos de poder na cidade, já que os herdeiros dos “nossos bravos pioneiros”, “os bons cascavelenses”, deveriam dar continuidade a grande obra “pioneira”, conduzindo a cidade.

Com essas epígrafes gostaríamos de chamar atenção para as complexas maneiras pelas quais operam os órgãos de imprensa local no processo de construção de *acontecimentos* (BARBOSA: 2004) e na inserção de seus conteúdos na esfera pública. Dentre um conjunto infindável de possibilidades de eventos a serem publicizados, a imprensa seleciona aquilo que considera noticiável, representando fenômenos cotidianos por meio da narrativa jornalística. Para isso, é fundamental que os jornais engendrem, por meio de sua texturologia, formas específicas de articulação das dimensões temporais presente, passado e futuro.

¹ Nas fontes analisadas em nossa pesquisa, a “colonização” seria uma espécie de marco temporal que definiria a gênese da cidade, a sua origem. Tal conceituação atribui aos migrantes de descendência europeia, majoritariamente, descendentes de italianos e alemães, que chegaram às terras que posteriormente foram chamadas de Cascavel entre as décadas de 1930 e 1940, o papel de “pioneiros”. Essas narrativas fazem parte daquilo que podemos considerar como *memórias públicas hegemônicas* (LANGARO: 2012), já que silenciavam a presença milenar de populações indígenas na região e também promovem o esquecimento da atuação de outras frentes migratórias.

Nesta tese, consideramos as narrativas jornalísticas como lugares de produção de sentido sobre o tempo. Em outras palavras, partimos do pressuposto fundamental de que a imprensa atua como um importante mediador cultural, empreendendo a formulação de *acontecimentos*, que passam a ser monumentalizados, produzindo temporalidades próprias e tornando-se importantes referências de memória pública.

Por isso, a urdidura de interessantes relações temporais pode ser destacada na notícia que trata da visita do governador. O texto acabou por empreender uma espécie de clivagem entre aquele presente – do final da década de 1960 – e o passado dos “pioneiros”. Também é necessário ressaltar a presença de um manejo da temporalidade futura, já que a obra de “progresso”, iniciada pelos “pioneiros”, deveria ser continuada por “nossos homens”, ideia constituída a partir de uma narrativa de prospecção.

Esta tese tem como principal objetivo investigar como os jornais *Diário d'Oeste*, *Frenteira do Iguaçu* e *O Paraná* articulavam, por meio de suas narrativas, as dimensões temporais presente, passado e futuro, em um contexto de intensificação da urbanização em Cascavel. Por isso, nossas análises focaram a cidade de Cascavel, entre 1968 e 1978, devido à elaboração e implementação de dois documentos oficiais do planejamento urbanístico da cidade: os Planos Diretores de 1968 e 1978, respectivamente.

O recorte temporal estabelecido para a pesquisa, trouxe algumas questões a serem previamente esclarecidas². Em primeiro lugar, os três jornais que compõem o conjunto de fontes aqui inquiridas nem sempre funcionaram de forma simultânea. O jornal *Diário d'Oeste* teve seu funcionamento entre 1962 a 1970, portanto, apenas dois anos de sua existência estão circunscritos à temporalidade de nossa investigação. O *Frenteira do Iguaçu* esteve na ativa entre 1971 e 1981, por isso nos detemos a analisá-lo ao longo de sete anos, e *O Paraná* começou a ser editado em 1976 e ainda está em atividade. Quanto à perio-

² Os jornais analisados encontram-se na Biblioteca Pública Municipal Sandálio dos Santos, portanto, seu acervo de periódicos é físico, organizado por título da empresa de comunicação responsável pela edição/publicação e, encadernados por mês e ano. O acesso à hemeroteca ocorreu durante alguns meses do ano de 2022, de forma frequente, o que colaborou para facilitar certa aproximação com os funcionários e até o manuseio dos materiais. Quando criada no ano de 1964 era denominada Biblioteca Pública Municipal, porém teve seu nome alterado em homenagem a Sandálio dos Santos, considerado um dos “pioneiros” de Cascavel. Está desde 1993 no prédio que já abrigou a Prefeitura Municipal e foi projetado pelo arquiteto Nilson Vieira Gomes. (Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/>. Acesso em: 26/02/2023).

dicidade, podemos destacar que apenas o jornal *O Paraná*, teve publicações diárias desde sua criação.

Portanto, a fonte principal de nossas reflexões é a imprensa local e a sua atuação na construção de um *discurso-imagem* (ALBUQUERQUE JUNIOR: 2011) de “progresso” que relacionava intensamente categorias específicas de temporalização, sendo que as ações de planejamento urbanístico e o próprio processo de urbanização da cidade, contaram com os jornais locais como importantes meios de difusão de um imaginário urbano de *modernidade*³, recurso fundamental para que certos discursos e imagens de cidade *moderna* pudessem ser materializados no espaço citadino.

Entendemos *modernidade* como uma forma de qualificação do tempo, na qual as relações sociais, culturais, políticas e econômicas passam a ser significadas como novas em oposição às formas de organização anteriores. Já o conceito de *modernização* está sendo considerado como um processo de implementação dos preceitos de *modernidade*. Os dois termos são dotados de plasticidade e dependem de contextos específicos de utilização, por isso discutiremos como os jornais que analisamos engendravam essas duas categorias basilares, para a estruturação dos discursos de “progresso”.

Ao analisarmos parte da produção de narrativas jornalísticas nos periódicos *Diário d'Oeste*, *Frenteira do Iguaçu* e *O Paraná*, entre os anos de 1968 e 1978, partimos do pressuposto de que um considerável número de documentos, produzidos pelos jornais impressos da cidade, buscavam significar e inscrever, na cena pública, determinadas representações acerca do processo de modernização urbana ocorrida naquele contexto.

Em uma época marcada por intensas mudanças⁴, Cascavel tinha uma singularidade a incidir sobre a implementação de projetos de modernização urbana⁵, qual seja: como equalizar as identidades de uma cidade dependente,

³ No primeiro capítulo dessa Tese analisaremos as representações de *modernidade* e de *modernização* comumente difundidas pelos jornais analisados.

⁴ Segundo as pesquisas desenvolvidas pelo historiador brasileiro, Robson Laverdi, ao analisar alguns dados divulgados em um relatório de crescimento populacional de 1979 do IBGE, o Oeste do Paraná foi uma das principais áreas de atração populacional entre as décadas de 1960 e 1970, no país. Para o autor, a modernização agrícola e a sua expansão teriam provocado grandes alterações nas relações sociais, culturais e de trabalho, pois “os colonos foram arrancados do campo e tiveram suas vidas profundamente modificadas e refeitas no espaço urbano”. (LAVERDI: 2005, p. 62)

⁵ Em sua dissertação de Mestrado, o historiador Maicon Mariano, destacou que durante a década de 1970 a

economicamente, das atividades agrícolas e marcada por práticas sociais eminentemente rurais, aos padrões nacionais ou internacionais de modernização, nos quais, mormente, o rural era associado ao atraso, ao ultrapassado? Como criar um cenário de *modernidade* em uma cidade do interior do Estado do Paraná? Ou mesmo, como transformar as práticas cotidianas, dos habitantes da cidade, inserindo-os em um novo imaginário coletivo, urbano e *moderno*?

Uma das formas de se resolver essa questão, que se constituía como primordial no processo de definição dos grupos de poder local e para a implementação de um projeto de *modernização conservadora* (PIRES & RAMOS, 2009), foi a sistematização e difusão de determinadas versões sobre o passado local. Por um lado, ocorreu a formulação e o agenciamento das *memórias públicas hegemônicas* (LANGARO: 2012) por vários meios, dentre eles os jornais locais, e, por outro, a inscrição de uma história homogênea, tributária de uma concepção de tempo linear e evolutiva, que também contou com a imprensa local para a sua propagação.

Nesse sentido, o “tempo dos pioneiros”, com a prevalência de seus modos de vida e práticas sociais marcadas pelo rural, representavam um tempo a ser transposto em nome da “modernidade” e do “progresso”. Porém, aquela temporalidade ultrapassada não era vista, necessariamente, de maneira pejorativa, ao contrário, ela servia de sustentáculo discursivo e representacional para o rearranjo das relações de poder na cidade. Ora, após alguns anos da efetiva ocupação da região pelos indivíduos denominados “pioneiros”, as disputas pelos recursos materiais e simbólicos disponíveis na cidade já tinham se desenvolvido a ponto de haver grupos de poder bem consolidados.

Em geral, entre os anos de 1968 e 1978, os indivíduos que descendiam de algumas famílias consideradas “pioneiras” formavam uma elite econômica e política, ligada às atividades agrícolas que estavam passando por um processo de modernização. Todavia, também nesse período, outras atividades econômicas como o comércio, a prestação de serviços e, principalmente, a produção agroindustrial, estavam ganhando importância. Por isso, não era mais o mundo rural do “pioneiro”, com suas práticas agrícolas consideradas

população urbana ultrapassou a população rural em Cascavel e, conforme publicação do jornal *O Paraná* de 01/09/1976, havia naquele ano, setenta pedidos de abertura de novos loteamentos na Prefeitura, indicando a intensidade do processo de urbanização (MARIANO: 2012, p. 23).

arcaicas, que caracterizava a cidade naqueles anos do final das décadas de 1960 e 1970. Esse tempo teria sido suplantado pela onda de “progresso” que atingia também a agricultura⁶. Por isso, é lícito dizer que por meio da tecnificação, da mecanização agrícola, do êxodo rural e da concentração fundiária, as próprias relações entre espaço urbano e o espaço rural se alteraram profundamente naquele contexto.

Na utilização mais comum que a imprensa local fazia do passado, a cidade era representada como tributária de um passado grandioso, no qual os heróis locais, os “pioneiros”, seriam responsáveis pelo intenso “progresso” e pujança econômica de Cascavel. Certos de que esse *discurso imagem* (ALBUQUERQUE JUNIOR: 2011) ainda possui grande poder representacional e que, portanto, atravessa o tempo, permanecendo como um importante referencial de memória pública, o “progresso” passou a ser considerado uma espécie de “evolução natural” ao qual a cidade não cessa de estar predestinada. Lembremos que na matéria que anuncia a construção do edifício *Olympus*, Cascavel supera, ultrapassa, as grandes obras das sociedades progressas.

Por isso, acreditamos poder circunscrever essa pesquisa no campo das investigações da *História do Tempo Presente* (FERREIRA: 2002), (LOHN: 2011), (MOTTA: 2012), já que nos propomos a buscar a construção de certa inteligibilidade acerca de um conjunto de *acontecimentos* do passado recente de nossa cidade que ainda estão presentes na contemporaneidade, marcando a configuração da fisionomia urbana, mas também as suas contíguas representações e utilizações diversas do passado.

Essa pesquisa iniciou a partir de uma profunda inquietação diante de uma recente intervenção urbanística realizada em um dos *lugares de memória* (NORA: 1993) da cidade. Durante a atual onda de conservadorismo político no país, quando ascenderam ao poder grupos de extrema direita, a “Praça do Migrante”⁷ em Cascavel, composta por um monumento denominado *Monumento ao Migrante* teve as suas rampas, originalmente de concreto, pintadas

⁶ Nos jornais analisados, podemos perceber uma quantidade considerável de campanhas publicitárias que propagandeavam a utilização de máquinas e implementos agrícolas, fertilizantes químicos, podendo nos indicar parte das representações envolvidas no processo de modernização da agricultura cascavelense.

⁷ Apresentaremos uma discussão mais atenta à praça no Capítulo IV - Inscrever, esquecer: os jornais entre ditos e não ditos - dessa tese, pois acreditamos se tratar de um lugar onde interessantes formas de lembrar foram elaboradas e difundidas.

com as cores da bandeira nacional⁸. A intervenção fora realizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a sua inauguração foi publicada pela imprensa local no mês de agosto de 2017. Trata-se de uma manifestação pública de apoio a todo o processo que envolveu o impeachment da presidente Dilma Rousseff, concluído por meio de votação do Senado em agosto de 2016, portanto uma espécie de ato comemorativo que representou uma descaracterização das concepções originais do projeto, embasadas nos preceitos estéticos da Arquitetura Moderna.



Figura 1: Monumento ao Migrante e Praça do “Migrante”.

Além dessa praça e do monumento, facilmente distinguíveis na paisagem urbana, outras obras construídas nas décadas de 1960 e 1970 foram inspiradas nas mesmas concepções arquitetônicas modernistas, num projeto de constitui-

⁸ Disponível em: <https://catve.com/noticia/6/190576/#:~:text=Rampas%20de%20concreto%20foram%20pintadas%20de%20azul%2C%20amarelo%20e%20verde&text=Quem%20passou%20pela%20Pra%C3%A7a%20do,a%20bandeira%20brasileira%20foi%20pintada>. Acesso em 21/02/2025.

ção de um cenário de *modernidade* para a cidade. Então, como problemática inicial de nossa pesquisa, passamos a nos questionar sobre quais os possíveis significados de se conceber obras públicas e privadas, como a Catedral Nossa Senhora Aparecida, a Prefeitura Municipal, a Câmara de Vereadores, entre outras, vinculadas aos padrões estilísticos da Arquitetura Moderna.

Ao buscarmos como fonte de pesquisa os jornais locais, imaginando encontrar as respostas que elucidassem as inquietações inicialmente formuladas, nos deparamos com outras possibilidades de investigação. Aos poucos, a imprensa local foi se revelando como importante agente da difusão de noções peculiares de *modernidade*, *modernização* e *urbanização*, assim como grande produtora de temporalidades. O enredamento e a significação das experiências temporais foram práticas frequentemente presentes nas narrativas jornalísticas, demonstrando a potencialidade de tais fontes para a escrita da história.

A pesquisa evidencia como o tempo era manejado como um importante recurso simbólico para a sustentação das narrativas jornalísticas sobre Cascavel. Os jornais locais, frequentemente, constituíam um conjunto de imagens positivadas sobre a cidade, classificando-a como uma “metrópole”, local que supostamente vivenciava um processo de “desenvolvimento” ascensional e de um “progresso” vertiginoso. Para que tais representações pudessem ganhar inteligibilidade, elas eram assentadas em determinadas versões do passado local, além de constituírem um tipo específico de crença no futuro, como uma evolução direta de um presente ditoso. Entretanto, isso não quer dizer que sob tais elaborações não incidiram contradições e dissidências.

Com isso em mente, estabelecemos como critério de seleção do *corpus* documental⁹ dessa pesquisa, de um lado, matérias e notícias que tratassem da reforma, inauguração, execução e acompanhamento de obras públicas ou entrevistas e reportagens sobre o planejamento urbanístico, buscando perلustrar as suas concepções de *modernidade*, *modernização* e *urbanização*. De outro, procuramos identificar nos jornais narrativas que mobilizavam diferentes formas de articulação do tempo. As edições publicadas na data de comemoração do aniversário de emancipação política da cidade, foram particularmente im-

⁹ Entre os anos de 2022 e 2023 produzimos 682 fotografias dos jornais analisados e selecionamos cerca 160 fontes, dentre elas: matérias, notícias, reportagens, entrevistas e anúncios publicitários, publicados nos periódicos *Diário D'Oeste*, *Fronteira do Iguaçu* e *O Paraná*.

portantes nesse quesito, pois elas eram compostas por sínteses “da” história local, demonstrando a dimensão narrativa e mnésica dos jornais locais nos processos de representação do tempo, já que a tessitura narrativa difundida não se limitava à temporalidade transata. As dimensões temporais, presente, passado e futuro, eram constantemente articuladas pelos periódicos analisados, bem como apresentados alguns *acontecimentos* que destoavam do processo de temporalização hegemônico.

A difusão dos ideais de *modernidade*, que supostamente se efetivariam via *modernização* das avenidas ou pela verticalização das construções públicas e privadas ou mesmo pelo recrudescimento do comércio na região central, por exemplo, fazem parte de um *imaginário urbano* constituinte de uma espécie de *projeto civilizador*¹⁰ (ELIAS, 1994) da cidade. Obviamente, que tais ideais não foram incorporados de maneira passiva pela população, mas tornaram-se elementos essenciais para a configuração de modelos de gestão pública, como recurso fomentador de elaborações discursivas e para a própria definição de poder de grupos econômica e politicamente dominantes em Cascavel.

A partir do exposto, lançamos, como hipótese, a formulação de que a imprensa local atuou como uma espécie de instrumento pedagógico destinado, especialmente, às classes médias e altas de Cascavel, principais consumidores dos jornais impressos na época. As narrativas veiculadas nas mais variadas matérias e reportagens ou mesmo em anúncios publicitários que compunham as edições dos periódicos locais, podem ser entendidos como parte de um *projeto civilizador/modernizador*¹¹ que tinha como eixo articulador a intervenção no tempo e com o tempo, produzindo formas de ordenamento das experiências temporais.

¹⁰ Embora tenha caminhado por temporalidades muito mais recuadas do que as de nossa pesquisa, o sociólogo alemão, Norbert Elias, em uma obra fundamental para o desenvolvimento de importantes concepções como a sociogênese e a psicogênese dos comportamentos humanos considerados “civilizados”, elaborou o conceito de *processo civilizador*, tratando das substantivas transformações das ações e comportamentos humanos ao longo do tempo. Segundo suas pesquisas, a formação do Estado Moderno, teve papel preponderante na constituição das ideias e definições sobre *civilização* e/ou a ausência de seus caracteres, compondo certo arsenal de elementos distinguíveis. Nesse sentido, lançamos mão dessas categorias de análise, entendendo a sua aplicabilidade ao contexto de nossa pesquisa, já que os periódicos locais eram poderosos agenciadores de imagens e valores que representavam os ideais de “progresso” e “modernidade”, utilizados em muitas situações como marcas distintas daquele contexto de mudanças no cenário urbano de Cascavel.

¹¹ Podemos considerar que, circunscritos ao recorte temporal de nossa pesquisa, houve uma intensa atuação da imprensa local na produção de padrões de consumo, comportamentos e até mesmo na disciplinarização do uso do espaço urbano, questões que discutiremos com mais afinco adiante.

De maneira frequente, as páginas dos jornais eram compostas por matérias jornalísticas que defendiam, por exemplo, os “benefícios do banho diário”¹², enquanto um dos “ingredientes mais importantes para a beleza feminina”. Ou em outra edição, um anúncio publicitário¹³ do Banco Habitasul, com o título “É desde criança que se aprende a ganhar dinheiro”, alertava sobre a necessidade da abertura de uma caderneta de poupança, reforçada pelo argumento de que “logo, logo, pais e filhos poderão receber juros e correção monetária”. Portanto a introdução de novos hábitos de higiene, de novos comportamentos e de novas formas de planejamento financeiro eram atrelados às demandas de um ajustamento aos preceitos da *modernidade*, ou seja, de um ajustamento aos “novos tempos”.

O periodismo local disseminava determinados valores morais e éticos do “mundo moderno”, “desenvolvido” e “urbano”, através de padrões de comportamentos ideais, além disso, profundia o ufanismo e alguns dos princípios envolvidos em um *imaginário coletivo* de integração nacional, que, supostamente, seria conquistado frente ao apoio à Ditadura Civil Militar Brasileira. Tais representações eram tratadas como um conjunto de deveres a serem implementados e articulados pelos grupos de poder da cidade.

Evidentemente, o contexto político nacional incidiu no forjamento de ideais de “progresso”, *modernização* e *urbanização* muito singulares e, é sobre os mecanismos reprodução de tais preceitos, em âmbito local, que tivemos a pretensão de nos debruçar. Os grupos mais influentes, nos processos de condução econômica e política da cidade formulavam, em diversos momentos, por intermédio da imprensa local, seja por meio de discursos textuais ou imagéticos, referenciais de adesão ou vinculação aos ideais da “Revolução de 31 de março de 1964”. A cidade foi pensada, a partir de concepções urbanísticas específicas, marcadas pelo contexto político, social, econômico e cultural daquele período e que foram elaboradas de maneira própria na cidade.

Dentro do recorte temporal ao qual nosso objeto de pesquisa está circunscrito, Cascavel contou, majoritariamente, com prefeitos vinculados ao partido ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Odilon Reinhardt (1964 a 1969) foi

¹² DIÁRIO D’ OESTE. *Banho ajuda na beleza*, 26 de outubro de 1969, p. 4.

¹³ O PARANÁ. É desde criança que se aprende a ganhar dinheiro, 8 de novembro de 1977, p. 15.

eleito pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), Otacílio Mion (1969 a 1973) estava vinculado à ARENA, Pedro Mufatto (1973 a 1977) foi eleito pelo partido MDB (Movimento Democrático Brasileiro), porém, durante o seu mandato, filiou-se à ARENA, alegando a necessidade de busca de recursos estaduais junto ao governador da época, da ARENA (Jaime Canet Junior). Jacy Scanagatta (1977 a 1983) também foi eleito pela ARENA. Dessa forma, podemos falar de um panorama político conservador no qual o Executivo Municipal estava atrelado aos projetos políticos, ideológicos e culturais do governo ditatorial.

Com base na constatação de que o tempo compunha temática recorrente nos periódicos analisados, *Diário d'Oeste*, *Fronteira do Iguaçu* e *O Paraná.*, um dos intuitos da tese é investigar quais os usos do passado e quais ordenações temporais eram urdidas pelas narrativas desses jornais. Obviamente que nos referimos às edições selecionadas e circunscritas ao recorte temporal estabelecido em nossa pesquisa, onde, em geral, o passado da “colonização” seria capaz de fornecer justificativas às ações daquele presente, além de se constituir em substrato simbólico para a elaboração de determinadas noções de futuridade. Ressaltamos, então, que a sistematização e organização de narrativas históricas como versões uníssonas do passado cidadão integrava um conjunto de referenciais de *memória coletiva* (HALBWACHS: 2003), ou seja, um acervo mnésico integrado como *campo de experiências* visando um *horizonte de expectativas* (KOSELLECK, 2006).

Consideramos que a imprensa periódica local difundia um tipo de narrativa histórica e procedia a usos do passado que, em linhas gerais, conferia sentido às mudanças do período. Por isso, o conceito de *operação midiográfica* (SILVA: 2011), elaborado pela historiadora Sônia Maria de Meneses Silva¹⁴, nos parece deveras pertinente a nosso intento investigativo. Tal conceito pode ser entendido como a assunção de que os meios de comunicação seriam capazes de enredar formas de produção de sentidos históricos, ou seja, operam como produtores de narrativas que conferem sentido às categorias e experiências temporais.

¹⁴ Ao analisar o jornal *A Folha de São Paulo* e a construção de diferentes narrativas sobre o Golpe Militar brasileiro de 1964, a autora buscou adentrar às dimensões temporais postas em articulação na produção do discurso jornalístico.

Por isso, as formas de engendramento do tempo, compreendidas pelos jornais em suas narrativas, nos indicaram importantes vias de acesso aos *imaginários urbanos* que fundamentavam projetos para a cidade. A inscrição do passado, ou melhor dizendo, de determinadas versões de passado na cena pública, pode evidenciar o papel fundamental da imprensa local no processo de constituição de narrativas históricas dotadas de grande poder representacional.

Cabe ainda dizer que apesar do simulacro discursivo da objetividade e da imparcialidade, irrefutavelmente, nenhum jornalista escreve sobre tudo o que “realmente aconteceu”, mas sobre rastros, selecionados, organizados e enunciados sob a circunscrição de um campo semântico específico. A sistematização de narrativas em torno de fatos e eventos, bem como sua publicização envolve relações substancialmente complexas de significação e ressignificação.

Portanto, diante de uma infindável quantidade de possibilidades de representação de eventos e de ocorrências, a imprensa pinça o noticiável, o enquadra em referenciais discursivos específicos e o publiciza segundo interesses de mercado, produzindo *acontecimentos*, conforme Silva, “no espaço caótico das ocorrências cotidianas que emergem acontecimentos exemplares selecionados”. A autora ainda afirma que para o “acontecimento ser tomado como emblemático em meio à quase ilimitabilidade de ocorrências são os interesses e as disputas que se estabelecem no cotidiano” (SILVA: 2011).

Em vista disso, estamos analisando o periodismo tendo como referências basilares alguns aspectos que consideramos fundamentais, quais sejam: a condição de constituinte da monumentalidade de episódios, ou seja, na produção de *acontecimentos*, o seu papel de difusor de ideais de *modernidade* e seus contíguos imaginários, mas também na sua função assumida em torno do processo de elaboração e gerenciamento de narrativas históricas.

A fotografia também se constituiu em importante fonte de análise para a nossa pesquisa, já que os jornais locais muitas vezes utilizaram as imagens fotográficas, seja como forma de arregimentar legitimidade ao discurso escrito ou mesmo como uma espécie de prova irrefutável do *acontecimento* representado. Nesse sentido, as contribuições da historiadora Ana Maria Mauad para o campo da pesquisa em fotografia e história se mostram fundamentais para nossas investigações, em especial o conceito de *regimes de visualidade* e as reflexões desenvolvidas em torno da utilização pública da imagem, em sua in-

terface com a imprensa, se tornaram seminais para nossas reflexões (MAUAD: 2005, 2008, 2017).

Em relação às pesquisas historiográficas que se dedicaram a analisar a cidade de Cascavel, temos algumas que se tornaram referências para as nossas reflexões. Sendo assim, os processos migratórios, o aumento da população urbana e alguns projetos urbanísticos, implementados em Cascavel, entre os anos de 1970 e 2000, foram analisadas pelo historiador Maicon Mariano. Sua pesquisa combinou a análise de alguns discursos difundidos pelo jornal *O Paraná*, a *Revista Oeste* e narrativas produzidas por alguns indivíduos que não faziam parte dos grupos de poder local. Além disso, algumas imagens sobre o processo de transformação urbana presentes no acervo do MIS (Museu da Imagem e do Som) foram objeto de sua investigação (MARIANO: 2012).

A constituição de modelos produtivos hegemônicos ligados ao agronegócio em Cascavel foi objeto de análise da pesquisa da historiadora Irene Adamy. O processo de modernização da agricultura, baseado no desenvolvimento de tecnologias voltadas ao mercado da agro-exportação, tendo uma das maiores cooperativas agrícolas da região Oeste do Paraná, a Coopavel (Cooperativa Agroindustrial de Cascavel), foi analisado pela autora. Portanto, sua pesquisa esteve empenhada em perscrutar o papel dessa cooperativa como importante agente no desenvolvimento de relações políticas e econômicas, notadamente desiguais, encampadas por grupos de “frações da classe dominante” na cidade (ADAMY: 2019).

As transformações na paisagem em Cascavel, entre os anos de 1950 a 1980, foram o foco de análise da historiadora Daniele Brocardo. Para isso, a pesquisa que desenvolveu, teve como fontes alguns jornais impressos locais, além de parte do acervo de fotografias digitalizadas do MIS (Museu da Imagem e do Som). Entrevistas também foram realizadas com o intuito de se analisar as narrativas produzidas por trabalhadores rurais e antigos funcionários de madeireiras da cidade no que tange às suas formas de percepção das transformações na paisagem do município (BROCARD: 2020).

Em minha pesquisa de Mestrado, defendida no ano de 2016, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), com o título “Cidade, ensino e memórias públicas em

Cascavel – PR”¹⁵, procurei desenvolver reflexões sobre o ensino de História Local e, para isso, além de entrevistas com professores, analisei algumas obras memorialistas indicadas, pelos entrevistados, como principais fontes de informação para o planejamento de suas aulas sobre a história da cidade.

As representações urbanas e os processos de ordenação da cidade, segundo parâmetros específicos, advindos dos saberes do Urbanismo, começaram a me interessar sobremaneira. Ainda no desenvolvimento da pesquisa de Mestrado me deparei com o processo de reformulação completa de uma área considerável no centro da cidade. Tratava-se da retirada do calçadão da Avenida Brasil, local que frequentemente fora considerado, em meios diversos, como símbolo de “progresso” local. Dessa forma, ficava evidente, para mim, que a fisionomia das urbes é construída em meio a processos complexos, marcados por ritmos cambiantes e muitas vezes contraditórios, quando analisados ao longo do tempo.

Para sermos mais claros, mesmo os lugares e as construções que parecem perenizadas no tecido urbano, podem ser destruídas entre uma gestão municipal e outra. Desse modo, que força seria essa, capaz de garantir que um determinado lugar passasse, em pouco tempo, do status de referencial simbólico citadino, para um local de obsolescência, destinado, portanto à destruição? A imprensa local pode ser entendida como um dos mais importantes agentes desse processo.

A tese foi estruturada em quatro capítulos, tendo como lógica organizacional, as relações temporais empreendidas pelos jornais locais analisados. No **Capítulo I – Aceleração do tempo e a “tão sonhada modernidade”** - discutiremos a imprensa local e a elaboração de sentidos e significações sobre as reformas urbanísticas que estavam sendo implementadas naquele contexto entre os anos de 1968 e 1978. As formas de tratar as mudanças na materialidade da cidade foram, recorrentemente, alicerçadas por meio de manejos temporais no campo discursivo. Por isso, estivemos atentos às dinâmicas de produção de sentidos para as experiências de transitoriedade daquele presente. Em muitos aspectos, o futuro almejado pelas elites políticas urbanas e rurais da cidade es-

¹⁵ A referida dissertação de Mestrado em História, no PPGH da Unioeste, foi desenvolvida sob orientação da professora Dra. Geni Rosa Duarte (MELO, Claudia Ferreira de. Cidade, ensino e memórias públicas em Cascavel – PR. Marechal Cândido Rondon, 2016).

tava em vias efetivação por meio de obras e ações, revestidas pelas justificativas de interesse coletivo que, paradoxalmente, eram associadas ao legado de um passado heroico. Portanto, para a construção de um porvir prodigioso era imperativo aderir às demandas daquele presente de “desenvolvimento e grandes mudanças”, que fora, supostamente, produzido pelos “grandes desbravadores”, os “pioneiros” da cidade.

A partir dessas questões, no **Capítulo II – Projetando o futuro** - nosso ponto focal será apresentar nossas reflexões sobre dois documentos oficiais do planejamento urbano local: o Plano Diretor de 1968 e o Plano Diretor de 1978. Nessas fontes de pesquisa iremos nos dedicar a analisar as perspectivas urbanísticas que embasaram as suas formulações, principalmente, no que tange ao *diagnóstico* urbano, empreendido na época de sua elaboração, e as “soluções” apresentadas pelos planos enquanto projeções de futuridade. Além disso, as ressonâncias de tais documentos na imprensa local também serão examinadas, já que importantes noções prospectivas e imaginários futurísticos ganharam materialidade e visibilidade nesse contexto.

Tais questões foram fundamentais para as reflexões desenvolvidas no **Capítulo III - Os urdidores de passado** – no qual analisamos o processo de estruturação e de sistematização das *memórias públicas hegemônicas*, encontrando nos periódicos locais um mecanismo fundamental de difusão. Chamamos à atenção a função assumida pelos jornais analisados em nossa tese – *Diário d'Oeste, Fronteira do Iguaçu e O Paraná* -, no que tange às formulações organizadoras das experiências temporais vividas naquele contexto. Dizemos isso, pois para a consubstanciação de determinados paradigmas de *modernidade*, via *modernização* no espaço urbano, era fundamental diferenciar, destacar aquele tempo presente, monumentalizando¹⁶ o passado. Todavia, todas as marcas do “desenvolvimento” e do “progresso”, atestadas pelos jornais analisados entre os anos de 1968 e 1978, se configuravam em resultado narrativamente positivado, já que conectado às ações pretéritas dos “heróis” locais.

No quarto e último capítulo - **Inscriver, esquecer: os jornais entre ditos**

¹⁶ Quando utilizamos o termo, *monumentalização*, estamos nos referindo ao processo de estruturação de referenciais de memória coletiva na cidade. Trata-se da concretização e publicização de algumas versões sobre o passado que são formatadas e inseridas em uma espécie de *continuum* temporal, atendendo às demandas e disputas de poder de seus contextos de produção. Assim, tomamos os periódicos locais como documentos capazes de inscrever o passado no presente e, ainda regular o futuro. (LE GOFF: 2008, p. 535 e 536).

e não ditos – analisaremos um conjunto de atribuições de sentido e a própria constituição do *acontecimento jornalístico* em torno de um local estigmatizado da cidade de Cascavel. Trata-se de um conjunto de matérias e entrevistas realizadas sobre a “primeira favela” da cidade. Por isso, podemos considerar que as obras da *modernização* cascavelense não foram implementadas de maneira incólume e nem representavam um tempo de “progresso” material para todos. Nesse processo havia contradições, enfrentamentos e resistências, ou seja, buscaremos compreender como as outras *práticas de espaço* (CERTEAU: 1998) se apresentaram em nossas fontes jornalísticas, destacando uma espécie de distensão entre a *cidade oficial* e a *cidade real* (MARICATO: 2013). Ainda, a Praça do “Migrante” e a escrituração desse *lugar de memória* (NORA: 1993) da cidade nos jornais locais serão analisados como importante indício do processo de silenciamento de grupos sociais que transitavam à parte das narrativas hegemônicas sobre o passado da cidade.

I

Cascavel e “a tão sonhada modernidade”



Neste capítulo iremos apresentar e refletir sobre alguns elementos que consideramos fundamentais para nossa pesquisa historiográfica, que tem a imprensa local como uma de suas principais fontes. Tratar-se-á de matérias, reportagens, anúncios e notícias que compunham uma interessante trama discursiva, através das quais importantes representações e imaginários de *modernidade* foram difundidos em Cascavel. Este é o momento em que pretendemos apresentar alguns conceitos e proposições de ordem teórica e metodológica que atuaram como eixo estruturante de nossas análises.

Para o desenvolvimento da análise, nos aproximamos das reflexões empreendidas pelo arquiteto argentino e historiador urbano Adrián Gorelik, cujas investigações destacaram as intensas relações existentes entre o conceito de *modernidade* e as suas formas de viabilização nas cidades latino-americanas. Em suas palavras:

Debater o moderno na América Latina é debater a cidade: a cidade americana não é apenas o produto mais genuíno da modernidade ocidental, mas também, ademais, é um produto criado como uma máquina para inventar a modernidade, estendê-la e reproduzi-la. Assim foi concebida durante a Colônia, primeiro, para situar os enclaves a partir dos quais produzir o território de modo moderno; nas repúblicas independentes, depois, para imaginar nesses territórios as nações e os Estados à imagem e semelhança da cidade e de sua cidadania; nos processos de desenvolvimento, faz tão pouco tempo, para usá-la como “pólo” a partir do qual se expandir a modernidade, restituindo o contínuo rural-urbano segundo seus parâmetros, isto é, dirigidos para produzir homens social, cultural e politicamente modernos. (GORELIK: 1999, p. 55).

Portanto, segundo essa perspectiva, a *modernidade* foi convertida em substrato semântico e discursivo capaz de impulsionar a elaboração de complexas representações no campo do *imaginário urbano*. Ao longo do tempo, as

idades latino-americanas foram tomadas como objeto central da materialização de determinadas concepções de *modernidade* via *modernização* do espaço citadino. A rigor, os parâmetros que orientavam tudo aquilo que se considerava *moderno*, permitiram a manipulação fisionômica das urbes e, por outro lado, tornou possível o embasamento técnico das transformações planejadas e executadas por meio da urdidura de *utopias urbanas de modernização* (LOHN: 2007, p. 298).

As intenções prospectivas que, frequentemente, fundamentaram as ações urbanísticas e também as formas de manifestá-las por meio do discursivo jornalístico, por exemplo, podem ser percebidas nas formas pelas quais a cidade de Cascavel foi imaginada e construída. Em outras palavras, a adequação às exigências de um futuro, de “progresso” e “desenvolvimento”, alimentava e era alimentada por peculiares representações de *modernidade*.

A compreensão desses pressupostos nos possibilita adentrar às funções dos periódicos como importantes mecanismos de inserção de *acontecimentos* na esfera pública (BARBOSA: 2004), além da atuação na formatação e difusão de referenciais mnemônicos. Em uma relação dinâmica, de constante significação e ressignificação, observamos que algumas memórias tomaram centralidade no processo de representação do passado citadino, mas também angariaram formas de dar sentido àquele presente, sem falar nas formulações prospectivas, nos futuros de *modernidade* imaginados.

Nesse aspecto, trata-se de um devir, pretensamente coletivo, porque assentado em um passado compartilhado publicamente, e exequível apenas pelo viés da efetivação de um modelo específico de *modernidade*. Cabe ressaltar ainda que, em nossas análises, foi fundamental compreender que os parâmetros que envolviam a criação da *Cascavel Moderna*, circulavam por espaços muito mais amplos, nacional e internacionalmente. Por isso, consideramos que o “sistema-mundo” (QUIJANO: 2005), criado pelo capitalismo, além das relações tensas de poder e subalternidade, desigualdade econômica, entre outros, permitiu a criação de uma visão polarizada entre o *moderno* e o *atrasado*. Dentro dessa lógica, as culturas urbanas e a concretização de determinados paradigmas urbanísticos precisavam evidenciar a reprodução dos modelos urbanos hegemônicos, sob risco de se ter uma urbe negativizada como atrasada, ou seja, distante dos ideais da *modernidade*.

Na imprensa local, as diferentes concepções de *modernidade* e de *modernização* via urbanização da cidade de Cascavel atuaram como categorias discursivas seminais, por meio de uma complexa tessitura de elaborações sociais e simbólicas, marcadas por conflitos e interesses que, em última instância, se constituíram em torno do estabelecimento de determinados usos da história, da memória, enquanto conjunto de lições para guiar o presente e, por outro lado, de um substrato semântico para orientar as ações direcionadas ao futuro.

Necessário ressaltar que buscamos dar historicidade aos jornais analisados – *Diário d'Oeste*, *Frenteira do Iguaçu* e *O Paraná* –, já que o contexto de produção desses veículos de imprensa, sua estruturação, circulação e filiação político-ideológica, são vestígios indissociáveis de suas composições discursivas e funções sociais. Igualmente, em nosso intento investigativo, foi possível acessar a própria disposição e contextura dos recursos gráficos disponíveis na época, permitindo um diálogo analítico com parte da história dos meios de comunicação impressos na cidade e na região.

Por conseguinte, os periódicos selecionados para essa pesquisa, além de tomados como “lugar” de produção de elementos de representação e significação do seu próprio tempo, foram considerados eloquentes instrumentos de profusão de determinados sentidos ordenadores das experiências temporais (KOSELLECK: 2006). Nessa mesma direção, uma nota publicada no jornal *Frenteira do Iguaçu*, nos levou à análise de uma matéria sobre Cascavel publicada na Revista *Quatro Rodas*¹⁷, demarcando a projeção da cidade nacionalmente. Portanto, a narrativa jornalística produzia também sentidos espaciais, em repostas locais para as demandas de *modernidade*.

Diante do considerável número de material levantado, estabelecemos critérios para nortear a seleção de matérias e reportagens a partir de eixos temáticos que dialogassem com os intentos investigativos das reflexões desse capítulo, quais sejam: **Reformas Urbanísticas**, por meio do qual analisamos os discursos que acompanharam, referendaram e subsidiaram as transformações do/no espaço urbano por meio de obras públicas; **Representações de modernidade e “progresso”**, por meio das quais avaliamos as elaborações de sentidos para o tempo, entre o presente daquele passado e o *futuro passado*

¹⁷ A Revista Quatro Rodas é uma das revistas mensais da Editora Abril e começou a ser publicada em 1960. (Disponível em: <https://quatrorodas.abril.com.br/> Acesso em: 10/07/2023).

(KOSELLECK: 2006) almejado naquele contexto; **Contradições da cidade vivida**, buscando acessar o que se consideravam problemas urbanos e suas formas de enunciação.

Cabe ainda apontar que o poder dos agentes políticos locais se estruturava, costumeiramente, em sua capacidade de articulação de imagens e de discursos paternalistas ou aglutinadores de determinadas identidades compartilhadas na cena pública. Nesse panorama de múltiplas conceituações, a imprensa local, como portadora de um discurso válido e crível, selecionava eventos noticiáveis e elementos memoráveis, atuando sobre aquele presente, mas também sobre suas contíguas articulações temporais. A pesquisadora Marialva Barbosa, em um elucidativo texto, levanta importantes questões acerca do jornalismo e da memória:

Essa construção dos acontecimentos obedece a parâmetros de natureza ideológica e que remete à questão do poder. Ser senhor da memória e do esquecimento é ser detentor do poder de fixar o presente para um futuro próximo ou distante (...). Essa infinita capacidade geradora é ainda mais emblemática quando se possui o poder de nomeação na sociedade. Legitimando o acontecimento, divulgando-o, caracterizando-o através da linguagem e tornando-o oficial, a mídia tira das zonas de sombra o que precisa ser destacado e impõe uma visão de mundo, que atua outorgando poder. (BARBOSA: 2004, p. 4).

Como já delineado, o recorte temporal da pesquisa compreende parte do governo ditatorial brasileiro, quando valores ufanistas e imagens épicas sobre o país foram produzidas em âmbito nacional. Todavia, tais constructos simbólicos foram apropriados e ressignificados em esfera local. Na imprensa de Cascavel não são raras as menções à construção de um “Brasil-grande”, de um “progresso” ilimitado, de uma modernização positivada, salvo se as intenções estivessem congregadas pelo sentimento de patriotismo, articuladas ao legado dos “pioneiros” laboriosos de Cascavel. Assim, sentidos para o tempo e o espaço local foram produzidos e é por essa viagem no/pelo tempo que convidamos o leitor a nos acompanhar.

1.1. *Imprensa local, seus agentes e suas inscrições no/do tempo*

Os jornais são, muito frequentemente, tidos como portadores “da verdade”. A própria elaboração textual jornalística intenta induzir leitores a tomá-los como resultado da experiência direta de sujeitos narrativos onipresentes e oniscientes, que paradoxalmente, agem em nome da primazia de certa objetividade comunicativa. Em geral, a seleção dos temas e as maneiras de relacioná-los, encadeando sentidos e significações específicas, muitas vezes determinadas pela lógica do mercado editorial ou mesmo pelas filiações políticas dos proprietários dos meios de comunicação, ficam obscurecidas pela concepção de que o discurso jornalístico é imparcial e neutro. Sobretudo, há a interpelação de um estatuto de veracidade incontestável entrementando as gazetas e suas produções.

A pesquisadora Sônia Maria de Meneses Silva chamou a atenção para os modos de se operar com a ideia de verdade pelos meios de comunicação, além de refletir em torno das maneiras utilizadas para se manejar o conceito de verdade (o modo de verificação profético, o modo de verificação *parresíasta* - ligada a um *ethos* específico - e a verificação tecnicista, ligada ao domínio de uma determinada técnica). Segundo a autora, as formas pelas quais os discursos jornalísticos são elaborados transitam entre essas três categorias pertencentes a um *regime de verificação* (MENESES: 2021, p. 63).

Apesar da pretensa neutralidade dos fatos narrados, há que se levar em conta a inegável difusão de uma certa consciência política por meio dos jornais. A imprensa seleciona o que considera noticiável, manipula os recursos materiais e simbólicos disponíveis, e, finalmente, produz uma narrativa, inscrevendo eventos na esfera pública, produzindo mesmo *acontecimentos*. Isto posto, sua atuação é fundamental na produção de eventos memoráveis, fazendo emergir em um conjunto infundável de eventos, aqueles dignos de se tornarem *acontecimentos* (BARBOSA: 2004).

Portanto, tendo em mente que o discurso jornalístico pode cumprir o papel de articulador e sistematizador das experiências temporais, produzindo narrativas envoltas por credibilidade enunciativa, e ainda, constituindo *acontecimentos* pelas atribuições de agente produtor de interpretações sobre o vivido, vamos adentrar a análise das fontes.

O jornal *Diário d'Oeste*,¹⁸ que teve seu funcionamento entre os anos de 1962 a 1970, era de propriedade do médico Wilson Joffre Soares dos Santos e a sua criação esteve ligada às aspirações políticas de seu proprietário, que concorreu ao cargo de prefeito municipal em algumas candidaturas pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), porém, sem sucesso.

O periódico contava com edições semanais e gráfica própria. Era impresso em formato tabloide e sua tiragem era de dois mil exemplares¹⁹. As publicações tinham em média oito páginas, havia reportagens sobre questões internacionais, nacionais e locais e colunas especiais como “O mundo é da mulher”, “Assuntos médicos” e “Ronda na cidade”, nas quais temas ligados a eventos e acontecimentos locais eram publicados. Em alguns números pesquisados, notícias como as intituladas “Chegada do Homem à Lua”, “Empossado Richard M. Nixon – 37º Presidente dos EUA”, assim como anúncios publicitários de consórcios de máquinas de lavar roupas ou de refrigeradores dividiam espaço com assuntos locais, difundindo certas imagens e marcas daquilo que se considerava *modernidade* no período.

Segundo Claudia Jawsnicker (2006), que pesquisou sobre a imprensa em Cascavel, ao longo da existência desse periódico houveram alguns momentos de dificuldades financeiras, pois sua receita dependia exclusivamente dos assinantes e dos anúncios publicitários. Após momentos de crise, firmaram-se parcerias com a Prefeitura Municipal de Cascavel, fazendo com que o *Diário d'Oeste*²⁰ se tornasse o veículo de publicação do Diário Oficial do poder público municipal. Entretanto, após a morte de Joffre, em 1966, novas dificuldades financeiras e as relações tensas entre os editores e a sua família, acabaram levando ao fim de sua publicação no ano de 1970.

O jornal *Frenteira do Iguaçu* foi publicado entre os anos de 1971 a 1981. Sob interesses político-ideológicos bastante específicos, o jornal trazia em seu

¹⁸ Sobre a trajetória dr. Wilson Joffre e a criação de órgãos de imprensa locais ver a pesquisa da jornalista Claudia Jawsnicker. JAWSNICKER, Claudia. *Correio D'Oeste, A Verdade e Diário do Oeste. Jornalismo político-partidário em Cascavel (PR) na década 50*. Revista Pj: Br jornalismo Brasileiro, São Paulo, Ed: 07, 2º semestre de 2006. Disponível em: https://pjbr.eca.usp.br/arquivos/monografia7_c.htm Acesso em: 25/02/2023.

¹⁹ A tiragem de 2000 exemplares compreende apenas a análise do período entre 1968 e 1970, devido ao recorte temporal de nossa pesquisa e o funcionamento do *Diário d'Oeste*.

²⁰ Os exemplares do *Diário d'Oeste* estão disponíveis na Biblioteca Municipal de Cascavel, entretanto, há vários exemplares em duplicidade e algumas edições extraviadas, impondo limites materiais às nossas análises.

título a vinculação ao Movimento de criação do Estado do Iguaçu²¹. Ainda em seu primeiro ano de funcionamento, passou ser órgão oficial do Município de Cascavel. Todavia, sua circulação tinha abrangência regional, como constatou Daniele Brocardo, em sua tese de Doutorado em História:

Inicialmente circulava três vezes por semana, após outubro de 1974 passou a circular diariamente, com novos proprietários, o médico Luiz Carlos de Lima, Jair Antônio Freitas, Pedrinho de Sousa e o jornalista Frederico Leopoldo Sefrin Filho (este já atuava como jornalista desde 1973 no jornal). Era produzido a partir da impressão *off-set*, no formato de tabloide, 28 cm por 38 cm (quando passou a nova administração mudou seu formato para *standard*, cerca de 55 cm, algumas variações), com uma quantidade de cerca 12 páginas. O jornal possuía sucursais em diversos municípios, como: Toledo, Foz do Iguaçu, Pato Branco, entre outros, sendo as prefeituras as suas principais financiadoras. (BROCARDO: 2020, p. 78).

Portanto, a periodicidade das publicações variou ao longo do tempo de atividade do periódico, de três vezes por semana para edições diárias a partir do ano de 1974. Podemos considerar essa mudança na frequência das edições como parte de um processo de *modernização* da imprensa na cidade, já que a produção dos *acontecimentos* jornalísticos passava a refletir um ritmo mais acelerado na difusão de notícias também na região.

Após ser vendido a diferentes grupos empresariais locais e regionais, o jornal *Frenteira do Iguaçu* passou por uma crise financeira, inclusive perdendo a sua função de divulgador do Diário Oficial do município para seu principal concorrente comercial e político, o jornal *O Paraná*. Somam-se aos problemas de ordem financeira, um incêndio da sede do jornal e o assassinato de seu proprietário e jornalista, Antônio Heleno, em 1979.

²¹ O Território Federal do Iguaçu foi criado em 1943, pelo presidente Getúlio Vargas e fazia parte do projeto de nacionalização das regiões do interior, bem como das fronteiras brasileiras. Em Cascavel, no recorte temporal de nossa pesquisa, havia grupos políticos interessados em recriar o Território Federal do Iguaçu, extinto desde 1946. A família Siliprandi, proprietária majoritária do jornal *Frenteira do Iguaçu* representa uma liderança regional de tais posicionamentos políticos. Ver artigo de Sérgio Lopes (2004), intitulado “O Território Federal do Iguaçu e a Marcha para Oeste”.

Durante a existência do governo ditatorial, instaurado a partir de 1964 até 1984, ocorreu a política do bipartidarismo, portanto o ARENA e o MDB, disputavam o cenário político nacional. O jornal *Frenteira do Iguaçu* apresentava maior vinculação política ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido que representava uma suposta oposição ao governo ditatorial. Já *O Paraná* foi concebido dentro de tendências políticas conservadoras, com lideranças ligadas ao ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e aliadas ao governo militar.

O jornal *O Paraná* começou a ser editado em 1976 e funciona até os dias atuais. Foi de propriedade de Jacy Scanagatta, ex-prefeito, empresário e agropecuarista, sendo no presente uma das empresas do ex-deputado federal Alfredo Kaefer²². Portanto, há uma explícita vinculação entre a atuação desses indivíduos no cenário político-partidário, seja local, regional ou nacional, e as suas inserções no campo das comunicações.

Segundo Jawsnicker, *O Paraná* contava com recursos técnicos e financeiros mais robustos, inclusive com sucursais nas principais cidades da região, portanto, em condições de se impor como principal periódico cascavelense na época. O evento de sua inauguração mostrou a força de articulação política de seu dono, vinculado à ARENA:

A festa de inauguração do jornal aconteceu, finalmente, em 15 de maio de 1976, com a presença de cerca de 3 mil convidados, entre eles autoridades – como o Secretário de Indústria e Comércio Arnaldo Busato, representando o governador Jayme Canet Junior -, além de jornalistas de Curitiba, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. “O jornal *O Paraná* nasce com o objetivo de defender os interesses de Cascavel, Paraná e Brasil”, garantiu, na ocasião, Jacy, em seu discurso. (JAWSNICKER: 2007, p. 7).

O Paraná era editado diariamente em cerca de 15 páginas, porém, aos domingos se somavam cadernos especiais, como o “Suplemento Infantil” com tirinhas, fotografias de crianças e pequenos contos infantis, havia o “Caderno

²² Alfredo Kaefer já transitou por diferentes partidos políticos, como o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), PSL (Partido Social Liberal) e, atualmente está ligado ao PROS (Partido Republicano da Ordem Social).

C”, com matérias sobre cultura, música e cinema, além do “Suplemento Agrícola”, com matérias sobre o mercado da agricultura e pecuária, as técnicas de plantio, produção e mecanização agrícola.

O “Suplemento Agrícola” é uma evidência de que o processo de *modernização* e urbanização da cidade, em curso na época, não significava negar, em absoluto, suas relações com o espaço rural, mas atualizá-las sob o signo das concepções hegemônicas de *progresso* e de *modernidade*. Assim, a produção de discursos que intentavam respaldar as transformações no espaço urbano, segundo paradigmas de urbanização inspirados em ideais de *modernidade*, não suplantava as demandas de se referenciar a *modernização* que também atingia o espaço rural.

Segundo Daniele Brocardo:

O Paraná foi inaugurado em 15 de maio de 1976, a partir da compra dos equipamentos do jornal Diário do Norte de Maringá, incluindo uma máquina impressora rotativa *Goss Community*. Seu primeiro exemplar foi vendido no dia seguinte. Possuía sucursais e correspondentes nos municípios de: Curitiba, Marechal Cândido Rondon, Guairá, Toledo, Medianeira e Foz do Iguaçu. Sua publicação diária contava com 15 páginas durante a semana, tendo o número maior aos domingos. (BROCARD: 2020, p. 80).

É possível inferir que o jornal *O Paraná* foi gestado em meio às intenções de projeção da cidade de Cascavel e, também, de parte de suas elites urbanas e rurais em âmbito regional. Além disso, sua função como divulgador do Diário Oficial do Município de Cascavel permitiu um significativo aumento do público-leitor, além da obtenção dos recursos financeiros para dominar o mercado de periódicos locais por décadas.

1.2. Ressonâncias do urbanismo dito progressista²³ nos periódicos locais

A cidade de Cascavel, interior do Estado do Paraná, foi palco de uma série de transformações, tanto em sua configuração material, concreta de sua urbanidade, quanto no campo das representações discursivas, sejam imagéticas ou textuais, que passaram a ser elaboradas naquele momento histórico específico.

Como já apontado anteriormente, a imprensa local e sua capacidade de articulação das dimensões temporais presente, passado e futuro, se configuram em fonte fulcral de nossas reflexões. Entre os anos de 1968 e 1978 inúmeras matérias publicadas nos jornais *Diário d'Oeste*, *Fronteira do Iguaçu* e *O Paraná* difundiam diferentes imagens e discursos de “progresso” e “desenvolvimento” da cidade, vinculando-os às obras de intervenção urbanística que estavam sendo implementadas na época.

Vejam os como o jornal *Diário d'Oeste*, recorrentemente, utilizava a ideia de “flagrante”, que reforçava a ideia de objetividade e imparcialidade do discurso jornalístico, além de angariar adesão às intervenções urbanas daquele momento:

Cascavel em ritmo de progresso

Nos flagrantes colhidos por nossa reportagem vemos em ação as máquinas da Prefeitura Municipal, que estão trabalhando em plena Avenida Brasil, nossa principal artéria que deverá receber em sua totalidade pavimentação asfáltica. Máquinas de homens de nossa Prefeitura Municipal estão dando à Avenida Brasil uma feição diferente, imprimindo um ritmo de trabalho próprio de nossa gente. O Departamento Municipal responsável por estradas, por sinal, sábiamente [*sic.*] chefiado por um dos mais dinâmicos engenheiros Cascavelenses, está não só remode-

²³ A historiadora francesa François Choay (CHOAY: 2013) ao investigar o Urbanismo e a sua intensa relação com a emergência da sociedade industrial europeia do século XIX, conceituou duas diferentes abordagens em torno das demandas urbanas pela ciência urbanística, a *corrente urbanística progressista* e a *corrente urbanística culturalista*. Segundo tais paradigmas reflexivos, na corrente *progressista* a cidade deveria ser setorizada, racionalizada, além de se tornar funcional por meio do estabelecimento da regulamentação de uso e de ocupação das áreas urbanas, em oposição, a abordagem de urbanismo *culturalista*, que prima pela manutenção das questões estéticas, embasadas no arcabouço de referências construtivas e projetuais do passado. No Brasil, obviamente, ocorreram ressignificações das proposições de cada uma dessas correntes urbanísticas, fato que discutiremos de maneira mais detida no Capítulo II desta Tese – *Pensando o futuro* – pois trataremos dos Planos Diretores elaborados para Cascavel em 1968 e 1978.

lando a Avenida Brasil, como vem atentando a conservação de estradas no interior e abrindo novas vias de acesso à Oeste-Cap. Um exemplo desse trabalho está retratado na abertura de um novo acesso à BR 277, no setor sul de Cascavel, que virá facilitar em muito a entrada e saída de Cascavel. Nossos parabéns ao Dr. Miguel Schumann e seus auxiliares, pois Cascavel necessita estar nesses ritmos de Brasil-grande. (DIÁRIO D' OESTE: 13/04/1969, p. 1).



Figura 2. *Cascavel em ritmo de progresso*, DIÁRIO D' OESTE: 13/04/1969, p. 1.

Nesse trecho destacamos a utilização do termo “flagrante” como expressão que evocava certo ar de ocasionalidade do discurso jornalístico, como se aquele momento tivesse sido registrado de maneira despretensiosa. A própria composição das fotografias na reportagem, com a presença de máquinas e com

o enquadramento de um canteiro de obras, atua como recurso comunicativo na elaboração de uma imagem sintética do “ritmo de modernidade” que estava, naquele contexto, sendo construído sobre o espaço citadino.

As reformas urbanísticas pareciam determinar um novo ritmo para a cidade: o ritmo do *progresso*, ligado às ações de alguns indivíduos dotados de “dinamismo”. Os repórteres “flagraram” as obras em uma ação, aparentemente comezinha, onde se recorre também a termos ligados às funções e esquemas organicistas, tais como “nossa principal artéria”. Ainda, todas essas transformações no espaço urbano transmutavam-se, segundo o discurso jornalístico, no “ritmo do trabalho próprio da nossa gente.”

Sob semelhante perspectiva, as obras públicas possibilitavam a inserção de Cascavel em um “novo ritmo”, sendo assentadas na constante feitura e profusão de referenciais simbólicos de *modernidade e progresso*:

Aceleradas obras da Prefeitura para melhorar aspecto

Embora a situação financeira, atualmente não seja das mais propícias, as obras da Prefeitura Municipal de Cascavel, continuam em seu ritmo normal de trabalho.

As dificuldades, embora muitas, são ultrapassadas com a impetuosidade que já é tradicional aos olhos de quem acompanha nosso vertiginoso desenvolvimento nos mais diversos setores de trabalho.

Também, as iniciativas privadas, vem estabelecendo um record de construções e emprego de capital em nosso município. Dia-a-dia vêem-se novos estabelecimentos abrirem filiais ou mesmo suas sedes em nossa cidade numa prova indiscutível de que Cascavel está chamando a atenção de todos quantos chegam à Oeste-cap.

Durante o correr da semana finda, pudemos observar os trabalhos de terraplanagem no interior da nova “Praça Wilson Joffre” que deverá dentro de breve tempo ser entregue ao público de Cascavel. Também os serviços de instalação da nova rede elétrica, vem sendo desenvolvido à contento, devendo ser totalmente entregue dentro do período estabelecido. Ninguém poderá negar que tão logo seja findo este trabalho, Cascavel, poderá apresentar um aspecto totalmente diferente, principalmente a noite, pois a iluminação pública deverá constituir-se em sensível melhoria

ao nosso aspecto de cidade. O prédio da Câmara Municipal de Cascavel, também está com sua construção quase no término, devendo ainda neste ano ser entregue ao público, numa prova de que a “crise” não está afetando o nosso progresso. O asfaltamento é outra grande obra que salta aos olhos de quem acompanha nossa caminhada rumo ao futuro grandioso. Portanto e apesar de todos os empecilhos que possam surgir aos responsáveis pelo nosso desenvolvimento, as obras são feitas em tempos recordes num atestado claro do nosso poderio e vontade de progredir e vencer.

Nossa alvorada já começa a despontar, resultado justo e correto para o relevante trabalho desenvolvido pelos bravos desbravadores e continuado pelos que resolveram fazer de Cascavel a sua terra e por ela lutar. (DIÁRIO D'OESTE, 14/04/1968, p. 1).

Nesse trecho, as obras de iluminação pública, que estavam sendo construídas naquele contexto, a instalação de estabelecimentos comerciais e suas filiais, além do asfaltamento de vias públicas eram representadas como provas materiais e marcas incontestáveis daquilo que se considerava os prenúncios da *modernidade*. Tais intervenções urbanas apenas acompanhavam o “nosso vertiginoso desenvolvimento nos mais diversos setores de trabalho”.

Porém, no engendramento discursivo, os elementos que prefiguravam os indicadores materiais do *progresso* e do *desenvolvimento* foram dispostos como heranças do passado de “trabalho dos bravos desbravadores” e continuados pelos grupos de poder daquele presente, que conduziriam todos a “um futuro grandioso”. Apesar dos tempos difíceis, pois remetia-se a um contexto de crise, Cascavel, como uma espécie de rincão de “progresso” no interior do Paraná, não estaria sendo afetada.

O pleonismo “bravos desbravadores” reforçava a positividade de memórias, notadamente epopeicas. O enquadramento de um passado coletivo, evidenciado por meio de narrativas acerca do processo de “colonização” envoltas por uma espécie de aura heroica, principalmente, estabelecia *uma ordem para o tempo* (HARTOG: 2021). Desta feita, aquele presente de crise, poderia ser superado, pois o passado fornecia os exemplos de gestão das dificuldades.

Nossa alvorada já começa a despojar, resultado justo e correto para o relevante trabalho desenvolvido no dia 1º de maio.

Por JAIME FARRO

Até corações de boa baveira... A possibilidade de se adquirir como hoje em dia, inventa-se de tudo para vender, explora-se os mais diversos campos de transações comerciais, não faltará o explorador das vendas de produtos e serviços. Mas, não se pode esquecer o consumidor. "Face a essas hipotéticas eventuais ações, cancelar essas transações? Não. Pelo contrário, dar condições a outros mais. No entanto, as autoridades, para coibir os abusos que possam surgir, pois sempre é melhor prevenir do que remediar, precisam, desde já, alguma legislação a respeito, para que não se venha a expor numa vitrine. Penso seriamente nisso."

logo seja findo este trabalho, Cascavel, poderá apresentar um aspecto totalmente diferente, principalmente a noite, pois a iluminação pública deverá constituir-se em sensível me-

de ver seus afortunados filhos, recebendo os presentes que o "coelhinho" trouxe-lhes ontem à noite e na alegria dos pequeninos, reflete-se a satisfação dos

Feliz P A S C O A á todas. .

Vivemos no dia de hoje mais uma Páscoa. No Universo, vende-se o mundo para viver a morte e ressurreição do Filho de Deus. No dia de hoje, aquelas que podiam destruir, da felici-

de ver seus afortunados filhos, recebendo os presentes que o "coelhinho" trouxe-lhes ontem à noite e na alegria dos pequeninos, reflete-se a satisfação dos

Feliz P A S C O A á todas. .

Fernando Ribeiro Miranda

Em outra oportunidade fizemos comentários com respeito a propósitos e sugestões para este importante parque madeireiro, pois sem vida alguma, o Paraná não terá após em outras espécies para manter o ritmo atual que o estágio da Araucária ofereceu, enquanto se aguar-

WILSON

inaugurou no município mineiro Passos, com capacidade de p. A Rainha Elizabeth II, da Ing em fins de novembro próxima dência japonesa Maube Mab

O Senado Federal aprovou a República, nomeando para em Sergio Correa Affonso da Costa inaugurou no município municipal Passos, com capacidade de

de aula por dia. Joe Louis, ta-
peços pesados, durante 12 an-
foi operado de cálculos bilia-

...o ex-campeão mundial dos
...e atualmente com 64 anos,
...es (AABe)

PREÇO DESTA EDIÇÃO
NCr\$ 0,10

DIÁRIO D'OESTE, 14/04/1968, p. 1.

Cascavel deve partir para a industrialização

Claudia Ferreira de Melo

essas 67 que construíram a Cascavel de hoje, porém o ciclo da madeira se aproxima do seu final e esse nosso progresso vertiginoso não pode de maneira nenhuma estacionar.

Dados fornecidos pelo instituto brasileiro de geografia e estatística comprovam que a atividade financeira de Cascavel gira em torno da indústria da madeira e mostram a necessidade imperiosa da diversificação industrial.

Afora a indústria extrativa, Cascavel possui ainda: 28 moinhos e beneficiamento de arroz; 7 firmas de artefatos de cimento e mosaico; 2 fábricas de cama; 1 fábrica de pregos; 2 fundições; 7 cerâmicas; 6 fábricas de móveis; 3 fábricas de bebidas; 1 beneficiamento de erva-mate; 1 frigorífico; 2 fábricas de banha; 56 alambiques de hortelã; 1 fábrica de calçados rústicos; 6 fábricas de aguardente. Essas indústrias, após terminar o ciclo da madeira, serão insuficientes para manter no mesmo ritmo o progresso de nosso próspero município.

Aos grandes capitalistas, aos proprietários de indústrias extrativas de madeira, principalmente, o nosso alerta. Cascavel não pode parar. Precisamos urgentemente de uma diversificação em nossa indústria. (DIÁRIO D' OESTE: 22/09/1968, p. 1).

Chama a atenção na elaboração discursiva dessa matéria a utilização de justificativas para se assumir a industrialização como forma de superação da situação de crise no setor madeireiro. Segundo o excerto, a cidade de Cascavel tinha se desenvolvido em um “progresso vertiginoso”, porém, não poderia correr o risco de “estacionar”. Assim, o ritmo da *modernidade* estava na diversificação da industrialização e, conforme o texto, a cidade contava com os recursos materiais para tal atividade, como a “luz elétrica”.

As palavras “ritmo” e “aceleração” eram utilizadas de maneira recorrente pela imprensa e o acesso aos ideais almejados de *modernidade* eram associados à *modernização* dos espaços públicos, mas também das práticas cotidianas dos cascavelenses, que buscavam ser modeladas a partir de regulamentações. Em 1969 a prefeitura municipal publicou um “edital” que comunicava a proibição da engorda e da criação de porcos no perímetro urbano da cidade e, ainda, estabelecia o prazo de trinta dias para a retirada dos animais com fiscalização e aplicação de multa²⁴.

²⁴ O referido Edital 002/1969 estabelecia a proibição da prática da suinocultura no perímetro urbano de

Prefeitura Municipal de Cascavel

Edital N.º 002/69

A Fiscalização da Prefeitura Municipal de Cascavel, através deste "Edital", comunica aos senhores habitantes desta cidade, que de acordo com o Código de Posturas Municipal, é terminantemente Proibido a engorda de Porcos, bem como a permanência dos mesmos dentro do Perimetro Urbano, desta cidade.

Pelo que concede o prazo de 30 (Trinta) dias para serem retirados pelos seus proprietários todos os que se acharem dentro do Perimetro Urbano da cidade de Cascavel.

Fimdo esse prazo serão visitadas pela Fiscalização desta Prefeitura Municipal, todas as Residências desta cidade e aos infratores serão multados em conformidade com a Lei em Vigôr.

Para que não aleguem ignorância, o presente Edital será fixado em lugares de franco acesso Público, divulgado pela Emissora Local e Publicado no Jornal desta cidade Diário D'Oeste.

Departamento de Fiscalização da Prefeitura Municipal de Cascavel, aos 05 de Janeiro de 1969.

Marcinilio Carvalho
Inp. de Rendas.

Figura 4. *Edital 002/69* DIÁRIO D'OESTE: 10/01/1969, p. 1.

Atacava-se uma prática muito comum na região, ligada à agricultura familiar e à criação de animais, seja para o consumo próprio ou mesmo para o abastecimento do comércio local e regional. Dessa forma, a cidade do *progresso* carecia da adesão a novos modos de viver na cidade, atentos aos preceitos da *modernidade* urbana que se intentava produzir. Tratava-se de uma pedagogia da urbanidade que, ao irromper no cotidiano, onde práticas de sobrevivência consideradas arcaicas passaram a ser alvo de cerceamento do poder público

Cascavel, nesse mesmo contexto estavam sendo implementadas as diretrizes de ordenamento do espaço urbano divulgadas no Plano Diretor de 1968, documento que será analisado no próximo capítulo dessa tese.

municipal, produzia também uma nova percepção espaço-temporal, tendo a imprensa como importante recurso difusor de valores e imagens, considerados mais condizentes com o “progresso”.

O periódico *Fronteira do Iguaçu* publicou em 1972 uma reportagem sobre o acompanhamento da construção do prédio da Prefeitura Municipal de Cascavel²⁵, na qual também é possível notar a ideia de “flagrante” no canteiro de obras. É oportuno frisar que tal obra foi projetada dentro de alguns dos parâmetros da chamada Arquitetura Moderna²⁶, onde o concreto aparente, a estrutura exposta, o uso do vidro e das formas orgânicas eram características principais. Portanto, os ares de *modernidade* eram visualmente produzidos:

Destaques

Em contato que mantivemos com o Dr. Nilson Gomes Vieira, fomos informados que o mesmo tem passado a maior parte do tempo nas obras do Paço Municipal. Para tanto improvisou uma mesa para a execução e continuação de seus trabalhos.

A monumental obra da nova Prefeitura de Cascavel deverá ser concluída até meados de agosto, pois será neste mês que o prefeito Octacílio Mion irá comemorar mais um natalício, e nesta data pretende-se inaugurar esta majestosa obra.

Já estão sendo colocadas esquadrias, cujo trabalho deverá terminar em poucos dias, e em seguida serão iniciados os serviços de acabamento.

Disse-nos ainda o Diretor de Planejamento da Prefeitura, que também no próximo mês de agosto será inaugurado o prédio da Faculdade.

Ainda neste ano deverá ser entregue a Comunidade Cascavelense o Ginásio de Esportes, uma vez que a concorrência foi vencida pela Castelo S/A, que pretende nos próximos dias iniciar os serviços. (FRONTEIRA DO IGUAÇU: 14/05/1972, p. 10).

²⁵ Atualmente é o edifício que abriga a Biblioteca Municipal Sandálio dos Santos, onde está o acervo de periódicos analisados em nossa pesquisa.

²⁶ A Arquitetura Moderna foi influenciada pelo Movimento Modernista, movimento de vanguarda artística que influenciou várias áreas da cultura mundial. Em linhas gerais, as obras projetadas por esse viés epistemológico traziam concepções projetuais que se opunham às práticas tradicionais de construção, trazendo materiais como o concreto armado, o vidro e uma integração maior dos ambientes externos e às formas orgânicas da natureza.

Nesse ponto, podemos observar a utilização do termo “monumental” como forma de caracterizar a representação e a significação que se fazia da construção desse edifício. Mesmo antes de inaugurado, assumia-se efetivamente o caráter de monumento ao novo Paço Municipal, necessitando de data, intencionalmente programada, para “inaugurar a majestosa obra” e celebrar o governo do prefeito da época.

No ano de 1971, em publicação alusiva ao aniversário de emancipação política do município, o *Fronteira do Iguaçu*, lançou, em edição especial, o seguinte discurso:



Figura 5. Destaques, FRONTEIRA DO IGUAÇU: 14/05/1972, p. 10.

Quem não conhece não acredita

Repentinamente estamos em Cascavel de 1971. Farta iluminação, avenida sem correspondente no Estado do Paraná, comunicações, comércio intenso, hotéis de luxo, uma cidade que atrai turistas, uma cidade completamente “fora de série”, pois seu crescimento nos últimos dez anos foi de mais de 1000%, pois sua população de 8000 habitantes em 1960 passou a ser de 96000 em 1970.

Se falarmos de Cascavel em outras plagas, ninguém nos acredita, pois acha impossível que tenhamos tido tanto progresso. Não tem Cascavel, tido a divulgação muito merecida pelo seu progresso. (FRONTEIRA DO IGUAÇU, 14/11/1971, p. 9).

Gostaríamos de trazer para nossas discussões a ideia de produção de um aspecto de singularidade do *progresso* em Cascavel nesse fragmento. A cidade foi colocada, discursivamente, no âmbito do extraordinário, nada podia ser comparado ao desenvolvimento cascavelense, era “uma cidade fora de série”. As marcas da *modernidade* estavam expressas na concretude urbana: na avenida, no asfaltamento, na iluminação pública, no comércio, nos hotéis de luxo... o *progresso* era inacreditável.



Figura 6. *Quem não conhece não acredita*, FRONTEIRA DO IGUAÇU: 14/11/1971, p. 9.

As fotografias utilizadas ajudavam a compor a ideia de modernização do espaço urbano enquanto prova irrefutável de um tipo *desenvolvimento* positivo. Entretanto, analisando as imagens com mais atenção, podemos perceber que algumas obras ainda estavam em andamento, mesmo assim, já se tornavam monumentos pela narrativa jornalística. As obras do prédio da Prefeitura Municipal da época tinham apenas iniciado, mas o local já estava sendo representado como símbolo de *progresso*.

Em outro número, o descompasso entre a cidade praticada por seus habitantes e os ideais de *modernidade* expressos nos jornais locais foi considerado inusitado pelos jornalistas, destacando em tom jocoso mais um “flagrante”:

Aonde a vaca vai...

... o fotógrafo vai atrás, mas domingo foi a vez de um fotógrafo, que registrou o estranho quadro de uma representante bovina amarrada a um coqueiro em plena avenida Brasil, quase defronte ao Supermercado Catarinense. Não se sabe quem “estacionou” o animal ali, mas presumivelmente se tratava de alguma brincadeira. A vaca, por sua vez, pousou com a natural tranquilidade bovina e não se importou com a presença do fotógrafo, mesmo porque, certamente, ele não era o seu tipo. (FRONTEIRA DO IGUAÇU, 19/10/1974, p. 1).

Chamamos a atenção à produção do *acontecimento* jornalístico nesse caso, já que diante de uma multiplicidade de possibilidades narrativas, a presença de um bovino, amarrado, na principal avenida da cidade, foi alçada ao patamar de fato noticiável em primeira página. O imaginário cultural de *modernidade* do espaço urbano havia encontrado meios de se efetivar e a reprodução das práticas de sobrevivência rurais estavam desacreditadas, eram alvo de ridicularização.



Figura 7. *Aonde a vaca vai...*, FRONTEIRA DO IGUAÇU: 19/10/1974, p. 1.

Segundo a nota, abaixo da fotografia, havia uma clara dissonância entre a *modernidade* cascavelense e a existência do bovino na Avenida Brasil. A utilização do termo “estacionou” pode ser aqui interpretado como laivo de que o *moderno* estava sendo associado aos automóveis, à industrialização, à urbanização, à velocidade, enfim, ao consumo de novos modos de vida. Portanto, no cenário da “cidade fora de série”, onde o “progresso era inacreditável”, não havia mais espaço para os animais, que personificavam práticas rurais arcaicas.

Em outro momento, o jornal *Frenteira do Iguaçu* lançava críticas à presença de uma carroça transitando pelo centro da cidade (Figura 8).

A composição da imagem, onde o automóvel e a carroça são colocados lado a lado, denunciavam o que era considerado, mais uma vez pelo jornal, como uma prova do descompasso entre as práticas de alguns habitantes da cidade e os ideais de *modernidade* em voga na época. No excerto “uma cidade que se destaca em todo o Brasil pelo seu crescimento planejado minuciosamente, ainda se vê carroças trafegando pela avenida principal. É incrível...”, podemos destacar a função pedagógica assumida pelo jornal. Ora, os discursos parecem ser conduzidos por uma espécie de lógica dicotômica modernidade/progresso/avanço/desenvolvimento e, por outro lado, ausência de modernidade/inadequação/atraso/estagnação.



Figura 8. *A Culpa?* FRONTEIRA DO IGUAÇU: 16/08/1972, p. 7.

O concreto foi considerado um símbolo do progresso, como nos mostra a reportagem sobre a construção da Praça do “Migrante”, publicada no jornal *O Paraná*, no dia 17/11/1977, em comemoração aos vinte e cinco anos de emancipação política da cidade. É importante ressaltar que nessa edição há várias páginas dedicadas a apresentar o “desenvolvimento” local, engendrando o passado enquanto conjunto de acontecimentos resultantes da atuação épica dos “pioneiros”, ao futuro grandioso de “modernidade” que se iniciava a construir por meio da efetivação dos projetos urbanísticos gestados pelas elites políticas naquela ocasião, ou seja, naquele presente:



Uma página pequena demais para relatar Cascavel

Outros detalhes são abordados pelos arquitetos responsáveis pelo projeto mas o que de mais importante há em todo ele, é o simbolismo das palavras "Toboggan" que para alguns não muito afortunados de espírito podem servir para se fazer a leitura, de cima para baixo, num simples divertimento, mas, há para os de mente aberta, um conjunto de conceitos migratórios, que se desenvolvem pontos do leste a Grande Cascavel, e Cascavel para a Capital do Oeste.

A pavimentação cada dia mais se estende por toda a cidade, qual um grande pavão estendendo tentáculos e abranger a cidade toda, levando higiene, conforto e modernização ao centro e a beirões de Cascavel, que corre e passa largos em direção a uma condição de cidade metropolitana.

TELECOMUNICAÇÕES

Ligada a grande parte das principais cidades do País integrada ao sistema de Disque-Direta à Distância, Cascavel em nada deixa a desejar em termos de telecomunicações, estando também ligada através do sistema de Disque-Direta Internacional, ao restante do mundo, via satélite. Sistema de comunicação por telex, ao qual Cascavel introduziu-se ainda este ano, e outras das muitas opções que possui o catarinense, para comunicar-se com o restante do país.

Nos dias, os telefones de Cascavel começam a receber os benefícios do sistema de telefonia municipal, e outros, pensando disto, para o DDD, símbolo de progresso e pujança.

CORREIOS

A Agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos de Cascavel tem em funcionamento todo o sistema de postagem e recebimento de correspondência, fazendo com que cartas, telegramas e outros espécimes cheguem mais rapidamente ao destinatário.

A SERCA, que opera o serviço de correios e encomendas especiais, é outro benefício ao serviço de postagem, eliminando os tradicionais pacotes recebidos a retalho, exigidos pelo antigo sistema de despacho via diligência. As novas cabines públicas de telas, instaladas, recentemente pelo ECT, vão proporcionar facilidade ao usuário, proporcionando aos usuários, comunicação-se em todo o território nacional, mesmo em horários atípicos ao normal de expediente comercial.

Ora, Avenida Brasil, de estender vista a maneira como foi projetada, para abarcar o crescente problema de estacionamento para veículos, pois sua malha em toda a extensão, nada mais é que enorme parque de estacionamento.

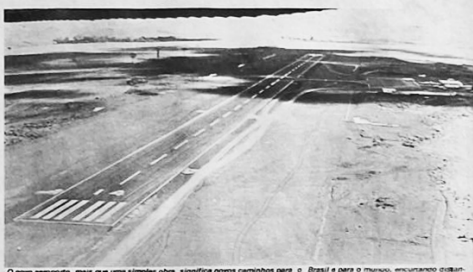
O Poder Municipal XIV de Novembro, sede do Poder Executivo, abriga em suas dependências todo o complexo administrativo da municipalidade, construído em linhas arquitetônicas modernas, constituindo-se em cartão de visitas ao viajor que aqui aporta.

Conselho de Esporões, câmara Municipal, prédio do Poder Judiciário, os primeiros grandes edifícios aqui construídos. Tudo sob o olhar atento de quem aqui constrói para simples passados ou a região, e mais ainda para o que aqui esteve há menos de dez anos passados.

Corta a tne que a cidade que construiu em cultura época, seja a Cascavel com que hoje se desperta.

O Centro Integrado da FIEP-SEST-SENAI, um dos dois unidades existentes em todo o Brasil, prepara a infraestrutura para uma industrialização que já começa a se arrastar na mente do catarinense, que parte para a criação do Distrito Industrial da cidade.

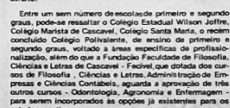
O Centro Integrado é grande solução para o problema de criação de mão-de-obra especializada, principalmente para a área industrial que irá começar a ser implantada e que, inevitavelmente, algará a redução da economia catarinense, ainda sob os efeitos das oscilações normais da economia nacional, unicamente na produção gírfica.



O novo aeroporto, mais que uma simples obra, significa novos caminhos para o Brasil e para o mundo, encunando distâncias.



Perimetração, uma meta que já está sendo cumprida, e em ritmo de Brasil grande, chegando aos beirões o conforto do asfalto.



Entre um sem número de escolas primeiro e segundo graus, pode-se ressaltar o Colégio Estadual Wilson Jeffry, Colégio Maria de Cascavel, Colégio Santa Maria, o recém-criado Colégio Politécnico, de ensino de primeiro e segundo grau, voltado à área específica de profissionalização, além do que a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel - Fael, que dotada dos cursos de Filosofia, Ciências e Letras, Administração de Empresas e Ciências Contábeis, aguarda a aprovação de três cursos novos - Odontologia, Agronomia e Enfermagem - para serem incorporados às opções já existentes para os estudos superiores.

Do já existente a grande meta, que é a criação a partir da Fael, da Universidade do Oeste.

UM INFINITO

Relatar em apenas uma edição jornalística o que realmente a Cascavel, seria pretensão demasiada para qualquer mortal. Há a imensidão de fatos e detalhes a serem narrados, que consumida, não uma página somente, mas um verdadeiro infinta delas, tal a importância de cada obra, cada na cada ser humano, no processo de edificação desta que, inevitavelmente, é a Capital do Oeste do Paraná.



Sede do Poder executivo, o novo prédio chegou em momento oportuno, bem como a ampliação das varas, agora acrescidas de treze juizes.



Na era das comunicações, Cascavel não fica a dever a centros maiores de todo o País, já que é ligada por DDD e DDI ao Brasil e ao Mundo.



PRAÇA DO MIGRANTE

A Praça do Migrante, iniciativa louvável por parte da administração municipal, que com tal obra pretendia, de maneira justa e apropriada, render uma homenagem a imigrantes que edificaram a pujança de Cascavel, constitui-se em marco histórico no paisagismo da capital do Oeste, que nos blocos de concreto voltados para o leste, ostenta, verticalmente, simbolizam toda a guerra travada por Cascavel, na corrida desenfreada pelo objetivo maior.

O projeto, de autoria de três arquitetos da Capital do Oeste - Joel Kamahiro Junior, Leonardo Oda e Guilherme Amorim - não foi simplesmente estruturado, antes de sua elaboração, pelo que se desprende dos estudos levantados e sim, ali que o projeto ganhasse corpo, conforme relação dos responsáveis.

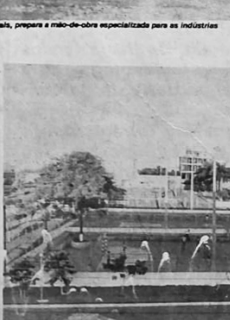
PROPOSTA DA PRAÇA DO MIGRANTE

Contra as placas (tábulas) tem o simbolismo do grupo, vindo de diversas origens, com características próprias, culturas, sentimentos, consequentemente, com voz única, atingir o ideal comum.

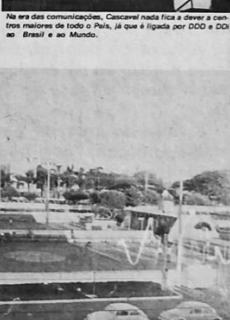
O autor deve levar à tala e os caminhos pelo boulevard urbano, ao show, ao encontro, sob o sombreamento do momento ao Migrante.



No dia XIV de Novembro, sede do Poder Executivo, onde se encontra a nossa enciclopedia do Município, local onde são tomadas as decisões.



O Centro Integrado FIEP-SEST-SENAI, um dos dois únicos do País, prepara a mão-de-obra especializada para as indústrias existentes e a serem instaladas no Distrito Industrial.



Canções de exportação são um convite a saúde pública das diversas modalidades, que reúnem cantores de jorrea diuturna.

Figura 9. Uma página pequena demais para relatar Cascavel, O PARANÁ: 17/11/1977, p. 10.

Praça do Migrante

A Praça do Migrante, iniciativa louvável por parte da administração pública municipal, que com tal obra pretendeu, de maneira justa e apropriada, render uma homenagem às frentes migratórias que edificaram a pujança de Cascavel, constitui-se em marco histórico do paisagismo da capital do Oeste, que nos blocos de concreto voltados para o infinito celeste, verticalmente, simbolizam toda a garra do povo de Cascavel, na corrida desenfreada pelo objetivo comum.

O projeto de autoria de três arquitetos da Capital do Estado – Joel Ramalho Júnior, Leonardo Obá e Guilherme Zamonier Neto – foi minuciosamente estudado, antes de sua elaboração, pelo que se depreende dos estudos levados a campo, até que o projeto ganhasse corpo, conforme relatório dos responsáveis.

Proposta da Praça do Migrante

Encontro das placas (tobogãs) tem só simbolismo do migrante, vindo de diversas origens, com características próprias, culturas, sentimentos, conseguem, com voz uníssona, atingir o ideal comum.

Um infinito

Relatar em apenas uma edição jornalística o que realmente é Cascavel, seria pretensão demasiada para qualquer mortal, tal a imensidão de fatos e detalhes a serem narrados, que consumiria, não uma página somente, mas um verdadeiro infinito delas, tal a importância de cada obra, cada rua, cada ser humano, no processo de edificação desta que, inegavelmente, é a Capital do Oeste do Paraná. (O PARANÁ: 17/11/1977, p.10).

Entre vários pontos possíveis de se refletir, destacamos a vinculação entre a cidade, o Monumento ao Migrante e os atributos positivados dos “pioneiros”, como se a “corrida desenfreada pelo objetivo comum” que se estava a construir por meio das intervenções que visavam constituir a “cidade moderna” com sua característica “pujança” e a “garra de seu povo” pudessem ser consubstanciados no projeto arquitetural da Praça do “Migrante”.

Forte apelo a uma dimensão de coletividade ainda foi acionado, como se o projeto de intervenção urbanística em questão refletisse a vontade da totalidade população cascavelense, prefigurada como massa homogênea conduzida pelos interesses “comuns”, viabilizados pelas elites políticas locais. Lembremo-nos dos trechos: “com voz uníssona, atingir o ideal comum” ou “que nos blocos de concreto voltados para o infinito celeste, verticalmente, simbolizam toda a garra do povo de Cascavel, na corrida desenfreada pelo objetivo comum”.

Por conseguinte, destacamos certa presunção da constituição de um discurso que visava instituir a ideia de que o futuro de *progresso* e de *modernidade* dependia da adesão àquele projeto que tinha o poder público municipal da época como principal articulador. Ora, as rampas apontam para o infinito celeste, ou seja, se houvesse adesão ao “nosso” projeto de *modernidade*, o céu seria o limite!

Mesmo que as obras arquitetônicas e intervenções urbanísticas da época estivessem revestidas por discursos construídos por um suposto ideal democratizante e comunitário, elas representavam interesses e projetos de certos segmentos da sociedade. O caráter ufanista dado à cidade e a configuração de uma imagem mítica de passado realimentavam memórias públicas celebrativas. Essas correlações ficam claramente demarcadas em trechos como: é muita pretensão dizer “o que realmente é Cascavel”.

Paralelamente, no processo de intervenção no espaço urbano, ocorria o agenciamento de memórias públicas por meio da formatação de narrativas jornalísticas, substratos simbólicos no processo de elaboração e gestão de identidades, supostamente compartilhadas entre os cascavelenses. Em outras palavras, tratava-se de atuar na criação de referenciais mnemônicos, cujo conteúdo, mormente, cumpria a função de fornecer suporte para as ações que transformavam a concretude da cidade, mas também visavam “modernizar” os modos de vida.

1.3. As marcas da modernidade

Modernidade, moderno, modernização, aceleração, ritmo acelerado, progresso, desenvolvimento, mais que simples palavras ou expressões que compu-

nham os recursos lexicais disponíveis aos agentes dos discursos, presentes nos periódicos analisados em nossa pesquisa, é preciso ressaltar que os jornalistas lidavam com categorias agenciadoras e fundantes de sentidos. Ora, referenciar, com notável constância, a cidade de Cascavel por meio delas, significava classificá-la e alçá-la ao patamar de centro urbano regional, espaço onde os ideais de *modernidade* encontravam vias de materialização.

Porém, nesse jogo de elaborações discursivas complexas, quais seriam os elementos que integravam as imagens e os indícios daquilo que se julgava *moderno*? Quais seriam as referências, ou seja, os padrões de *modernidade* estabelecidos como modelos a serem seguidos na imprensa local? Ainda, certos de que tais referenciais possuem sua historicidade, como captar alterações sensíveis nos possíveis significados dessas categorias em diferentes momentos, visto que a pesquisa abarca um período de dez anos e três jornais diferentes?

Com o fito de reflexionar sobre essas questões, nos aproximaremos das noções desenvolvidas por pesquisadores que propõem uma perspectiva decolonial para as discussões em torno das categorias analíticas *modernização* e *modernidade* em sua interface com a urbanização. Sobretudo, consideramos que existam manifestações, detectáveis nas narrativas veiculadas pela imprensa da cidade, de certa convergência entre algumas das representações que circulavam em âmbitos mais amplos, inclusive padrões mundiais de *imaginários de modernidade*.

Nesse sentido, Aníbal Quijano em um texto fundamental, afirma que as experiências advindas do processo de conquista dos territórios americanos, por parte dos Estados Nacionais europeus, promoveram a configuração de discursos pautados no etnocentrismo, cujo cerne persiste na forma de se pensar as cidades em nível global. Portanto, as relações de colonialidade dos *saberes* ligados à urbanidade persistem, ainda que o colonialismo, em sua acepção clássica, tenha sido, aparentemente, desarticulado.

Sob tais perspectivas, o conceito de “moderno” teria sido inicialmente forjado a partir do contato entre colonizadores e colonizados. O “moderno”, portanto, estaria permeado pela noção de uma pretensa superioridade das nações europeias que se afirmavam portadoras da inovação, do avanço, modelos vanguardistas a serem seguidos. Em contrapartida, essas classificações impu-

nham ao restante do mundo o papel da ausência da *modernidade*, do atraso, da incivilidade. Nas palavras de Quijano:

O fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levou-os também a pensar-se como os modernos da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie. Mas já que ao mesmo tempo atribuíam ao restante da espécie o pertencimento a uma categoria, por natureza, inferior e por isso anterior, isto é, o passado no processo da espécie, os europeus imaginaram também serem não apenas os portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas. O notável disso não é que os europeus se imaginaram e pensaram a si mesmos e ao restante da espécie desse modo – isso não é um privilégio dos europeus – mas o fato de que foram capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder. (QUIJANO: 2005, p.122).

Outro pensador que desenvolveu interessantes reflexões acerca da colonialidade dos conceitos de *moderno* e *modernidade* é o filósofo argentino Enrique Dussel. Segundo suas formulações, os modelos hegemônicos de urbanização trazem em seu cerne a lógica da modernidade/colonialidade nos seguintes termos:

1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica). 2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral. 3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à europeia o que determina, novamente de modo inconsciente, a “falácia desenvolvimentista”). 4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial). 5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido qua-

se-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etcetera). 6. Para o moderno, o bárbaro tem uma “culpa” (por opor-se ao processo civilizador) que permite à “Modernidade” apresentar-se não apenas como inocente mas como “emancipadora” dessa “culpa” de suas próprias vítimas. 7. Por último, e pelo caráter “civilizatório” da “Modernidade”, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etcetera (DUSSEL, 2000, p. 49).

Portanto, a colonialidade do poder se manifesta por meio da implementação das formas de se conceber e, também, de se projetar o espaço urbano. Chamamos à atenção para a premência de modelos urbanísticos hegemônicos, difundidos como universais, entretanto marcados pela colonialidade em sua própria constituição. Lembremos de algumas das fontes discutidas anteriormente, onde a presença de uma vaca na principal avenida da cidade foi alvo de crítica da imprensa, assim como o anúncio da proibição da criação de porcos no perímetro urbano também intentava a construção de um cenário de *modernidade* que tinha como modelo de urbanidade, os países desenvolvidos. Paralelamente, algumas narrativas jornalísticas apresentavam alguns dos referenciais constituintes daquilo que se considerava *moderno*, por isso a recorrência de matérias sobre obras públicas que transformariam a cidade, modernizando-a.

Como formula Ermínia Maricato:

Após um século e meio de vida, a matriz de planejamento urbano modernista (e mais tarde), que orientou o crescimento das cidades dos países centrais do mundo capitalista, passou a ser desmontada pelas propostas neoliberais que acompanham a reestruturação produtiva no final do século XX. Em se tratando de países da semiperiferia, como é o caso do Brasil e de outros países da América Latina, esse modelo, definidor de padrões holísticos de uso e ocupação do solo, apoiado na centralização e na racionalidade do aparelho de Estado, foi aplicado a apenas uma parte das nossas grandes cidades: na chamada cidade formal ou

legal. A importação dos padrões do chamado “primeiro mundo”, aplicados a uma parte da cidade (ou da sociedade) contribuiu para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente. (MARICATO: 2013, p. 123).

A definição de padrões mundiais de ocupação e organização do espaço urbano marcou de forma intensa as leituras e as projeções sobre o espaço urbano cascavelense, a cidade estava sendo conectada, por meio de discursos, imagéticos ou textuais, às *utopias de modernidade*. Por sua vez, esse conjunto de referências simbólicas possibilitavam a urdidura de sentidos para as experiências temporais, além do substrato discursivo de acesso à temporalidade futura.

As formas de reverenciar o futuro eram constituídas pelos ideais de uma urgente aproximação aos padrões de felicidade. Todavia, o tempo da boa-venturança, destino e obrigação coletiva estava condicionado à adesão a determinados modelos de *modernidade* veiculadas durante e após o chamado “milagre econômico” brasileiro²⁷. *Moderno*, portanto, significava buscar os padrões de urbanidade que se assemelhassem às grandes metrópoles mundiais e, ainda, consubstanciá-los na concretude das intervenções urbanísticas locais.

Na notícia intitulada “Empresas planejam transformar Cascavel”, publicada no jornal *Frenteira do Iguaçu*, podemos identificar alguns indícios de tais formulações. Ainda na capa da edição de 18/12/1974, podemos perceber as significações atribuídas ao processo de “modernizar a cidade”, por meio de obras que deveriam viabilizar a transformação da cidade, como a construção de shopping centers:

²⁷ O período conhecido como “milagre econômico brasileiro” compreende o recorte temporal de 1968 a 1973, portanto remete aos governos dos presidentes militares Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici. Cabe ressaltar que, em tal momento da Ditadura Civil Militar, houve o recrudescimento da censura, o incremento do aparato de violência do Estado e, paralelamente, ocorria o crescimento da economia nacional e a emergência de importantes formas de se tratar o planejamento urbano, questões que discutiremos no próximo capítulo de nossa pesquisa.

EMPRESAS PLANEJAM TRANSFORMAR CASCAVEL

Conjuntos residenciais, "shopping centers", centros executivos, etc., é o que um grupo de empresas planeja construir para modernizar a cidade. Última página.

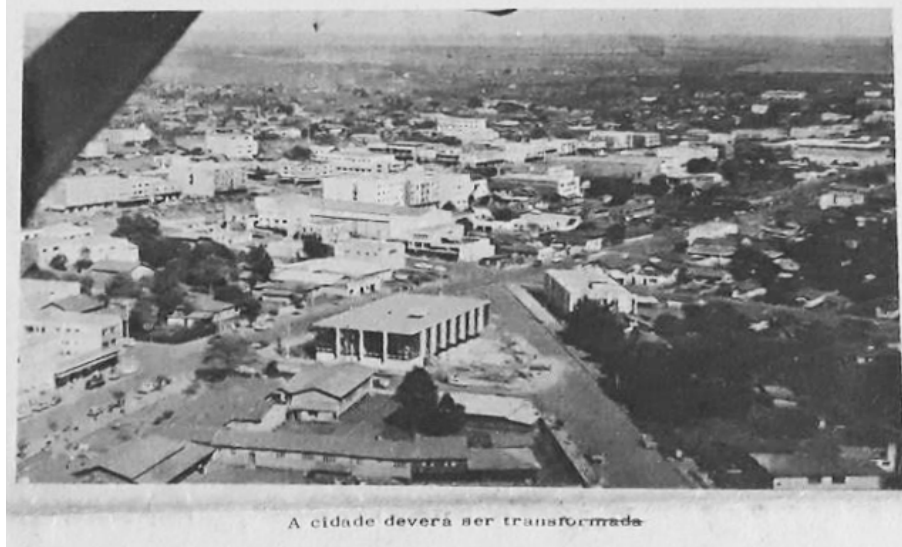


Figura 10. *Empresas planejam transformar Cascavel.*

FRONTEIRA DO IGUAÇU: 18/12/1974, p. 1.

EMPRESAS PLANEJAM TRANSFORMAR CASCAVEL

A empresa Empreendimento Assessoria Técnica Ltda, com sede em Porto Alegre, reuniu um grupo de empresas do ramo de planejamento e construção de grandes empreendimentos (tais como bairros residenciais, "villages", "shopping centers", centros executivos, centros turísticos e edifícios residenciais), e está em Cascavel com seus respectivos representantes, visando um objetivo: o futuro da cidade de Cascavel. (...)

ENTREVISTA

Em entrevista, um dos engenheiros-chefes da Empreendimento Assessoria Técnica Ltda, Orlando Alberto Pasquali, declarou que

sua empresa “e as contratadas têm o intuito de fazer de Cascavel e de outras comunas do Oeste do Paraná, novas cidades”. Enfatizou que “queremos introduzir novas estratégias mercadológicas, tais como a necessidade de Cascavel possuir um “shopping center” em grande estilo, para que haja um centro comercial para o consumo na região. Desejamos a modernização desta cidade que tem tanto futuro. Cascavel é um dos Municípios melhor situados geograficamente para ser um dos maiores centros comerciais do Brasil. (...)”

Concluiu Orlando Alberto Pasquali, em otimista explanação sobre as metas serem alcançadas em Cascavel que “estas empreendedoras e construtoras, coordenadas por nós, querem fazer de Cascavel, iniciando em 1975, uma cidade moderna, uma cidade comercial, mais turísticas. Pretendemos construir também um clube campestre de cunho mais amplo possível, enfim, queremos construir e dirigir o progresso”. (FRONTEIRA DO IGUAÇU: 18/12/1974, p. 16).

Nessa reportagem podemos perceber que as empresas citadas estavam sendo consideradas habilitadas para planejar e construir um novo espaço urbano, que fosse condizente com as demandas de *modernidade* daquele contexto. Além disso, segundo o discurso jornalístico, o futuro de Cascavel seria gestado, de forma competente, por empresas do ramo da construção civil, aptas a “dirigir o progresso” da cidade.

A ideia de “transformação” da cidade, via atuação de empresas privadas ligadas à Engenharia, ao Planejamento e às Telecomunicações, foi referendada como premissa para a “modernização desta cidade que tem tanto futuro”. As intenções de atuação das empresas citadas eram sintetizadas em um “projeto-monstro” que, entre outros, visava a construção de “shopping centers, centro turístico, edifícios residenciais, villages e centros executivos”.

As obras estavam previstas para terem início em 1975 e conduziriam Cascavel ao patamar de “cidade moderna”, por isso tais empresas estariam aptas para a “construir e dirigir o progresso”. Portanto, a racionalidade do planejamento urbano, encampado dentro dos parâmetros capitalistas, daquilo que se considerava *moderno* no período foi constituído como justificativa para se creditar, na iniciativa privada, as formulações legítimas de intervenção no espaço urbano.



Figura 11: *Empresas planejam transformar Cascavel.*
FRONTEIRA DO IGUAÇU: 18/12/1974, p. 16.

Outro aspecto que merece atenção é a menção à introdução de “novas estratégias mercadológicas” ou mesmo à necessidade de se transformar a cidade em “centro de consumo”, por meio da construção de centro turístico, centros comerciais e shopping centers. Ora, o jornal estava difundindo a propaganda de novos estilos de vida que, poderiam ser alcançados pelo consumo de uma multiplicidade de objetos e aparatos, característicos da vida moderna. Portanto, Cascavel e os cascavelenses, necessitavam de uma adequação à *modernidade*, exequível via concretização das intervenções urbanas que estavam sendo previstas.

Como veremos na fonte a seguir, o controle sobre a natureza *inóspita* no interior do Estado do Paraná era representado como o triunfo da *civilização* sobre a *barbárie*, tratava-se a instauração da *modernidade*. Desta feita, as formas de se manejar o espaço citadino, seja no campo das representações ou mesmo na materialização de projetos de intervenção urbanística, estabeleciam um diálogo intenso com perspectivas e transformações projetadas como “progresso” e *modernização*.

Vamos, então à análise de anúncio publicitário publicado em 14/11/1971 no jornal *Frenteira do Iguaçu*:

ONTEM: BICHO PERTO DE BICHO!



HOJE:

**O CREPITAR INCESSANTE
DO PROGRESSO!**



AMANHÃ:

**A PUJANÇA
DA CAPITAL DO
OESTE PARANAENSE!!!**



**PARABÉNS
CASCABEL**
CONSULTEC S/C LTDA

Figura 12. *Parabéns Cascavel*, Consultec S/C LTDA) FRONTEIRA DO IGUAÇU, 14/11/1971, p. 5.

Um conjunto de discursos, imagéticos e textuais, compõem aqui uma interessante forma de percebermos o manejo temporal e as classificações sobre as experiências vividas naquele *presente passado* (KOSSELLECK: 2006) e difundidos por meio desse periódico local. Não se trata de uma matéria ou reportagem elaborada por jornalistas, mas de um anúncio publicitário de uma em-

presa de construção civil motivado pelo aniversário da cidade, demonstrando assim como o discurso da modernização de Cascavel adentrava também o universo do marketing. Nele, é possível notarmos a presença de um diálogo constante com os conteúdos atinentes a uma espécie de *imaginário coletivo* de *modernidade*.

O estrato temporal passado foi simbolizado, por meio do *acontecimento* do “desbravamento”, da “colonização” de um espaço representado como selvagem. A presença de onças, postas lado a lado e a frase “Ontem: bicho perto de bicho!” ajudam a compor o discurso que afirmava o impreterível controle do homem sobre a natureza. Ora, nessa acepção não haveria nada no passado, além de “bicho perto de bicho”. Ter alterado esse estado de ausência de civilização ou cultura, por meio da “colonização” e *modernização* urbana ainda em curso, vislumbrando um futuro ainda mais promissor – representado visualmente por meio de diversos prédios, um ao lado do outro (“prédio perto de prédio”) - é posto como fundamental na superação daquele atraso local.

Interessante ressaltar que as concepções que permeavam a ideia de um vazio populacional, transmutadas por meio do discurso do “não havia nada”, obscureciam as relações de extrema violência travadas entre as populações indígenas²⁸, originárias da região, e os agentes da ocupação territorial, geralmente, migrantes vindos principalmente do Sul do país, os chamados “pioneiros”. Manejava-se o passado como sendo o tempo da instauração do “desenvolvimento”.

Já o presente foi representado como o tempo do trabalho, a frase “Hoje: o crepitar incessante do progresso”. A palavra “crepitar” fortalece a ideia do movimento constante, do “ritmo do progresso”. Construir, empreender, edificar significava atuar de maneira direta na construção do futuro de felicidade e bem estar. O futuro estava sendo construído naquele *presente passado* e a *modernidade* seria alcançada. O devir foi representado através de uma série de edifícios, tratava-se das marcas de um “progresso técnico”, futurístico. Cascavel seria uma metrópole.

²⁸ A região Oeste do Paraná era habitada por populações indígenas ligadas às etnias Kaingang e Guaraní. Chamamos a atenção para as políticas de esquecimento promovidas através do recrudescimento das memórias públicas hegemônicas que enfatizam os processos migratórios dos chamados “pioneiros” da cidade. Em geral, tais versões sobre o processo de ocupação territorial, narram, de forma epopéica, as ações dos migrantes sulistas.

Na imagem utilizada para aludir à temporalidade futura, podemos perceber que a *cidade imaginada* tem seu espaço repleto por edifícios. Os prédios de andares parecem ter suplantado a paisagem natural, do atraso e da incivilidade. Algumas poucas árvores foram dispostas simetricamente, ou seja, para a Cascavel do “amanhã”, a natureza precisava ser controlada. Outra marca da *modernidade*, os automóveis, dominavam as vias do trânsito, organizado em avenidas largas e regulares. As *utopias de modernidade* estavam, portanto, prenhes da ideia de que a cidade do futuro deveria ser construída pela via da racionalidade urbanística, marcas incontestes da “Pujança da capital do Oeste Paranaense!!!”.

Outro anúncio publicitário que enfatizava a verticalização da cidade como sinônimo de “modernização” e “progresso” fazia a divulgação do primeiro edifício de vários andares que seria construído na área central. O título “Finalmente, um edifício a altura do progresso de Cascavel. Edifício Alfredo Colombelli. Quinze andares de requintado conforto”, reforçava a mensagem de que Cascavel estava conectada aos padrões de desenvolvimento hegemônicos.

Destacamos a tessitura dos argumentos que atestavam o “progresso” da cidade, expressos nas frases colocadas abaixo da fotografia do edifício. Em tom imperativo, afirmava-se que “Você tem muito motivos para se orgulhar da sua região”. A ênfase nos predicados regionais foi dada às atividades agrícolas e agroindustriais, como: “A região de Cascavel é uma das maiores produtoras de soja do Sul brasileiro” ou “No setor da suinocultura, esta região detém recordes nacionais de produtividade”.

Seria Cascavel tão “moderna”, tão progressista assim? Ou as elites locais, através dos veículos de imprensa local, produziam uma imagem mercadológica de *modernidade*, um cenário *moderno*, com acentuada predileção pelo urbano, em diálogo com os padrões urbanísticos internacionais?

Acreditamos que o acento demasiado na ideia de *modernidade* era parte de um projeto político e econômico de *modernização* e de reconfiguração das relações entre campo e cidade e de diversificação da economia, onde a agricultura passou por um processo intenso de modernização, por meio da mecanização e da tecnificação agrícola. Por isso, a divulgação da construção do “primeiro edifício de andares em Cascavel” articulou, como partes de um mesmo processo, o sucesso da *modernização*, seja na área urbana ou rural do município.

A black and white architectural rendering of a tall, modern skyscraper. The building features a curved facade with a series of arched windows and a central section with a grid-like pattern. It is surrounded by stylized trees and a street with a few small figures, suggesting an urban environment. The style is reminiscent of mid-20th-century architectural illustrations.

65

Doutoramento em História²⁹. Dessa forma, o processo de tecnificação, de mecanização agrícola e de instauração do agronegócio, bem como a criação da principal cooperativa de Cascavel e da região, a COOPAVEL (Cooperativa Agropecuária de Cascavel), fundada em 1970, indicam que a *modernização* rural e a *modernização* do espaço urbano foram processos que ocorreram de maneira concomitante.

Havia, portanto uma situação paradoxal a ser resolvida. Os padrões de *modernidade* advindos dos países desenvolvidos estavam relacionados fortemente à industrialização e à urbanização, onde as práticas culturais ligadas ao espaço rural eram classificadas como arcaicas. Nesse sentido, a modernização urbana de uma região agrícola só seria possível por meio da ressignificação de alguns referenciais advindos do planejamento urbano das potências capitalistas, desenvolvia-se aqui uma espécie de *bricolagem* (CERTEAU: 1998), ou seja, a “modernidade possível” (TEIXEIRA, 2009).

O conceito de *modernidade possível*³⁰ nos parece deveras adequado para refletirmos sobre a contextura das engenhosas respostas formuladas localmente para a questão da *modernização* em Cascavel. A rigor, as diversas atualizações, pelas quais passou a categoria conceitual, *modernidade*, configuram-se ponto essencial para nossas reflexões. Os preceitos internacionais de *modernidade*, mesmo que criados sob influência direta do sistema-mundo Capitalista (QUIJANO: 2005) foram implementados de maneira específica nas cidades brasileiras. São respostas singulares ao problema da *modernização*.

No mês de novembro de 1971, o jornal *Fronteira do Iguaçu*, trouxe uma nota fazendo alusão a uma reportagem sobre o turismo na região Sul do Brasil publicada na revista *Quatro Rodas*. Dessa forma, a presença da cidade de Cascavel em uma revista de circulação nacional foi vista com certo entusiasmo. Analisaremos, primeiramente, a nota do jornal e, posteriormente, a matéria completa:

²⁹ A temática da “modernização” da agricultura em Cascavel e na região Oeste do Paraná por meio do desenvolvimento do cooperativismo foi o foco de análise da pesquisa “Terra, poder e cooperativismo no Oeste do Paraná: o caso da Coopavel”, defendida pela Unioeste em 2019.

³⁰ Em sua Tese de Doutorado em Arquitetura, intitulada *Arquitetura e cidade: a modernidade (possível) em Florianópolis, Santa Catarina – 1930-1960*, o pesquisador Luiz Eduardo de Souza Teixeira investigou sobre o processo de modernização da cidade de Florianópolis.

Os recursos tecnológicos utilizados na composição da matéria que seria publicada na revista *Quatro Rodas* parecem ser considerados importantes para se destacar o seu teor e, ainda, classificar as narrativas tecidas sobre Cascavel como dignas de legitimidade. No trecho, “Numa cobertura completa de quatro páginas, incluindo várias fotos coloridas” temos expressão da importância das fotografias a cores naquele contexto. Outro ponto relevante nos remete a pensar que as imagens de *progresso* e *modernidade*, que haviam sido formuladas para a cidade, já se encontravam bem sistematizadas conforme as referências do período, a ponto de poderem ser difundidas e decodificadas em outros lugares do país. Ora, por meio da referida matéria, Cascavel estava sendo “promovida através desta revista de renome nacional”.

A publicação mencionada estava, então, em uma Edição Especial de Turismo da Revista *Quatro Rodas*, na qual a região Sul era o foco de divulgação de pontos turísticos. A matéria estava acompanhada por fotografias que enfatizavam o caráter de *modernidade* e aceleração da cidade de Cascavel, além de algumas indicações de serviços como hotéis e restaurantes, atrações turísticas, o automobilismo na cidade e a constituição de um discurso propagandístico de apelo à visita antes que o “espírito de aventura” da localidade não mais existisse.



Figura 14. *Cascavel uma aventura moderna no Oeste do Paraná*, FRONTEIRA DO IGUAÇU: 05/11/1971, p. 13.

O próprio título da matéria, “Cascavel: uma aventura moderna no oeste do Paraná”, buscava criar a ideia de que aquele presente estava em vias de ser transformado irremediavelmente. A cidade promoveria uma experiência única aos visitantes, já que estava envolta por “duas das mais belas atrações turísticas do mundo – Cataratas do Iguaçu e Sete Quedas”, portanto uma “aventura” em meio às belezas naturais da região. Porém, a urgência da visita marcava o discurso nos termos “Somos a cidade que mais cresce no Brasil”, finalizando com uma espécie de apelo publicitário: “Visite Cascavel antes que ela cresça demais, porque então o espírito de aventura ficará na saudade”. Vejamos na própria matéria (Figura 15).

A imagem noturna da Avenida Brasil, principal da cidade, com o trânsito de automóveis retratado sob o efeito *lightpainting*³¹, além dos veículos estacionados e posicionados em uma larga via, parecem compor um cenário futurístico. Ora, o “ritmo de progresso” de Cascavel estava sendo representado por meio do movimento aparente das luzes que, atreladas à imagem de um número significativo de automóveis, transmitiam a ideia de uma conexão entre a aparência da cidade e modelos os hegemônicos de *modernidade*.

Nas páginas seguintes há um conjunto de fotografias, um mapa do Estado do Paraná, além de um texto. Todos esses recursos discursivos foram dispostos, confluindo para a elaboração um arranjo simbólico que parece, principalmente, buscar figurar a cidade de Cascavel como um local movimentado, dinâmico, *moderno*.

Foram utilizadas imagens que pudessem ser associadas a determinadas concepções de *modernidade*, atestando o suposto processo de aceleração e *modernização* vividos naquele momento. Portanto, as fotografias produzidas e divulgadas precisavam ser compreendidas, lidas, decodificadas, por isso, expressavam uma vinculação direta com os referentes icônicos que circulavam em contextos mais amplos, internacional e nacionalmente. Dessa forma, foram produzidas segundo um *regime de visualidade* (MAUAD: 2005), configurando-se em materializações imagéticas, suportes visuais para os imaginários de *modernidade* e *progresso*. Nas palavras da pesquisadora Ana Maria Mauad:

³¹ O efeito *lightpainting* pode ser considerado uma técnica fotográfica de registrar luzes em movimento.

CASCADEL: UMA AVENTURA MODERNA NO OESTE DO PARANÁ



ROTEIRO DO SOL

Venha conhecer um mundo novo. O mundo maravilhoso de uma cidade que nasceu, cresceu e está vencendo a briga com o sertão. Venha viver um pouco do pioneirismo que ainda pulsa no coração de homens corajosos. Que abriram as portas para o grande Eldorado do Paraná: o Oeste. E aqui, estão duas das mais belas atrações turísticas do mundo — Cataratas do Iguaçu e Sete Quedas. Venha depressa. Somos a cidade que mais cresce no Brasil. Visite Cascavel antes que ela cresça demais, porque então o espírito da aventura ficará na saudade.



Figura 15. *Cascavel: uma aventura moderna no oeste do Paraná*. QUATRO RODAS: 1971, p. 67.

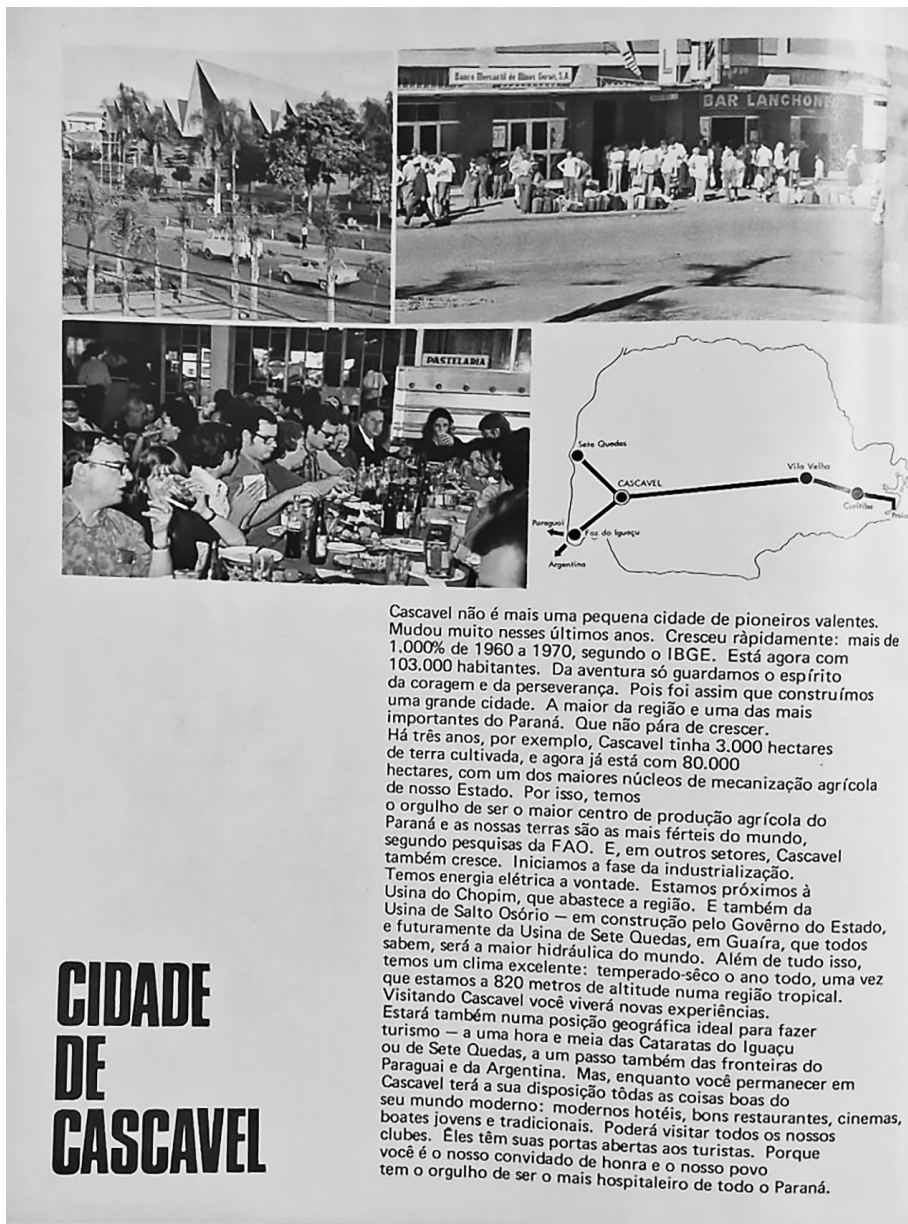


Figura 16. *Cascavel: uma aventura moderna no oeste do Paraná*, QUATRO RODAS: 1971, p. 70.

Nessa perspectiva, a fotografia é interpretada como resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautado sobre códigos convencionais culturalmente. É uma mensagem que se processa através do tempo, cujas unidades constituintes são culturais, mas assumem funções sógnicas diferenciadas, de acordo tanto com o contexto no qual a mensagem é veiculada quanto com o local que ocupam no interior da própria mensagem. Estabelecem-se, assim, não apenas uma relação sintagmática, à medida que veicula um significado organizado, segundo as regras da produção de sentido nas linguagens não-verbais, mas também uma relação paradigmática, pois a representação final é sempre uma escolha realizada num conjunto de escolhas possíveis. (MAUAD: 2005, p. 139).

Sobretudo, consideramos que a cidade de Cascavel estava sendo projetada como mercadoria e, em razão disso, os atributos e os serviços encontrados também em grandes centros urbanos foram colocados em evidência. Vejamos no texto principal da matéria:

Cascavel não é mais uma cidade de pioneiros valentes. Mudou muito nesses últimos anos. Cresceu rapidamente: mais 1000% de 1960 a 1970, segundo o IBGE. Está agora com 103.000 habitantes. Da aventura só guardamos o espírito da coragem e da perseverança. Pois foi assim que construímos uma grande cidade. A maior da região e uma das mais importantes do Paraná. Que não para de crescer. Há três anos, por exemplo, Cascavel tinha 3.000 hectares de terra cultivada, e agora já está com 80.000 hectares, com um dos maiores núcleos de mecanização agrícola de nosso Estado. Por isso, temos orgulho de ser o maior centro de produção agrícola do Paraná e as nossas terras são as mais férteis do mundo, segundo pesquisas da FAO. E, em outros setores, Cascavel também cresce. Iniciamos a fase da industrialização. Temos energia elétrica a vontade. Estamos próximos à Usina do Chopim, que abastece a região. E também da Usina de Salto Osório – em construção pelo Governo do estado, e futuramente da Usina de Sete Quedas, em Guaíra, que todos sabem, será a maior hidrelétrica do mundo. Além de tudo isso, temos um clima excelente: temperado-seco o ano todo, uma vez que estamos a 820 metros de altitude numa região tropical. Visitando Cascavel você viverá novas experiências. Estará também numa

posição geográfica ideal para fazer turismo – a uma hora e meia das Cataratas do Iguaçu ou de Sete Quedas, a um passo também das fronteiras do Paraguai e da Argentina. Mas, enquanto você permanecer em Cascavel terá a sua disposição todas as coisas boas do seu mundo moderno: modernos hotéis, bons restaurantes, cinema, boates jovens e tradicionais. Poderá visitar todos os nossos clubes. Eles têm suas portas abertas aos turistas. Porque você é nosso convidado de honra e nosso povo tem orgulho de ser o mais hospitaleiro de todo o Paraná. (QUATRO RODAS: 1971, p.70).

Uma narrativa jornalística repleta de relações temporais foi urdida nesse texto. Podemos perceber em sua contextura como as dimensões temporais, passado, presente e futuro, estavam sendo entrelaçadas. O presente foi representado como um período de prosperidade, a cidade crescia em um ritmo intenso e apresentava provas de seu *progresso* material. Segundo o texto, a população havia aumentado, as áreas de cultivo também, havia investimentos na industrialização e a oferta de energia elétrica abundante foi alçada à condição de elemento distintivo da região e de continuidade daquele ritmo.

A alusão ao passado foi feita por meio de um discurso que buscava demarcar a sua superação. Cascavel não era mais a “cidade de pioneiros valentes” e havia mudado muito e, rapidamente. Porém, mesmo com as transformações sofridas, o “espírito da coragem e da perseverança” haviam sido preservados e isso tornava-se patente na capacidade da cidade em possibilitar uma experiência de “aventura”.

Uma concepção de tempo evolutivo foi evocada para tratar do futuro. O devir fora representado como o momento no qual o homem e a difusão do *progresso* suplantariam a natureza e, irremediavelmente, o passado, caracterizado como inculto, porém bravo, poderia ser definitivamente transposto. Ora, era necessário visitar Cascavel, antes que a “aventura” fosse extirpada, sendo que aquele presente, um instante fugaz, precisava ser aproveitado pelos turistas.

A alusão à construção da maior usina hidrelétrica do mundo era uma referência à Usina Hidrelétrica de Itaipu, denominada pela matéria de “Usina das Sete Quedas”. As transformações na paisagem, causadas em decorrência da

construção da referida usina, acabaram por alagar uma grande área da região Oeste do Paraná, inclusive as próprias Sete Quedas. Seria esse clima de alterações significativas na natureza local uma das motivações para que os jornalistas e editores da Revista *Quatro Rodas* apelassem para a irreversibilidade da *modernização* em curso na época? Acreditamos que sim, pois algumas obras, como a Usina Hidrelétrica de Itaipu, se tornaram símbolos para o fomento aos ideais de integração nacional na Ditadura Civil Militar Brasileira.

1.4. Modernização via *integração nacional*

A Ditadura Civil Militar Brasileira, instituída por meio de um golpe de Estado no dia 31 de março de 1964, deixou marcas profundas na organização do espaço urbano das cidades no país. O traçado de construções monumentais, acompanhadas por discursos de “desenvolvimento” e de “progresso”, frequentemente permeados pelo autoritarismo e pelo ufanismo, ainda é presença constante.

Não é difícil detectarmos, em urbes diversas, um conjunto significativo de artefatos, monumentos, praças, escolas, ruas, onde permanecem as celebrações em torno de nomes de atores centrais de um passado de violência, crimes e torturas, encobertos pelo signo de um nacionalismo exacerbado. Em artigo desenvolvido sobre as cidades brasileiras e as marcas do passado ditatorial manifestadas por meio da toponímia, o pesquisador Pedro Henrique Campello Torres assim aponta:

A perpetuação destes símbolos, após a diluição das coalizões de poder que deram sustentação ao regime de exceção, sugere a indisposição de setores presentes em seguidos governos que se sucederam a esse regime em trabalhar a memória coletiva no sentido de valorizar a resistência à ditadura e promover uma consciência crítica habilitada a prevenir a volta de regimes de força. Assim é que no caso brasileiro, as permanências parecem prevalecer; continuidades são visíveis, a despeito das descontinuações dos processos históricos. No que diz respeito à relação entre história e cidade, a construção da memória mais parece uma malha de tecidos remendados. Estátuas, logradouros, esco-

las, prédios públicos, entre outros, fazem referência – muitas vezes ufanista – aos mais diversos protagonistas de nossa história. (TORRES: 2015, p. 390).

Os conceitos de *moderno*, *modernidade*, *modernização* e algumas outras expressões colocadas em relação pela imprensa de Cascavel enquanto conceituações indissociáveis com o “progresso” e o “desenvolvimento” compunham um acervo de recursos semânticos postos à serviço da tessitura de símbolos constituintes de uma espécie de imaginário coletivo de “integração nacional”, que era difundido por diferentes meios, mas que tinha a imprensa local como um de seus veículos seminais.

Em uma nota publicada no Suplemento Agrícola do jornal *Fronteira do Iguçu* em 07/05/1972 podemos perceber alguns indícios de como eram estabelecidas relações entre os discursos de desenvolvimento que circulavam nacionalmente e algumas questões locais, sendo Cascavel integrada aos ideais de “progresso” do “milagre brasileiro”. Vejamos que a questão da “integração nacional” estava sendo articulada, discursivamente, como condição à *modernização* do país.

Por isso, como veremos, não apenas a fisionomia das áreas urbanas das cidades deveria ser modernizada por meio da racionalidade oriunda das concepções urbanísticas propaladas pelo Governo Federal, o espaço rural e as próprias relações de produção no campo necessitavam de uma atualização modernizadora e integradora:

NOSSA AGRICULTURA VAI MUITO BEM

O chamado “milagre brasileiro” está sendo levado ao campo também, na firme convicção de que *nossa força rural precisa ser definitivamente integrada ao assombroso ritmo desenvolvimentista em que marcha agora o Brasil*³², provocando, mesmo no Exterior, os mais elogiosos comentários.

Embora esteja se processando da forma mais natural possível, a verdade é que a agricultura brasileira vem experimentando progressos sensíveis. E isso está ocorrendo de maneira tão rápida que nossa agricultura de hoje não é mais a de três anos atrás.

³² Grifos nossos.

Esse progresso animador, estimulado por uma série de medidas, a começar pela do crédito agrícola, pode ser avaliada, devidamente, por vários fatores: cresce em todo o país o consumo de fertilizantes, ao mesmo tempo que, nos últimos doze meses, a venda de tratores registrava um aumento de 62%.

São acréscimos sobre acréscimos, que levam à conclusão clara de que estamos marchando para ter uma sólida e moderna agricultura. Para tanto, vêm contribuindo também, entusiasticamente os núcleos coloniais do INCRA, em várias regiões do Brasil, produzindo já generosamente os mais diversos cereais e lançando-se agora a uma promissora cultura de cana-de-açúcar, na Amazônia, onde será distribuído um total de mil e oitocentas toneladas de mudas, parte das quais já está na mão dos colonos.

Também os colonos do núcleo de Bernardo Sayão, igualmente do INCRA, estão vendendo seus produtos ao longo da rodovia Belém-Brasília, utilizando um ônibus gigante, transformando o mercado tipo auto-serviço, semelhante a outro que promove a venda de gêneros alimentícios entre Maranhão e Altamira, na Transamazônica.

Tudo isso dá ao observador a perspectiva nítida de que os agricultores brasileiros acreditam que chegou sua hora de progredir, produzindo sempre mais e melhor, a partir de um cultivo mais racional da terra, decisivo para o nosso desenvolvimento rural. (FRONTEIRA DO IGUAÇU: 07/05/1972, p. 11).

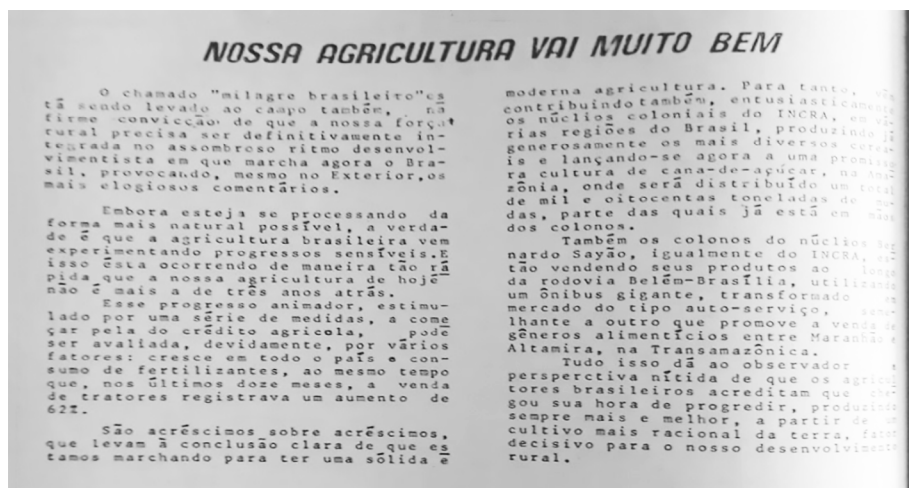


Figura 17. Nossa agricultura vai muito bem: FRONTEIRA DO IGUAÇU 07/05/1972, p. 11.

Segundo o texto, o “milagre brasileiro” estava sendo levado para o campo, “integrando” a agricultura aos demais setores da economia. São citadas algumas efemérides ligadas ao suposto “desenvolvimento” levado às regiões Norte e Nordeste do país. Portanto, o discurso presente nessa narrativa jornalística se fundava na prerrogativa de que o governo ditatorial engendrava uma obra única, sem precedentes: a “integração nacional”. A implementação do uso de fertilizantes químicos e mecanização da agricultura, citada pelo aumento da venda de tratores, seriam indícios de que o “progresso” atingia todas as instâncias da economia e sociedade da época.

Por sua vez, muitas obras públicas e privadas projetadas e executadas no recorte temporal de 1968 e 1978 na cidade de Cascavel apresentavam evidentes conexões com algumas das concepções arquitetônicas e urbanísticas do período autoritário. Isso nos permite afirmar a emergência de certos “modelos” hegemônicos de modernização do espaço urbano.

Todavia, não estamos a afirmar a ocorrência de uma reprodução passiva, em nível local, dos preceitos referentes às concepções de Urbanismo ou mesmo de Arquitetura que foram assumidos pelo governo militar por meio de obras públicas. É certo que a racionalidade em torno da gestão e da intervenção nos espaços públicos e privados no país esteve submetida aos ditames do planejamento dos governos ditatoriais que contaram, inclusive, com o poder de legislar e viabilizar, financeiramente, um certo tipo de urbanização no país. Porém, a forma de se dar concretude aos modelos hegemônicos é sempre marcada pela singularidade.

Portanto, um dos desdobramentos analíticos adjacentes a nossa pesquisa é justamente o estabelecimento de uma interpretação dialógica entre as questões urbanísticas locais, as demandas nacionais de planejamento urbano e as suas formas de representação nos discursos jornalísticos. Nesta perspectiva, surge a necessidade de se compreender como alguns dos preceitos urbanísticos que circulavam nacionalmente foram operacionalizados localmente.

Em edição especial de 26 de março de 1972, uma série de páginas do jornal *Fronteira do Iguaçu* lançou congratulações em comemoração à instauração do governo militar, denominando a sua deflagração de “A Revolução de 31 de março de 1964”. A utilização o termo “revolução” para denominar o golpe de Estado que suprimiu, violentamente, as liberdades democráticas no país,

demonstra que a “integração nacional” significava apoiar, irrestritamente, as propostas, programas e projetos do governo militar.

Selecionamos um anúncio publicitário, intitulado “Integração Nacional”, elaborado pelo próprio jornal para homenagear a “revolução”. Nele, um mapa do Brasil aparece preenchido por fotografias que, analisadas em conjunto, trazem uma narrativa visual fortemente coadunada aos símbolos de um *imaginário coletivo* de “progresso”. Em outras palavras, uma espécie de síntese imagética foi elaborada para representar parte da ideologia profundida pelo governo ditatorial da época.

Nesse caminho reflexivo, o Cristo Redentor representaria a hegemonia do Cristianismo em território nacional e as máquinas consubstanciariam o processo de industrialização em curso nas circunstâncias do “Milagre Econômico”. A imagem de parte do Congresso Nacional cumpria a função de demarcar explicitamente o centro de poder para o país, e a vegetação aparece como símbolo das riquezas naturais a serem ainda exploradas, segundo os parâmetros do projeto de “desenvolvimento” daquele contexto. Além das imagens, há também um texto, onde podemos ler:

De Norte a Sul, nosso País levanta-se para comemorar, com soberania indiscutível que advém de maioria alcançada sob a administração segura de seu Presidente, o 8º aniversário da Revolução de 31 de março.

De um extremo ao outro, nosso Estado desperta sob as clarinadas do tempo de progredir dos seu Governador, acompanhando o desenvolvimento acelerado da Nação.

E é chegado o momento de nosso município dizer Presente. Eis por que desponta liderando a região que se consolida como a Grande Cascavel. (FRONTEIRA DO IGUAÇU: 26/03/1972, p. 12).

Segundo o texto, o ato de comemorar a “revolução” era um dos fatores de “integração nacional”, capaz de unir o país de “Norte a Sul”. O Estado do Paraná também foi citado como entidade despertada para o “tempo de progredir”, ou seja, para reproduzir os modelos de gestão pública do governo federal. A cidade também estaria integrada a essas demais esferas de poder, dizendo “presente” e “liderando a região que se consolida como a Grande Cascavel” (Figura 18).



Figura 18. *Integração nacional*, Fronteira do Iguaçu, 26/03/1972, p. 12.

Destarte, salientamos ainda que as estruturas econômicas, sociais e culturais predominantes, desenvolvidas em âmbito nacional e local, estavam arraigadas às referências internacionais de *modernidade*. Para reforçar esta argumentação, lançamos mão de algumas noções desenvolvidas pelo arquiteto e historiador urbano argentino, Adrià Golerik:

A modernidade é tomada aqui, então, como o *ethos* cultural mais geral da época, como os modos de vida e organização social que vêm se generalizando e se institucionalizando sem pausa desde sua origem racional-européia nos séculos XV e XVI (e aqui me apoio em um autor como Giddens), e a modernização, como aqueles processos duros que continuam transformando materialmente o mundo. Colocar a cidade como objeto de indagação, precisamente por sua combinação íntima e constitutiva de processos materiais e representações culturais, leva a ver o funciona-

mento conjunto dessas duas categorias, obriga a tentar entender suas lógicas recíprocas. (GORELIK: 1999, p.59)

É nesse sentido que citamos a existência de um conjunto significativo de notícias e reportagens alusivas a *acontecimentos* de abrangência nacional e internacional em nossas fontes jornalísticas. Havia uma intensa produção de vínculos, conexões e nexos causais entre eventos que, aparentemente, não teriam nenhuma relação.

Vejamos como a cidade pode ser tomada como *lôcus* privilegiado para se compreender as complexas elaborações simbólicas que as sociedades podem estabelecer com o conceito de *modernidade*, pautadas em um tipo de dialogismo conceitual:



Figura 19. *Empossado Richard M. Nixon – 37º Presidente dos EUA*, DIÁRIO D'OESTE: 26/01/1969, p. 1.

Nesta matéria de capa, o título e o texto colocado ao lado esquerdo da fotografia remetem à posse do presidente norte-americano na época. Porém, a imagem presente na capa dessa edição traz um aperto de mãos entre o prefeito de Cascavel, Otacílio Mion, e o governador do Estado, Paulo Pimentel. Consideramos este documento representativo para nos aproximarmos de reflexões em torno do teor das importantes redes simbólicas que estavam sendo urdidas naquele momento.

Ora, a inscrição do cumprimento entre Mion e Pimentel, como *acontecimento* na cena pública, dividindo o espaço com a posse de Nixon, impulsionava uma rede de significações associadas àquela potência capitalista norte-americana vista como ápice da *modernidade*. Era como se as barreiras espaciais e temporais pudessem ser suplantadas por meio do discurso jornalístico. Cascavel aparece irmanada ao governo do Estado do Paraná que, por sua vez, personificava a conexão com os referentes de *modernidade*, poder, “progresso”, consubstanciados na figura do presidente dos Estados Unidos.

Vejamos agora a capa do jornal *Fronteira do Iguçu*, na edição do dia 31/12/1971. Nela existe uma imagem muito eloquente dos fluxos de sentidos que estavam sendo estabelecidos entre o periódico e os referentes de poder nacional. A utilização do mapa do Brasil e, no seu interior, a imagem do rosto do presidente militar Emílio Garrastazu Médici³³ é um indício da visibilidade local da questão da “integração nacional”.

As linhas diagonais que partiam de um ponto em comum no centro do mapa cumpriam o papel de produção do significado de expansão, de crescimento do Brasil. É uma imagem que sintetiza as perspectivas temporais e, principalmente, organiza as experiências daquele presente, confirmando o apoio ao governo ditatorial, disposto no centro do mapa, e projetando um futuro de “crescimento”, de “grandiosidade”, anunciado na esperança de um “*Ano nôvo, Brasil nôvo*”.

³³ Foi presidente do Brasil entre 1969 e 1974, seu período no poder foi reconhecido como “Anos de Chumbo”.

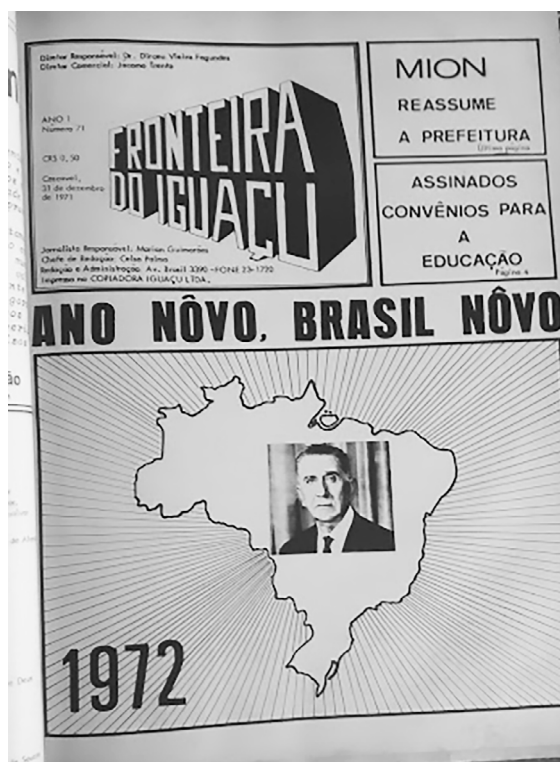


Figura 20. *Ano nôvo, Brasil nôvo*,
FRONTEIRA DO IGUAÇU: 31/12/1971, p.1).

A representação de poder centralizado, associado à *modernização* como forma impreterível de manejo do futuro, parece ser um recurso deveras frequente em nossas fontes. Segundo o historiador Reinaldo Lindolfo Lohn, em texto produzido com o intuito de investigar os discursos jornalísticos difundidos pelo periódico *O Estado*, da cidade de Florianópolis, durante a ditadura, as intervenções urbanísticas foram marcas distintivas do período:

A alavancagem da construção civil foi um dos pilares da política econômica levada a cabo pelos governos militares (Prado e Earp, 2003: 225). A ampliação do crédito, após as reformas financeiras da década de 1960, encontrou na construção residencial um canal privilegiado, consignado no I Plano Nacional de Desenvolvimento, que apontou para sua “função específica de grande absorvedora de mão de obra”, demonstrada pela passagem de “785.000 em

1960, para 1.700.000 em 1970” no número de empregos no setor. Essa dinâmica transformou não apenas grandes cidades, mas contribuiu para constituir um importante segmento de cidades médias. O emprego de mão de obra com baixa qualificação, com salários achatados, constituiu um meio eficaz de política habitacional, com resultados visíveis, seja na verticalização dos edifícios de apartamentos, seja nos bairros periféricos, onde grande parte da população trabalhadora encontrou como única alternativa a “autoconstrução”. Juntamente com o aparato repressivo e de propaganda, as intervenções no espaço urbano foram fonte de legitimação social da ditadura. (LOHN: 2011, p. 164).

Desta feita, os conteúdos veiculados pela imprensa local em Cascavel fomentavam a adesão às demandas de determinados paradigmas constituintes de um conjunto de representações estabelecidas sob a tríade *urbanização, modernização, integração*. Nesse outro trecho retirado também do jornal *Fronteira do Iguaçu*, é possível notarmos o agenciamento de referenciais canônicos da memória pública nacional, como o “Descobrimento do Brasil”, para favorecer o apoio aos interesses e projetos do governo federal.

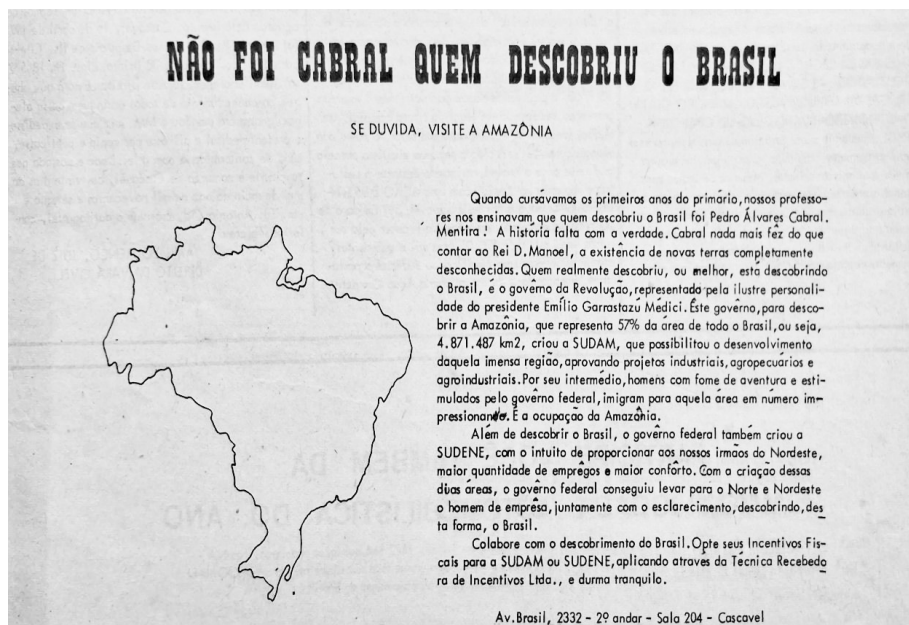


Figura 21. Não foi Cabral quem descobriu o Brasil. Se duvida, visite a Amazônia. FRONTEIRA DO IGUAÇU: 13/04/1971, p. 17.

O breve trecho é dotado de importantes pontos a serem analisados. Destacamos a reinvidicação feita, por meio desse anúncio publicitário, de se atribuir ao “governo da revolução” o papel de “descobridores do Brasil”. Lembremos da frase “Mentira! A história falta com a verdade”, aqui numa projeção articulada pelo discurso, o tempo foi transposto por meio da noção de que “descobrir” significava “possibilitar o desenvolvimento daquela imensa região, aprovando projetos industriais, agropecuários e agroindustriais”. Trata-se de um anacronismo proposital, pois certamente os projetos de “desenvolvimento” da época do Rei Dom Manoel, não eram os mesmos encabeçados pelo governo da Ditadura Civil Militar.

O governo do presidente Médici era referenciado como o subsidiário para que os “homens com sede de aventura” ocupassem efetivamente a Amazônia a partir das ações da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Por outro lado, o “desenvolvimento” também seria levado “aos nossos irmãos do Nordeste”, garantindo maior “quantidade de empregos e maior conforto” através da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).

Assim, as ações governamentais estariam “levando para o Norte e o Nordeste, o homem de empresa”, juntamente com o “esclarecimento”, “descobrimo”, desta forma o Brasil. Vejamos que há uma prescrição clara com relação aos agentes desse processo de “descobrimento”, o “homem de empresa” era o sujeito que se adequava às concepções e aos projetos promovidos no período.

As formas de produção de discursos jornalísticos e de representações imagéticas por meio das quais se vinculava a cidade de Cascavel às prerrogativas de planejamento urbanístico que circulavam em âmbito nacional, podem ser percebidas também pelas notícias elaboradas para referenciar a implementação do Projeto CURA (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada)³⁴.

Segundo o texto constante em uma Resolução da Diretoria do BNH (Banco Nacional de Habitação)³⁵, publicada no mês de junho de 1973, o Projeto CURA tinha como principal objetivo “racionalizar o uso do espaço urbano”,

³⁴ Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/205726-dispue-sobre-programa-de-complementauuo-urbana-a-ser-executado-atravs-de-projetos-cura-u-comunidade-urbana-para-recuperauuo-acelerada.html> Acessado em 13/05/2023.

³⁵ Trata-se da Resolução da Diretoria do BNH, RD nº 38/73. Disponível em: <https://www.prognum.com.br/legislacao/leis/BNH-RD-38-73.htm> Acessado em 13/05/2023.

contando com recursos do BHN. Em suma, tal documento estabelecia os critérios para a elaboração de Planos Diretores e demais obras de planejamento urbano condizentes com as suas determinações. Porém, apenas as cidades que tivessem acima de 50 mil habitantes em sua área urbana poderiam participar do CURA. Vejamos parte inicial do texto da Resolução:

1. Dentro dos programas mencionados nesta Resolução e observadas as normas e condições estabelecidas nos itens subseqüentes, o BNH concederá financiamentos para formulação e execução de programas plurianuais e projetos específicos de COMUNIDADE URBANA PARA RECUPERAÇÃO ACELERADA (CURA), objetivando racionalizar no uso do espaço urbano elevar as condições habitacionais de áreas urbanas, mediante:
 - 1.1. eliminação da capacidade ociosa dos investimentos urbanos;
 - 1.2. racionalização dos investimentos em infra-estrutura urbana e comunitária, pelo estabelecimento de critérios objetivos de propriedade;
 - 1.3. adensamento da população urbana segundo níveis tecnicamente satisfatórios;
 - 1.4. execução integrada de obras de infra-estrutura urbana e comunitária;
 - 1.5. diminuição dos efeitos negativos da especulação imobiliária.(...)
- (BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO: 06/06/1973).

No jornal *Fronteira do Iguaçu*, o anúncio de que Cascavel preenchia os requisitos necessários e, portanto, teria obras de intervenção urbanística gestadas segundo os preceitos estabelecidos por meio do Projeto CURA e financiadas pelo BNH, foi noticiado com ênfase nas mudanças previstas no “aspecto” da cidade (Figura 22).

A delimitação de área específica para o Distrito Industrial representava, além do caráter *funcionalista* da definição de territórios dentro dos espaços citadinos, a assunção de um discurso de que a racionalidade urbanística permitia o “impulso” para o setor industrial. Além disso, o asfaltamento, as mudanças no sistema viário e a criação de espaços de lazer e convívio, como praças e o Lago Municipal, também seriam contempladas em projetos desenvolvidos por profissionais oriundos da Secretaria Municipal de Planejamento.



Figura 22. *Cidade mudará de aspecto*, FRONTEIRA DO IGUAÇU: 01/11/1974, p. 7.

As articulações, ligadas ao desenvolvimento do Projeto CURA, em Cascavel, previam ainda a imposição de padrões específicos para as construções populares. No trecho da notícia que selecionamos é possível notarmos a exigência de que, a partir daquela data, as casas de até sessenta metros quadrados fossem planejadas por “responsável técnico”, visando “dotar a cidade de prédios residenciais mais apresentáveis”.

Nessa direção, a institucionalização do planejamento urbano segundo os parâmetros urbanísticos e arquitetônicos definidos em âmbito nacional durante a Ditadura Civil Militar Brasileira tornavam-se viáveis por meio das ações projetivas desenvolvidas por arquitetos, urbanistas ou engenheiros ligados aos gestores municipais, numa associação de interesses entre entidade de classe (CREA) e poderes Executivo municipal e federal. Portanto, consideramos que tais ações compunham um conjunto de respostas específicas sobre o problema da modernização na cidade.

Em outras palavras, os referentes de planejamento urbanístico elaborados no período ditatorial traziam em sua constituição as marcas do autoritarismo travestidas pelo discurso de *progresso* via “integração nacional”. Por sua vez, a cidade era concebida como pólo modernizador, espaço de materialização das concepções de *modernidade* inspiradas nos padrões de urbanidade advindos

dos países capitalistas desenvolvidos, em uma verdadeira trama de representações imagéticas e discursivas.

Um aparente paradoxo pode surgir de todas as questões discutidas até aqui, porém compreendê-lo pode trazer à tona alguns elementos fundamentais para subsidiar a análise do *corpus* documental dessa pesquisa. Mormente, as acepções mais recorrentes em torno do conceito de *modernidade* podem suscitar significados diversos, como o rompimento com o antigo, a vanguarda, a novidade, entre outros. Todavia, a *modernização* das cidades brasileiras, promovida durante a Ditadura Civil Militar, tinha um caráter conservador, tratava-se de se equacionar a ambiguidade presente em transformar sem alterar a ordem vigente.

Portanto, a *modernidade*, a *modernização*, a “integração nacional”, assumidas como categorias de discurso indissociáveis do manejo do urbano em nossas fontes jornalísticas e, nos documentos oficiais que serão discutidos mais a frente, não significavam a democratização do espaço urbano, nem mesmo a transposição das relações desiguais de acesso à cidade, mas a operacionalização das demandas de urbanização do período. A pesquisadora Ermínia Maricato elaborou importantes reflexões nesse aspecto:

Após um século e meio de vida, a matriz de planejamento urbano modernista (e mais tarde funcionalista), que orientou o crescimento das cidades dos países centrais do mundo capitalista, passou a ser desmontada pelas propostas neoliberais que acompanham a reestruturação produtiva no final do século XX. Em se tratando de países da semiperiferia, como é o caso do Brasil e de outros países da América Latina, esse modelo, definidor de padrões holísticos de uso e ocupação do solo, apoiado na centralização e na racionalidade do aparelho de Estado, foi aplicado a apenas uma parte das nossas grandes cidades: na chamada cidade formal ou legal. A importação dos padrões do chamado “primeiro mundo”, aplicados a uma parte da cidade (ou da sociedade) contribuiu para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente. (MARICATO: p.123).

O termo de “modernidade conservadora”³⁶ (PIRES & RAMOS: 2009) nos parece bastante apropriado para referendar as formas de implementação de determinados paradigmas de urbanidade em Cascavel no período em que se delimita nossa pesquisa. A modernização, enquanto conjunto de ações projetivas assentadas em discursos de construção de uma impreterível *modernidade* do espaço urbano, produziu transformações significativas na cidade. As feições do “progresso” e do “desenvolvimento” estavam marcadas pela verticalização das construções, pela abertura e pelo asfaltamento de avenidas largas, a presença da iluminação pública, a abertura de agências bancárias, entre outros, podem ser considerados indícios de que as elites urbanas e rurais da cidade tiveram a capacidade de produção de um cenário de *modernidade*.

1.5. A modernidade *incômoda*, o corpo intacto e as provas do fim do mundo

O filósofo francês Michel de Certeau, em obra fundamental³⁷ sobre as práticas cotidianas ligadas ao viver nas cidades e as relações de poder presentes no espaço citadino, elaborou noções basilares, tomadas aqui como referências para nosso intento investigativo. Conforme buscamos discutir até aqui, as vinculações entre as categorias analíticas *urbanização*, *modernidade* e *modernização*, são dotadas de infundável capacidade de renovação. Trata-se de relações cambiantes, onde os diferentes estratos de tempo e, também, as diversas sociedades, não cessam de lhes promover a elaboração de novos atributos e apropriações. Nas palavras de Certeau, a cidade é a “maquinaria e o herói da modernidade”:

³⁶ Segundo os pesquisadores Murilo José de Souza Pires e Pedro Ramos, o termo “modernização conservadora” foi inicialmente cunhado por Barrington Moore Junior para designar o desenvolvimento da Alemanha e do Japão nas primeiras décadas do século XX, porém sua introdução no Brasil pode ser delimitada à década de 1970, por intelectuais clássicos, como Florestan Fernandes. Entretanto, entendemos a modernização do espaço urbano de Cascavel pode ser retratada pelo termo “modernização conservadora” pelo fato das elites da cidade terem fortes vínculos com as atividades rurais, por exemplo. Portanto, modernizar não significava modificar a estrutura de desigualdade social, mas reatualizá-la sob uma outra roupagem.

³⁷ Nos referimos à obra *A invenção do cotidiano: as artes de fazer*, quando o autor trabalha com as “práticas do espaço”.

Hoje, sejam quais forem os avatares desse conceito, temos de constatar que se, no discurso, a cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias sócio-econômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar àquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder ‘se urbaniza’, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico. A Cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poder sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir. (CERTEAU: 1998, p. 174).

Portanto, cabe questionar: o poder de se conceber, planejar e interferir no espaço da cidade não encontraria nenhum tipo de resistência ou oposição? Os projetos de *modernização* do espaço urbano implementados em Cascavel entre 1968 e 1978 teriam sido aceitos, sem nenhuma contestação, pelos habitantes da cidade? É possível identificarmos alguns indícios de “táticas”³⁸ alternativas de se viver e de se significar a cidade, nas fontes jornalísticas que selecionamos?

Com o fito de respondermos a essas questões, iremos analisar algumas reportagens e matérias jornalísticas que apresentavam em seu conteúdo alguns “incômodos” ou mesmo divergências em relação as diversas obras de intervenção urbanística que se processaram em Cascavel entre os anos de 1968 e 1978.

As obras de asfaltamento e alargamento da Avenida Brasil, a principal da cidade, faziam parte dos projetos presentes em seu primeiro Plano Diretor, elaborado em 1968 e de responsabilidade do arquiteto Gustavo Gama Monteiro³⁹. Apesar de encontrarmos referências de monumentalização da avenida em várias outras narrativas jornalísticas, nesta notícia podemos perceber que os paradigmas urbanísticos que orientaram o projeto, contando com canteiros centrais, foram criticados e um movimento de contestação se manifestou na Câmara de Vereadores:

³⁸ Para Certeau as “táticas” seriam as formas de se produzir procedimentos diversos às práticas hegemônicas de se viver nas cidades.

³⁹ Discutiremos o conteúdo desse Plano Diretor, bem como a atuação do arquiteto Gustavo Gama Monteiro no planejamento urbano em Cascavel no segundo capítulo dessa Tese.

Asfalto na Pista Central da Avenida

Êste é um grave problema que deve ser tratado com a maior brevidade possível. É o caso da pista central da Avenida Brasil e do acesso à cidade, pelo traçado da estrada velha, isto é, ligando a BR 277 ao centro via Osilos da COPASA e saindo pelo lado esquerdo da Igreja Santo Antônio até a continuação da rodovia que vai à Foz do Iguaçu.

Como se sabe, este era o traçado velho da estrada federal, que inclusive passava em plena avenida central. Agora, com o asfaltamento da BR 277, foi construído o contôrnio da cidade, ficando o trêcho completamente abandonado pelas autoridades competentes prejudicando a beleza e imponência da Avenida Brasil.

De início, não podia cojitar [*sic.*] de seu asfaltamento, pois era necessária a autorização do Govêrno Federal. A autorização já foi dada. Depois, o Plano Diretor de Cascavel, elaborado pelo arquiteto Gama Monteiro, previu a construção de um grande jardim na parte central da avenida. Um completo absurdo!!! Agora, o Vereador José Marcos Formigheri vem de apresentar projeto na Câmara Municipal, modificando o Plano Diretor e solicitando a urgente pavimentação do trêcho.

Esperamos que desta vêz o problema seja solucionado, o que dará à nossa avenida Brasil tôda a grandeza de seu verdadeiro aspecto. Afinal, temos em Cascavel a maior, mais bela e mais larga avenida do Paraná, com mais de cinco quilômetros de extensão, setenta metros de largura, com três pistas, tôda ajardinada e iluminada com lâmpada à mercúrio. É preciso que se dê valor à tamanha obra, que é cartão de visita de uma cidade. (DIÁRIO D'OESTE, 15/09/1968, p. 1).

Como podemos notar, a construção de jardins na área central da avenida era classificada como “absurdo”, seguindo a argumentação de que Cascavel tinha a “maior, a mais bela e mais larga avenida do Paraná” e tal intervenção implicaria em prejuízo de “tôda a grandeza de seu verdadeiro aspecto”. O texto é finalizado com uma espécie de apelo para que se desse “valor à tamanha obra, que é o cartão de visita de uma cidade”.

Começaram a ser Lançados os Candidatos para a Sucessão do Dr. Odilon Reinhardt

LEIA NA
3.ª PAGINA



Odilon Mine é um dos candidatos

DIÁRIO D'OESTE

Fundador: DR. WILSON JOFFRE

ANO III - CASCAVEL - PR. - Domingo 15 DE Setembro DE 1968. N.º 420

Redator: Valtier Grein

Asfalto na Pista Central da Avenida



É preciso que a pista central seja pavimentada, para embelezar ainda mais a mais bela Avenida do Paraná...

Este é um grave problema, que deve ser tratado com a maior brevidade possível. É o caso da pista central da Avenida Brasil e do acesso à cidade, pelo traçado da estrada velha, isto é, ligando a BR 277 ao centro via silos da COPASA e saindo pelo lado esquerdo da Igreja de Santo Antônio até a continuação da rodovia que vai à Foz de Iguaçu.

Como se sabe, este era o velho traçado da estrada federal, que inclusive passava em plena avenida central. Agora, com o asfaltamento da BR 277, foi construído o contorno da cidade, ficando o velho trecho completamente abandonado pelas autoridades competentes e prejudicando a beleza e imponência da Avenida Brasil.

De início, não podia cogitar de seu asfaltamento, pois era necessária a autorização do Governo Federal. A autorização já foi dada. Depois, o Plano Diretor de Cascavel, elaborado pelo arquiteto Gima Moulheiro, previu a construção de um grande jardim na parte central da avenida. Um completo absurdo!!! Agora, o Vereador José Marcos Formighieri vem de apresentar projeto na Câmara Municipal, modificando o Plano Diretor e solicitando a urgente pavimentação do trecho.

Esperamos que desta vez o problema seja solucionado, o que dará à nossa Avenida Brasil toda a grandeza de seu verdadeiro aspecto. Afinal, temos em Cascavel a maior, mais bela e mais larga avenida do Paraná, com mais de cinco quilômetros de extensão, setenta metros de largura, com três pistas, toda ajardinada e iluminada com lâmpada à mercúrio. É preciso que se dê valor à tamanha obra, que é o cartão de visita de uma cidade.

Figura 23. Asfalto na Pista Central da Avenida, Diário d'Oeste, 15/09/1968, p. 1.

Neste caso podemos perceber, ainda, abaixo da fotografia a frase “É preciso que a pista central seja pavimentada, para embelezar ainda mais a mais bela Avenida do Paraná...”, em outras palavras, a pavimentação era aprovada, porém a edificação dos canteiros centrais era motivo de discórdia. A resistência à adesão ao projeto foi justificada sob a prerrogativa de “a mais bela Avenida do Paraná” correr o risco de ser alterada de forma irreversível, trazendo prejuízos a fisionomia do “cartão de visita de uma cidade”.

Assim, as narrativas jornalísticas tecidas acerca das obras de intervenção urbanística difundiam frequentemente as noções de que as transformações no espaço urbano eram ações impreteríveis ao “progresso” e implementação da *modernidade*, mas em outras situações, é possível notarmos indícios de dis-

sidências em relação às ações do planejamento urbano que eram divulgadas pelo periodismo local.

Na atualidade, influenciados pela visão retrospectiva sobre aquele *presente passado* (KOSELLECK: 2006), podemos dizer que a construção dos canteiros centrais na Avenida Brasil era um *acontecimento-possibilidade* (SILVA: 2011) naquele momento, pois a sua formulação narrativa na trama jornalística se caracterizava pela prospecção, algo que poderia ter ocorrência futura. Entretanto, sabemos que à revelia de qualquer contestação, a construção dos canteiros centrais acabou sendo executada e pôde permanecer ao longo de décadas, sob diferentes perspectivas e funções.

O barulho promovido pelas indústrias que estavam instaladas no perímetro urbano da cidade também foi motivo de críticas no ano de 1969. Chamamos a atenção para as formas de constituição do discurso jornalístico sobre a questão, principalmente no que tange às referências e recursos simbólicos acessados no texto. Vejamos a matéria:

Silêncio é progresso
A Oeste-Cap cresce a um ritmo de causar inveja a outras
comunas mais “idasas”

Sempre notamos que os Cascavelenses mostram-se orgulhosos em dizer quantos “aninhos” a nossa Cascavel tem, pois é justo que todo aquele que disso é cientificado, a surpresa é notória e os elogios fluem ao natural, mesmo com uma pontinha de “inveja”. Isso nós podemos entender pois nem todos podem contar com uma terra tão dadivosa, uma gente tão trabalhadora e com poderes públicos tão dinâmicos, pois afinal existem tantas “cousas” sobre a face da terra... Mas nós não podemos entender, e sentimos quando afirmamos isso, que em certos pontos o dinamismo de nossos homens públicos está parado, ou melhor, deixando de acompanhar o nosso desenvolvimento. É comum em poucos dias ser asfaltada uma quadra inteira. É comum vermos como anda rápida a construção [*sic.*] do Centro de saúde assim como também é impressionante o ritmo com que são feitos reparos na maioria das estradas de nosso município e abertas outras e assim por diante... Tudo isto é progresso, tudo isto é trabalho, tudo isto está sendo feito pela união clara e certa do povo e do poder público.

Mas de que adianta construir todo este colosso, si após um dia de labôr não podemos sequer [*sic.*] descansar? De nada, pois ficamos igualados em nossos sentimentos com Santos Dumont, quando viu seu invento ser utilizado tão eficientemente em missões de guerras sangrentas. Santos Dumont não inventou o avião para tal fim, e nós não ajudamos a construir Cascavel para que uma certa meia dúzia de imbecis fique a bagunçar o corêto como diz algures. Nós voltamos hoje, não contra estes; pois de nada adianta voltarmos nossa atenção para ingnorantes [*sic.*], seria perda de tempo, que para nós é precioso. Mas,...

Mas acontece que temos necessidade de crêr que existe a máxima boa vontade por parte de nossos dinâmicos homens públicos em fazer-se cumprir certas determinações que visam coibir abusos e mesmo descaso às leis. Nós precisamos que o Sr. Octacílio Mion, e seus comandados nos façam sentir que existe em nossa Prefeitura Municipal um CÓDIGO DE POSTURAS e que este seja posto em vigor, não só com seus dizeres mas com ações que perpetuem na prática o que dele se pode esperar. Não é segredo que um sem número de INDÚSTRIAS das bem barulhentas, ficam até 1 ou 2 horas da madrugada trabalhando com máquinas e perturbando a tranquilidade alheia, como está acontecendo nos dias de hoje na Capital do Oeste Paranaense. Silêncio é Progresso! E nós afirmamos que quando êste já não pode existir é porque alguma coisa está falhando, faltando ou precisando existir com urgência...

Nós pedimos, Prefeito Municipal Sr. Otacílio Mion: Faça com que seus comandados, sem perda de tempo, vejam o que está acontecendo no setor que aqui estamos focalizando, pois nós mesmos estamos prontos a colaborar, embora modestamente, para que tais fatos não continuem a persistir. Atue Sr. Prefeito, neste caso, como o famoso caso do “tapume” da avenida, pois é que muitas cousas serão entendidas aqui em Cascavel, a cidade que nos orgulha, mas que muitos não sabem dar seu reconhecimento por tudo que esta terra bendita lhes dá... (DIÁRIO D'OESTE, 19/10/1969, p.1).

O texto foi iniciado com uma série de afirmações elogiosas à cidade, classificando-a como referência de “desenvolvimento”, digna de “inveja”. Todo o “progresso” foi associado às características do cascavelense, nos termos: “Isso nós podemos entender pois nem todos podem contar com uma terra tão dadi-

vosa, uma gente tão trabalhadora e com poderes públicos tão dinâmicos, pois afinal existem tantas ‘cousas’ sobre a face da terra...”. Porém, em alguns aspectos o “dinamismo dos homens públicos” parecia não estar assim tão dinâmico, ou seja, em descompasso com o ritmo de “desenvolvimento” da cidade.

O texto segue argumentando que algumas obras de intervenção urbanísticas eram exemplos da presteza das resoluções encampadas pelo poder público municipal e foram utilizadas nesse discurso jornalístico como signos de *modernidade*. Vejamos novamente o trecho, “Tudo isto é progresso, tudo isto é trabalho, tudo isto está sendo feito pela união clara e certa do povo e do poder público.” Todavia, existia uma outra face da *modernidade*: o barulho.

Interessante perceber que novamente foram acionadas as narrativas canônicas e referenciais dos componentes de memória pública nacional para a sustentação das argumentações. A invenção do avião, por Santos Dumont, e a consequente utilização do invento para fins bélicos, foi mencionada como exemplo de que o “progresso” poderia se sobrepujar às necessidades humanas, como o descanso.

Pelos indícios apontados, o barulho das indústrias, situadas no perímetro urbano da cidade, estava sendo censurado. Nesse caso, a *modernidade* era incômoda e o poder público municipal, com seu “dinamismo”, deveria atuar na elaboração de um Código de Posturas, cerceando tais práticas. Portanto, a solução era o desenvolvimento de aparatos legislativos que permitissem que a perturbação do “sossego alheio” não ocorresse mais. Afinal de contas, “Silêncio é progresso” e, nessa “terra bendita”, tal preceito não estava sendo respeitada.

Nesse mesmo caminho reflexivo, onde estamos procurando analisar algumas dissonâncias acerca do processo de *modernização* da cidade, estavam algumas intervenções urbanísticas que atuaram como elementos propulsores de mobilizações no campo da cultura e religiosidade popular. É o caso da obra de duplicação da Avenida Carlos Gomes, uma das importantes vias de trânsito na cidade. Os debates públicos em torno das obras passaram a compor temática no jornal *Frenteira do Iguaçu* no ano de 1975, no qual, em geral, as questões relativas ao projeto, às desapropriações e mesmo às indenizações foram noticiadas.

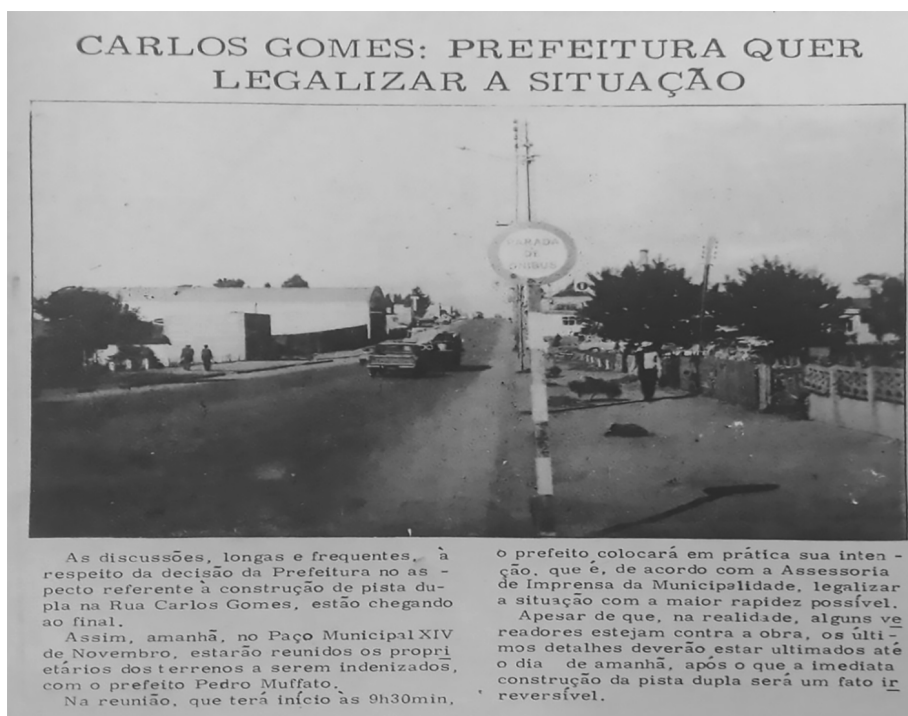


Figura 24. Carlos Gomes: Prefeitura quer legalizar a situação.
FRONTEIRA DO IGUAÇU, 08/06/1975, p. 10.

Certa polêmica envolvia o projeto, já que parte da duplicação previa avançar a avenida sobre o terreno do Cemitério Central da cidade. Como parte da execução das obras, vários túmulos foram exumados e transferidos para outras partes do cemitério. Tais transformações no espaço urbano faziam parte das obras previstas na implementação do Projeto CURA⁴⁰ em Cascavel.

Em abril do ano de 1977 uma série de matérias foi publicada apresentando um conjunto de acontecimentos envolvendo a descoberta do corpo de um bebê que estava, aparentemente, em ótimo estado de conservação após terem se passado vários anos de seu sepultamento. O corpo fora descoberto durante as obras de duplicação da Avenida Carlos Gomes. Vejamos como o jornal *O Paraná* tratou do caso do “corpo intacto”:

⁴⁰ O Projeto CURA (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada) foi uma das políticas de urbanização implementadas pelo governo da Ditadura Civil Militar no Brasil.

Corpo enterrado há anos é encontrado intacto

O Cemitério Municipal de Cascavel sofreu demolição parcial para que pudesse passar a rua de acesso a Rua Carlos Gomes, (Barão do Cerro Azul), desta operação, os restos mortais dos corpos enterrados naquela faixa vieram à tona, fato que chamou a atenção da população na época.

Acontece, porém, que nestes destroços foi encontrado recentemente o corpo de uma criança de aproximadamente 1 ano e meio de idade, enterrado à [sic] 14 anos atrás, ou seja no ano de 1963, estando até hoje, em 1977, intacto, com as roupas. Inclusive, pode-se notar o tom rosa do vestuário, e as rendas que enfeitavam o mesmo, podendo-se afirmar ser do sexo feminino. Segundo Gentil Rodrigues, coveiro do Cemitério, (...) “isto é um corpo santo nós guardamo porque nunca teve um caso destes”. (...)

Antonio Perboni, responsável pelo Cemitério Municipal de Cascavel, no cargo a [sic.] 16 anos, que enterrou a criança em 1963, diz: “Não é comum acontecer isso, lembro-me do dia que enterrei esta menina só não lembro o nome, visto que a família não cuidou mais do túmulo”. (...)

Enquanto as dúvidas de Antonio Perboni e dos coveiros do Cemitério vão surgindo, para saber se é milagre, se é medicamento, padre Franco Selare, pároco da Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida, explica: “Não é problema de fenômeno de santidade, toda criança ao morrer é inocente, não pode ter pecado, e isso podemos afirmar que criança que morre é santa”, mas isso não quer dizer, continua o religioso “que podemos sair gritando milagre do ponto de vista religioso. Não sei dar explicações sobre esses fenômenos, pois santidade, é uma conquista pessoal, um adulto poderá chegar a ser santo, devido aos sofrimentos, batalhas, e sacrifícios, mas tratando-se de crianças, todas elas são santas.”

(...) Continuando a explicação o médico Camata acrescenta “Visto que este corpo não foi mumificado, não existe no campo da medicina, uma explicação científica para o caso, se bem que isto é normal acontecer – continua o patologista – depende da consciência do organismo de cada ser humano. A única explicação que posso adiantar é que aconteceu uma mumificação espontânea o que pode acontecer com qualquer pessoa”, finaliza o médico. (O PARANÁ: 11/04/1977, p. 2).

As autoridades foram chamadas a prestar suas explicações sobre o fenômeno envolvendo o corpo do bebê. Para isso, os discursos de autoridade científica, representada na figura do médico, e de autoridade religiosa, representada pelo padre, compuseram narrativas preñhes de ambiguidades e evasivas. Além deles, um dos coveiros e o responsável pelo cemitério foram interpelados como testemunhas oculares dos fatos, lembremos da frase: “Não é comum acontecer isso, lembro-me do dia que enterrei esta menina só não lembro o nome, visto que a família não cuidou mais do túmulo”.

Trata-se de um interessante jogo discursivo onde a construção de narrativas que se pretendiam portadoras da “verdade” foi constituído. O médico concedeu uma explicação notadamente ambígua: “este corpo não foi mumificado, não existe no campo da medicina, uma explicação científica para o caso, se bem que isto é normal acontecer”. Destacamos a argumentação de que o corpo não havia passado por uma mumificação intencional e que a medicina tinha limites para explicar o seu estado, porém, ele finaliza concluindo que era “normal acontecer”!

O padre, representando todo o poder da Igreja Católica na cidade, apresentava argumentações dúbias em relação à possível santidade do “corpo intacto”. Segundo ele, toda criança que morre pode ser considerada “santa”, todavia, o milagre, em conformidade com os critérios da Igreja, seria resultado de um “esforço pessoal”, por isso advertia que não era sensato “sair gritando milagre do ponto de vista religioso”.

O *acontecimento* jornalístico foi também construído com a perspectiva do coveiro, que traz em sua narrativa as marcas da religiosidade popular. À revelia da cautela do padre em classificar o “corpo intacto” como milagre, o coveiro afirma a singularidade do evento e a santidade do bebê: “isto é um corpo santo nós guardamo porque nunca teve um caso destes”.

A composição das imagens utilizadas na notícia apresenta os rostos dos quatro responsáveis pelas versões apresentadas pelo jornal como legítimas para o caso do “corpo intacto”. O *acontecimento* estava sendo envolto em uma aura de significações que convergiam para o fortalecimento do papel da imprensa como produtora da “verdade”. O discurso foi elaborado como se o jornal pudesse assumir um lugar de representação coletiva e autorizada para apurar todos os fatos de forma imparcial, competente, apenas noticiando os eventos.

Corpo enterrado há 14 anos continua intacto



Antonio Perboni, que enterrou a menina. A gente não sabe se é santidade ou consequência de remédios.



Padre Franco Selare: "Toda criança que morre é santa".



Coveiro Gentil Rodrigues: "Isso é corpo santo".



Patologista Antonio Camata: "Cientificamente não há explicação".

O Cemitério Municipal de Cascavel sofreu demolição parcial para que pudesse passar a rua de acesso à Rua Carlos Gomes. (Barão do Cerro Azul), desta operação, os restos mortais dos corpos enterrados naquela faixa vieram à tona, fato que chamou a atenção da população na época.

Acontece, porém, que nestes destroços foi encontrado recentemente o corpo de uma criança de aproximadamente 1 ano e meio de idade, enterrada à 14 anos atrás, ou seja no ano de 1963, estando até hoje, em 1977, intacto, com as roupas, inclusive, pode-se notar o tom rosa do vestuário, e as rendas que enfeitavam o mesmo, podendo-se afirmar ser do sexo feminino.

Segundo Gentil Rodrigues, coveiro do Cemitério, encontramos o corpo no Cemitério Velho, sendo guardado juntamente com os ossos encontrados nos destroços, para que a família viesse reclamar, os restos para ser enterrados novamente, "mas nunca vieram procurar", não afirma o coveiro: Na opinião de Gentil, "isto é um corpo santo nós guardamos porque nunca teve um caso destes".

Antonio Perboni, responsável pelo Cemitério Municipal de Cascavel, no cargo a 16 anos, que enterrou a criança em 1963, diz: "Não é comum, acontecer, isso, lembro-me do dia que enterrei esta menina só não lembro o nome dela, porque são tantos que a gente enterra, e com o tempo, desapareceu o nome, visto que a família também não cuidou mais do túmulo". Antonio afirma que, com todo esse tempo que trabalha no Cemitério, "não houve casos como este, é claro que já encontrei o

corpo de uma velha, que tinha morrido de câncer, e estava quase inteira depois de dois anos que foi enterrada e outros três corpos que encontrei não eram assim, alguns só com ossos, mas com pele é muito difícil".

Antonio acha que "pode ser devido a medicamentos, ou é um corpo diabético, isso, continua - foi o doutor Moacir Jorge que falou, pois eu não posso saber, devido que a gente não entende esse negócio de corpo que seque e continua inteiro". E acrescenta o responsável pelo Cemitério: "A gente nem sabe direito se é santidade ou é consequência de remédios, creio que só um médico poderá explicar".

Enquanto as dúvidas de Antonio Perboni e dos coveiros do Cemitério vão surgindo, para saber se é mistério, se é milagre, se é medicamento, padre Franco Selare, pároco da Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida, explica: "Não é problema de fenômeno de santidade, toda criança ao morrer é inocente, não pode ter pecado, e isso podemos afirmar que criança que morre é santa", mas isso não quer dizer, continua o religioso, "que podemos sair gritando milagre, do ponto de vista religioso. Não sei dar explicações sobre esses fenômenos, pois santidade é uma conquista pessoal, um adulto poderá chegar a ser santo, devido a sofrimentos, batalhas, e sacrifícios, mas tratando-se de crianças, todas elas são santas". E na opinião do padre Franco Selare, "só um médico poderia explicar a razão deste fenômeno, pois no campo de religião não tenho condições de achar a razão para este fenômeno".

Moacir Jorge, médico legista de Igreja Matriz:

Cascavel, que inclusive já examinou o corpo, ocasião em que afirmou ao responsável pelo Cemitério ser devido a medicamentos ingeridos pela menina, e que por isso o corpo continuou intacto, recusou-se a dar qualquer explicação à reportagem alegando que não poderia dar qualquer entrevista visto que este problema é com a delegacia.

Antonio Camata, médico patologista, ao examinar o fenômeno explicou: "Não é um diabético, porque os diabéticos ao morrerem já estão com a carne curtida e não dura muito tempo seu corpo em baixo da terra, medicamentos não pode ser, porque não existe remédios para uma explicação destas. A única coisa que pode conservar um corpo, continua o patologista é a mumificação".

Mumificação é a transformação de um cadáver em múmia, isto é, o conjunto de fenômenos que se produzem em um cadáver colocado em local muito seco e quente, ou quando há um entrave ao desenvolvimento das bactérias de putrefação, usado pelos egípcios para mumificar as personalidades que morriam e eram guardadas em sarcófagos de madeira ou pedra, define ele.

Continuando a explicação o médico Camata acrescenta "Visto que este corpo não foi mumificado, não existe no campo da medicina, uma explicação científica para o caso, se bem que isto é normal acontecer - continua o patologista, - depende da consciência da orçânismo de cada ser humano. A única explicação que posso adiantar é que aconteceu uma mumificação espontânea o que pode acontecer com qualquer pessoa", finaliza o médico.

Figura 25. Corpo enterrado há 14 anos é encontrado intacto, O PARANÁ: 17/04/1977, p. 2.

O *acontecimento* do “corpo intacto” continuou sendo noticiado pelo jornal *O Paraná* nos dias seguintes, avançando nas informações sobre o caso. No dia 21/04/1977 as discussões em torno das causas do fenômeno de conservação do corpo do bebê, as possíveis razões da sua morte e a sua identidade foram alvo de novas narrativas. Contudo, havia mais um elemento trazido a esse ciclo de inscrições do evento na cena pública: a mobilização popular e as romarias que passaram a ser organizadas para visitar o cadáver mumificado.

**Médico legista confirma desidratação
do “corpo intacto” há 14 anos.
(a identidade da menina já é conhecida)**

A polêmica em Cascavel é grande, em torno do caso do “corpo intacto”. *A cidade está sendo visitada por gente de toda a região Oeste inclusive turistas que passam via Foz do Iguaçu, chegam até o cemitério para constatarem pessoalmente o fato.*⁴¹ (...)

O nome da criança que todos gostariam de saber e que foi possível identificar a menina, inclusive os pais, é Loreci Ferrari, seus pais Artêmio João Ferrari e Jandira Ferrari. Não foi possível a localização do pai, que voltou para o Rio Grande do Sul, de onde tinha vindo para Cascavel. (...)

O comentário no cemitério é variável o povo está criando uma mistificação em torno, abordando assuntos invendáveis como santidade, exemplo de Deus, etc. É o caso de João Nunes que comenta: “Isto é uma lição que Deus mandou prá [sic.] gente prá [sic.] nós saber que uma pessoa quando é enterrada, tem que ficar debaixo da terra, é um castigo divino porque um ser humano quando morre pertence à Deus, e mais ninguém.” E atraindo a atenção dos presentes João continua com sua explicação: “Isto prá mim tem que ser mistério, porque, em 14 anos, nem o cachãozinho não apodreceu, só pode ser mistério que só Deus sabe, mesmo”, termina.

Ou ainda outro comentário: “Nóis tamo mexendo com uma coisa que pode ter certeza que é santo, isto só prá santo que acontece, na Bíblia tá escrito, Deus separa a religião dele e outros mistérios, porque ia haver muitos destes mistérios no fim do mundo, quer dizer” – diz João com certeza – “estamos tendo uma prova de que o mundo tá perto de terminar”.

⁴¹ Grifos nossos.

A visitação ao cemitério passou a ser prática constante naqueles dias, sendo referenciada nos seguintes termos: “A cidade está sendo visitada por gente de toda a região Oeste inclusive turistas que passam via Foz do Iguaçu, chegam até o cemitério para constatarem pessoalmente o fato”. Acreditamos poder inferir que as atribuições de santidade e o possível milagre tenham sido as motivações desse movimento de mitificação.



99

Havia especulações acerca da identidade da criança. Segundo a reportagem, várias pessoas apareceram afirmando serem os seus genitores, porém, uma senhora, chamada Tereza Rebellato, foi considerada portadora das informações verídicas, já que forneceu indícios que possibilitaram o acesso ao Atestado de Óbito de um bebê que morrera em condições consideradas condizentes com o caso do “corpo intacto”.

As narrativas elaboradas por um espectador denominado João Nunes merecem uma análise detida. Segundo ele, a conservação do corpo do bebê, identificado como Loreci Ferrari, compunha um conjunto de lições que Deus estaria enviando para os seres humanos. Conforme sua lógica, exumar corpos seria um erro, pois era preciso “saber que uma pessoa quando é enterrada, tem que ficar debaixo da terra, é um castigo divino porque um ser humano quando morre pertence a Deus, e mais ninguém.”

Assim, as obras representadas como fruto da *modernidade*, que previam a duplicação da Avenida Carlos Gomes e o avanço sobre a área do Cemitério Central, estariam, naquela interpretação de João Nunes, ultrapassando os limites das questões sagradas. A principal argumentação utilizada era de que os mortos pertenceriam a Deus e, por conseguinte, deveriam permanecer nos locais de seu sepultamento, sob pena de castigo divino aos violadores dessa premissa.

Outro conjunto de explicações expressadas por João Nunes remetia às provas do fim do mundo. Para ele, o “corpo intacto” era considerado “uma prova de que o mundo tá perto de terminar”. Ele ainda classificava o fenômeno da conservação dos restos mortais de Loreci como um dos mistérios citados na Bíblia, por isso seria considerada indiscutível.

No trecho, há a evocação de conceitos e sentidos de caráter transcendental que inseriam o *acontecimento* em uma inscrição temporal mais ampla. Ora, a modernização da cidade, as intervenções urbanísticas e, neste caso, a consequente exumação de corpos, engendrou manifestações religiosas como romarias e significações que pertencem ao campo do sagrado.

As formulações do historiador francês François Hartog acerca do conceito dos *regimes de historicidade* (HARTOG: 2021) nos parecem imprescindíveis às nossas reflexões. Segundo tal perspectiva, as formas pelas quais as sociedades mais diversas lidam com suas experiências temporais podem ser analiticamen-

te operacionalizadas por meio das investigações sobre o tempo histórico, ou seja, “permitir o desdobramento de um questionamento historiador sobre as nossas relações com o tempo” (HARTOG: 2021, p. 37). A rigor, consideramos que o *acontecimento* do “corpo intacto” foi inscrito em uma temporalidade apocalíptica, pois foi consubstanciado como prova material do fim do mundo. Sobretudo as concepções em torno de um tempo escatológico⁴² foram utilizadas como recurso de inteligibilidade da experiência temporal naquele contexto.

Portanto, podemos destacar que diferentes formas de se significar as experiências temporais foram fomentadas pelo *acontecimento* do “corpo intacto”. O que queremos dizer é que a imprensa se utilizava, frequentemente, da ideia de *progresso, modernidade, aceleração*, conformando um tipo de ordenamento temporal hegemônico, que podemos chamar de *regime de historicidade presentista e futurista* (HARTOG: 2021, p.140), essa forma de significar o tempo não era a única, havia dissidências.

Após cerca de sete dias de mobilização de narrativas diversas e visitas intensas, o “corpo intacto” desapareceu misteriosamente. Vejamos como tal fato foi noticiado:

Corpo intacto desaparece e ninguém sabe onde está

Sem dúvida alguma, o caso que mais motivou a opinião pública cascavelense – e de todo o Oeste - nestes primeiros meses de 77, foi o da menina Loreci Ferrari, falecida há quatorze anos atrás e cujo corpo, recentemente desenterrado, no Cemitério Municipal de Cascavel, está praticamente “intacto”, isto é, sem sinais característicos de deterioração.

A notícia foi publicada pelo O PARANÁ no domingo passado, e de lá para cá o Cemitério tem sido alvo da visita de gente de toda a região, a maior parte curiosos, mas até mesmo devotos, que, postando-se em frente à “casinha” onde estava depositado o corpo, pediam bênçãos e curas.

Misticismo ou não, a verdade é que o povo foi envolvido e atraído pelo caso, ao ponto de, na terça-feira, haver se registrado a

⁴² Para o historiador francês François Hartog, o *regime de historicidade* instaurado pela tradição religiosa judaico cristã, o presente seria “o tempo do entremeio, intermediário, é um tempo de expectativa: um presente habitado pela esperança do fim” (HARTOG: 2021, p. 90), portanto, a crença em um dia do Juízo Final seria o elemento fundamental inflexão cristã da ordem de tempo.

tentativa de fechar os portões do campo santo, para acabar com a “polêmica” e dar por encerrado o assunto. Apesar disto, a massa humana que se acotovela em frente ao Cemitério insistiu e pôde novamente saciar a curiosidade. Caravanas de diversas cidades – Santa Tereza, Cafelândia, Foz do Iguaçu, Céu Azul e etc. – se formaram, e, embarcadas em carros particulares ou até mesmo caminhões e ônibus vieram à Cascavel, para ver de perto o fenômeno.”

A BUSCA DA VERDADE

Reportado o caso, há uma semana, O PARANÁ não “deu trégua” e revirou a cidade, trazendo à tona à cada dia fatos novos relacionados com o caso. (...)

CAUSAS DA MUMIFICAÇÃO

Um dos pontos mais controversos do caso, foi quanto à causa da mumificação do corpo da pequena Loreci Ferrari, de apenas cerca de 1 ano e meio de idade. As hipóteses foram muitas: falou-se em mumificação – de início descartada, pois o processo é impraticado, como se sabe -: aplicação exagerada de remédios – o que não foi comprovado e também deixado de lado.

A última hipótese, e dada pela maioria como “aceita” ou pelo menos mais “viável”, é a desidratação total do corpo. (...)

A CRENÇA POPULAR

Uma quarta-hipótese, porém, era “enunciada” pela voz do povo, especialmente por gente mais chegada à transas de religiosidade ou crenças diversas: o corpo de Loreci Ferreira seria “santo”, pois até mesmo parte de seus trajes ainda eram visíveis e com cor identificável, depois de 14 anos enterrado – côr de rosa, o vestidinho. (...) O PARANÁ, durante todo tempo, preocupou-se em noticiar o que se passava, sem jamais alternar sua veracidade. O que de fantasia houve, veio da voz do povo, das afirmações de nossos entrevistados – quase sempre, estes evitando pronunciarem-se abertamente, numa reserva natural e própria de quem não deseja expor-se ao crivo da opinião pública.

O FIM DO MISTÉRIO? (O PARANÁ, 23/04/1977, p. 3).

A produção de narrativas sobre os eventos que envolveram o caso do “corpo intacto”, pode ser considerada um importante indício acerca das relações estabelecidas entre o jornal *O Paraná* e seu papel na profusão de uma racionalidade própria inerente ao periodismo como formador da opinião pública. Os termos “não deu trégua” e “revirou a cidade trazendo à tona à [sic.] cada dia fatos novos relacionados com o caso” sustentavam a ideia de fidedignidade da narrativa jornalística, circunscreta a um determinado regime de veridicção (SILVA: 2021).

O ciclo *acontecimental* (SILVA: 2011) estava sendo fechado pelo jornal após ter, supostamente, cumprido a sua função social de apuração dos fatos, de inscrição de *acontecimentos* na esfera pública, de encadeamento de sentidos e de mobilização da opinião pública e, mais importante, urdindo formas de se significar e ordenar o tempo, constituindo diferenças entre aquilo que se considerava *moderno* ou “ultrapassado.”



Figura 27. “Corpo intacto” desaparece e ninguém explica onde está. O PARANÁ: 23/04/1977, p. 3.

Não por acaso o “corpo intacto” desapareceu. Mais do que meras ordenações linguísticas, a descoberta do corpo mumificado permitiu a evocação de sentidos que escapavam à lógica da racionalidade “moderna”. Trata-se da convergência de um entrelaçamento de dimensões temporais antagônicas. A capacidade de aglutinação e mobilização popular envolvendo a mitificação dos restos mortais de Loraci Ferrari, representava uma ameaça aos poderes de intervenção urbanística na cidade, era um entrave à constituição de um cenário de *modernidade* e aos modelos hegemônicos de urbanidade, por isso, o “corpo intacto” e as narrativas produzidas sobre ele foram, paulatinamente, obscurecidas.

II

Pensando o futuro



Neste capítulo apresentamos reflexões sobre o processo de elaboração das experiências temporais, tendo em vista as formas de constituição da temporalidade futura, empreendidas pelos jornais *Diário d'Oeste*, *Fronteira do Iguaçu* e *O Paraná*. Entre os anos de 1968 e 1978, portanto delimitados ao recorte temporal de nossa pesquisa, analisamos visões de futuro variadas, forjadas e propagadas por meio desses materiais do periodismo local, além dos Planos Diretores construídos no período, enquanto documentos dotados de intenção prospectiva.

Em linhas gerais, o futuro foi concebido como um tempo dotado de certas marcas distintivas. Na fisionomia da cidade de Cascavel, tais marcas compunham signos de visualidade evidenciados pela aceleração do tempo, pela velocidade, pelo trânsito de veículos, pelos letreiros luminosos, pelo comércio movimentado, ou seja, pela presença dos referenciais de consumo dos grandes centros urbanos nacionais e internacionais. As feições de “cidade moderna” e suas contíguas representações, por meio dos discursos jornalísticos, estavam conectadas à urgência de adequação às demandas de futuro. Mas que futuro era esse?

Em movimentos constantes, incessantes e variáveis, representações textuais e/ou imagéticas produzidas pelos jornais locais estabeleciam vínculos com a futuridade. Em sua Tese de Doutorado em História⁴³, Reinaldo Lindolfo Lohn, desenvolveu importantes reflexões sobre as projeções e a construção de *horizontes de expectativa* em Florianópolis entre os anos de 1950 e 1960 na imprensa florianopolitana. Várias das perspectivas apresentadas por Lohn inspiraram as nossas análises. Uma delas é a noção de existência nas cidades de uma comunicação visual de cenários futurísticos, as cidades imaginadas, mas também maneiras próprias de se arregimentar a aquiescência em torno do planejamento urbano em voga em épocas determinadas. (LOHN: 2002, p. 240)

⁴³ Apesar da pesquisa de Lohn ter sido desenvolvida em outro recorte temporal e com foco na cidade de Florianópolis, ela contempla importantes reflexões teórico-metodológicas acerca do estudo sobre cidade e suas relações com formas de se conceber o futuro.

É certo que aquilo que guiava a formulação das mais diversas perspectivas e expectativas de futuro eram as demandas do presente em que foram engendradas. A partir das concepções desenvolvidas por Reinhart Koselleck, podemos considerar que seriam justamente as questões pensadas em um *presente passado*, que forneceriam os elementos para se pensar em futuros possíveis, ou seja, construir determinados *horizontes de expectativas* (KOSELLECK: 2014). Todavia, aos conteúdos que constituem a construção de ideais de futuro, a transitoriedade é marca indelével. Ora, por mais positivas ou mesmo pessimistas que possam parecer as prospecções imaginadas, devemos considerar tais representações temporais como frequentemente provisórias.

Mas como o futuro pode ser um problema para a pesquisa historiográfica? Se o futuro se caracteriza pelo tempo ainda não vivido, em que medida pode ser analisado ou captado? Paradoxalmente, o futuro deixou vestígios? O historiador francês Marc Bloch em sua obra célebre *Apologia da história ou ofício do historiador* indicou importantes caminhos reflexivos para destrincharmos a aparente aporia. Ora, segundo essa perspectiva teórica, a história é a ciência dos “homens no tempo”⁴⁴ (BLOCH: 2001, p.24). Portanto, as dimensões temporais, presente, passado e futuro podem ser objeto da investigação historiográfica.

Para Reinhardt Koselleck, na obra *Estratos do tempo: estudos sobre história*, “A história sempre tem a ver com o tempo” (KOSELLECK: 2014, p. 9). Essa premissa é fundamental para considerarmos o tempo como um dos elementos basilares de toda e qualquer cultura humana. As análises em torno das formas de se vivenciar, significar o tempo e, ainda, expressar, dentro de recursos linguísticos específicos, as experiências e os sentidos atribuídos às dimensões temporais presente, passado e futuro, constituem-se em ponto fulcral de nossas reflexões.

Como veremos mais à frente, os discursos jornalísticos sobre um futuro otimista foram, frequentemente, ancorados nas experiências pretéritas ou nos referenciais hegemônicos de memória coletiva, tornando, assim, possível

⁴⁴ A referida obra de Marc Bloch é constituída de reflexões fundamentais acerca do tempo e sua relação com a história. A definição de que a história é a “ciência dos homens no tempo” é discutida pelo autor por meio de formulações que delineiam os pressupostos básicos do chamado “método regressivo”. Nesse sentido, o presente é considerado como o estrato temporal de onde os historiadores partem com problemáticas de pesquisa, portanto a supremacia das concepções positivistas de história passava por uma verdadeira revolução teórico metodológica na época de Bloch. (BLOCH: 2001)

a construção de um *dever* positivado. Mormente, as expectativas de futuro foram integradas ao tempo passado e presente, *horizontes de expectativas* eram alicerçados em determinados *espaços de experiência* (KOSSELLECK: 2006). Nessa acepção, a perspectiva da história *magistra vitae* permitia considerar o passado como um conjunto de fatos exemplares para se guiar o presente e direcionar o futuro. Havia a premência de representações de tempo ligadas à perspectiva evolucionista, de um tempo progressivo.

Imagens sintéticas povoavam os jornais quando se pensava o futuro, todas prenhes de representações de progresso tecnológico, industrial e científico. Uma crença no domínio da ciência e que, em geral, a tecnologia da época parecia levar a um estado melhor. É certo que os futuros sonhados naqueles passados não se efetivaram totalmente, muito daquilo que se planejou não passou de quimeras, todavia constituem-se em importantes referenciais para analisarmos as *utopias futurísticas* daquele tempo. (KOSSELLECK: 2014).

Em abril de 1969, por exemplo, o jornal *Diário d' Oeste* anunciava com entusiasmo a fabricação de um avião de fibra plástica na República Federal da Alemanha. A matéria seguia defendendo a utilização do plástico nos objetos mais corriqueiros, como na fabricação de bolsas, sapatos, sofás e utensílios domésticos, enfim, demonstrando que estar conectado ao futuro significava consumir tais produtos industrializados. Com o título “Matéria plástica: o ano 2000 já está chegando!”⁴⁵, um processo de aceleração do tempo estava sendo produzido pelo periódico e, paralelamente, incutia-se a necessidade de adequação aos novos tempos por parte do público leitor. Com a utilização do ponto de exclamação, a enunciação ganhava caráter imperativo. Desta feita, por meio da introdução do consumo de “materiais sintéticos” nos mais variados objetos, estabelecia-se os contornos acerca dos padrões e potencialidades de compra dos cidadãos “modernos”, do futuro. Os países industrializados já consumiam e produziam plástico, por isso já estariam no ano 2000 em pleno ano de 1969.

As informações científicas eram reproduzidas nos discursos da imprensa local por meio de dados sucintos. Variando de temática, frequentemente, os jornais noticiavam desde a distância entre os planetas do Sistema Solar ou

⁴⁵ Diário d'Oeste. *Matéria plástica: o ano 2000 já está chegando!* 27/04/1969, p. 4.

questões como “Quanto custará um coração humano?”⁴⁶. Havia também a presença de publicações que apresentavam notícias acerca das missões soviéticas Sputnik ou das missões norte americanas Apollo. Não podemos olvidar de nossas análises que o recorte temporal dessa pesquisa está circunscrito ao contexto da Guerra Fria⁴⁷, portanto, os acontecimentos que envolviam as disputas pela hegemonia mundial entre a União Soviética e os Estados Unidos povoavam as páginas dos jornais locais naqueles tempos.

Paralelamente, a utilização de informações científicas nos discursos jornalísticos cumpria o importante papel de garantir credibilidade ao periodismo local, já que “a verdade” sobre a ciência estava sendo disponibilizada aos leitores. Em algumas matérias e reportagens que selecionamos há a menção a resultados esparsos e dados descontextualizados, divulgados sob a esteira da neutralidade e imparcialidade jornalística. Os jornais selecionavam as informações e as traduziam em uma linguagem própria. Portanto, um conjunto de conhecimentos “científicos”, por um lado ajudava a consolidar imagens de futuro e, por outro, arregimentava a função do jornalismo enquanto portador de credibilidade enunciativa.

A construção das *utopias futurísticas* perpassava a ideia de controle sobre o tempo e o seu efeito de aceleração. Compreender, minimamente, os dados produzidos pela ciência equivalia a apropriar-se dos padrões “modernos”, dos comportamentos “modernos”, dos espaços urbanos “modernos” e, também dos conhecimentos científicos decodificados e reapresentados pela imprensa. Ocorria, portanto, a escritura de uma espécie de normatização de condutas “modernas”, por isso, consonantes com o futuro.

Porém, nem sempre as prospecções levavam a um tempo de prosperidade. Em alguns momentos, algumas fontes que selecionamos trataram o futuro como tempo encarniçado por incertezas. Na matéria “Quem tem medo do ano 2000?”⁴⁸ há o estabelecimento de uma espécie de paralelo com as profecias milenaristas do ano 1000, afirmando que o risco de “aniquilamento total”

⁴⁶ Diário d'Oeste. *Quanto custará um coração humano?* 14/04/1969, p. 1.

⁴⁷ Para o historiador Eric Hobsbawm, o período da Guerra Fria não pode ser tomado como um todo homogêneo de acontecimentos, porém é possível caracterizá-lo como um período de “insana corrida armamentista para a mútua destruição”. (HOBSBAWM: 2008, p. 233).

⁴⁸ Fronteira do Iguaçu. *Quem tem medo do ano 2000?* 03/05/1972, p. 2.

havia se alterado: do fim do mundo como obra divina, passava-se, naquele *presente passado*, para o potencial destruidor da tecnologia, como por meio da bomba de nêutrons ou a energia nuclear. Segundo o jornal *Fronteira do Iguaçu*, na referida matéria de 1972, até o fim do mundo seria tecnológico.

A notícia do início da operacionalização de um “trem bala” na capital alemã, Berlim, no início de 1977, foi saudada com entusiasmo pelo jornal *O Paraná*. A matéria intitulada “O futuro chegou: um trem suspenso no ar”⁴⁹ surgia como uma espécie de espetáculo futurístico, discurso alicerçado na descrição dos procedimentos de integração dos itinerários, bem como de informações sobre o funcionamento das dinâmicas de utilização desse meio de transporte. A intensificação das imagens de *modernidade* estava acompanhada pelas demandas de futuridade impostas também aos usuários, pois os bilhetes estariam ligados por meio de um computador, sendo necessário que o passageiro apertasse o botão correspondente ao seu destino e introduzisse o dinheiro na máquina. Uma espécie de manual para a maquinaria *moderna*.

Paradoxalmente, mesmo sem “trem bala”, sem foguetes e sem missões espaciais, Cascavel estava sendo suprida de *modernidade* e, ao mesmo tempo, de futuridade. A rigor, algumas obras, inaugurações e eventos ganhavam contorno de espetáculo, sendo utilizados pelos periódicos como recursos para se assentar a crença em determinados projetos de futuro. Seja pela iluminação pública com “luminárias de filamento de mercúrio”⁵⁰, pela transmissão de programas de televisão por meio da instalação de uma “Estação de Televisão”⁵¹ ou pela inauguração do “Moderno Cine Delfim”, noticiada como resultado do “crédito em um futuro grandioso” para a cidade ⁵², os leitores poderiam identificar-se com tais preceitos.

Não obstante, é necessário considerar que o futuro passou também a ser alvo de disputas entre os grupos sociais. Os *horizontes de expectativas*, produzidos e difundidos pelo discurso jornalístico, forneciam o substrato simbólico

⁴⁹ O Paraná. *O futuro chegou: um trem suspenso no ar*, 26/01/1977, p. 7.

⁵⁰ Diário d'Oeste. *Para fazer de Cascavel a cidade mais bem iluminada do interior do Paranaense, já chegaram as luminárias*, 10/03/1969, p. 1.

⁵¹ Diário d' Oeste. *Continuam céleres as obras que visam a instalação em Cascavel de uma Estação de Televisão*, 23/03/1969, p. 1.

⁵² Diário d'Oeste. *Inaugurado o moderno Cine Delfim S/A*, 18/12/1968, p. 1.

para a distinção entre grupos sociais. Pela capacidade de consumo, de adequação e de incorporação dos preceitos de *modernidade*, garantia-se a legitimidade social para liderar os rumos do futuro. Em outras palavras, mesmo que seja possível inferir sobre a prevalência de uma formação discursiva caracterizada pela concepção de futuro evolutivo, não podemos deixar de dar centralidade às dimensões conflituosas desse processo.

Nesse sentido, o noticiamento da execução de obras públicas tornou-se importante vetor para a produção de uma série de discursos acerca da necessidade do planejamento urbano na cidade. Mas não se tratava de qualquer projeto. Paulatinamente, determinada racionalidade urbanística passou a difundida pelos jornais locais em consonância com documentos oficiais, como os Planos Diretores de 1968 e 1978. Além de serem concebidos enquanto forma desejável de organização espacial e territorialização da cidade, foram assumidos pelo periodismo local, como concepção consensual de planejamento urbanístico e condição imprescindível para controle sobre os discursos hegemônicos de futuro.

2.1. As ordens do tempo e a futuridade segundo os jornais locais

Buscando perscrutar as formas de engendramento das “ordens do tempo” que marcaram o século XX, o historiador francês François Hartog, elaborou o conceito de *regime de historicidade*. Segundo o autor, após a Queda do Muro de Berlim o *presentismo* teria se tornado um *regime de historicidade* hegemônico mundialmente, estruturando-se a partir do enfraquecimento da concepção de tempo progressivo, evolutivo, oriundo do *regime de historicidade moderno*⁵³.

Sob a supremacia do tempo do agora, o passado teria uma função pragmática no estabelecimento de uma origem ao presente, já o futuro havia perdido, paulatinamente, sua capacidade no fornecimento de um ideário de perfeitibilidade, passando a ser um tempo incertezas. Vejamos como o historiador formulou algumas importantes noções:

⁵³ Segundo Hartog no *regime de historicidade moderno* vigorava o paradigma da história *magistra vitae*, nesse sentido, o passado tinha caráter de exemplaridade, configurando-se como modelo a ser imitado. Além disso, os exemplos do passado permitiam a produção de prognósticos em torno de um *devir* positivado (HARTOG: 2006).

O século XX é o que mais invocou o futuro, o que mais construiu e massacrou em seu nome, o que levou mais longe a produção de uma história escrita do ponto de vista do futuro, conforme aos postulados do regime moderno de historicidade. Mas, ele é também o século que, sobretudo no seu último terço, deu extensão maior à categoria do presente: um presente massivo, invasor, onipresente, que não tem outro horizonte além dele mesmo, fabricando cotidianamente o passado e o futuro do qual ele tem necessidade. Um presente já passado antes de ter completamente chegado. (HARTOG: 2006, p. 270)

Mesmo que em condição embrionária na época em que está circunscrita nossa pesquisa, o sentimento de aceleração do tempo, a supremacia do presente - como uma categoria temporal onipresente - e as hesitações em relação à crença em um futuro melhor, que estavam se consolidando durante o século XX, também podem ser identificadas na imprensa em Cascavel.

Analisando os documentos do periodismo local, a partir da premissa das reflexões sobre as formas de elaboração do tempo social, podemos afirmar a existência de uma espécie de movimento pendular entre o *regime de historicidade moderno* e o *regime de historicidade presentista*. Dizemos isso, pois em algumas narrativas jornalísticas, as experiências temporais eram significadas como imersas em um tempo evolutivo, em que o passado da “colonização” em que os indivíduos considerados “pioneiros” haviam legado um passado heroico⁵⁴ que, além de justificar o presente, servia de sustentáculo às miradas positivadas em torno do futuro. Em outras situações, o presente era considerado como um momento marcado pela experiência da fugacidade, onde o tempo passava a ser significado em meio a um processo intenso de aceleração.

Na campanha publicitária do jornal *Frenteira do Iguaçu*, divulgada no ano de 1976, podemos perceber como estava sendo representado o sentimento celeridade daqueles tempos por meio do discurso jornalístico. Trata-se do anúncio de venda de assinaturas do jornal, embasado justamente na prerrogativa da necessidade de uma nova economia de tempo:

⁵⁴ As narrativas de passado, constituídas pelos jornais analisados, são a temática desenvolvida no próximo capítulo dessa Tese, intitulado “Os urdidores de passado”.

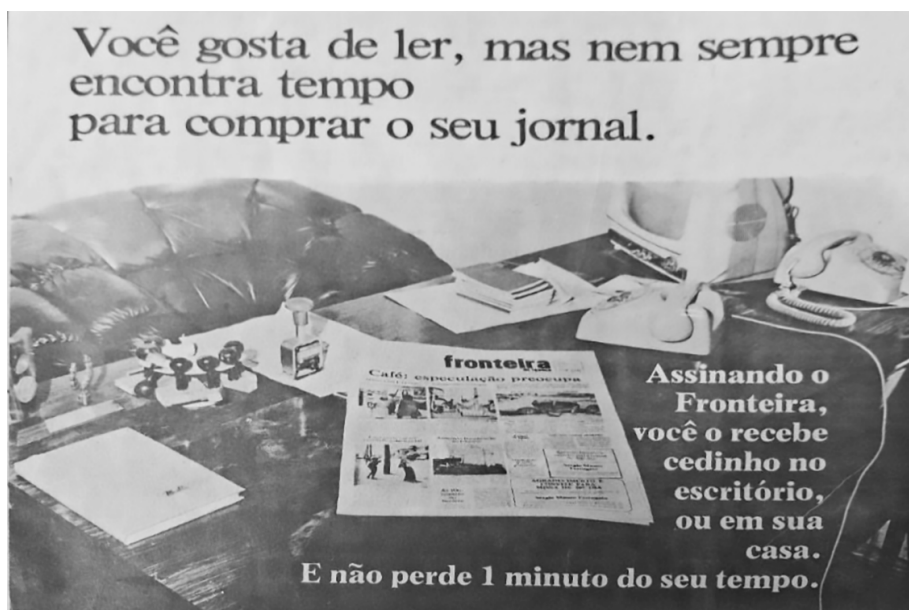


Figura 28. Publicidade *Jornal Fronteira do Iguaçu*, FRONTEIRA DO IGUAÇU: 01/05/1976.

A imagem composta por uma mesa repleta de símbolos utilizados para representar os apetrechos de trabalho presentes no cotidiano de um indivíduo atarefado, cumpria o papel de comunicar a necessidade de uma nova forma de gerenciamento do tempo. Dessa forma, o leitor ideal, a quem se destinava o anúncio de assinatura do jornal, era um sujeito envolvido em demandas colocadas como urgentes. Com aparelhos de telefone, carimbos, documentos, um televisor, a narrativa visual produzida atentava para um tempo que não poderia ser “perdido”, nem sequer um minuto. Por isso, implicitamente, o homem bem sucedido não “perdia tempo” e era assinante do jornal.

Outro anúncio publicitário que evocava a ideia de um tempo acelerado, que corria veloz e buscava a adesão dos “homens de negócio”, era a propaganda da construção de um edifício comercial na cidade de Cascavel. O empreendimento denominado “Centro Comercial Lince” foi apresentado como excelente opção de negócios para o “homem que enxerga longe”. Há, nessa frase, uma espécie de metáfora, pois quem enxerga longe, está no alto, ou seja, o anúncio se dirigia às elites da cidade como possíveis compradoras das salas comerciais disponíveis nesse empreendimento imobiliário. Um panorama de crise

foi mencionado, mas segundo o texto o “homem de visão” sabia agir, “sempre encontra um modo de superar as crises” e fazer sua “empresa crescer”.

As supostas facilidades nas formas de financiamento do imóvel também foram citadas, sugerindo a fluidez e o desembaraço nos negócios propostos naquele contexto. Além disso, segundo o anúncio, os indivíduos que adquirissem sua sala comercial no “Edifício Lince” deixariam a “concorrência a ver navios”, já que eram dotados de atributos especiais e tinham “olhos para o futuro”.

Lince: um centro comercial para quem enxerga longe.

Se você sempre encontra um modo de superar as crises; Se você consegue fazer sua empresa crescer, mesmo nos momentos mais difíceis; Se você não se assusta com as variações do mercado, porque havia previsto que elas iriam acontecer, tenha certeza de uma coisa: Você é um homem que enxerga longe. E todo homem de visão vai instalar seu novo escritório ou consultório no Centro Comercial Lince, que é coisa nova, diferente e exclusiva em toda a região de Cascavel. Quer ver? O sistema modular das salas CCL faz com que elas custem por mês, bem menos do que um aluguel. Setenta por cento do valor do imóvel é financiado pela Caixa Econômica Federal e a poupança pode ser parcelada em até 12 meses. O fato do CCL estar no coração de Cascavel, deixa pertinho de tudo: dos bancos, das repartições federais e estaduais, dos cartórios, do fórum, da prefeitura. Quem tiver um conjunto no Centro Comercial Lince vai deixar os concorrentes a ver navios. Tenha certeza disso. Sem falar do prédio, que é algo de ver para crer. Projeto altamente elaborado, com mais uma vez que você tem os olhos voltados para o futuro. Leve seu escritório para o Centro Comercial Lince. Conforto, beleza, harmonia sempre ajudaram fazer bons negócios.

acabamento de primeiríssima qualidade. Afinal, é um prédio da Lince. Viu só? Mostre mais uma vez que você tem os olhos voltados para o futuro. Leve seu escritório para o Centro Comercial Lince. Conforto, beleza, harmonia sempre ajudaram fazer bons negócios.

ENTREGA EM FEVEREIRO 78

Centro Comercial Lince
para quem enxerga longe.

Projeto, construção e incorporação
LINCE CONSTRUÇÕES LTDA.

Vendas a cargo da
LINCE EMPREENDIMENTO/IMOBILIÁRIOS LTDA.

Escritório: Rua Souza Naves, 544 - fones 23-5683 e 23-5533

Plantão de vendas no local

Figura 29. Anúncio publicitário Centro Comercial Lince, O PARANÁ: 06/11/1977, p. 10.

A preocupação com o futuro adensava os discursos em torno de uma necessidade premente de adequação aos “ventos de renovação” que já estavam

impregnados naquele presente. A futuridade era constituída de imaginários coletivos de *modernidade* que clamavam por ajustes incessantes dos indivíduos à nova ordem do tempo. Acima de tudo, era necessário que os sujeitos se antecipassem aos desafios apresentados rumo à consolidação de futuro marcado pela aceleração do tempo.

Em edição do jornal *Fronteira do Iguaçu* em dezembro de 1971, podemos perceber como a crença em um futuro de “progresso” se manifestava em circuitos variados. Nesse caso, trata-se de um concurso de contos, intitulado “Brasil do futuro”, em que crianças foram os autores das prospecções difundidas por meio do editorial. Vejamos o conto vencedor do referido concurso:

Como o atual desenvolvimento do Brasil é ajudado pelo impôsto de renda

O Brasil é país grande, próspero, feliz, livre e belo. Hoje em dia ele é assim, mas amanhã será mais belo ainda e para que isso aconteça devemos pagar o Imposto de Renda. O Govêrno precisa de dinheiro porque o Brasil quer ser país “pra frente”.

O Brasil está cada vez mais bonito com estradas largas, cidades bem iluminadas e jardins com grama verde e aparadinha. Tem tantos hospitais, usinas, corpo de bombeiros etc. e tudo isso graças ao impôsto que o povo paga.

Todos nós temos que pagar o impôsto de renda porque é para o bem de todos.

Há anos atrás, o Brasil não havia despertado para o progresso.

Hoje ele caminha para o futuro de glórias, graças ao grande desenvolvimento que alcançou com a ajuda do impôsto.

As grandes usinas, as estradas principais, a Transamazônica, que será início de uma nova era de uma região onde só havia matas, as escolas, aos incentivos agrícolas, hospitais e tantas obras do governo atual, são o retrato de como o Brasil é e pode ser ajudado pelo impôsto de Renda. Por isso é um crime não pagar impôsto. O que paga estará ajudando a si mesmo e aos outros que precisam.

Um bom cidadão que ama o Brasil paga seus impôstos.

Sejam bons cidadãos e paguemos nossos impôstos, pois assim estaremos ajudando o Brasil se transformar num grande país do futuro. (FRONTEIRA DO IGUAÇU: 05/12/1971, p. 5).

O texto é permeado por questões que nos indicam os circuitos de significação pelos quais as representações de “progresso” e futuridade, difundidos no período da Ditadura Civil Militar Brasileira, encontravam uma forma de manifestação discursiva. Ora, no texto produzido por uma estudante do então chamado Ensino Primário, podemos perceber as relações que estavam sendo estabelecidas entre o presente vivido naquele momento e o futuro de um país “pra frente”, conduzido pelos governos militares.

O passado foi acessado de uma forma aligeirada, sendo considerado como um tempo em que o país “não havia despertado para o progresso”. Portanto, era aquele presente, caracterizado como um período de pleno “desenvolvimento”, com usinas, estradas, escolas, hospitais, enfim, tudo aquilo que pudesse caracterizar o modelo de “progresso” hegemônico e, que por meio da arrecadação de impostos, levaria o Brasil para o “futuro de glórias”.

A propaganda a seguir, do partido político Arena, publicada em 04/06/1976, também nos permite pensar a futuridade como importante estratégia discursiva utilizada para sustentar as próprias dinâmicas de disputa de poder local. O título do anúncio “Arena, com Geisel, pelo Brasil” faz alusão à ideia de que votando nos candidatos ao cargo de vereador do Arena, se estaria agindo de maneira favorável ao desenvolvimento nacional.

Havia um certo tom apelativo presente no trecho: “Cascavel, o Paraná e o Brasil precisam muito de você”. O sentimento de aceleração do tempo foi acionado para compor a ideia de que Cascavel não poderia parar o seu desenvol-

Arena
Com Geisel, pelo Brasil!

PARA VEREADORES

JOSÉ DE OLIVEIRA	ZIMMERMANN
TEODÓSIO	CAETANO
ROBERTO PAIVA	AIDO CONFORTINI
ERNANI PORTES	PEDRO PAULUK
ADELCHI RAMOS	ANTONIO CARLOS
AMÉRICO BASEI	DEONILDO CARAGNATO
ALBERTINA MANDELLI	FRANCISCO WEIBER
NICANOR SCHUMACHER	JUAREZ FERNANDES
MOACIR ELEUTÉRIO	MIOLA - NAKAI

ELEITOR:
Cascavel é uma cidade que não pode parar o seu desenvolvimento!
Cascavel é uma cidade que vai pra frente!

Aqui estão os nomes de todos os candidatos a vereadores da Arena 1 para uma melhor opção do seu voto.
Escolha, analise e vá para as urnas no dia 15 de novembro, sabendo em quem você irá votar.

PARA PREFEITO
PICOLI
para vice prefeito
JOÃO RODRIGUES

E LEMBRE-SE:
Cascavel, o Paraná e o Brasil precisam muito de você.
Com Picoli, com João Rodrigues com Jacson Canet e Geisel por Cascavel, pelo Paraná e pelo Brasil.

Figura 30. FRONTEIRA DO IGUAÇU:
Publicidade Arena, 04/06/1976, p. 7.

vimento, pois era uma cidade que “vai pra frente”. Nesse sentido, o leitor é persuadido a vincular os ideais de “progresso”, “desenvolvimento” e “futuro” aos projetos políticos dos grupos de poder daquele contexto.

A historiadora brasileira Carla Rodeghero, investigou parte da cultura visual do período da Ditadura Civil Militar Brasileira, na obra *Não calo, grito*, que trata de algumas das políticas de reparação e do direto à memória das vítimas do regime de exceção. A análise da seguinte composição de documentos (RODEGHERO: 2013), oriundos de campanhas publicitárias do governo ou de empresas privadas atuantes na época ditatorial, nos permite pensar no poder de agenciamento de sentidos que tais artefatos poderiam adquirir.



Figura 31. Cartazes de propaganda da ditadura (RODEGHERO: 2013, p. 121).

O imaginário de um “progresso” e de um “desenvolvimento” que ninguém poderia “segurar” e, ainda, de que o Brasil era um país “pra frente”, tinha, obviamente, como centro difusor a AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas). Portanto, as agências publicitárias privadas, os grandes jornais

e mesmo os periódicos locais, como aqueles analisados em nossa pesquisa, elaboravam suas próprias formas de estabelecimento de uma relação dialógica com os elementos constituintes dos *regimes de visualidade* (MAUAD: 2005) hegemônicos no período.

Em uma publicação comemorativa, em alusão ao aniversário de emancipação política da cidade, podemos perceber um interessante manejo das dimensões temporais presente, passado e futuro. O texto pode ser considerado como um indício de materialização do *regime de historicidade presentista* (HARTOG: 2021), enquanto manifestação de uma concepção de temporalidade ainda embrionária naqueles tempos:

Cascavel em 24 anos: um lugar entre as maiores

Esta edição de aniversário, comemorativa aos 24 anos que nossa cidade está hoje completando, poderá parecer à primeira vista, um tanto contraditória: num momento mundial de reflexões nostálgicas, quando o homem, em saudosismo e melancolia, se volta sofregamente para o passado em busca de novas inspirações, ou, quiçá, até de motivação verdadeiramente humana para a vida, nós decidimos encarar a data magna do município num contexto paradoxal. Resolvemos ser atuais. Mostrar neste caderno, antes de mais nada uma Cascavel do presente. É isso: o que é na atualidade uma das mais prósperas cidades do Paraná. E partindo daí, talvez, uma perspectiva para os anos vindouros. Previsões? Não. De nada adiantariam, pois no final, na hora de conferi-las, teríamos que confessar pela enésima vez que Cascavel “novamente superou as mais otimistas expectativas, furando planos e previsões”. Aliás, como vem fazendo há 24 anos. Teimosamente.

Feliz aniversário, pois.

(FRONTEIRA DO IGUAÇU: 14/11/1975, p. 1).

O texto menciona uma suposta crise mundial, onde as “reflexões nostálgicas” e o “saudosismo” estavam perdendo espaço para “novas inspirações”, por isso o discurso engendrado, de certa forma, desqualificava o passado como fornecedor de modelos àqueles tempos. Na sequência, podemos identificar uma interpretação positivada em relação ao presente da cidade, anunciada como “uma das mais prósperas cidades do Paraná”. Tal argumento servia de

mote para que o jornal sustentasse a ideia de que o futuro prodigioso já estava garantido, superando “as mais otimistas expectativas, planos e previsões”.

Ainda, chamamos a atenção para o cunho comemorativo da narrativa. O presente é festejado como um tempo caracterizado pelo “progresso” econômico, por isso podia abdicar de previsões. Mesmo assim, o texto não colocava em dúvida o futuro próspero, muito pelo contrário, a construção da futuridade foi formulada concebendo o futuro como um tempo onde os “planos e previsões” seriam novamente superados, uma espécie de predição que atestava a recorrência do sucesso no “desenvolvimento” da cidade.



Figura 32. *Cascavel em 24 anos: um lugar entre as maiores*,
FRONTEIRA DO IGUAÇU 14/11/1975, p. 1).

As imagens aéreas da Avenida Brasil cumpriam o papel de ratificar o “progresso” da cidade. Acreditamos poder afirmar que a recorrência das fotografias aéreas dessa mesma avenida, nos jornais que analisamos, seguindo um enquadramento e a composição de um cenário semelhante, tinham a função de atuar na construção de uma imagem sintética que se transmutasse em símbolo local do processo de urbanização e de “modernização” em curso. As pistas largas, que se perdem no horizonte, representam uma narrativa visual que apontava para um futuro promissor.

Podemos sugerir que algumas ambiguidades marcavam as representações temporais e o imaginário urbano difundido pelos periódicos locais. Durante a década analisada, o futuro tomou várias formas, desde uma espécie de predição, oriunda de um passado árduo e laborioso que trazia em si as condições para o “progresso” do presente, até um presente que se fartava do passado, manifestando o futuro como o tempo da continuidade do desenvolvimento em curso, um presente melhorado.

Havia uma certa convicção, generalizada nas matérias, notícias e anúncios publicitários que analisamos, de que a cidade de Cascavel estaria imersa em um processo evolutivo e ascendente, bastando que o planejamento político e urbanístico, estivesse atrelado aos investimentos econômicos para que a modernização idealizada e a futuridade planejada, corolárias do “progresso”, fossem materializadas.

É preciso questionar se esse tempo hegemônico, permeado por uma concepção evolutiva, prenhe de “progresso”, de *modernidade* e de prospecções positivadas, encontrava algumas fendas. Havia alternativas para se significar o tempo da cidade? É certo que as diversas formas possíveis de se sentir, compreender e viver o tempo, na realidade, marcadas pela heterogeneidade e pela dispersão, só podem ser percebidas na imprensa local enquanto rastros que se projetam, ora timidamente, ora efusivamente, sobre a superfície sensível das narrativas jornalísticas.

2.2. *Miradas de futuro e o tempo fora do tempo*

Em uma reportagem publicada no jornal *O Paraná*, no dia 26 de junho de 1977, com o título “Um século de amor e simplicidade”⁵⁵, podemos destacar a formulação de uma narrativa jornalística entremeada por interessantes noções temporais. Segundo o referido texto, os repórteres estavam “colhendo lances fotográficos de expressão para ampliação de nosso arquivo”, quando se depararam com um casal de idosos por eles classificado como “pitoresco”. Portanto, dessa forma, o processo de produção do *acontecimento* jornalístico ficava obscurecido pela noção de que os jornalistas contaram com o fortuito, com a casualidade.

Alguns elementos da vida do casal foram descritos a partir de um caráter de excepcionalidade. Vários indícios do “desajuste” dos idosos àqueles tempos foram citados. Sob tal perspectiva, a enunciação que estava sendo expressada por meio dos termos “flagrante pitoresco”, compunha uma reportagem prenhe de elaborações de sentido para as experiências temporais e, o encontro dos repórteres com o casal que, na época, habitava na localidade de São Pedro, pertencente ao município de Corbélia⁵⁶, nos parece significativo para refletirmos acerca da constituição e aplicabilidade das regulações sociais do tempo (ELIAS: 1998, p.23).

As imagens utilizadas na composição da reportagem cumprem a dupla função de atestar o caráter de inusitabilidade do *acontecimento* jornalístico narrado e, ainda, de atuar no fortalecimento das noções temporais urdidas pelo jornal naquele contexto. O casal posicionado à soleira da porta de sua casa, o destaque dado à suposta humildade do ambiente e a tentativa de retratar as suas práticas cotidianas consideradas retrógradas, deixam claro a intenção dos jornalistas no enquadramento de um tempo já ultrapassado, ou seja, criaram uma síntese imagética do atraso, pois até o cachorro fotografado foi considerado, na legenda, um “cãozinho pitoresco”. Ora, um cachorro é um cachorro, o que o tornou “pitoresco” foi a interpretação dos repórteres.

⁵⁵ O PARANÁ. *Um século de amor e simplicidade*. 26/06/1977, p. 2.

⁵⁶ A cidade de Corbélia é uma cidade vizinha de Cascavel, portanto na região Oeste do estado do Paraná. Seu desmembramento do município de Cascavel ocorreu no ano de 1961. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-4338-1961-parana-cria-diversos-municipios-no-territorio-estadual-e-das-outras-providencias>

Para os jornalistas, o casal apresentava provas materiais do “atraso”, viviam num tempo fora do tempo. A moradia foi vista como “barraco” que “não passava de humilde abrigo”. As vestimentas, consideradas inadequadas, foram também alçadas à condição de marca distintiva de um outro tempo, pois os “tamancos tradicionais da sua época” eram provas indelévels do “estilo interiorano”, classificado pelos repórteres como antiquados.

O mobiliário foi descrito como rústico, assim como o modo de vida do casal. O arcaísmo daquelas práticas rurais parecia emergir como característica distintiva de um tempo já superado. A agricultura de subsistência, baseada na plantação de batata-doce, mandioca e arroz, foi descrita em contraste com a modernização agrícola do período. Tal distinção pode ser analisada no texto que acompanha a legenda da primeira imagem. O tom saudosista da frase “Enxada nas mãos, cultivando o solo amigo, dádivo, plantando, carpindo, tirando da terra o pão de cada dia” e, ainda, a imagem do casal capinando no pôr-do-sol, não deixam dúvidas de que, segundo o jornal, a “ingenuidade interiorana” e, o tipo de agricultura que casal de idosos praticava, estava em plena decrepidez.

Para entendermos melhor as relações estabelecidas nessa narrativa e o impacto das transformações decorrentes do processo de modernização agrícola na cidade, lançaremos mão da análise de alguns trechos de uma matéria, pu-



Figura 33. *Um século de amor e simplicidade*, O PARANÁ, 26/06/1977, p. 2.

blicada no jornal *Fronteira do Iguaçu* no dia 30/01/1972, com o título “Aspecto da agropecuária no Oeste Paranaense”⁵⁷. Nesse texto, a região foi considerada como a de maior “progresso no atual contexto desenvolvimentista do Brasil”, tal condição teria sido motivada pelo desenvolvimento de um tipo específico de agropecuária, portanto delimitava-se o suposto sucesso das atividades agrícolas às “culturas de soja, trigo e a criação de suínos”.

Ainda, no Oeste do Paraná, “tudo era movimento” em contraste com outras regiões, genericamente, classificadas como “estáticas” e “estagnadas”, portanto, no campo tudo era “dinâmico, produzindo uma verdadeira revolução”. A qualidade do solo foi motivo de frases elogiosas, mas o seu uso racional fora atribuído ao “colono, geralmente oriundo do RS e de SC” que, para exercer sua função, contava com o trabalho de formação executado pela ACARPA (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná⁵⁸).

A rigor, o “progresso” no campo fora atrelado, na narrativa em questão, a um modelo de *modernização conservadora* (PIRES & RAMOS: 2014) que estava por transformar o perfil das propriedades rurais por meio da tecnificação e da mecanização agrícola e, principalmente, trazendo como consequências, o êxodo rural e a concentração fundiária. Dessa forma, podemos afirmar que as relações capitalistas no campo estavam em um momento de transitoriedade na cidade e na região, sendo as décadas de 1960 e 1970, um período fundante para implementação da produção agroindustrial no Oeste Paranaense (ADAMY: 2009).

Avançando em nossa análise em torno da narrativa produzida sobre o casal “pitoresco”, os jornalistas tiveram que prestar esclarecimentos ao casal acerca de suas intenções com na entrevista, pois a Sra. Isabel Alves da Silva e Sr. Merceades Alves da Silva “nada conheciam de jornal”. Os meios de comunicação, considerados como a consubstanciação do progresso, eram ignorados pelo “casal pitoresco”, figurado como alheio ao tempo em que viviam. As frases como, “eles não foram marcados pelas consequências do progresso, pois não o conhecem”, ou “Rádio, só ouviram algumas vezes, na casa dos vizinhos, pois não sabem sintonizar” ou, ainda, “televisão, nunca assistiram”, reforçam a ideia

⁵⁷ FRONTEIRA DO IGUAÇU, *Aspectos da agropecuária no Oeste Paranaense*, 30/01/1972, p. 7.

⁵⁸ Em artigo intitulado “A expansão da agricultura modernizada no Paraná: da estruturação da extensão rural ao complexo agroindustrial”, a historiadora Cíntia Wolfart, analisou o papel a ACARPA na promoção da formação extensionista durante o processo de tecnificação da agricultura regional. (WOLFART: 2022).

de um tempo anômalo, já que não tinham sido “atingidos pelo mundo de hoje”, viviam, portanto, no mundo do ontem.

A rigor, segundo a reportagem, o casal não tinha futuro! Ora, “Do futuro nada sabem”, viviam apenas o presente e as “gratas lembranças do passado”. Portanto, parece que o jornal havia delegado àqueles indivíduos a permanência em uma espécie de limbo temporal. Marcados pela obsolescência de seus modos de vida, dissonantes com o presente e, ainda mais inadequados aos *horizontes de expectativa* (KOSELLECK: 2006) hegemônicos difundidos pelo jornal.

Ao tratar do estrato temporal passado, os jornalistas vincularam o tempo vivido pelo casal aos fatos canônicos da história brasileira e, apenas, nessa acepção, o passado da Sra. Izabel e do Sr. Merceades poderia ganhar alguma visibilidade. A rigor, como *campo de experiências* (KOSELLECK: 2006), circunscritas às memórias públicas coletivas, podemos perceber o enquadramento temporal empreendido na narrativa jornalística. Na frase “Eles foram contemporâneos do Brasil Império, das revoluções, das eleições e deposição de líderes, da ascensão e queda de mitos, e assistem o progresso do Brasil e do mundo”, mesmo que não tivessem, segundo a reportagem, nenhuma consciência disso.

O sociólogo Norbert Elias, na obra magistral intitulada *Sobre o tempo*, teceu reflexões fundamentais acerca das relações estabelecidas entre as sociedades humanas e o tempo. Sob tal perspectiva teórica, os seres humanos arquitetam formas de enquadramento social do tempo:

O fato de essa regulação social do tempo começar a assumir um aspecto individual, desde uma etapa muito precoce da vida, contribui em larga escala, certamente, para consolidar nossa consciência pessoal do tempo e torna-la inabalável. Os homens dotados dessa estrutura de personalidade tendem a aprender todas as sequências de acontecimentos – físicos, sociais ou pessoais –, em função dos símbolos reguladores temporais utilizados em sua sociedade, como se isso fosse uma característica de sua própria natureza e, em última análise, da natureza humana em geral. Isso nada tem de surpreendente, pois quem tem uma consciência do tempo tão profundamente arraigada, tão uniforme e tão onipresente, sente dificuldade de imaginar que existam que existam outros seres humanos desprovidos dessa necessidade constante de

se situarem no tempo. Essa individualização da regulação social do tempo apresenta, em caráter quase paradigmático, os traços de um processo civilizador. (ELIAS: 1998, p.22).

Sem dúvidas, o discurso jornalístico que aponta para a inadequação do “casal pitoresco”, descrito a partir de suas práticas cotidianas consideradas ultrapassadas, suas vestimentas de “estilo interiorano”, sua aparência rústica, entre outros, é uma evidência da dissonância entre as concepções de tempo propagadas pelo periódico e a polifonia do tempo vivido. Ora, o enquadramento social das experiências temporais ganha caráter coercitivo, somos levados a viver num certo tempo que corresponde à síntese temporal compartilhada por meio de um *continuum* social padronizado (ELIAS: 1998, p 41). Como as formas de se manejar o tempo se modificam através dele, o Sr. Mercedes e a Sra. Isabel apresentavam, segundo a reportagem selecionada, sinais de anacronismo, de viver num tempo que não poderia mais ser.

Por outro lado, podemos considerar que o conjunto de expectativas em relação ao futuro que, frequentemente, era difundido pela imprensa local, estava atrelado às prescrições em torno da categoria *modernidade* e havia formas específicas de identificação com tais preceitos. As representações de *progresso* e a reprodução dos ideais de consumo e de comportamento que circulavam nacionalmente enquanto apelos à adesão frente aos modelos de “modernidade”, compunham parte dos *imaginários coletivos* de futuridade. Podemos perceber algumas dessas representações em um texto publicado na seção “‘Dicas’ para a mulher” do jornal *Frenteira do Iguaçu*, em 06/04/1971:

“Dicas” para a mulher

O objetivo da mulher “MODERNA” é tornar-se encantadora, única e, se possível inconfundível aos olhos do homem que ama.

Por esta razão, ela se preocupa e se dedica carinhosamente, em criar um estilo pessoal de roupas, acessórios e penteados. Se ela é jovem, a moda cai bem, como é, ser meios têrmos. Seu “menino” é moderninho, ela é e deve ser moderna.

Ele usa Lee com camisa estampada, ela deve vestir a mini, ou mesmo a Lee, já que ela é uni-sex, cortar seu cabelo, se ele estiver incômodo, Pigmaleão ou Carneirinho. Deve estar

sempre em contacto com os informativos para saber das novas, DEVE ATUALIZAR-SE.

Muitas vezes não queremos admitir e pensamos que tudo é uma questão de personalidade, mas concluímos que a moda não é prejudicial, mas não deve ser esquecida nem seguida à risca.

É importante saber que nada mais cansativo, para alguém do que olhar sempre a mesma mulher que se adapta a um estilo de roupas, de penteados ou mantém sempre “aquele” assunto sobre algo cansativo e monótono.

A rotina é grande inimiga da mulher e precisa ser combatida por quem pretende continuar sendo amada, elogiada e admirada.

Se pensarmos um pouco, veremos como é fácil ter uma imagem diferente a cada dia, usando recursos femininos, sem deixar de sermos nós mesmas. (FRONTEIRA DO IGUAÇU: 06/04/1971, p. 8).

Segundo o texto publicado na seção *Dicas para a Mulher*, a “mulher moderna” era “encantadora” e para isso, assumia, em suas roupas ou no seu comportamento, o estilo vanguardista no período. Nesse sentido, os ideais de *modernidade* poderiam ser adquiridos por meio do consumo de determinadas marcas, pela reprodução dos penteados da moda ou mesmo por um conjunto de atitudes que caracterizavam as mulheres conectadas com seu tempo.

Acima de tudo, a “mulher moderna” poderia ser identificada por suas atitudes. Ela deveria estar integrada aos assuntos em voga, por isso deveria “atualizar-se”. Uma concepção de tempo caracterizada pela transitoriedade e pela fugacidade, ganhava corpo. A rigor, ao representar como uma das exigências à mulher, a difícil tarefa de tornava-se atual a todo o tempo, seja na moda, no penteado ou nas relações sociais e, sob a prerrogativa de se evitar ser “cansativa”, o jornal difundia a lógica do *presentismo*.

As atitudes consonantes com os ideais de *modernidade*, propagados pelo jornal, estavam sendo atreladas à necessidade de se acompanhar um tempo no qual a renovação era incontável. Ora, a “rotina” é colocada, discursivamente, como “inimiga” da mulher e de seus relacionamentos, portanto, era necessário evitar ser “sempre a mesma mulher”. Refazer-se, adaptar-se, atualizar-se eram as demandas centrais desse sempre novo presente.

À fisionomia da cidade também eram construídas representações de *modernidade* que forneciam substrato simbólico às concepções de futuridade. A cidade tornava-se “gigante” ao reproduzir, em sua concretude, os modelos urbanísticos e arquitetônicos dos grandes centros urbanos nacionais e internacionais. Vejamos a seguinte nota publicada no jornal *Fronteira do Iguaçu* em 1971:

Cidade que se agiganta

Informe-se ou veja porque se diz que Cascavel é a cidade que mais cresce no Paraná. Cascavel não cresce só em extensão, mas também em perfeição. Tudo está sendo melhorado, completado, reorganizado, remodelado. Se a Avenida é assim, seguiu um plano pré-estabelecido, com objetivos determinados. Tudo está em função daquilo que Cascavel se propõe: ser uma pujante cidade, onde todos se sentem bem. Veja o que se constrói nas periferias, nos bairros de Cascavel.

Cascavel se movimenta, se agita... se agiganta. (FRONTEIRA DO IGUAÇU: 04/03/1971, p.1)

As ideias apresentadas mantinham relação com uma noção de tempo evolutivo. Segundo o texto, Cascavel estava crescendo, se modernizando, se urbanizando e, todo esse processo classificado como positivo pelo jornal, significava que a cidade estava sendo melhorada, completada, reorganizada e remodelada. A Avenida Brasil, novamente em fotografia aérea, foi mencionada como resultado de um notável planejamento urbanístico que parecia se alastrar pela “pujante cidade, onde todos se sentem bem”.

CIDADE QUE SE AGIGANTA



Informe-se ou veja porque se diz que Cascavel é a cidade que mais cresce no Paraná. Cascavel não cresce só em extensão, mas também em perfeição. Tudo está sendo melhorado, completado, reorganizado, remodelado. Se a Avenida é assim, seguiu um plano pre-estabelecido, com objetivos determinados. Tudo esta em função daquilo que Cascavel se propõe: ser uma pujante cidade, onde todos se sentem bem. Veja o que se constrói nas periferias, nos bairros de Cascavel.

Cascavel se movimenta, se agita... se agiganta!

Figura 34. *Cidade que se agiganta*, FRONTEIRA DO IGUAÇU: 04/03/1971, p. 1.

Portanto, as utopias futurísticas forneciam os recursos semânticos e simbólicos para que os jornais atuassem nas regulações temporais e estabelecessem os critérios para se classificar aquilo que era considerado “moderno” ou “pitoresco”. Por isso, as formas de manejo do futuro, ligadas ao planejamento urbanístico e difundidas pelos periódicos locais, passaram a afirmar a importância da elaboração dos Planos Diretores sob uma pretensa necessidade de adequação às exigências da futuridade.

Sobretudo, os jornais que analisamos urdiam sentidos para o tempo. Na medida em que diziam aquilo que estava ultrapassado, também forneciam interpretações acerca do presente e, ainda, projetavam futuros, o tempo ganhava um tipo específico de inteligibilidade. Em vista disso, podemos afirmar que os periódicos locais forneceriam às utopias futurísticas os recursos semânticos e simbólicos necessários para se atuar nas regulações temporais. Por isso, as mais variadas formas de se projetar a temporalidade futura não se encontraram desconectadas dos discursos jornalísticos, nem mesmo da elaboração dos planos urbanísticos.

Para sermos mais claros, os periódicos locais afirmaram a importância da elaboração dos Planos Diretores sob uma pretensa necessidade de adequação às exigências da futuridade. Desta feita, tratava-se de uma composição discursiva que evidenciava uma antecipação preventiva aos problemas urbanos futuros, mas também davam visibilidade àquilo que se considerava desafiador no planejamento urbanístico daquele momento. Novamente, citamos as reflexões desenvolvidas por Lohn:

O discurso a respeito do futuro, com todas as construções necessárias que envolvia, legitimando-se e amparando-se no imaginário da “outra cidade” que surgiria como consequência das ações empresariais e governamentais num tempo ainda indeterminado mas absolutamente tangível, tinha a característica da auto-refeição, ou seja, o futuro tornava-se um fetiche incorporado em cada ato ou fala proferida pelos emissores autorizados a estabelecerem as normas a serem seguidas para se alcançar o futuro. (LOHN: 2002, p. 267).

A generalização do processo de urbanização no mundo impactou, entre outros, na produção de determinadas formas de se conceber, projetar e planejar

o espaço urbano. Obviamente que os modelos hegemônicos de Urbanismo não foram incorporados passivamente, sem a interferência dos poderes locais. Dessa forma, os pressupostos básicos atinentes à matriz urbanística *Progressista/Modernista* (MARICATO: 2013), que discutiremos mais à frente, compunham os modelos idealísticos, lugar possível dos projetos de futuro para a cidade.

Em matéria publicada no jornal *Frenteira do Iguaçu*, em 15/06/1975, com o título “Durante 20 anos, Cascavel cresceu sem controle” podemos ler a afirmação de que a cidade havia “crescido sem controle, expandindo-se desordenadamente”, os loteamentos “sempre foram abertos sem nenhum critério”, assim “não havia racionalização do espaço” e nesse estado de coisas, a prefeitura não podia “arrecadar impostos em uma base realística”.

Segundo o discurso jornalístico presente nessa matéria, a solução para todos estes problemas urbanos estava no Projeto Cura (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada). Tal projeto surgiu com recursos do BNH (Banco Nacional de Habitação) para, segundo o jornal *Frenteira do Iguaçu*, “melhorar a eficiência dos serviços urbanos”, por isso Cascavel “caminhava para a elaboração de um novo Plano Diretor”⁵⁹. Eram os paradigmas urbanísticos presentes nas concepções de planejamento urbano do governo federal, por meio do Projeto Cura e do financiamento de BNH, que inspiravam a ação de tecnocratas do Urbanismo em nível local e regional. Principalmente, a divulgação de tais projetos permitia a urdidura de miradas futurísticas, já que sustentavam importantes referenciais de prospecção.

Conforme já apontado, as dimensões temporais passado, presente e futuro, eram interrelacionadas por meio do discurso jornalístico. O jornal *O Paraná*, por exemplo, elaborou em diversas edições, enredos onde se comemorava determinadas versões de passado que se queria ostentar e, por outro lado, apresentava o porvir como um tempo que necessitava dos ajustes propostos naquele presente, assumindo determinadas concepções de planejamento urbanístico como substrato às miradas futurísticas.

No mês de maio de 1977, o jornal *O Paraná*, completava um ano de existência e, para celebrar a data, compuseram um conjunto de diversas matérias especiais sobre “a” história de Cascavel. No seguinte trecho podemos perceber

⁵⁹ FRONTEIRA DO IGUAÇU. *Durante 20 anos, Cascavel cresceu sem controle*, 15/06/1975, p. 10.

tal utilização das experiências do passado, mas também uma leitura do presente, além de certa intenção prospectiva:

Cascavel: 26 anos de História

Na terra dos enormes e seculares pinheirais, no Oeste do Paraná, migrantes de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, coadjuvados pelos seus compatriotas alemães e italianos, nasceu Cascavel. Caminho para as Cataratas do Iguaçu, a cidade começou seu próspero e profícuo desenvolvimento no campo do turismo, passando em seguida para a agricultura.

Talvez os primeiros gaúchos e catarinenses que por aqui penetraram não imaginassem que o pequeno núcleo de casas que iniciaram mais tarde se tornaria a capital do Oeste do Paraná.

Hoje com 25 anos, Cascavel se destaca sobremaneira no cenário estadual e nacional, sendo um dos centros abastecedores do Estado e o maior centro produtor de soja nacional, carreando sua produção para países de outros continentes.

No que diz respeito à infra-estrutura básica, Cascavel ainda é desprovida de certos apetrechos necessários a uma cidade de seu porte. Com o crescimento repentino e descomunal verificado na cidade, muitas são as falhas encontradas no sistema de vida do cidadão cascavelense, embora estejam sendo acirradamente combatidas pela administração pública. (...) (O PARANÁ, 15/05/1977, p. 10).

Nesse trecho, foram constituídas representações positivadas sobre o crescimento da cidade, seu destaque “no cenário estadual e nacional”, inclusive com projeção da atividade econômica da agricultura, vinculada à exportação de soja. Cascavel “crescia” de maneira “descomunal” e carecia de controle e planejamento, ou seja, das soluções advindas de um projeto de intervenção urbanística.

Além disso, aquele *presente passado* seria herança da atuação de grupos sociais específicos. A presença de migrantes gaúchos e catarinenses foi destacada, além da positivação de certa identidade cultural monolítica. As ascendências alemã e italiana foram ressaltadas e ganharam centralidade na descrição do ato de fazer “nascer” a cidade de Cascavel, representada pelo jornal como a “grande” capital do Oeste do Paraná.

Gostaríamos de refletir sobre outra questão problemática do trecho destacado, que é a apresentação do diagnóstico de que havia certo descompasso entre os paradigmas de *modernidade* defendidos pelo periódico e, o suposto “atraso” dos cascavelenses. Tal descompasso foi constatado por meio da ideia de que “muitas são as falhas encontradas no sistema de vida do cidadão cascavelense”. Portanto, “os cidadãos cascavelenses” não haviam se apropriado dos modos de vida “modernos” para a década de 1970 e precisavam da ação da administração pública para serem inseridos nesses modelos de *modernidade*!

Não obstante, naquele presente, segundo a imprensa local, a cidade estaria desorganizada, seu crescimento era desordenado, o “cidadão cascavelense” não estava em condições de viver aquele momento de forma autônoma. Em outras palavras, os recursos discursivos para sustentar a implementação de projetos de cidade - oriundos das intenções de grupos sociais específicos, mais precisamente as elites urbanas e rurais - ganhavam corpo e, ainda, apenas a administração de Jacy Scanagatta⁶⁰, foi vista como capaz de planificar a Cascavel *moderna*.

Em relação ao cenário político nacional, havia quase que, obsessivamente, uma necessidade de afirmação da cidade de Cascavel em parceria incontestável com o poder dos militares, enquanto condição para que fossem urdidas as representações de um futuro possível. Os prefeitos de Cascavel, Odilon Reinhardt (1964 – 1968), Otacílio Mion (1969 – 1972), Pedro Muffato (1972 – 1976) e Jacy Scanagatta (1977 – 1983) - proprietário do jornal *O Paraná* naquele momento - pertenciam, em sua maioria⁶¹, ao partido ARENA⁶², portanto grupo político de apoio ao governo federal.

A passagem dos presidentes Geisel (no mês de maio de 1977)⁶³ e, posteriormente, Figueredo, em Cascavel, foram mote para diversas matérias nas quais, em linhas gerais, se afirmavam valores como o patriotismo, a religiosi-

⁶⁰ Jacy Miguel Scanagatta foi prefeito de Cascavel entre os anos de 1977 a 1983 pelo partido político denominado ARENA (Aliança Renovadora Nacional).

⁶¹ Exceto Odilon Reinhardt do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Pedro Muffato foi eleito pelo MDB, porém durante seu mandato de prefeito filiou-se à ARENA.

⁶² Durante a Ditadura Militar no Brasil houve a imposição da prática do bipartidarismo, ou seja, apenas o partido denominado ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o seu opositor MDB (Movimento Democrático Brasileiro) tinham sua existência legalizada.

⁶³ O PARANÁ, *Obrigado Sr. Presidente*. 27/05/1977, p. 1.

dade vinculada ao catolicismo, o apreço à família patriarcal e monogâmica e, ao conservadorismo político, de onde se considerava o violento e antidemocrático governo militar, uma “revolução” necessária para se evitar o comunismo. Assim, o futuro de “progresso” estava sendo vinculado aos posicionamentos políticos favoráveis ao regime de exceção.

É nesse contexto político reacionário que se desenrolaram as várias temáticas urbanas ligadas aos projetos de urbanização implementados pelo governo municipal, alguns também encampados pelo governo federal, e transmutadas nos textos jornalísticos aqui analisados. Imagens épicas foram forjadas para a cidade, tanto de um passado laborioso quanto de futuro grandioso que se apresentava como possibilidade, caso as opiniões coadunassem com os projetos apresentados.

Como a outra face da mesma moeda, as edições que comemoravam o aniversário do jornal *O Paraná* continuavam trazendo temáticas alusivas às versões hegemônicas de passado da cidade e, de maneira síncrona, se constituíam discursos que sancionavam a necessária *modernização* urbana racional, por meio da ação competente do traço urbanístico de Jaime Lerner. No dia 19/05/1977 uma entrevista com o pretendido urbanista, ganhou destaque:

Eu acho que ainda é cedo, é muito cedo para se emitir uma opinião sobre Cascavel, pois estive aqui poucas vezes. Mas eu acho que é uma cidade com um potencial econômico muito grande, mas falta ou não tem uma diretriz em relação a uma série de coisas importantes, falta consolidar alguma coisa em termos de estrutura urbana, quer dizer, ela tem zoneamento o trabalho anterior foi bom, e tem muita coisa para ser consolidada. Quero dizer com isto, muita coisa ainda está no papel, precisa começar a acontecer. Eu não vejo amor que o pessoal tem à cidade e à região, onde há uma coesão. Sinto uma certa ausência de pontos de encontro na cidade, ausência de áreas de lazer para a população. Então, em síntese, é importante definir uma estrutura urbana para Cascavel, acho que é importante preparar a cidade e equipá-la em termos de lazer, sem falar em definições em termos de estrutura ou de definir a estrutura de crescimento, já que implicitamente está adiado à parte da urbanização, à parte de seus terminais, mas isto está dentro do plano de estrutura da cidade. (PARANÁ: 19/05/1977, p. 15).

Na ocasião dessa entrevista com Lerner, o contrato para elaboração do Plano Diretor de 1978 ainda não havia sido firmado, mesmo assim podemos destacar o alinhamento de discursos entre o urbanista e o poder público municipal na época. Tal convergência de perspectivas pode ser percebida na consubstanciação de determinadas miradas para o futuro. A suposta ausência de referenciais simbólicos citadinos foi citada na entrevista como demanda a ser resolvida por meio do planejamento urbanístico. Cascavel estaria marcada pela ausência de “coesão”, pois faltava “amor” dos habitantes à cidade, caberia, portanto, ao urbanista equipá-la melhor para se construir o futuro de uma cidade com um “potencial econômico muito grande”.

As matérias e reportagens propagadas em tal periódico integravam concepções de manejo das questões urbanas e, sobretudo, atestavam a necessidade de elaboração de uma imagem síntese para Cascavel. Esse recurso simbólico deveria ser capaz de representar a união entre a competência técnica do planejamento da administração pública e um sentido temporal, forjado para conciliar as versões de passado, presente e futuro da cidade. Recorremos às pesquisas desenvolvidas pela pesquisadora Fernanda Ester Sánchez García, que investigou parte das obras projetadas por Jaime Lerner:

A noção de espetáculo urbano procura apontar também para o desenraizamento do tecido social e espacial que expressa a possibilidade de grandes intervenções, mediadas pelos processos de comunicação. Tal desenraizamento corresponde à influência crescente da imagem urbana como linguagem sintética, isto é, aquela linguagem que consegue exprimir, de forma convincente, aspectos selecionados da vida urbana e da materialidade da cidade disputando as condições para a sua penetração social mediante a articulação de diferentes processos técnicos de difusão desta imagem. (GARCÍA: 2008, p. 163).

Em termos de produção de imagens da cidade, obviamente que a apropriação de tais representações e discursos pelos indivíduos que habitavam Cascavel não ocorreu de maneira irreflexiva ou passiva, porém, discutir essas relações nos levaria a outros caminhos analíticos. Entretanto, cabe dizer que dentro das disputas de poder, em torno dos recursos materiais ou simbólicos disponíveis em um determinado espaço urbano, as imagens sintéticas das ci-

dades representam figuras de discurso que são praticáveis pelos sujeitos nas mais variadas situações.

Em relação a Cascavel, a consolidação de um conjunto de referenciais identitários fortemente associado à imagem da cidade-progresso está presente *ad nauseam* na imprensa local, marcando a fisionomia da cidade, mas também os discursos hegemônicos que a significam e a adjetivam de forma, aparentemente, uníssona nos periódicos locais e nos órgãos oficiais de imprensa. Ora, a cidade era insistentemente colocada em uma espécie de ranking de cidades que mais crescia e “progredia” no Brasil. Todavia, basta analisar de forma mais detida alguns *acontecimentos jornalísticos* veiculados pelo periodismo local para que se perceba o enorme descompasso entre a cidade espetacularizada e o cotidiano vivido naquele contexto.

Após alguns meses, o planejamento da cidade ganhou contornos mais nítidos e o projeto aparece como “perfeito”. No dia da assinatura do contrato de elaboração do Plano Diretor de Cascavel de 1978, o jornal *O Paraná*, além de citar as diversas autoridades presentes, anunciava:

Falando ainda a respeito de Jaime Lerner, Jacy enfatizou que o trabalho realizado de imediato recebe os aplausos da municipalidade, já que serão aproveitados os mais diversos setores do perímetro urbano de nossa cidade, para um planejamento de obras mais perfeito. (*O PARANÁ*: 07/07/1977, p. 8).

Enfim, em nossa leitura, todo esse movimento de modernização do espaço urbano, que segundo a imprensa local era racional e objetivo, trazia em sua constituição a tentativa de materialização de determinadas miradas para o futuro. Em uma complexa rede de relações, entre as interpretações e prospecções, sempre atualizadas sobre o espaço da cidade, as relações de poder de outrora podiam ser ressignificadas, colocadas em outra roupagem, mais próxima das expressões daquilo que significava ser *moderno*, atual, naquela época.

Com a urbanização crescente e a concretização de projetos econômicos, os paradigmas urbanísticos específicos iam ganhando força. As formas de engendramento do tempo social deixavam o plano do discurso e das narrativas jornalísticas para encontrarem formas de concretização por meio dos Planos

Diretores e mais do que isso, a futuridade, presente em tais documentos, passava pelo planejamento urbanístico.

2.3. Planos Diretores: a cidade planejada e a cidade vivida

Conforme já apontamos, a cidade de Cascavel, no interior do Paraná, foi palco de várias intervenções urbanísticas entre os anos de 1968 e 1978. O conjunto de transformações na fisionomia da cidade, implementadas no período em tela, foram significadas e representadas de diversas formas pelos jornais locais. Seja em suportes textuais como matérias, entrevistas, campanhas publicitárias ou mesmo em fotografias jornalísticas, podemos perceber a emergência de uma espécie de *imagem síntese da cidade*. Todavia, algumas questões parecem surgir de forma contumaz. As sínteses cidade-progresso, cidade-moderna, teriam sido elaboradas simultaneamente à divulgação dos Planos Diretores? Que futuros de cidade foram planejados neles? Haveria pontos de confluência entre os dois documentos ou seriam divergentes em suas concepções urbanísticas?

Como vimos, as dimensões temporais, presente, passado e futuro, foram importantes recursos representacionais para que diferentes projetos de cidade pudessem ser difundidos pelos jornais locais e implementados pelo Poder Público Municipal. Aquilo que se materializava, na concretude da cidade, em partes, por meio do processo de urbanização, encontrava ressonância na imprensa local e vice-versa, por isso é importante salientarmos o caráter de narratividade presente em tais questões. Nas palavras do filósofo francês, Paul Ricoeur, podemos tal complexidade:

Narrativa e construção operam um mesmo tipo de inscrição, uma na duração, a outra na dureza do material. Cada novo edifício inscreve-se no espaço urbano como uma narrativa em um meio de intertextualidade. (...) é na escala do urbanismo que melhor se percebe o trabalho do tempo no espaço. Uma cidade confronta no mesmo espaço épocas diferentes, oferecendo ao olhar uma história sedimentada dos gostos das formas culturais. A cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler. O tempo narrado e o espaço habitado estão nela mais estreitamente associados do

que no edifício isolado. A cidade também suscita paixões mais complexas que a casa, na medida em que oferece um espaço de deslocamento, de aproximações e de distanciamento. É possível ali sentir-se extraviada, errante, perdido, enquanto que seus espaços públicos, suas praças, justamente denominadas, convidam às comemorações e às reuniões ritualizadas. (RICOEUR: 2020, p. 159).

Com o fito de desenvolvermos reflexões acerca dessas problemáticas buscamos analisar dois Planos Diretores elaborados para Cascavel, um em 1968 e outro de 1978, pois acreditamos na importância de tais documentos no processo de materialização de certas intervenções urbanísticas na cidade. Ademais, tomamos algumas matérias publicadas no jornal *O Paraná*, *Frenteira do Iguaçu* e *Diário d'Oeste*, como importantes agentes legitimadores das transformações realizadas naquele contexto.

Segundo o pesquisador Giulio Carlo Argan, um Plano Diretor seria o resultado do trabalho do urbanista. Para, de certa forma, conceituar o campo de conhecimento, objeto analítico e o produto da disciplina Urbanismo, esse pesquisador recorre a importantes concepções acerca do tempo, já que intervir no espaço urbano pressupõe um diálogo entre a realidade que se tem, com seus problemas e desafios nas cidades e, a ação de planejar o futuro.

O que distingue o urbanismo de qualquer outra disciplina institucionalizada não é certamente a qualidade dos seus conteúdos, mas o processo com que os elabora, os coloca em relação dialética entre si, os organiza em um sistema cujos diversos componentes dão lugar a uma resultante. A resultante não é um quadro estatístico nem a representação sintética de uma situação social de fato; é um programa, um plano, um projeto tendo em vista a mudança de uma situação de fato reconhecida como insatisfatória. Trata-se, porém, de saber o que e com que fim se programa, se planeja, se projeta. (ARGAN: 1998, p. 211 e 212).

Sob essa perspectiva, o Urbanismo pode ser considerado como um conjunto de saberes que articula e mobiliza diferentes dimensões temporais. Dizemos isso, pois ao *métier* do urbanista, comumente se atribui a responsabilidade de tecer interpretações, leituras, sobre a configuração das cidades em

um determinado tempo presente. Mas que, sobretudo, por meio do planejamento urbanístico, o poder público e seus tecnocratas, agem na alteração, na transformação da fisionomia citadina, assentados em determinadas miradas para o futuro.

Essa trama temporal, oriunda do resultado do trabalho do urbanista é, mormente, revestida pela ideia de que o agir sobre o espaço urbano, planejar intervenções e reformas urbanísticas, requer racionalidade técnica. A suposta neutralidade, que frequentemente permeia os discursos que sustentam as práticas do urbanismo, é falaciosa. Nesse sentido, parece inevitável tocar nas dimensões políticas e simbólicas envolvidas nos mais diversos planejamentos urbanísticos.

Ora, não há como negar que na atualidade o planejamento e a execução de projetos de cidade é uma das atribuições que competem às ações e decisões do poder público. Nessa perspectiva, cabe considerar que para operar na materialidade urbana ou promover reformas urbanísticas - dos mais variados tipos e funções - existe um investimento maciço em discursos marcados por certo apelo às representações de caráter coesivo, comunitário, coletivo.

Para operarmos com o conceito de *representação* tomamos como referência fundamenta, as contribuições de Roger Chartier:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER: 1990, p. 17).

Seguindo por esse caminho conceitual, podemos considerar que paralelamente à construção de projetos de futuro, consubstanciados em intervenções urbanísticas, são necessariamente constituídos discursos que remetem à aprovação da coletividade. Como se intenções e concepções projetuais específicas,

que representam projetos de grupos socialmente situados, desempenhassem o papel de construir o futuro de progresso e felicidade para todos.

Tratando de projetos de urbanização capitaneados na cidade de Curitiba pela ação projetiva de Jaime Lerner, novamente citamos as pesquisas da arquiteta e pesquisadora, Fernanda Ester Sánchez García:

A colagem no tempo obedece ao estabelecimento de uma necessária relação tempo-espço para reforçar significados sociais: não é possível referir-se à construção dos significados do espaço sem contar o tempo de sua apropriação pela sociedade, como não é possível considerar a percepção do tempo sem menção ao espaço sobre o qual adquire concretude. Tempo e espaço são construídos em relação a uma série de intervenções às quais estão referidos. (GARCÍA: 2008, p. 165).

A mobilização de recursos simbólicos, referentes ao conjunto de elementos constituintes das *memórias coletivas*⁶⁴ de uma determinada cidade, se traduz em importante mecanismo para se respaldarem simbolicamente as reformas urbanas. Por isso, os usos e a sistematização de determinadas versões sobre o passado local, tornam-se importantes recursos para se assentar, paradoxalmente, os planos de futuro. Nessa perspectiva, o planejamento urbanístico não apontaria apenas para as demandas do presente e as projeções futurísticas, mas também é constituído por formas específicas de manejo do passado – temporalidade que trataremos mais atentiosamente no próximo capítulo dessa pesquisa.

Em suma, tal empreendimento permitiu o estabelecimento dos grupos políticos que formam as elites locais. Nesse sentido, a aprovação, que se quer consensual das soluções previstas por meio da lógica do urbanismo, carecia de uma expressão simbólica, capaz de colocar em relação determinadas visões sobre o passado - presente – futuro, numa espécie de *continuum* temporal.

Dessa forma, os grupos de poder na cidade de Cascavel, suas elites urba-

⁶⁴ Utilizamos o conceito de “memória coletiva” embasando nossas análises nas noções desenvolvidas por Halbwachs (HALBWACHS: 2003), porém não a entendemos como uma espécie de bloco único de recordações, tão pouco os recursos mnemônicos seriam compartilhados de maneira uníssona. Portanto, nesse texto utilizamos o conceito de “memória coletiva” para designar um conjunto de representações de passado que se projetam na esfera pública como representantes de uma coletividade, sem apartar de nossas reflexões, a noção da incidência de disputas e tensões que envolvem tal processo.

nas e rurais, atuaram intensamente entre os anos de 1968 e 1978, buscando evidenciar e concretizar determinados projetos de cidade. Conjuntamente, consolidavam-se versões hegemônicas de passado local (por meio da imprensa, cerimônias cívicas, literatura memorialística, criação do *Museu Histórico Celso Formigheri Sperança*, criação do hino da cidade, entre outros) que coadunavam com as justificativas dos grupos social e economicamente estabelecidos.

Nessa conjuntura, os grupos de poder da cidade, tanto da burguesia urbana, em consolidação naquele momento, quanto os grandes proprietários rurais, que no processo de *modernização* da agricultura se tornaram empresários rurais, seriam os herdeiros legítimos “do” passado, representado como o tempo bravo e heroico dos “pioneiros”. A rigor, esses protagonistas dos enredos históricos, sistematizados e propagados pela imprensa local, seriam também os sujeitos dotados de condições para atuarem na construção do futuro pródigo.⁶⁵

2.4. Gustavo Gama Monteiro e o Plano Diretor de 1968

Em 1968, durante a gestão de Odilon Reinhardt⁶⁶ como prefeito de Cascavel, o jornal *Diário d'Oeste* apresentou o primeiro Plano Diretor do município. Esse documento havia sido elaborado pelo arquiteto carioca Gustavo Gama Monteiro⁶⁷. Segundo o periódico, o contrato para elaboração do Plano Diretor do Município havia sido firmado ainda no ano de 1966 pela “importância de 4 milhões de cruzeiros”.

Gama Monteiro foi um dos fundadores do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, e projetou importantes obras vinculadas às perspectivas do que convencionou chamar de Arquitetura Moderna em todo o estado. Em Cascavel, o traçado da Avenida Brasil, principal da cidade, a Catedral Nossa Senhora Aparecida, o Cinema Cine Delfim, a

⁶⁵ Segundo as versões hegemônicas sobre o passado da cidade, os “pioneiros” seriam os colonizadores de ascendência europeia, cristãos e que se fixaram na região nas décadas de 1940 e 1950.

⁶⁶ Era advogado, promotor público e foi prefeito de Cascavel, pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), entre os anos de 1964 até 1969.

⁶⁷ A dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, defendida na Universidade Estadual de Maringá (UEM), intitulada “Ressonâncias da Arquitetura Brutalista nos edifícios das catedrais de Cascavel e Maringá” elaborada pela arquiteta Valéria Zamboni de Souza, analisa parte do conjunto de obras projetadas por Gama Monteiro (SOUZA: 2015).

Rodoviária, o Country Club, o Centro Cultural Gilberto Mayer, entre outras, são exemplos de projetos de sua autoria.

No dia 24 de abril de 1968, o jornal *Diário d'Oeste* publicou o texto do Plano Diretor de 1968 na íntegra⁶⁸. Esse documento foi a primeira iniciativa de planejamento urbanístico elaborado por um profissional com formação específica na área de Arquitetura e Urbanismo na cidade e estava organizado em duas partes principais. Uma, continha algumas intervenções de “imediata execução”⁶⁹ e que compunham aquilo que foi denominado como Plano Básico e, a outra parte, seria aprovada em etapas sucessivas mediante a atuação dos técnicos do Escritório Técnico de Planejamento da Prefeitura Municipal de Cascavel. Em linhas gerais, ele previa o estabelecimento do setor de ruas e praças públicas, a definição do delineamento da Avenida Brasil, sem deixar de mencionar a setorização da cidade por meio do zoneamento do município.

Inicialmente, nos ateremos a analisar o conteúdo do Plano Diretor de 1968 naquilo que concerne seu caráter legislativo emergencial, ou seja, os artigos presentes no Plano Básico e que foram aprovados por meio da Lei Municipal 549/1968. Posteriormente, tratamos de seus desdobramentos no campo do planejamento urbano, tanto na constituição de dispositivos e diretrizes legais, quanto na sua publicização na imprensa local.

De linguagem concisa, composto por trinta e dois artigos, dispostos em oito páginas, consideramos que o Plano Diretor de 1968 tinha clara inspiração nos preceitos básicos do *Urbanismo Modernista ou Progressista* (CHOAY: 2013). Segundo tal conceituação, a concepção de Urbanismo *Progressista/Modernista* teria sido fortemente influenciada pela crescente industrialização dos países centrais do mundo capitalista, principalmente, no século XIX. A cidade passaria então, a ser esquadrinhada segundo a lógica da funcionalidade dos espaços urbanos, ou seja, as transformações estavam sendo relacionadas ao intenso processo de urbanização. A problemática da mobilidade urbana e o

⁶⁸ Dizemos isso pois, tivemos a oportunidade de digitalizar o documento original que se encontra no Protocolo da Câmara de Vereadores da cidade, portanto, foi possível comparar as duas versões. Como na época o jornal *Diário d'Oeste* publicava o Diário Oficial da cidade, as ações, deliberações e leis sancionadas pelos Poderes Executivo e Legislativo, tinham presença constante nas páginas do periódico.

⁶⁹ CASCATEL, Lei 549 de 29 de março de 1968. Aprova o Plano Básico e as Diretrizes para o Plano Diretor de Cascavel e outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/1968/54/549/lei-ordinaria-n-549-1968-aprova-o-plano-basico-e-as-diretrizes-para-o-plano-diretor-de-cascavel-e-da-outras-providencias>

trânsito de automóveis passaram a ser assumidos como prerrogativas centrais do planejamento urbano.

Portanto, nessa matriz urbanística exógena, as práticas espaciais no Brasil e em outros países periféricos, passaram por uma “modernização incompleta e excludente” (MARICATO: 2013). A cidade pensada a partir dos referenciais do *Urbanismo Modernista/Progressista* praticamente aniquilou as formas de organização coletiva ulteriores, gerando um cenário de *modernidade*, onde a setorização e a hierarquização do espaço, a configuração dos quarteirões, as ruas e avenidas largas e retilíneas, as vias com fluxos de veículos sendo privilegiados, entre outros, passaram a compor modelos hegemônicos de urbanidade.

Em conformidade com seu Plano Diretor de 1968, a cidade de Cascavel, estava sendo organizada tendo a problemática da mobilidade urbana e o trânsito de automóveis como prerrogativa central. Portanto, os fluxos nas vias deviam ser privilegiados, estabelecendo a centralidade da adequação da cidade aos veículos. Assumia-se o carro como símbolo de progresso em detrimento das relações entre os indivíduos e o espaço urbano.

As definições no sistema viário, por meio da abertura de “avenidas rápidas, vias coletoras e o estabelecimento da faixa de domínio das rodovias em sessenta metros de largura” também foi alvo de planejamento nesse documento. Dessa forma, ocorreu a distribuição das atividades a serem desenvolvidas em cada uma das zonas, conforme a sua “funcionalidade”. Portanto, a cidade foi esquadrihada pelo planejamento urbanístico dentro de uma lógica que concebia o zoneamento como “divisão do município em áreas de uso diferenciado”:

- Atr. 7º O município de Cascavel, fica dividido inicialmente, em cinco zonas indicadas na planta de zoneamento de massa a saber:
- Zoneamento Zona de Baixa Densidade (uso agrícola, horto-granjeiro, agro-industrial, residências de usuários de áreas lavradas ou de ação, sítios e chácaras);
 - Zona Urbana Residencial (exclusivamente residencial, preferencialmente residencial e habitação popular);
 - Zona Urbana Comercial (Centro Comercial Principal e Centro Comercial Secundário);
 - Zona Urbana Industrial (Zona Industrial Exclusiva, Preferencialmente Industrial e Distritos Industriais);

- Zonas Especiais (Setor de Abastecimento, Setor Cívico e Setores Militares). (CASCABEL, 29/03/1968).

Ainda, o plano concebia o zoneamento como “divisão do município em áreas de uso diferenciado”, ou seja, a justificativa para a definição das diferentes “zonas” era uma suposta “vocalização” e “função” apriorísticas de cada espaço. Além disso, defendia que o “desenvolvimento harmônico da comunidade e bem-estar social de seus habitantes” passava pela “indicação de soluções urbanísticas adequadas”⁷⁰. Em outras palavras, a assimilação do discurso científico, concernente aos pressupostos conceituais do *Urbanismo Modernista/Progressista*, pareciam inspirar o projeto de Gama Monteiro.

A rigor por meio do estabelecimento do setor de ruas e praças públicas, entre outros, além da setorialização do território municipal através zoneamento do município, empreendia-se a territorialização e hierarquização do espaço urbano. Em última instância, podemos afirmar que todo esse processo de planejamento urbanístico, influenciava sobremaneira as formas de se viver na cidade, naquilo que a pesquisadora Ermínia Maricato chamou de “espaços de acumulação” e de “espaços de miséria” (MARICATO, 2013).

Ora, é certo considerarmos que os Planos Diretores, entendidos aqui como vias de formulação de planejamento e de regulação urbanística, acabam por incidir sobre o processo de territorialização do espaço urbano. Nesse contexto, o poder regulatório da administração pública municipal estabelece as regiões que passam a contar com os equipamentos urbanos, como asfaltamento, abastecimento de água, tratamento de resíduos sólidos, por exemplo. Como um dos possíveis resultados desse processo, de se equipar determinadas áreas da cidade, temos a valorização de algumas partes urbe, em detrimento de outros espaços obscurecidos, à margem da lógica do planejamento urbanístico.

Devemos considerar que, por mais neutra que pareça a discursividade urbanística, presente em documentos oficiais como os Planos Diretores, ela consubstancia a própria complexidade das relações sociais que são vividas no espaço citadino. O que queremos dizer é que a partir das definições assumidas

⁷⁰ CASCABEL, Lei nº 549 de 29 de março de 1968. Aprova o Plano Básico e as Diretrizes para o Plano Diretor de Cascavel e outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/1968/54/549/lei-ordinaria-n-549-1968-aprova-o-plano-basico-e-as-diretrizes-para-o-plano-diretor-de-cascavel-e-da-outras-providencias>

pelo Urbanismo, em sua associação com o poder público, ocorre um processo complexo de ordenamento e reordenamento espacial, segundo lógicas que muitas vezes privilegiam a especulação imobiliária, materializando relações totalmente desiguais em relação ao “direito à cidade” (LEFEBVRE: 2008).

A relação entre o planejamento urbano e a efetivação de intervenções urbanísticas em Cascavel levou à definição de uma “zona”, uma espécie de centro para a cidade, onde a materialização, dos ideais de *modernidade*, estariam reunidos. Em outras palavras, os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços passariam a estar dispostos em um território urbano específico, que concentrava os modelos hegemônicos de consumo da época:

Art. 16º O centro comercial principal (ZC-1), destina-se a edificações públicas, estabelecimento de comércio a varejo, pequenas oficinas, escritórios, bancos em geral, edificações de recreação e culto, cafés, bares, padarias e confeitarias, hotéis, garagens, restaurantes e congêneres (...). CASCATEL; 1968).

O Plano Diretor de 1968 também previa e regulamentava a verticalização da cidade, estabelecendo os padrões para a construção de prédios. A região da cidade que passava a estar autorizada a receber edifícios de vários andares era a “Zona Urbana Comercial”, desse modo, elegia-se essa área da cidade para que fosse estimulado o adensamento populacional, atrelado ao processo de verticalização do centro da cidade, visto que as moradias concentrariam muito mais habitantes em prédios residenciais, se compararmos com as moradias horizontais e unifamiliares.

Seguindo essa perspectiva de reflexão, o Plano Básico estipulava também a obrigatoriedade da execução de obras ou mesmo a abertura de novos loteamentos, à análise e aprovação da Prefeitura, segundo parâmetros que passaram a ser delineados naquele momento. O estabelecimento das diretrizes fundantes para a regulamentação de loteamentos e arruamentos deveria ser aprovado pela Prefeitura:

Art. 26º - Nenhuma edificação, reforma ou demolição poderá ser feita sem prévio licenciamento pelo órgão competente da Prefeitura.

Art. 27º - Os projetos deverão ser elaborados de acordo com as diretrizes do Plano Diretor e com as normas regulamentares de edificação.

§ Único – as edificações aprovadas ou executadas em desacordo com as diretrizes do Plano Diretor ou com as normas estabelecidas no regulamento das edificações ficarão sujeitas a embargo administrativo e demolição, sem qualquer indenização por parte da prefeitura. (CASCABEL: 1968, p. 6).

A Lei Ordinária 707, aprovada em 25 de novembro de 1969⁷¹, regulamentava a abertura de novos loteamentos, portanto, tratava-se de parte daquilo que se estabelecia como complemento ao Plano Básico. É interessante notar que uma definição de “Área urbana” foi formulada, nos indicando que os limites entre campo e cidade não estavam ainda tão bem consolidados na época, necessitando, portanto, de uma lei que evidenciasse de forma mais nítida tais limites:

Área urbana é aquela que abrange as edificações contínuas das cidades, Distritos e suas adjacências, servidas por melhoramentos: Iluminação Pública, abastecimentos de água, Redes Pluviais, calçamentos ou guias de passeio executados ou a serem executados pelo Município, por concessão ou por sua autorização. As linhas periféricas da área urbana são aquelas determinadas como limites fixados pelo Plano Diretor Básico e Urbanístico de Cascavel, aprovado pela Lei nº 549/68. (CASCABEL: 1969).

A referida lei, que complementava o Plano Diretor de 1968, determinava as especificidades daquilo que passava a ser definido como o urbano e o rural. Nos termos: “Área rural é a área do Município excluídas as áreas urbanas”⁷², podemos destacar que havia uma lógica de planejamento urbanístico a instituir uma espécie de segregação espacial. Ora, dos limites legais da área de abrangência municipal, a urbanidade e a ruralidade estavam sendo cingidas,

⁷¹ CASCABEL, Lei 707 de 25 de novembro de 1969. Dispõe sobre loteamentos e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/1969/71/707/lei-ordinaria-n-707-1969-dispoe-sobre-loteamentos-e-da-outras-providencias>

⁷² CASCABEL, Lei 707 de 25 de novembro de 1969. Dispõe sobre loteamentos e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/1969/71/707/lei-ordinaria-n-707-1969-dispoe-sobre-loteamentos-e-da-outras-providencias>

além, é claro, da assunção de uma dada leitura da cidade, reificada nos aparatos legislativos.

Outro ponto que pretendemos destacar é a elaboração de narrativas jornalísticas que denotavam certa convergência entre os discursos oriundos do planejamento urbanístico e àqueles produzidos pela imprensa local. Na notícia a seguir, podemos perceber como o processo de definição do zoneamento urbano e, sua consequente, atuação na alteração de práticas sociais, estava sendo significado na cena pública:

Zona de meretrício será transferida para fora do perímetro urbano de Cascavel

Segundo afirmações do atual titular da Delegacia de Polícia local, Dr. Augustinho Cardoso Netto, deverá o mesmo, nos próximos dias impôr a mudança da zona de meretrício, agora situada no perímetro urbano, para fora deste.

Nesse sentido, as primeiras providências serão logo tomadas a fim de que no perímetro urbano da Oeste-Cap, não exista mais, no prazo de 60 dias, nenhuma casa dedicada ao lenocídio. A medida, aliás já proposta à longo tempo, *deverá ser agora levada a sério com o novo planejamento urbano*⁷³, devendo a mudança ser realizada no menor espaço de tempo. Com isso, o bairro onde atualmente se situa a “pesada”, deverá receber um sério desenvolvimento, uma vez que, embora pareça incrível, tal parte da cidade tenha recebido um grande surto de construções, pois nada mais é que próximo ao centro da cidade. O novo delegado, afirmou outrossim que, foi determinado o horário para o funcionamento para as casas de tolerância não sendo mais permitido o funcionamento das mesmas durante o dia. Com essa medida, visa o titular da Sub-Divisional de Cascavel, abolir a vadiagem em nosso meio.

Cremos ser estas as mais indicadas medidas, para dentro de pouco tempo, Cascavel ter em seus devidos lugares as cousas, pois o que até agora era tolerado, não mais o será, e podemos até crer que, tudo será realmente levado à sério uma vez que as medidas estão aí, impostas e deverão ser cumpridas. Nossos parabéns ao novo Delegado, pois está sendo feito aqui, o que na realidade devia ser feito. (DIÁRIO D'OESTE: 20/04/1969, p. 1)

⁷³ Grifos nossos.

O anúncio de que uma área central da cidade, onde encontravam-se sediadas algumas casas de prostituição, estava passando por um “grande surto de construções”, parece nos dar alguns indícios de que tratava-se de uma região que apresentava certo potencial para o mercado imobiliário, porém seu uso estava sendo considerado inapropriado, já que povoado por gente da “pesada”. A solução encontrada era o desvio da zona de meretrício para fora do perímetro urbano e esse problema fora considerado caso de polícia.

Dessa forma, os dispositivos legais que compunham o Plano Diretor de 1968 e suas leis complementares que regulamentavam algumas questões fundamentais do planejamento urbanístico, como o zoneamento urbano e o arruamento das principais vias da cidade, por exemplo, mais do que incidir sobre a fisionomia da urbe, produziam aquilo que seria considerado uma irregularidade urbana naquele contexto, induzindo assim, certas mudanças em determinadas práticas sociais.

A implementação do Projeto Cura⁷⁴ (Projeto de Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada) em 1974 foi novamente anunciada pelo jornal *Frenteira do Iguaçu* em algumas matérias jornalísticas que, em geral, afirmavam a importância de novas iniciativas de planejamento urbanístico na cidade. A atuação da arquiteta Solange Smolareck⁷⁵, integrando parte da Secretaria de Planejamento na época, acabou por constituir um novo zoneamento do município em 1975 Lei 1184/1975⁷⁶. Tal projeto foi uma das iniciativas do governo federal e contava com o financiamento do BNH (Banco Nacional de Habitação).

Em outras palavras, novas demandas de planejamento urbanístico passaram a ser difundidas pelo periodismo local. O Plano Diretor de 1968 e suas leis complementares aos poucos foram, discursivamente, caracterizadas por uma suposta obsolescência em “solucionar” os problemas urbanos, sempre

⁷⁴ O projeto de Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada representava um dos projetos urbanísticos formulados pelos governos da Ditadura Civil Militar Brasileira e vigorou entre os anos de 1973 a 1985.

⁷⁵ A arquiteta Solange Irene Smolareck Dias era aluna do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná e participou de um programa, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Cascavel na gestão de Pedro Muffato (1972 – 1976), que incentivava jovens universitários a se instalarem na cidade para realizarem trabalhos de pesquisa acerca de suas condições na época.

⁷⁶ CASCATEL, Lei 1184 de 30 de dezembro de 1975. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/1975/118/1184/lei-ordinaria-n-1184-1975-dispoe-sobre-zoneamento-e-da-outras-providencias>

atualizados, reificados e integrados aos discursos de antecipação para o futuro elaborados pelos jornais locais.

Vejamos como parte de uma matéria intitulada *Um “record” na vida de Cascavel*⁷⁷ tratava de tais questões:

PROJETO CURA

Além desses, muitos outros projetos, formando uma longa lista, estão incluídos no rol do plano diretor, para incrementar o desenvolvimento do Município de Cascavel, assim como também do oeste. Alguns desses projetos são: a pavimentação dos acessos, a implantação do sistema viário e o projeto CURA, além de outros.

“Isto é fruto do convênio assinado entre a prefeitura Municipal de Cascavel com a Sudesul, em 7 de novembro do ano passado, sendo que os estudos foram concluídos, no dia 6 do corrente mês, estabelecendo-se um prazo ‘record’ em sua elaboração, falou Moacir Borges, titular da Secretaria de Planejamento.

A colocação em prática deste Plano de Ação Imediata mostrará, nas entrelinhas da linguagem especialmente técnica que consta nos estudos em referência, uma realidade altamente favorável, que modificará não apenas o aspecto mas também aplicará em Cascavel um aparelho canalizador do seu rápido desenvolvimento. (FRONTEIRA DO IGUAÇU: 14/01/1975, p. 6).

Segundo o trecho, as propostas de um “novo” planejamento urbano, não apenas modificariam o “aspecto” da cidade, mas possibilitariam a deflagração de um determinado tipo de “desenvolvimento”. A reformulação das intervenções urbanísticas atuaria, nessa acepção, como um “canalizador”, impulsionando um “desenvolvimento” que já era tido pelo jornal como patente. Cascavel apresentava seu “record” naquele momento.

⁷⁷ FRONTEIRA DO IGUAÇU, *Um “record” na vida de Cascavel*. Terça-feira, 14 de janeiro de 1975. Ano IV, nº 488, p. 6.

2.5. Lerner, o planejador de cidades e o Plano Diretor de 1978

Jaime Lerner se formou em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná, em 1964. No ano seguinte participou da criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, o IPPUC. Atuou como urbanista em diversas cidades brasileiras (Campo Grande, Recife, Goiânia, Aracaju, entre outras) e foi prefeito da capital paranaense por três mandatos (1971/75, de 1979/83 e de 1989/92), posteriormente, governador do Estado do Paraná por oito anos⁷⁸.

No início de sua carreira política, fazia parte do partido ARENA e ao longo de sua inserção nas esferas oficiais de poder, transitou por diferentes partidos. Sua presença na administração pública de Curitiba foi iniciada por indicação do governador do Paraná na época, Haroldo Leon Peres (eleito pela ARENA, com mandato de 15/03/1971 a 23/11/1971)⁷⁹, portanto em exercício como prefeito biônico por dois mandatos, prática frequente naquele contexto político ditatorial.⁸⁰

Em sua carreira como arquiteto, Lerner foi responsável por projetar, em Curitiba, algumas obras muito conhecidas nacionalmente, como a Ópera de Arame, o Jardim Botânico, a Rua Vinte Quatro Horas, ou seja, alguns lugares que passaram a ser referências icônicas do espaço urbano curitibano.

Como apontado anteriormente, o Plano Diretor de Cascavel de 1978, de autoria do arquiteto, urbanista e ex-governador do estado do Paraná, Jaime Lerner e sua equipe, foi elaborado na gestão municipal de Jacy Scanagatta e, justificado pela imprensa local, como meio necessário para se planejar o futuro da “grande cidade de Cascavel”.

Para a análise do Plano Diretor de 1978, tivemos que delimitar um eixo temático articulador e norteador de nossas reflexões: as representações temporais, presentes na tessitura discursiva, principalmente as formas de relacionar as demandas de futuridade às demais dimensões temporais *presente passado e futuro passado* (KOSELLECK: 2014).

⁷⁸ Informações disponíveis no site: <https://www.caupr.gov.br/>

⁷⁹ Informações disponíveis no site: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Haroldo-Leon-Peres>

⁸⁰ Informações disponíveis no site: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Jaime-Lerner>

Em linhas gerais, o presente daquele passado foi interpretado de forma a evidenciar alguns desafios e “problemas urbanos” vividos naquele contexto. A especulação imobiliária nas áreas centrais e o baixo adensamento populacional nas regiões mais nobres da cidade foram citados diversas vezes no documento produzido por Lerner. E o mais importante, é que tais “problemas urbanos” estavam sendo apresentados como decorrentes, diretamente, da ausência de planejamento.

O Plano Diretor de 1968 e suas leis complementares não seriam mais suficientes para a efetiva materialização e regulamentação do espaço urbano? Ainda sobre as carências e problemas, o texto do Plano Diretor de 1978 apresenta vários gráficos e tabelas para dar plausibilidade à proposta e garantir visibilidade ao crescimento populacional “explosivo” e “desordenado”. A população urbana dobrou durante a década de 1970, provocando uma “série de vazios urbanos e áreas ociosas” (CASCABEL: 1978, p. 12).

Vejamos a tabela apresentada no Plano Diretor de 1978 e a projeção de aumento populacional:

MUNICÍPIO DE CASCABEL ESTIMATIVAS DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO						
Discriminação	1970(1)		1980(2)		1980(3)	
	População	%	População	%	População	%
Urbana do Distrito-Sede	34.813	38	79.000	38	92.300	45
Urbana do Município	35.923	40	95.140	46	111.200	54
Total do Município	90.855	100	207.340	100	207.340	100

FONTE: (1) FIBGE
(2) PDU-PR
(3) Estimativa, ajustada em função da hipótese “B” do PDU-PR e tendo em vista o crescimento das atividades econômicas da região, o aumento considerável do número de matrículas na rede escolar e do número de eleitores que se elevou de 21.000 em 1970, para 59.000 em 1976.

No processo de crescimento urbano de Cascavel, salienta-se a forma indiscriminada de expansão da área através de sucessivas ampliações do perímetro urbano apesar do baixo índice de densidade populacional.

Figura 35. *Município de Cascavel, estimativas do crescimento demográfico*, CASCABEL: 1978, p. 7.

O aumento da população, o crescimento urbano e a sua suposta falta de controle eram as principais justificativas para se assentar o futuro planejado proposto por Lerner. A questão da especulação imobiliária, por exemplo, não era lida como resultado das relações tipicamente capitalistas de apropriação

e uso do espaço urbano, mas como consequência da falta de planejamento. Vejamos no trecho abaixo:

Os elevados índices de aproveitamento do solo, fixados na área central, longe de induzir a ocupação interna, favoreceu a multiplicação de seu valor comercial e a procura por novas áreas de loteamento a preços mais acessíveis, determinando uma expansão indiscriminada do perímetro urbano, antes do adensamento pelo menos aceitável do núcleo central (atualmente, a densidade demográfica é da ordem de 9,4 hab/há). Os grandes vazios existentes, a espera de infra-estrutura e equipamentos, configuram nitidamente o nível que chegou a especulação imobiliária em Cascavel. (CASCAVEL: 1978, p. 28).

É possível destacarmos, segundo o excerto, que a expansão do perímetro urbano teria ocorrido anteriormente ao processo de um adensamento populacional “aceitável” no centro da cidade. Seguindo essa lógica, a cidade estava espalhada e, ainda, as áreas para a construção de loteamentos acabaram sendo constituídas afastadas da região central, pois apenas nesses espaços havia “preços mais acessíveis”.

Em outro trecho, novamente a falta de planejamento e a ausência de uma racionalidade urbanísticas são apontadas como causas dos “problemas urbanos” e, como consequência, do elevado o custo das intervenções urbanísticas:

A ocupação desordenada do espaço urbano, tendo como eixo a Av. Brasil – antiga faixa de domínio da rodovia Curitiba/Foz do Iguaçu – provocou uma série de vazios urbanos, com a predominância de grandes áreas ociosas, baixa densidade habitacional e, consequentemente, custo elevado das redes de infra-estrutura. (CASCAVEL, 1978).

Conforme pudemos verificar no Plano Diretor de 1978, a situação da cidade na época também indicava a falta de lugares de lazer e convivência para a população, além de uma relação bastante deficitária no “índice de área verde *per capita*”, ou seja, no final da década de 1970, a terra “dos enormes e seculares pinheirais” (O PARANÁ, 15/05/1977), já apresentava as marcas do desmatamento.

O plano previa ainda “a redução da escala ao nível do pedestre”, em outras palavras, tratava-se de reduzir o tráfego de veículos na Avenida Brasil (principal da cidade) e se definir locais para o trânsito seguro de pessoas:

A movimentação de pedestres existente nessa área já permite uma nova intervenção física, objetivando ampliar o ponto de encontro natural mediante transformação do setor da escala do automóvel para a do pedestre (...) o núcleo central, constituído por três quadras, criando um espaço para os pedestres, equipado e animado (...). (CASCVEL, 1978, p. 30).

Por outro lado, também houve a elaboração de uma espécie de diagnóstico e prognóstico urbanos. Contando com um passado, visto como consolidado a partir de uma determinada “vocação econômica”, voltada para a agricultura, a cidade, segundo o documento, apresentava demandas a serem resolvidas e o caminho indicado para o futuro possível naquele *presente passado* era a industrialização. Sobre as relações econômicas da cidade, segundo Lerner, a cidade carecia também de uma delimitação mais específica de sua “vocação econômica”:

A vocação econômica do grupo de polarização urbana – localizada em uma das regiões agrícolas mais ricas do País – é representada pela parcela expressiva da população dependente do setor terciário (comércio e serviços). A tentativa de modificar esse quadro, através de um processo de industrialização, tem induzido à implementação de unidades de beneficiamento de produtos agrícolas. (CASCVEL: 1978, p. 12).

Nesse sentido, havia uma espécie de prescrição para a cidade, a industrialização dos produtos agrícolas:

A Cidade de Cascavel tende a se fortalecer economicamente, à medida em que se consolide como polo regional prestador de serviços (entrepasto comercial, bancos, comércio mais sofisticado, assistência técnica) e agro-industrial (notadamente, na área de beneficiamento de matérias-primas regionais). (CASCVEL: 1978, p. 23).

A criação de um centro cívico para Cascavel também foi apontada como uma das necessidades, ou seja, o poder público deveria estar localizado, territorializado e, dessa forma, se elaborava um conjunto de relações simbólicas direcionadas à leitura dos cidadãos. Em suma, o Plano Diretor de Cascavel de 1978, apresentava também uma série de mapas - onde se pode visualizar a configuração dos bairros na época -, além de uma tentativa de organização do sistema viário e de transporte público da cidade.

No meses de abril, maio e junho do ano de 1977, o jornal O Paraná, publicou algumas reportagens e entrevistas com Jaime Lerner. As noções de “progresso” e a “modernidade” demandavam por novos ajustes, sendo ação projetiva do urbanista caracterizada como uma espécie de solução privilegiada para os problemas e desafios urbanos. Portanto, mesmo sendo referendada, com certa regularidade, pela imprensa local como uma cidade “moderna”, Cascavel necessitava da renovação proposta por Lerner:

Cascavel? Nova Cascavel

Hoje, uma cidade voltada para o automóvel – que mata, apavora e faz as pessoas fugirem. Hoje, Cascavel não é voltada para seus habitantes – a cidade cresceu sem planejamento, violentada pelo progresso avassalador. Mas o trabalho do arquiteto Jaime Lerner – alguém sabe mais sobre planejamento urbano do que ele? – vai mudar isto tudo. Uma nova Cascavel. Entre as Ruas Souza Naves e Carlos de Carvalho – por exemplo – serão implementados equipamentos de lazer, lojas de artesanato, boutiques, lanchonetes, bancas de revistas, sorveterias, pequeno teatro, salas de exposições, enfim, tudo. Quase tudo. (O PARANÁ: 21/04/1978, p. 1).

O ato de planejar, expresso nas intenções que respaldavam a elaboração do Plano Diretor de Cascavel de 1978, objetivava a legitimação da necessidade do agir naquele presente, para se construir um futuro melhor. A ideia prospectiva vinculada às noções de progresso, em uma acepção positivada que mobilizava também a dimensão temporal passada, foi utilizada pela imprensa de maneira recorrente para a validação das elaborações projetivas daquele contexto.

Mesmo que os projetos de intervenção urbanística daquele período não tenham sido executados na íntegra, convém analisá-los enquanto importantes

fontes para a elaboração de discursos de *modernização e* futuridade. Neles, um sentido para o tempo, notadamente evolutivo, foi constituído e, em parte, o futuro daquele passado ganhou concretude, materialidade, seja na cidade representada ou na cidade espetacularizada, tão distante da cidade vivida pelos grupos que transitam à parte dos poderes hegemônicos.

Contudo, ao analisarmos os Planos Diretores de 1968 e de 1978 é possível identificarmos a presença de preceitos fundamentais do *Urbanismo Modernista/Progressista*, por meio do qual o espaço passou a ser organizado segundo uma funcionalidade específica, o traçado regular e retilíneo das quadras e das ruas consubstanciava a racionalidade intrínseca à sociedade capitalista e industrial. A assunção de tais perspectivas urbanísticas, importadas de matrizes europeias, estava ligada diretamente à reprodução de modelos e valores *coloniais* de ocupação e organização dos espaços urbanos (FRIGERI & SANTOS: 2020).

Considerando a complexidade desse processo de difusão de modelos urbanísticos hegemônicos, citamos as potencialidades de uma abordagem Decolonial para a análise das intervenções urbanísticas;

O desenvolvimento do planejamento urbano europeu tem como contexto a intensificação dos processos de urbanização das cidades da revolução industrial, em que se fez necessário criar políticas para a organização/ordenamento das cidades que assistiram a grandes aumentos populacionais em função do trabalho nas indústrias. O contexto em que surge o urbanismo enquanto matéria de organização espacial das cidades é, portanto, aquele de desenvolvimento cultural do ocidente na modernidade. Dessa forma, esse campo de estudo (de análise e de ação política), tem da modernidade a herança da racionalidade, do tecnicismo e cientificismo que organiza um certo discurso gerencial do espaço e, sobretudo, um modo de fazer política pautado numa suposta neutralidade funcionalista, uma suposta igualdade de chances numa sociedade de homens iguais. (FRIGERI & SANTOS: 2020, p. 201)

Porém, no Plano Diretor de 1978 podemos destacar a emergência de certa preocupação em relação às questões ambientais, já que por meio dele foi apresentada a necessidade de criação de espaços de convivência ao ar livre, como

parques, além do tratamento de esgoto e do estabelecimento de regulamentação específica que proibia as construções em fundos de vale, por exemplo.

Certamente, no período de dez anos, em que está circunscrita a investigação, muitas transformações ocorreram na paisagem citadina. Podemos perceber indícios de tal processo no próprio texto dos Planos Diretores: enquanto o Plano Diretor de 1968 procurava planificar e zonear o espaço da cidade, estabelecer os limites entre o urbano e o rural, o Plano Diretor de 1978 apresentava “soluções” para uma cidade que havia esgotado parte de suas reservas naturais após o fim das atividades ligadas à extração da madeira. As prescrições relacionadas à industrialização e ao desenvolvimento do agronegócio indicavam possibilidades para um futuro que, de certa forma, contemplava os projetos sociais, políticos e econômicos das elites locais. Sobretudo, dava materialidade e legalidade às transformações implementadas por meio do processo de *modernização* da agricultura na cidade.

III

Os urdidores de passado



Como pode o passado permanecer no presente? Tentando responder à questão, Tzvetan Todorov, em sua obra *Memória do mal, tentação do bem*⁸¹, conduziu importantes reflexões sobre as possibilidades de permanência do passado no presente, sem se furtar de discussões basilares acerca das relações entre história e memória. Segundo essa perspectiva, o passado pode ser conservado no presente por meio de dois tipos de rastros: os mnésicos e os materiais. Os rastros mnésicos estariam presentes “na mente dos seres humanos”, já os materiais, seriam “uma marca, um vestígio, uma carta, um decreto (as palavras também são fatos)”. (TODOROV: 2002, p. 142).

Avançando em sua proposta teórica, o autor recorreu àquilo que denominou “etapas”, por meio das quais se faz reviver o passado no presente. Tais “etapas” acabam por subsidiar o desenvolvimento de noções relativas à própria epistemologia histórica, bem como problematizar os usos da história e da memória. Para Todorov, não existe uma inscrição mecânica do passado no presente, portanto a primeira “etapa” de conservação do passado no presente seria o *estabelecimento dos fatos*, onde ocorre um processo de seleção e hierarquização dos fatos a serem perpetuados. Elabora-se então, a *construção do sentido*, ou seja, a formulação de interpretações, encadeamentos e relacionamentos entre os fatos estabelecidos. Em relação a essa “etapa” Todorov opera com noção de “verdade”, mas não uma verdade de *adequação*, e sim uma verdade de *elucidação*, a que possibilita “apreender o sentido de um acontecimento”. Nessa fase, ainda, seria possível separar os “historiadores dos fabuladores” e as “testemunhas dos mitômanos”. Por último está a “etapa” do *aproveitamento*:

⁸¹ O filósofo búlgaro, Tzvetan Todorov, produziu reflexões fundamentais acerca da memória e História, principalmente naquilo que concerne às práticas de controle da memória por parte dos regimes totalitários no século XX. Apesar de não estarmos nos debruçando sobre os totalitarismos em nossa pesquisa, consideramos basilares as noções desenvolvidas por Todorov acerca da rememoração, da manipulação da memória e do esquecimento, sem olvidarmos de nossas análises as discussões sobre “as três etapas de se fazer reviver o passado no presente” por ele trabalhadas (TODOROV: 2002).

“Após ter sido *reconhecido e interpretado*, o passado será agora *utilizado*”. (TODOROV, 2002, p. 149).

Ao pensarmos sobre esse processo de permanência do passado, podemos vislumbrar uma profícua via analítica para refletirmos sobre as fontes que selecionamos para este capítulo. Algumas matérias e reportagens produzidas pelos jornais *Diário d'Oeste*, *Fronteira do Iguaçu* e *O Paraná* evidenciaram um determinado tipo de uso do passado em suas edições. O que queremos dizer é que alguns discursos jornalísticos publicados pelos veículos de imprensa do período entre 1968 e 1978 materializavam narrativas históricas que consolidavam na cena pública determinados enredos sobre o passado.

Os estratos temporais passados foram inscritos naquele presente por meio de narrativas jornalísticas que, em linhas gerais, contavam e buscavam fixar históricas masculinas, epopeicas, etnocêntricas, uníssonas, sobrepujando as contradições do processo de *reocupação*⁸² do território que viemos a chamar de Cascavel. Nesse sentido, o *estabelecimento dos fatos* remeteu, muitas vezes, à formulação de uma *origem* para a cidade, atribuída a grupos sociais específicos. A imprensa local produziu suas narrativas utilizando recursos comunicacionais como fotografias, linhas do tempo, textos e entrevistas, atuando pedagogicamente na *construção de um sentido* para as experiências passadas.

Por isso, estamos considerando que exista, com base nessa perspectiva teórico-metodológica, uma possibilidade substancial de diferenciação entre a narrativa histórica jornalística e a narrativa historiográfica. A imprensa, em sua produção de escritas sobre o passado, opera com a *verdade de adequação*, urdindo suas narrativas sem, necessariamente, adentrar à etapa da *verdade de elucidação*. Ainda, a etapa do *aproveitamento* dos fatos apresenta-se, muito frequentemente, marcada pela instantaneidade da produção de notícias, própria do periodismo, assumindo um tipo de uso do passado onde o discurso da *comemoração*⁸³ (TODOROV: 2002) mostra-se com frequência.

⁸² Usamos o termo *reocupação* para fazermos referência ao processo de “colonização”, ocorrido entre as décadas de 1930 a 1950 e efetuado por descendentes de imigrantes europeus. Em geral, as memórias públicas e obras memorialistas da cidade silenciam a presença indígena, sobretudo dos povos Kaingang e Guarani na região, ao utilizarem o termo *ocupação* para denominar um processo de tomada do território marcada pela violência.

⁸³ Segundo Todorov o discurso do comemorador seria aquele que ajusta o passado às demandas do presente sem estar submetido à “testes de verdade” dos historiadores ou mesmo das testemunhas (TODOROV: 2002, p. 155 e 156).

A fim de tentar compreender esse processo de elaboração de uma escrita histórica, fora do campo específico da historiografia, ou seja, uma história produzida e difundida pelos jornais, lançamos mão do conceito de *operação midiográfica*, desenvolvido pela historiadora Sônia Maria de Meneses Silva, em sua Tese de Doutorado em História (MENESES: 2011). A inspiração vem do conceito de *operação historiográfica*, de Michel de Certeau. Por não tratar-mos de narrativas históricas produzidas por historiadores, mas por jornalistas, acreditamos na possibilidade operatória desse aporte conceitual.

Nesse caminho reflexivo, é importante considerarmos que, as formulações acerca de eventos considerados históricos em Cascavel foram urdidas mediante processos complexos de seleção, classificação e significação. Essas ações, necessariamente, não traduziam uma suposta “verdade” sobre o passado e os fatos, mas sobre formas de representação do passado em diferentes tempos presentes. Tratava-se de manejos das experiências temporais que, no fluxo das vivências cotidianas, produziram uma ordenação entre presente, passado e futuro.

Todavia, os meios de comunicação, no caso, os jornais locais, seriam capazes de inscrever marcos memoráveis em um tipo de temporalidade hegemônica na cidade? Seu produto, materializado em discursos textuais e/ou imagéticos, seria capaz de dar visibilidade e centralidade a determinados eventos e sujeitos sociais, enquanto responsáveis “pela história local”? A narrativa histórica dos jornais seria capaz de produzir mitos? Se as respostas às questões forem afirmativas, em que medida os jornais contribuíram para a patrimonialização de determinadas narrativas de passado?

Na busca por respostas, porém, sem induzir a conclusões aligeiradas, citamos as contribuições do historiador alemão Reinhart Koselleck:

(...) A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações, instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebi-

da como conhecimento de experiências alheias. (KOSSELLECK: 2006, p. 309 – 310).

Por conseguinte, estamos buscando compreender o papel fundamental da imprensa local na sistematização e na difusão de determinadas narrativas de passado e, nesse aspecto, “as experiências alheias” teriam sido significadas em uma rede de sentidos que intentava organizar marcos temporais e formas específicas de compreensão histórica, ou seja, um processo de elaboração de memórias públicas para os mais variados indivíduos e grupos sociais que convivem na cidade.

Outra importante referência teórica para nossa investigação, são as reflexões desenvolvidas pelo filósofo francês Paul Ricoeur, principalmente naquilo que tange à denominada *teoria da narrativa*⁸⁴. Nesse sentido, nos atentamos a investigar as formas pelas quais o tempo vivido fora representado e, ainda, como as experiências temporais foram ordenadas e significadas nas narrativas históricas produzidas pelos jornais. Ao se partir dessa conceituação podemos considerar a complexidade das relações entre história, memória e imprensa.

Em primeiro lugar, os textos historiográficos, resultantes da elaboração reflexiva dos historiadores, pertencem à ordem da narrativa, mas um tipo especial de narrativa, marcada pela intenção de *verdade de elucidação* (TODO-ROV: 2002). A narrativa jornalística também ambiciona constituir um determinado tipo de discurso de “verdade”, mesmo que sua vigência seja marcada pela efemeridade. Mormente, os jornalistas utilizam-se de recursos como o testemunho ocular, a ideia de imparcialidade ou neutralidade como balizas validadoras das narrativas que elaboram diariamente.

Por isso, na análise das fontes que será apresentada nesse capítulo, tivemos a intenção de buscar compreender as formulações explicativas dos eventos e processos noticiados, mas também a própria estrutura da narrativa de passado constituída nos jornais, seja ela materializada em texto ou imagem, enquanto

⁸⁴ Segundo a teoria narrativa, o tempo tornar-se-ia humano por meio da narrativa, sendo a ação narrativa a precondição para a existência temporal. As vivências cotidianas e as experiências temporais são enquadradas por meio da narrativa em uma língua, de onde os recursos lexicais que seriam as configurações pré-narrativas da ação narrativa. Esse complexo processo se constitui a partir daquilo que Ricoeur chamou de *tríplice mimese* (prefiguração, configuração e refiguração da intriga) e apropriada em temporalidades distintas, por isso em um círculo hermenêutico que seria constantemente renovado. (RICOEUR: 1994).

discurso que se apresentava como “verdadeiro” e se destinava à legibilidade direcionada a uma determinada rede sentidos.

Além da produção das narrativas históricas empreendidas pelos jornais, que instituíam a “colonização” e o “pioneirismo” como mitos de origem para a cidade, investigamos outros *lugares de memória* local: como a criação do Museu Histórico Celso Formigheri Sperança e ações memorialísticas envolvidas nas comemorações do “Jubileu de Prata” de Cascavel, nas quais ocorreu um concurso de redações e de fotografias sobre a cidade. Acreditamos poder afirmar que tanto as narrativas jornalísticas que, buscavam elaborar e difundir sínteses sobre o passado da cidade, quanto a narrativa museológica da instituição supracitada, faziam parte de um projeto de memória com objetivos, concepções e idealizações que podem ser consideradas congruentes.

3.1. O passado dos estabelecidos

A imprensa de Cascavel, entre 1968 e 1978, atuou estrategicamente na produção e difusão de determinadas memórias acerca do passado da cidade. Um conjunto de *acontecimentos* (SILVA: 2011) fundantes foi constituído enquanto eixo articulador de narrativas e discursos sobre as *origens* da cidade. Nesse sentido, a inscrição de temáticas que remetiam àquilo que se considerava ser a “colonização” de um espaço figurado como inóspito e selvagem, parecia ser a tônica principal.

Em linhas gerais, nas datas comemorativas, como no “aniversário” de emancipação política da cidade, ocorriam edições especiais nos jornais que publicizavam e davam centralidade à determinadas *memórias públicas hegemônicas*⁸⁵. Várias matérias eram destinadas a estabelecer e propagar formas específicas de se lembrar o passado de Cascavel. Essas narrativas, produzidas

⁸⁵ O conceito de *memórias públicas hegemônicas* foi desenvolvido pelo historiador Jiani Langaro em sua Tese de Doutorado em História (LANGARO: 2012) para referendar um conjunto de memórias que acabam por ganhar centralidade na esfera pública, por diferentes meios. Por isso, o historiador estabelece uma distinção entre *memórias públicas hegemônicas* e memória oficial, já que não é apenas o poder público que elabora e propaga seus conteúdos mnésicos, mas outros importantes agentes de difusão de conhecimentos históricos como os jornais, as obras memorialistas, entre outros.

em suportes textuais e/ou imagéticos, estavam ligadas a uma perspectiva comemorativa que, em última instância, dava sentido ao tempo vivido.

Para o historiador Benedict Anderson, a imprensa teria tido um papel seminal na urdidura de vínculos identitários durante a emergência dos nacionalismos modernos, a partir do século XVIII. O conceito de *comunidades imaginadas* (ANDERSON: 2008), desenvolvido para analisar o processo de constituição dos elos imaginários que permitem, a indivíduos diversos, sentirem-se parte de uma coletividade que compartilha um passado, um presente e um futuro, nos parece deveras pertinente para a sustentação de uma questão primordial para nossa pesquisa, qual seja: o discurso jornalístico frequentemente consubstancia e inscreve publicamente determinadas narrativas históricas e, busca forjar, por meio delas, a ideia de coesão grupal, neste caso, a ideia de uma “comunidade” local. Esse complexo processo, envolve a formulação de representações, de símbolos, de imagens, de enredos e de narrativas, em uma relação sempre dinâmica e sempre inacabada, mesmo que seu produto discursivo pareça definitivo.

Eventos memoráveis, nomes de personagens tidos como “pioneiros” heróicos, passaram a compor e personificar as *memórias públicas* e, mais do que isso, passaram a ordenar o tempo e as experiências temporais de maneira hegemônica. Porém, não podemos olvidar a premência de uma relação dinâmica entre memória e esquecimento na formulação dessas narrativas históricas que se tornam canônicas. A inscrição de determinados fatos e enredos históricos na cena pública evidencia formas de usos do passado por meio da monumentalidade da narrativa jornalística. Elas atuam na organização de sínteses das experiências temporais, legitimando socialmente, um determinado passado.

Vejamos tais elementos no texto publicado pelo jornal *Diário d'Oeste*, no dia 14 de novembro de 1969, em alusão aos dezoito anos de emancipação política do município de Cascavel:

SALVE 18 ANOS

À primeira vista nossa querida Cascavel, parece sempre igual. A mesma gente sempre sorrindo, e trabalhando, produzindo num afã ininterrupto para produzir cada vez mais, para que sua iniciativa privada e a nossa cidade cresçam dia a dia,

acompanhando par e passo o ritmo da cidade que mais cresce no Oeste Paranaense. Nessa população que tem os mesmos sonhos, os mesmos sofrimentos, as mesmas alegrias, tudo é ação e resultado pode-se notar, nas nossas indústrias, nossos edifícios, nas nossas agências bancárias, no nosso comércio, nos nossos educandários e nos mais variados setores desta Metrópole que surgiu em pleno sertão, pela bravura de homens de fibra, homens de vontade férrea que souberam legar às gerações de hoje e do futuro todo seu amor ao trabalho, ao progresso, à ordem e à justiça.

Nossa confissão de admiração aos pioneiros de Cascavel representados pelos nomes simples mas honrados de José Silvério de Oliveira⁸⁶ - Florêncio Galafassi⁸⁷ - Ney Miotto - Dimas Pires Bastos⁸⁸ - José Barthnick⁸⁹ - famílias Nardi - Dr Wilson Joffre Soares dos Santos⁹⁰ - Renato Festugatto - Sandálio dos Santos⁹¹ e ainda um grande número de bravos que fogem à memória, mas que, devem sentir-se hoje, e cada dia que passa, homens realizados pois tiveram a ventura de ver florescer a árvore que plantaram com tanto suor e tanto sofrimento!

Admiráveis pioneiros! Muitos de vós já não existem, mas da glória do Céu, fazei com que vossos filhos saibam seguir seus passos, norteados pelo amor a esta terra, pelo amor à verdadeira justiça, para que CASCATEL, hoje tão linda e progressista possa contar em suas futuras gerações com homens de fibra como vós os fostes! (DIÁRIO D'OESTE, 14/11/1969, p. 1).

⁸⁶ José Silvério de Oliveira (1888 – 1966), ou Nhô Jeca, originário de Guarapuava – PR, era comerciante e ficou conhecido como fundador do núcleo populacional que viria a se tornar o município de Cascavel. Em nossa dissertação de Mestrado em História analisamos o processo de construção de narrativas míticas em torno de Nhô Jeca (MELO: 2016).

⁸⁷ Florêncio Galafassi (1889 – 1976) nasceu em Bento Gonçalves – RS, foi diretor da Industrial Madeireira do Paraná e atuou no processo de emancipação política do município de Cascavel, ocorrido em 1951.

⁸⁸ Dimas Pires Bastos (1911 – 1977) originário de Avaré – SP, foi gerente da Industrial Madeireira do Paraná, inicialmente uma das empresas do governador do estado do Paraná na época, Moysés Lupion. Dimas Bastos também cartorário e agente das Linhas Aéreas Cruzeiro do Sul em Cascavel.

⁸⁹ Francisco Bartinik (1912 - 1962), nascido em Itaiópolis – SC, atuou em madeireiras, na fiscalização da Receita Estadual e foi um dos colaboradores de Nhô Jeca na formação do povoamento que deu origem à cidade de Cascavel.

⁹⁰ Wilson Joffre Soares dos Santos (1916 – 1966), nascido em Piraquara – PR, foi médico, proprietário do primeiro hospital da cidade (Hospital Nossa Senhora Aparecida) e do jornal *Diário d'Oeste*, uma das fontes documentais de nossa pesquisa.

⁹¹ Sandálio dos Santos (1902 - 1964) nasceu em Quaraí – RS, foi professor, escrivão e policial, também atuou politicamente no processo de emancipação política do município de Cascavel.

É lícito considerarmos que, nesse trecho, a cidade foi colocada em um patamar de singularidade por meio de um interessante jogo discursivo. Vejamos que à “primeira vista nossa querida Cascavel, parece sempre igual”, entretanto, alguns atributos especiais foram trazidos à tona pelas expressões “cidade que mais cresce no Oeste Paranaense” ou “desta Metrópole que surgiu em pleno sertão”, afinal de contas tínhamos “amor, ao progresso, à ordem e à justiça”, características delegadas, pelo discurso à população, como herança dos “pioneiros”.

Conforme o texto, a cidade contava com recursos que denotavam seu desenvolvimento tido como ascendente, por isso “nossas indústrias, nossos edifícios, nas nossas agências bancárias, no nosso comércio, nos nossos educandários e nos mais variados setores”, haviam marcas do caráter “progressista” de Cascavel. A população foi tomada como parte de uma coletividade harmônica, ou seja, indivíduos que trabalhavam conjuntamente pelo “progresso”, tal qual haviam feito em tempos pretéritos, os “pioneiros”. A repetição do pronome possessivo “nosso” ou “nossa” acionava a ideia de compartilhamento dos aparatos da “modernidade”, como as citadas indústrias, agências bancárias, entre outros.

Mais importante é percebermos que por meio de tais discursos, que em suma monumentalizavam o passado “pioneiro”, um processo de diferenciação entre temporalidades estava sendo processado. Havia o tempo daquele *presente* e o tempo dos “pioneiros”. Em outras palavras, o tempo dos “pioneiros” era um outro tempo, já que servia como referência a guiar o presente e o futuro, portanto, era capaz de fornecer o substrato simbólico para o manejo do temporal.

Entretanto, é importante lembrar que, em se tratando da elaboração de representações discursivas de passado, a produção de sentidos nunca se esgota. Os referenciais mnemônicos, as narrativas jornalísticas de cunho histórico são também manipuláveis num contínuo processo discursivo de configuração e ressignificação em novas temporalidades, segundo novos interesses de produção erigidos pelos veículos de imprensa (SILVA: 2012).

Cabe ainda ressaltar que, a urdidura de sentidos temporais, tendo o passado da cidade de Cascavel como objeto, fora frequentemente utilizado como admoestador do seu contexto de produção. Primeiramente, as narrativas sobre o passado acabaram adquirindo uma função primordial, qual seja: a diferenciação entre presente e passado. Partindo dessa perspectiva, o processo de pro-

dução de narrativas históricas elaboradas pelos jornais, permitiram a distinção de temporalidades e a abertura de possibilidades de manipulação do presente e do futuro. O passado fora concebido, com certa frequência, como um tempo distinto, porém uma espécie de guia, tanto para justificar ações no presente quanto fornecer subsídios representacionais para as miradas futurísticas.

Essa distinção de tempos que, em linhas gerais, elaborava uma ruptura no *continuum* temporal, pode ser interpretada a partir das reflexões desenvolvidas pelo historiador belga Berber Bevernage (BEVERNAGE: 2021) sobre a *passeidade do passado*. Para o autor, o estabelecimento de uma distinção temporal, que permite enquadrar eventos, acontecimentos ou experiências como pertencentes ao passado, se estrutura a partir das noções de *alteridade do passado* – diferença em relação ao presente – e de sua *não-contemporaneidade* – a ideia de algo não pertencer ao nosso tempo. Portanto, o passado da “colonização” e do “pioneirismo” foi constituído, nas narrativas analisadas, em seu efeito de *passeidade*.

Por isso, a monumentalização do passado da “colonização” cumpria o importante papel de ser uma espécie de marco fundador da era de “progresso” e *modernidade*, tanto do presente quanto uma continuidade para o futuro. A *modernização* supostamente efetivada ao longo do recorte temporal de 1968 a 1978 estava sendo significada e incorporada às *memórias públicas hegemônicas* (LANGARO, 2012). Portanto, em várias edições comemorativas que puderam ser levantadas em nossa pesquisa, houve uma concentração de textos com sínteses “da” história local, além de panoramas interpretativos sobre a cidade contemporânea daquele período.

No aniversário de emancipação política da cidade, em 14/11/1971, podemos perceber a composição de uma espécie de linha do tempo do “progresso” de Cascavel no jornal *Frenteira do Iguaçu*. A disposição das imagens, os títulos da manchete e o texto publicado procuram atestar o “progresso”, criando uma espécie de distinção entre passado e presente, urdindo a ideia de um tempo evolutivo. Cabe ressaltar que são fotografias de um mesmo lugar, ou seja, da Avenida Brasil, a principal da cidade, em épocas diferentes.



Figura 36. *A influência do Sul*, FRONTEIRA DO IGUAÇU: 14/11/1971, p. 5.

O título, “Influência do Sul”, buscava marcar de forma muito nítida a origem dos “pioneiros”. Atribuía-se aos imigrantes de origem europeia que haviam se instalado nos estados de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul e, posteriormente, migrado para Cascavel, os acontecimentos heroicos envolvidos na construção de uma cidade “moderna” e “progressista” no interior do Paraná. Nessa perspectiva existe um processo de silenciamento e de esquecimento deliberados em relação à presença indígena, cabocla e de outros sujeitos na região.

No próximo conjunto de imagens que compõem a linha do tempo, o “Comêço do Progresso” [*sic.*], foi representado por meio da abertura de novas ruas e da diminuição da área de mata. Desta feita, a representação imagética da abertura de vias, o início do estabelecimento de quadras mais ou menos regulares, ajudariam a compor a ideia de um paulatino domínio humano sobre o espaço.

Acreditamos que tais referências de “progresso” dialogavam de maneira intensa com os padrões de desenvolvimento, planejamento e urbanismo que circulavam nacionalmente na década de 1970. Essas referências tornavam-se

os elementos ordenadores da leitura que se fazia sobre o processo de *reocupação* do território, permitindo a seleção e a articulação de discursos imagéticos e textuais. Cascavel estaria, segundo essa teia de significações, ligada aos parâmetros urbanísticos exógenos, oriundos daquilo que o sociólogo porto-riquenho, Ramón Grosfoguel, chamou de “sistema mundo europeu-norte-americano moderno/capitalista/colonial/patriarcal”⁹² (GORSFOGUEL, 2008, p. 113).



Figura 37. *O começo do progresso*, FRONTEIRA DO IGUAÇU: 14/11/1971, p. 6.

⁹² Ramón Grosfoguel, em seu artigo intitulado *Para descolonizar os estudos de economia política e estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*, elaborou uma argumentação crítica epistemológica ao conceito de sistema-mundo, criado a partir dos próprios estudos decoloniais, quando tomado enquanto sinônimo de capitalismo. Segundo suas considerações, a ordem dominante oriunda da colonialidade do ser, do saber e do poder, estaria ligada a vetores ainda mais abrangentes como àqueles inseridos nas dinâmicas próprias do “sistema mundo europeu-norte-americano moderno/capitalista/colonial/patriarcal”. (GORSFOGUEL: 2008).

Ainda, na sequência o “brutal desenvolvimento” teria ocorrido pelo aumento na arrecadação de impostos, como consequência de um “impulso fantástico”. Assim o “desenvolvimento” positivado estava sendo atrelado simbolicamente, já que materializado por meio da utilização do texto e das imagens, como uma consequência direta do aumento da arrecadação de impostos, ou seja, “desenvolver” significava reproduzir à ordem social, econômica, política e social do capitalismo no período.



Figura 38. *Muita coisa já não existe*, FRONTEIRA DO IGUAÇU: 14/11/1971, p. 7.

Nesse mesmo caminho reflexivo, podemos perceber que as fotografias iniciais da linha do tempo trazem como temática central a ideia de se representar um lugar que estava passando pelo processo de domínio humano sobre a natureza. Era a reafirmação de um discurso de “progresso” consubstanciado por meio da urbanização, seja pela abertura de ruas, pelas construções ou mesmo pela vitória da “máquina X mata”.

Nas imagens seguintes, podemos notar a ênfase dada ao processo de transformação da tecnologia e dos materiais empregados na construção civil. Na frase de cabeçalho das fotografias é possível lermos: “1966 As casas de madeira davam lugar a alvenaria”. A presença de prédios, automóveis e asfaltamento foi colocada em destaque, buscando uma representação icônica atrelada aos ideais de *modernidade* da época.

Havia também mais um argumento visual e textual para significar o dito “progresso” da cidade por meio da afirmação de sua singularidade. As imagens foram utilizadas como provas materiais, quase que incontestáveis, da *modernidade* cascavelense e em “1968 muitos que passavam novamente por aqui julgavam ter errado de caminho”, pois o “progresso” era figurado como inacreditável. O verde havia sido substituído pelo cinza do concreto e do asfalto.

A análise das fotografias nos possibilita pensar na relação entre a produção das imagens fotográficas e a sua utilização nos jornais locais. De acordo com essa linha de reflexão, os símbolos manejados no ato fotográfico precisam ser inteligíveis ao público consumidor dos periódicos, por isso os códigos ali elencados seriam decifrados com referência aos elementos da *cultura visual* (MAUAD: 2018, p. 255) daquele momento histórico. Por isso, acreditamos poder afirmar que a presença de uma certa quantidade de automóveis, estacionados em uma larga avenida, ladeada por prédios de andares, mais do que simples retrato do centro de Cascavel na época, eram símbolos de um *imaginário coletivo* de prosperidade que circulava nacionalmente no período do chamado “Milagre Econômico Brasileiro”⁹³.

⁹³ Segundo o historiador brasileiro Boris Fausto, o “milagre econômico brasileiro” foi o período de 1969 a 1973, onde o PIB cresceu a uma média de 11,2%, chegando a 13% no ano de 1972. Tais taxas resultavam de um conjunto de relações entre o Brasil e os países de economia mundialmente dominante, como ao Estados Unidos. Houve naquele contexto um grande aumento na dívida externa brasileira, além da inserção de grandes indústrias automobilísticas como a Ford, a General Motors e a Chrysler. (FAUSTO: 2006, p. 485 – 486).

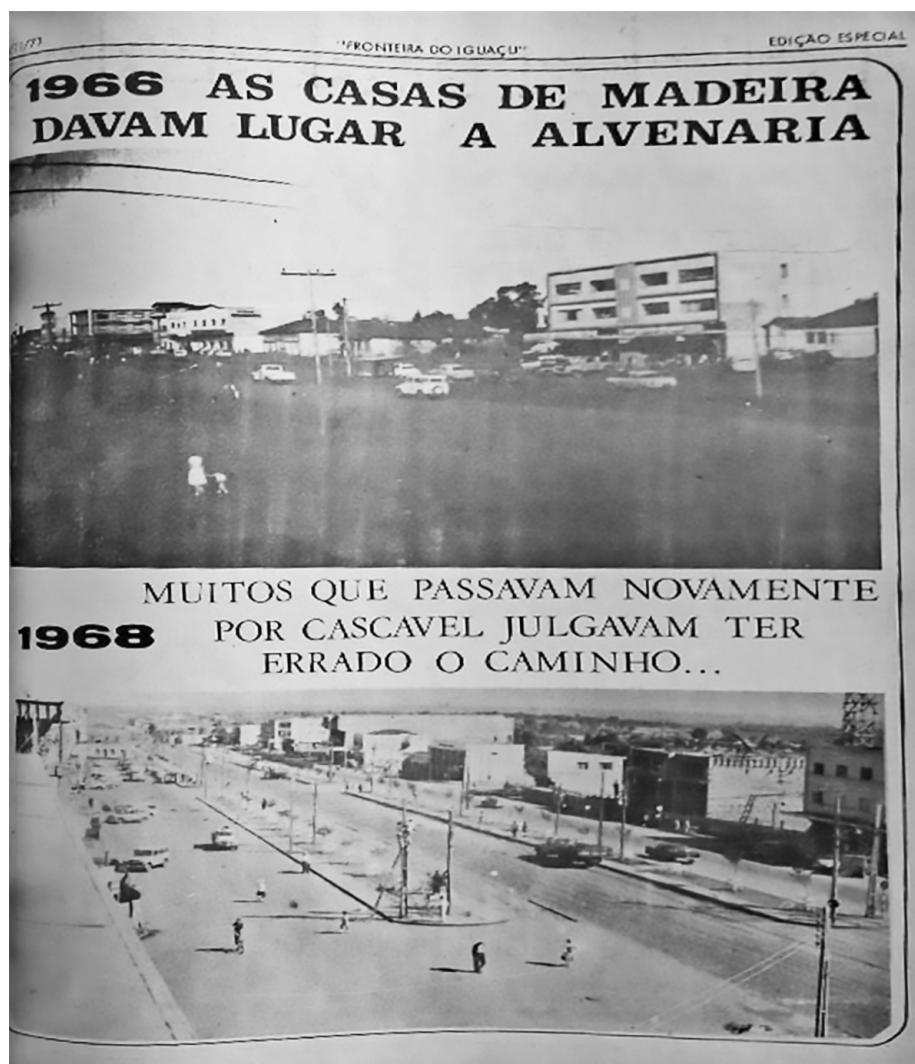


Figura 39. *A influência do Sul*, FRONTEIRA DO IGUAÇU: 14/11/1971, p. 8.

A presença de automóveis, estacionados no canteiro central que dividia as pistas da Avenida Brasil, e a prevalência da presença do asfalto, ganharam centralidade nessa imagem que consubstanciava aquilo que era visto como o “progresso” na época. Aquele passado heroico herdado dos “pioneiros” estava relacionado àquele presente de *modernidade*. Ao longo da matéria, Cascavel estava sendo representada, iconicamente, como “moderna”, próspera e desenvolvida em 1971.



Figura 40. *A influência do Sul*, FRONTEIRA DO IGUAÇU: 14/11/1971, p. 9.

Acompanhando a linha do tempo, uma narrativa história escrita reforçava o discurso difundido nas fotografias. Podemos perceber a tentativa de se estabelecer uma *origem* para a região a partir de ações governamentais que, supostamente, oficializavam a *reocupação* feita por gaúchos e catarinenses:

O Govêrno [sic.] do Estado doou ao Município de Cascavel, recém instalado, uma área de terras, devidamente loteada, piqueada, com reservas próprias as futuras necessárias repartições públicas, jardins, parques etc., num total aproximado de 2500 lotes...

Era o município de Cascavel com o seu “patrimônio”.

Repentinamente Cascavel recebe a influência do sul. Fôra [sic.] descoberta a existência dos pinheiros, a sua exccencia [sic.] florestal mais rica.

Gaúchos e catarinenses descobriram que aqui também existia pinheiros. (...)

Carros de praça – Táxis? Só Jeep. Luz? – Só de candeeiro, pois a usina termoeleétrica havia queimado.

Cascavel era assim... somente a partir de 1960 a cidade tomou o impulso fantástico que tem até hoje. Da arrecadação muni-

pal de 1960 e das anteriores não temos dados, pois o ano 1960 foi fatal para Cascavel, tendo em vista o incêndio que destruiu a prefeitura e seu arquivo. (...)

Cascavel, na década de 60/70, teve um desenvolvimento brutal. Antes todos os moradores eram conhecidos uns dos outros, porém de 1960 a esta parte, ninguém mais conhece ninguém. – Tudo modificou. (FRONTEIRA DO IGUAÇU: *A influência do Sul*, 14/11/1971, p. 10).

Segundo esse texto, o “desenvolvimento” teria ocorrido repentinamente. Entretanto, apenas por meio da ação direta de gaúchos e catarinenses, responsáveis pelo “descobrimento” dos pinheiros, o “progresso” teria sido possível. Essa articulação entre sujeitos: “pioneiros”, “pinheiros”, “progresso”, compunha uma trama de sentidos que justificava, entre outros, as ações de desmatamento e transformação drástica da paisagem local⁹⁴.

A sensação de aceleração temporal também foi mencionada, as relações de vizinhança haviam se alterado pela “modernidade” e, como consequência, “ninguém mais conhece ninguém. – Tudo modificou”. Portanto, na mesma medida em que essa narrativa imagética e textual fora publicizada, constituía-se uma forma de comemoração do processo de “colonização”, materializando uma matriz de representação histórica para o “progresso” daquele presente, ou seja, a “colonização” se tornavam, por meio da ação da imprensa local, um *lugar de memória* para a cidade.

Em 14 de novembro de 1977 o jornal O PARANÁ publicou uma série de matérias em comemoração ao aniversário de vinte e cinco anos de emancipação política do município de Cascavel. Vejamos como o texto desenvolve sua narrativa acerca da “colonização”:

Cascavel, no tempo dos pioneiros

Ao se por os olhos sobre a grandiosidade desta Cascavel de hoje, que cada dia e visivelmente se agiganta, pode-se, a princípio pensar ser esta uma cidade que, por si só desenvolve-se, sem que para tanto muito esforço seja dispendido. No entanto, para quem

⁹⁴ Em sua pesquisa de Doutorado em História, a historiadora Daniele Brocardo, investigou as percepções na transformação da paisagem no município de Cascavel entre as décadas de 1950 a 1980, utilizando a imprensa local como fonte. (BROCARDO: 2020).

chegou no início da colonização, após os tropeiros terem feito aqui um de seus locais de pousada ao longo da rota do gado, tudo era uma região ainda inculta, que exigiu do homem o máximo, até chegar ao que hoje é, uma metrópole.

No princípio, tudo aqui eram matas, pinheirais sem fim nascidos do trabalho inconsciente da gralha azul em armazenar alimentos para outras épocas, para o que enterrava o pinhão semi-bicudo, para um dia, quem sabe, tornar a ele fazer uso. Mas, a gralha quiçá esquecia-se do local onde depositava o pinhão, quiçá encontrava-os em abundâncias nos pinheirais para sua alimentação. Por um motivo ou outro, a ave não mais os retirava do solo onde os depositara. O pinhão, sepultado no solo fértil e inculto, germinava renascendo na figura imponente dos fortes pinheiros, que por muitos anos foram a tônica do cenário agreste e selvagem do Oeste, por onde ninguém, exceto os indígenas, seus habitantes primitivos, penetrava, desbravando as matas ainda selvagens. (...)

CASCADEL

Foi numa dessas pousadas – segundo contam os antigos – localizada onde hoje é o local denominado Cascavel Velho – que um grupo de tropeiros paulistas, lá pelos idos de 1930, acampou para o repouso, à beira de um riacho. A *[sic.]* noite, ouviu-se um ruído estranho que foi logo localizado pelos peões. Tratava-se de uma ninhada de cobras cascavéis, que, com seus guizos alertavam os tropeiros ali acampados. O fato fez com que, a partir daquele dia, a pousada passasse a ser conhecida pelo nome de Cascavel. (...)

Na época, pouquíssimos eram os caminhos, pois estradas não existiam, tendo sido abertas as primeiras a foice e facão, pelos que aqui chegaram no início da década de 30, trazendo suas famílias em grandes carroções puxados por até oito cavalos, parando para a desmata, até que se fizesse possível a passagem de veículos e animais. Nos carroções iam as famílias, ferramentas de trabalho, sementes para o plantio, móveis, utensílios domésticos, enfim, tudo de que necessitariam os pioneiros quando de sua instalação à terra ainda inóspita do Oeste.

Das primeiras famílias, originou-se o primeiro núcleo de casas, que viria a dar início à Cascavel de nossos dias. (...)

PROGRESSO

Esse foi o início de tudo, os primeiros passos para o progresso, que veio paulatinamente com a melhoria das estradas, dos trans-

portes, que fizeram com que nossos produtos comessem a ser comercializados em locais cada vez mais distantes, trazendo em troca, progresso para a região, mais casas, mais pessoas que para aqui vinham com o intuito de começar uma vida, que apesar de cheia de dificuldades era compensadora, já que os pioneiros estavam começando a edificar uma cidade, que hoje é a Capital do Oeste. (O PARANÁ: 14/11/1977, p. 12).

No início da matéria, podemos perceber a presença de um discurso em tom ufanista⁹⁵, muito recorrente em diferentes suportes midiáticos na época da Ditadura Civil Militar no Brasil. Segundo o trecho, a cidade “grandiosamente” se “agigantava” e, por meio desse discurso, ganhava atributos de um organismo vivo que crescia, sem depender de forças externas.

A natureza foi trazida para a composição da narrativa. Ora, havia um local de solo “fértil e inculto”, onde a gralha-azul atuava plantando os pinhões de maneira desprezível. Entretanto, sem menosprezar o papel das aves na composição do “cenário agreste e selvagem do Oeste”, devemos considerar que segundo o trecho, “os indígenas, seus habitantes primitivos” apenas “penetravam” a mata. Dessa forma, relegava-se ao esquecimento a cultura alimentar dos Kaingang que, por vários séculos tinham o pinhão como base de sua alimentação. Nem a gralha azul, nem os indígenas seriam capazes de aproveitar racionalmente o uso das “riquezas naturais” do “selvagem Oeste”.

A atuação de outro personagem foi adicionado à narrativa: o “tropeiro”. Conforme a matéria, esses sujeitos teriam sido os “primeiros” a passarem pela região de Cascavel ao transportarem seus rebanhos pelo Estado do Paraná. Porém, não poderiam ser considerados “pioneiros”, por não terem fixado núcleos populacionais. Paradoxalmente, o “tropeiro” e, a sua consequente necessidade de pouso temporário, teria garantido visibilidade à região que fora, posteriormente, “colonizada” pelos “pioneiros”.

Portanto, a figura do “pioneiro”, agente do “progresso” que era apregoado nas narrativas históricas difundidas nos jornais em questão, estava definida,

⁹⁵ Em sua célebre obra *História do Brasil*, Boris Fausto, cita a atuação da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) que teria sido criada no governo Costa e Silva, como importante recurso irradiador de discursos ufanistas, como aqueles presentes na marchinha “Pra Frente Brasil” que foi tema musical para o país na Copa do Mundo de Futebol em 1970. (FAUSTO: 2006, p.184).

em linhas gerais, como homem/heterossexual/branco/patriarcal/cristão/capitalista. Interessante é também, refletirmos acerca das formas pelas quais essa narrativa estava assentada no enredamento simbólico entre o passado/heroico e o presente/progressista. Trata-se de um determinado tipo de permanência do passado, ajustado à construção da “metrópole” daquele presente.

Na sequência do texto, a origem do nome da cidade foi colocada em uma narrativa que relatava um episódio envolvendo “tropeiros paulistas” e um ninho de cobras cascavéis. Novamente, a ideia de se marcar a diferença entre o “passado dos pioneiros” e o presente de “modernidade” vivido em 1977 parecia ser a tônica principal do trecho que narrava as dificuldades da “desmata” para a passagem dos “carroções”, fortalecendo as características do “pioneiro” como o indivíduo que veio para ficar, com “família”, “utensílios”, “ferramentas”, “sementes para o plantio” e etc.

Esse passado foi representado como “O tempo do carroção”, o “início de tudo”, portanto, a *origem* legítima para o “progresso da região”. Ainda, ocorreu um complexo processo de ajustamento temporal, onde o uso de um determinado passado - iniciado com a chegada dos colonos - convergia, narrativamente, com o presente positivado. Lembremos do trecho os “pioneiros estavam começando a edificar uma cidade, que hoje é a Capital do Oeste”, mesmo que a capacidade profética dos “pioneiros” pareça absolutamente falaciosa em uma leitura à contrapelo.

Nas imagens selecionadas para representar a narrativa histórica da matéria, há fotografias da área central da cidade ainda com ruas de terra e algumas poucas moradias e, no fim da página, uma composição de imagens com um grande pinheiro e alguns dos indivíduos considerados “pioneiros” de Cascavel.



Figura 41. Cascavel, no tempo dos pioneiros, O PARANÁ: 14/11/1977, p. 12.

Ainda na edição especial de comemoração à emancipação política da cidade, publicada em 14 de novembro de 1977 no jornal *O Paraná*, podemos perceber novamente a utilização de foto área para o enquadramento e representação imagética do passado, que, aliada à análise do texto, permite-nos vislumbrar uma perspectiva evolucionista em torno das transformações ocorridas na cidade ao longo da história. A legenda abaixo da fotografia, trazia a seguinte frase “Vista parcial de Cascavel no ano de 1968, pouco antes da grande evolução agrícola que nos trouxe a Cascavel de hoje”, ou seja, o passado estava à serviço de justificar aquele presente. Por isso, podemos considerar que se tratava de um uso do passado, por meio do qual um sentido para o tempo, linear, progressivo e ascendente, estava sendo produzido.

O historiador Marcio Both teceu importantes considerações acerca do processo de “modernização da agricultura brasileira” durante o período da Ditadura Civil Militar Brasileira. Segundo suas reflexões trata-se do período da denominada “Revolução Verde”, momento de implementação de programas internacionais, viabilizados nacionalmente por empresas, bancos e pelo próprio Estado brasileiro com relação direta com as disputas da Guerra Fria. Nesse sentido, Cascavel estava atrelada às demandas desse modelo de “modernização” (BOTH: 2020, p.79).

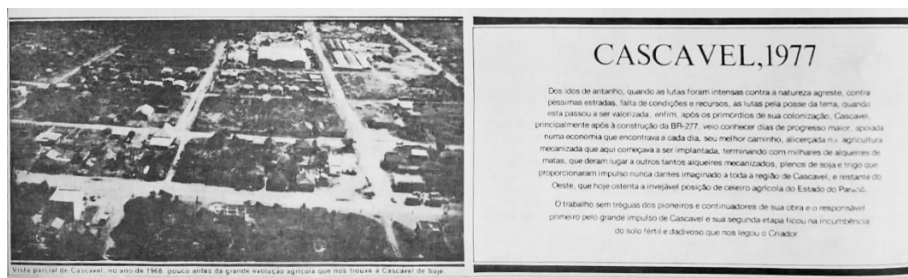


Figura 42. *Cascavel, 1977*, O PARANÁ: 14/11/1977, p. 11.

O seguinte texto acompanha a imagem:

Cascavel, 1977

Dos idos de antanho, quando as lutas foram intensas contra a natureza agreste, contra péssimas estradas, falta de condições e recursos, as lutas pela posse da terra, quando esta passou a ser valorizada, enfim, após os primórdios de sua colonização. Cascavel, principalmente após a construção da BR 277, veio a conhecer dias de progresso maior, apoiada numa economia que encontrava a cada dia, seu melhor caminho, alicerçada na agricultura mecanizada que aqui começava a ser implantada, terminando com milhares de alqueires de matas, que deram lugar a outros tantos alqueires mecanizados, plenos de soja e trigo que proporcionaram impulso nunca dantes imaginado a toda a região de Cascavel, e restante do Oeste, que hoje ostenta a invejável posição de celeiro agrícola do Estado do Paraná.

O trabalho sem tréguas dos pioneiros e continuadores de sua obra e o responsável primeiro pelo grande impulso de Cascavel e

sua segunda etapa ficou na incumbência do solo fértil e dadivoso que nos legou o Criador. (O PARANÁ: 14/11/1977, p. 11).

No texto, as dificuldades do período de “colonização” foram ressaltadas por meio das sentenças: a “luta” entre o homem contra a “natureza agreste”. Portanto, as dificuldades materiais do “tempo dos pioneiros” e a escassez de “recursos”, ganharam centralidade novamente. Em contrapartida, o tempo do “progresso” teria chegado naquele presente e, segundo a narrativa, era uma espécie de consequência da implementação da “agricultura mecanizada”, responsável por terminar “com alqueires de mata” e substituí-los por “alqueires de trigo e soja”. Cascavel era o “celeiro agrícola do Estado do Paraná”, e, nessa perspectiva, constituía-se em exemplo da implementação de um determinado modelo de modernização agrícola articulada no período ditatorial.

Há ainda um outro elemento incidindo sobre os argumentos utilizados na narrativa para dotar o passado dos “pioneiros” de um caráter mítico. Esses sujeitos teriam enfrentado “as lutas pela posse da terra”, mas segundo essa lógica, apenas por sua atuação perseverante, o processo de valorização da terra pôde efetivar. Portanto, “após os primórdios de sua colonização”, Cascavel gozaria dos atributos de uma urbe de “sucesso” dentro do sistema capitalista, podendo ser significada como uma cidade do “progresso”.

Os “pioneiros” teriam feito um “trabalho sem tréguas” para produzir a abundância daquele presente e eram responsáveis pelo “primeiro grande impulso de Cascavel”. Interessante notar que o trecho foi finalizado com uma referência à religiosidade cristã, dessa forma, o “Criador” teria legado à Cascavel um solo “fértil e dadivoso”, os cascavelenses tinham sido escolhidos pela divindade.

Enfim, essas narrativas históricas, produzidas pela imprensa local, cumpriam a função de adensar o conjunto de representações do passado da cidade que, como vimos, não apenas remetiam às temporalidades transatas, mas permitiam a urdidura de um processo político de temporalização, já que passado, presente e futuro ganhavam um certo tipo de inteligibilidade. Por isso, analisaremos, ainda, outras ações que faziam parte desse processo de articulação do tempo, da memória e da história.

3.2. O Museu Histórico Celso Formigheri Sperança e a patrimonialização de um passado

Durante o século XX houve um aumento significativo no número de museus no Brasil, muitos surgiram como resposta frente às demandas de controle de um tempo acelerado e fugidio, como uma necessidade de se guardar o passado, preservá-lo da modernização irreversível e transformadora (CHAGAS: 2009, CHUVA: 2013, GONÇALVES: 2007). Os acervos das instituições museais passaram a cristalizar, por meio de suportes materiais, as memórias, presentificando-as como um passado comum.

Inspirados nas proposições teórico-metodológicas desenvolvidas pelo pesquisador brasileiro Mário Chagas, optamos por analisar o Museu Histórico Celso Formigheri Sperança sob duas diferentes chaves de leitura, ou seja, em sua função narrativa, mas também enquanto indício de prática cultural. Nessa lógica, a função narrativa estaria ligada à ideia de que as exposições museais contam histórias. Existiria, portanto, um discurso museológico, capaz de possibilitar experiências de mediação entre tempos e espaços por meio de seu acervo. As instituições museais seriam, nessa acepção, responsáveis por mediar as interpretações possíveis em torno da “relação indissolúvel entre o visível e o invisível, entre o fixo e o volátil” (CHAGAS: 2009. p.21).

Nesse processo de mediação, ocorre uma intensa atribuição de sentidos, oriundos dos códigos sociais partilhados⁹⁶. Em função disso, como prática cultural (CHAGAS: 2009), os museus seriam lugares dotados de diferentes objetivos e atribuições que variaram muito significativamente ao longo do tempo, passando desde da função de relicário - nesse caso, frequentemente portador oficial das *memórias públicas hegemônicas* -, de antiquário, de gabinete de curiosidades⁹⁷, até locais onde a rememoração e democratização do passado seriam possíveis.

⁹⁶ Devemos considerar que as mais variadas sociedades produziram e produzem um conjunto patrimonial que passa a ser sacralizado em meio aos referenciais de memória coletiva que ganham materialidade, muitas vezes objetual, tendo uma rede de significados partilhados.

⁹⁷ Podemos considerar que os museus concebidos enquanto “gabinetes de curiosidades” seriam aqueles impregnados pelos pressupostos evolucionistas do século XIX. A lógica dos acervos, exposições e o próprio discurso museológico estariam organizados em torno de atestar “estágios de evolução” das sociedades para narrar a história da humanidade (GONÇALVES:2007).

Com o fito de desenvolvermos reflexões em torno do discurso museológico, mas também das políticas de memória em jogo na constituição do Museu Histórico Celso Formigheri Sperança, algumas questões iniciais podem emergir: quais seriam as concepções de memória, história e tempo, que norteavam a instituição? Como seu idealizador posicionava a função narrativa desse espaço museal, ou seja, que histórias o museu contava? Quais as funções sociais eram atribuídas pelos jornais ao museu enquanto *lugar de memória* local?

A partir da problematização inicial, podemos considerar que o conteúdo das *memórias públicas hegemônicas* pode encontrar meios de legitimação nos museus, como se seus acervos pudessem cumprir a função de atestados de veracidade. Em partes isso ocorre, porque o campo museal é um dos espaços onde o conhecimento sobre o passado é litigado e, como um dos resultados possíveis, os museus acabam por se configurar em importantes meios de difusão de determinadas memórias representadas como comuns, dando a ideia de uma perpetuação possível, ou seja, partindo de uma relação metonímica com o presente, estabelece-se a ideia de uma espécie de continuidade temporal de uma *comunidade imaginada* (ANDERSON: 2008).

Por isso, as relações indissociáveis entre memória e esquecimento têm perpassado as reflexões que estamos buscando aqui desenvolver. Os interesses de preservação ou de conservação do passado em um tempo presente, seja por meio da produção de narrativas históricas jornalísticas ou narrativas exográficas museais, estão permeados pelas relações de poder. Tratam-se de relações tensas, estabelecidas em meio ao próprio funcionamento das dinâmicas de memória e de esquecimento. Em outras palavras, o ato de selecionar aquilo que deve ser lembrado, produz também o esquecimento, já que uma memória total é impossível.

Novamente buscamos algumas noções desenvolvidas por Mário Chagas, que formulou importantes contribuições à Museologia e ao campo do patrimônio, algumas delas fizeram emergir questões basilares para nossas reflexões:

Os museus, espaços de memória, de esquecimento, de poder e de resistência, são criações historicamente condicionadas. São instituições datadas e podem, através de suas práticas culturais, ser lidas e interpretadas como um documento. Quando o pesquisador se debruça sobre as instituições museais, compreendendo-

-as como elementos típicos das sociedades modernas, é possível identificar em suas estruturas de atuação três aspectos distintos e complementares: a) do ponto de vista museográfico a instituição museal é campo discursivo; b) do ponto de vista museológico ela é produtora de interpretação e c) do ponto de vista histórico - social ela é arena política. No entanto, como é óbvio, nenhuma instituição tem vida própria, e sim a vida que lhe conferem os que nela, por ela e dela vivem. Interessa, portanto, saber: por quem, por que e para quem o discurso é construído; quem, como, o que e por que interpreta; quem participa e o que está em causa na arena política. (CHAGAS: 2005, p. 25).

Conforme já delineado, entendemos que a imprensa é um importante meio de difusão de *memórias públicas hegemônicas* em nossa cidade. Por isso, a prática de noticiamento das ações no campo museológico veio a atender à demanda de sacralização do passado. Dessa forma, sem perder de vista a noção fundamental de análise do potencial da fonte jornalística como instituinte de determinadas representações de passado, podemos citar novamente as contribuições da pesquisa do historiador Reinaldo Lohn que se deteve em analisar a imprensa e a sua relação com ações memorialísticas:

A memória social passa a ser composta pelo “discurso da informação”, que apresenta a sucessão de acontecimentos narrados na imprensa como parte de uma história vivida, imediatamente memorizada e escrita, a formar conjuntos de crenças e símbolos, regras e práticas, os quais são combinados para significar o real e estabelecer normas sociais, de modo a homogeneizar os imaginários sociais. (LOHN: 2012, p. 123).

Dessa forma, as notícias produzidas em torno da inauguração e do funcionamento do Museu Histórico Celso Formigheri Sperança em seus anos iniciais - devido ao recorte temporal de nossa pesquisa - cumpriram a função de manipular simbolicamente os referenciais mnemônicos a serem difundidos pelos jornais locais, além de atestar o caráter de relicário assumido pelo museu na época. O passado estava, portanto, inscrito nos bens patrimoniais, permitindo a leitura de uma construção ficcional de um passado marcado por uma origem, supostamente, comum e consensual.

O Museu Histórico Celso Formigheri Sperança foi, oficialmente, criado no ano de 1976, por iniciativa do professor Alexandre Câmpara, durante a gestão municipal de Pedro Muffato⁹⁸ como prefeito. O nome do museu homenageia um dos “pioneiros” no campo dos meios de comunicação em Cascavel. Portanto, na denominação criada para a instituição, fazia-se uma referência direta à imprensa local, enquanto um importante agente difusor de memórias na cidade. Ainda, a classificação do museu como “museu histórico” parece ser uma espécie de tributo póstumo ao jornalista e ao jornalismo⁹⁹.

Uma das primeiras notícias que pudemos identificar sobre o museu é do ano de 1975, cerca de um ano antes de sua inauguração. Nela podemos perceber o emprego da palavra “sonho” como recurso discursivo para atestar uma suposta grandiosidade do projeto museal pensado na época:

Museu: um sonho que poderá ser realidade

Ontem, o professor Alexandre Campara, que exerceu o magistério durante 45 anos, deixando-o agora para dedicar-se a uma [sic.] museu, trabalhava na casa 355, da Rua Barão do Cerro Azul, arrumando peças que já coletou para construir o museu histórico de Cascavel. A Prefeitura Municipal já está elaborando um ante-projeto, que visa a instituição de um museu em Cascavel, e que deverá ser enviado à Casa Legislativa, ainda nesta semana.

Hoje, o Prefeito Municipal, Pedro Muffato estará visitando o local onde poderá ser instalado o Museu, que já possui peças doadas.

Secção de minerais, secção de zoologia e secção de maquinários antigos e mais peças de 1929, de 1849, animais empalhados, madeiras petrificadas comporão o Museu de Cascavel. Para o professor que encabeça estes trabalhos “precisamos conservar a história de Cascavel: já temos a relação dos doadores de peças e uma quantia satisfatória, mas dependerá em grande parte, da lei que instituirá o Museu Municipal.

“O museu histórico – explicou o professor – terá desde repor-

⁹⁸ Foi prefeito de Cascavel pelo partido MDB (Movimento Democrático Brasileiro) entre os anos de 1973 até o início de 1977. É empresário do ramo de supermercados ainda hoje.

⁹⁹ Segundo pesquisa de Doutorado em História realizada por Daniele Brocardo, Celso Formigheri Sperança, teria trabalhado como editor dos primeiros jornais da cidade como o *Correio D’ Oeste* e *A Verdade* entre os anos de 1953 e 1956. (BROCARD: 2020).

tagens, peças, fotografias, documentação, até biografias de pessoas que contribuíram para o desenvolvimento sócio-econômico e educacional de Cascavel”. O professor está otimista quanto à instalação do museu: “nós esperamos que este sonho venha a ser uma realidade em Cascavel. O prefeito Municipal tem dado e dará todo apoio para a sua concretização. (FRONTEIRA DO IGUAÇU: 20/05/1975, p. 5).



Figura 43. *Museu: um sonho que poderá ser realidade*, FRONTEIRA DO IGUAÇU: 20/05/1975, p.5.

Podemos destacar uma aparente ambiguidade em relação àquilo que parecia ser a temática principal do museu. Havia um notável ecletismo em torno das coleções organizadas por Câmpara. Uma profusão de objetos da cultura material, animais empalhados e amostras minerais, entre outros, colocados lado-a-lado em um museu intitulado como “histórico”. Na matéria, a história fora tomada como sinônimo de memória, e podemos perceber tal relação no trecho: “precisamos conservar a história de Cascavel”, pois o museu era visto como capaz de consubstanciar “a” história da cidade. Além disso, serviria para atestar “o desenvolvimento sócio-econômico e educacional de Cascavel”.

Buscando prescrutar os sentidos assumidos no contexto de criação desse espaço museal, utilizaremos o conceito de *imaginação museal*¹⁰⁰ desenvolvido por Mário Chagas. Ora, o professor Alexandre Câmpara não possuía conhecimento profissional como museólogo tão pouco como historiador, seus saberes partiam das Ciências Naturais, e por isso podemos compreender, em partes, sua atuação. Seguindo essa perspectiva teórica e metodológica, podemos inferir que o museu havia sido concebido como uma espécie de gabinete de curiosidades (GONÇALVES:2007).

A própria presença da palavra “conservar”, utilizada por Câmpara, nos permite pensar que, em suas concepções sobre história, memória e as funções da instituição museal, o passado estava dado, consumado, portanto, deveria ser “conservado”, já que nada poderia alterá-lo. Os animais silvestres taxidermizados, representados na imagem, parecem compor uma espécie de metáfora de uma natureza que, naquele momento, estava no passado, pois essas espécies “selvagens” aparecem dominadas, paralisadas, museificadas, como o discurso de passado que o museu buscava apresentar. A rigor “a” história da cidade e a natureza se encontravam plenamente controladas pelo discurso museológico.

Segundo a matéria, Alexandre Câmpara, após quarenta e cinco anos de magistério, encaminhando-se para a aposentadoria como professor de Ciências, teria iniciado um processo de colecionamento de peças que, posteriormente, tornaram-se parte do acervo do museu. Podemos afirmar que as intenções preservacionistas envolvidas no projeto museal desenvolvido por Câmpara buscavam qualificar aquilo que deveria ser considerado passado. Em sua *imaginação museal*, Cascavel estava em vias de “perder” vestígios desse passado, por isso defendia o propósito de eternização de determinadas memórias da cidade via representação objetual, ou seja, pela musealização de utensílios, imagens, animais, entre outros.

O pesquisador brasileiro José Reginaldo Campos Gonçalves formulou interessantes proposições acerca da configuração de narrativas constituídas como respostas à ameaça do desaparecimento de valores e patrimônios cultu-

¹⁰⁰ Em sua Tese de Doutorado em Ciências Sociais, o pesquisador Mário Chagas desenvolveu o conceito de *imaginação museal* com o fito de analisar como os intelectuais brasileiros, Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, praticavam a museologia mesmo sem uma formação específica no ofício museológico. Em nossa pesquisa, tomamos tal conceito como subsidiário para as análises em torno da atuação do professor Alexandre Câmpara no Museu Histórico Celso Formigheri Sperança. (CHAGAS: 2009).

rais. Para o autor, nas narrativas de preservação histórica, a *retórica da perda*, seria uma importante estratégia discursiva, assentada no pressuposto de que haveria uma integralidade original dos bens culturais e, tal integralidade, estaria sendo constantemente ameaçada com o passar do tempo, portanto haveria uma ameaça contínua de destruição. (GONÇALVES: 2002).

As concepções patrimonialísticas que embasavam o projeto museal do professor Alexandre Câmpara e, ainda, as formas pelas quais os jornais destacavam a importância do Museu Histórico Celso Formigheri Sperança, são um indício da presença de argumentos que se assemelham aos discursos da *retórica da perda*.

Vejamos parte da matéria publicada no dia 16/09/1976 que anunciava a inauguração do museu:

Já com razoável acervo contando parte registrada no desbravamento e colonização do Oeste paranaense, o Museu Histórico continua a espera de novas doações por parte de sua população. Os interessados em ampliar esse acervo, atualmente com mais de 150 peças raras, deverão procurar o professor Alexandre, doando desde jornais antigos, livros, máquinas de todas as espécies, até objetos referentes de nossa vida indígena, assim como ligados a nossa fauna e flora, que servirão como preciosos documentos de nossa história. (O PARANÁ: 16/09/1976, p. 8).

Podemos perceber que em seu contexto de criação, o Museu Histórico de Cascavel – nome que recebia na época o Museu Histórico Celso Formigheri Sperança – buscava estabelecer-se enquanto espaço destinado a salvaguardar “a história” da “colonização”, do “desbravamento” de Cascavel. Também, o caráter de relicário foi acionado com a utilização das expressões “peças raras”, “preciosos documentos de nossa história”. Havia certo teor pedagógico na notícia, ao se atribuir o sentido de relíquia para os objetos a serem doados e, assim, se tornarem *semióforos*, ou seja, transformá-los em símbolos.

Outro elemento que acreditamos merecer destaque é a constituição do nome do museu, definido como “histórico”. O emprego desse referencial tipológico traz consigo um universo semântico relativo à taxonomia dos museus (MENESES: 1994). Sob essa perspectiva, um *museu histórico* seria aquele que é

instrumentalizado, operacionalizado e tem o seu acervo composto por objetos reconhecidos como históricos.

Entretanto, é possível inferir que não havia uma clareza conceitual ou mesmo teórico-metodológica em torno da natureza do acervo ou critérios de seleção ou mesmo de organização de objetos e documentos, pois, segundo o trecho que destacamos, naquele momento a intenção estava relacionada a preservar memórias consideradas importantes para que aquele presente pudesse diferenciar-se do passado da “colonização” ou *reocupação* da região. Nesse sentido, as solicitações de contribuição, destinadas à comunidade, apresentavam uma miríade de possibilidades para doações: “jornais antigos, livros, máquinas de todas as espécies, até objetos referentes de nossa vida indígena, assim como ligados a nossa fauna e flora”, destacando o papel da imprensa como importante agenciadora do processo de arrecadação de peças.

Nesse movimento, a presença dos “objetos de nossa vida indígena” pode revelar as intenções de temporalização envolvidas no projeto museal, pois os artefatos indígenas estariam cumprindo a função de representar o tempo das “matas selvagens”, portanto uma espécie de antítese do tempo de “progresso” iniciado a partir da atuação dos “pioneiros”. A função de tais objetos seria garantir o fornecimento de uma imagem de um passado “selvagem” e “primitivo” já superado, ou seja, ligado à lógica da dominação da natureza durante a “colonização”.

Podemos afirmar que no contexto da criação do Museu Histórico Celso Formigheri Sperança estava em questão a consolidação de um espaço museal que personificasse determinadas memórias sobre a “colonização” que, como já discutimos, estavam sendo sistematizadas publicamente, por meio dos jornais, na época compreendida pelo recorte temporal de nossa pesquisa. Em meio às disputas simbólicas acerca do conhecimento do passado, o discurso museológico assumia um papel fundamental de constituição de imaginários coletivos.

Cerca de um ano depois de inaugurado, o professor Alexandre Câmpara, diretor e idealizador do Museu Histórico Celso Formigheri Sperança, vinha novamente às páginas do jornal *O Paraná* para mobilizar os discursos a favor da criação de uma sede própria para o museu:

‘Aguardando a construção de uma sede nova, que virá com a construção de uma sede nova, que virá com a Casa da Cultura’ – disse o professor Alexandre – já que precisamos de local mais amplo para a acomodação e distribuição das muitas peças de que já dispomos, dividindo-as por secções, continuamos em nosso trabalho de coletânea de novas peças, no que temos sido muitíssimo bem sucedidos, já que contamos com grande colaboração por parte da população, que tem emprestado apoio incondicional à iniciativa do Museu Histórico de Cascavel, de preservar como históricas e que relembrem ou situem épocas de nossa colonização, com instrumentos, objetos de uso doméstico, ferramentas de trabalho, aparelhos elétricos, material bélico já obsoleto para uso militar, mas de inestimável valor para o museu’. Tudo isso, disse Campara – ‘é objetivo de nosso trabalho, na constituição do acervo do museu, que será complementada com as novas instalações, quando, então, teremos condições de expor as peças de melhor maneira, dando, realmente estrutura adequada ao local que é de visitação pública e para o enriquecimento cultural do povo e, principalmente dos estudantes de Cascavel’. (O PARANÁ 23/09/1977, p. 10).

Optamos por citar o trecho acima em sua inteireza devido à quantidade de elementos a ressaltar. Nele percebemos a tentativa de elaboração de referenciais temporais, tendo a “colonização” como marco definidor da organização do tempo da/na cidade. Além disso, a formatação do que seria “histórico” para Cascavel. Nesse contexto, o museu presentificava “o” passado da cidade, transformando objetos do cotidiano em *semióforos* ou signos representativos “da” memória coletiva.

Estabelecer um eixo norteador de narrativas ou mesmo fornecer um suporte material para as *memórias públicas hegemônicas* (LANGARO: 2012) parece terem sido as funções prioritárias do museu, assumidas e difundidas pelo periodismo local. Tratar-se-ia de um presente que almejava constituir uma articulação temporal, ou seja, um sentido para o tempo. Tal relação temporal, de aparente ambiguidade, presente na ação de se criar uma entidade de memória no presente, foi discutida com clareza por Ulpiano Bezerra de Meneses:

Relíquia, semióforo, objetos históricos: seus compromissos são essencialmente com o presente, pois é no presente que eles são pro-

duzidos ou reproduzidos como categoria de objeto e é às necessidades do presente que eles respondem. (MENESES: 1994, p.19).

O público-alvo da entidade também foi apresentado, tendo os estudantes como grupo preferencial. Portanto, destacamos o caráter pedagógico assumido pelo museu na época, ou seja, ensinar “o” passado para as futuras gerações. Cumpria-se, dessa forma, a sua função de *lugar de memória*, lembremo-nos das palavras “para o enriquecimento cultural do povo e, principalmente dos estudantes de Cascavel”.

O apoio da comunidade foi ressaltado no seguinte trecho, onde também podemos destacar que as intenções de seleção de objetos e de constituição do acervo estavam circunscritas em torno do interesse de se formar uma espécie de coleção da “colonização” de Cascavel. Portanto, havia uma clara prescrição em torno daquilo que se considerava interesse da instituição:

Segundo Câmpara, o Museu Histórico de Cascavel ‘precisa e está recebendo grande apoio por parte da comunidade, pois ainda há dois dias passados, chegou em nossas mãos uma vitrola muito antiga, trazida diretamente da Itália pelos primeiros imigrantes italianos que aportaram em terras brasileiras, e que nos foi doada pelo senhor Luiz Venturin’. Esta peça - disse o professor - ‘estava em Erechim, Rio Grande do Sul, até o ano de 1952 e agora nos foi doada, fato pelo qual eu digo - que estamos recebendo apoio da comunidade, como neste caso, em que a peça doada é de origem inglesa, fabricada no ano de 1875, portanto com mais de 100 anos e a ainda em perfeito funcionamento. (O PARANÁ 23/09/1977, p. 9).

Como notamos, nesse outro momento da matéria, existe uma valorização de objetos que remetessem ou representassem “a” cultura dos imigrantes europeus, demarcando como sujeitos da “colonização”, os “pioneiros”, indivíduos que estavam sendo identificados como grupos de origem europeia. É preciso voltar a lembrar que ao se prescrever, por meio da elaboração do conteúdo das *memórias públicas hegemônicas*, os indivíduos e grupos ideais envolvidos no “desbravamento” da cidade, um conjunto de sujeitos, suas memórias e suas histórias, acabam por ser silenciadas.

Enfim, observemos mais a seguinte afirmação:

(...) ‘recebemos constantemente doações de peças consideradas como de valor bastante expressivo para o museu, pela qualidade, estado de conservação das mesmas, todas traduzindo e retratando uma época que se perdeu nas lembranças dos mais idosos e que, para os jovens são só letras amarelecidas dos livros de histórias, que relatam de maneira um tanto restrita os costumes, usos, indumentárias e coisas de outras épocas’. (O PARANÁ, 23/09/1977, p. 9).

Assim, por meio das narrativas analisadas nessa seção, podemos considerar que havia uma preocupação, por parte do diretor do museu, em constituir um acervo de peças que aludissem ao cotidiano do tempo dos “pioneiros”. Nessa perspectiva, tais objetos seriam considerados de “valor inestimável”, já que traduziriam as experiências de “uma época que se perdeu nas lembranças dos mais idosos”.

A partir de tais argumentos, podemos inferir que naquele contexto do final da década de 1970, a cidade passava por uma fase de transformações aceleradas resultantes do processo de mecanização da agricultura, do êxodo rural, do aumento urbanização e da intensificação das migrações (LAVERDI:2005). Como uma das significações possíveis, elaboradas a partir dessas experiências de aceleração temporal, a representação de um passado positivado e, entendido enquanto momento fundante do “progresso”, ganhava centralidade.

O historiador francês, François Hartog, desenvolveu importantes contribuições no campo dos estudos da memória, da história e do tempo. O conceito de *regimes de historicidade*, advindo de suas proposições reflexivas, nos parece bastante significativo para analisarmos o processo de elaboração de narrativas históricas nos jornais aqui analisados, bem como perlmstrar as iniciativas de patrimonialização da memória em Cascavel. Com o fito de dialogarmos com as produções hartoguianas, chamamos à atenção para uma definição bastante clara acerca do conceito de *regimes de historicidade*: “uma maneira de engendrar passado, presente e futuro ou compor um misto das três categorias” (HARTOG: 2021, p. 11).

Seguindo essa perspectiva, devemos considerar que as iniciativas de urdida de narrativas hegemônicas sobre o passado da cidade, além de atuarem

na constituição de um conjunto de memórias que se tornaram canônicas no processo de representação do passado mítico dos “pioneiros” e da produção de uma distinção entre aquele *presente de progresso* e o *passado laborioso*, os projetos de materialização de um determinado passado estavam também em curso. Mas qual seria a ordem do tempo enredada em tais iniciativas?

Podemos afirmar que o *presentismo* foi o *regime de historicidade* mobilizado, com certa recorrência, nas narrativas jornalísticas produzidas sobre o Museu Histórico Celso Formigheri Sperança. Dizemos isso pois, os conteúdos das *memórias públicas hegemônicas* representavam as referências de estabilidade àquele *presente passado* marcado por mudanças significativas¹⁰¹. Em outras palavras, por meio dos enredos, notadamente, heroicos do “pioneirismo” e da “colonização” era possível interpretar aquele presente vivido, mas também o futuro, enquanto tempos, substancialmente, melhores do que o passado de agruras, de luta contra a “natureza agreste”. Tratava-se de inscrever uma certa nostalgia do velho que, se apresentava apenas como herança direta para o agora, ou seja, um passado e um futuro a serviço daquele presente.

Em outra matéria publicada no jornal *O Paraná* no ano de 1978 foi noticiado um interessante encontro entre o professor Alexandre Câmpara e um agricultor que procurava colaborar com o museu:

Câmpara procura peças no interior do município

Visando ampliar o acervo do Museu Histórico Celso Sperança, o professor Alexandre Câmpara está percorrendo o interior do município à procura de peças valiosas. Ainda ontem pela manhã, atendendo a solicitação do agricultor Arteman Ceconetto, ele esteve em Placa Lindoia para conhecer as peças que poderiam vir a ser doadas ao Museu local.

¹⁰¹ Para prosseguirmos em nossas análises é necessário definir que *presentismo* foi o termo utilizado por Hartog para designar um *regime de historicidade* que ascendeu mundialmente ao longo do século XX. O enfraquecimento da *história magistra vitae* foi abalada pelas crises que surgiram após a Primeira e Segunda Guerra Mundial, pois a crença em um futuro progressivamente melhor passou a ser questionada e houve a ascensão do *presentismo*, caracterizado, principalmente, por uma distensão do presente em relação às outras dimensões temporais, quais sejam: o passado e o futuro. (HARTOG: 2021, p. 141 – 142).

FATO CURIOSO

Na visita de Câmpara à propriedade de Arteman Ceconetto, filho de imigrantes italianos, de 66 anos de idade, aconteceu um fato bastante curioso. É que o agricultor, por ser um leigo no assunto, fez questão de mostrar ao professor uma carroça de bois, fabricada nos anos 40, no Rio Grande do Sul. Contudo, ao retirá-la do galpão – em cujo interior uma galinha acabava de por [sic.] um ovo – Câmpara observou: “Olha, para o Museu ela não serve. É muito moderna.” Mas o agricultor não se deu por vencido e argumentou: “Esta carroça é muito antiga. Não existe mais. Eu garanto”. Câmpara continuou e acabou conseguindo explicar ao colono o que realmente interessa o Museu.

Entretanto, uma surpresa estava reservada para o professor. Acontece que o mesmo agricultor que o levou à localidade de Placa Lindoia, tinha no quintal de sua residência, no Parque São Paulo, em Cascavel, uma carroça montada há mais de 200 anos na cidade de Rio Grande, por colonizadores italianos. “Esta carroça sim” – comentou Câmpara – “quase não existe mais”. Ela foi fabricada no início de nossa colonização. Foi com um desses modelos que foi transportado em 1784 o meteoro Benderó [sic.], caído na Bahia e que atualmente encontra-se no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Diante dessas considerações, Ceconetto ficou entusiasmado e quis vendê-la ao Museu. Porém, Câmpara explicou-lhe que tal transação dependia do parecer do supervisor de Escolas Municipais, Generino Ferrari, que é responsável pelo setor. Tudo indica contudo, que a carroça será adquirida pelo Museu.

VIVEIRO DE COBRAS

Ao mesmo tempo em que o museu está sendo ampliado, as atenções dos visitantes voltam-se para outro setor, onde será o viveiro de cobras, que tem três grandes (cascavel e coral) e vários filhotes. Elas estão guardadas numa casinha, totalmente cercada como medida de precaução. Como o museu não conta com nenhuma sucuri, o professor Câmpara recebeu ontem do Mato Grosso, uma pele dessa espécie. Juntamente com a pele vieram várias peças, que já foram catalogadas. Entre essas peças destaca-se alguns chifres de veado galheiro, que já está em extinção. (O PARANÁ, 02/06/1978, p.14).

O suposto encontro relatado pelo jornal nos permite analisar algumas questões fundamentais em torno das concepções que embasavam o Professor Alexandre Câmpara e sua atuação na classificação das peças que poderiam compor o acervo do museu. Inicialmente, o agricultor disposto a doar peças ao museu foi classificado como “leigo” em oposição a Câmpara que representava, segundo a narrativa, os saberes da ciência.

O objeto em discussão era uma carroça, que segundo o Sr. Arteman Cconetto, havia sido produzida nos anos de 1940 no Rio Grande do Sul, porém Câmpara recusou-se a aceitar o objeto, classificando-o como inadequado, lembremo-nos do trecho: “Olha, para o Museu ela não serve. É muito moderna”.

O *acontecimento jornalístico* (SILVA: 2011) foi encerrado de maneira inusitada, com o encontro de uma outra carroça identificada como “realmente antiga”. Para estabelecer que o referido veículo era digno de estar no museu, o Professor Alexandre Câmpara, utilizou como justificativa o seguinte argumento: “Esta carroça sim quase não existe mais. *Ela foi fabricada no início da nossa colonização*¹⁰². Foi com um desses modelos que foi transportado em 1784 o meteoro Benderó¹⁰³ [sic.]”. Portanto, em sua *imaginação museal* havia critérios de autenticidade e antiguidade, associados a conteúdos oriundos de um *enquadramento de memória coletiva*. (POLLAK: 1989).

É necessário ressaltar que Câmpara percebia uma diferença substancial entre as carroças. Sob a alegação de que a mais antiga fora “fabricada no início da nossa colonização”, muito provavelmente, o professor fazia referência à “colonização” no estado do Rio Grande do Sul e não à “colonização” em Cascavel, já que o processo de fixação dos migrantes sulistas teria ocorrido entre as décadas de 1940 e 1950.

Ainda, segundo a matéria, havia um viveiro de cobras cascavéis vivas no museu. A presença dos animais, além de fazer referência direta ao nome da cidade, aludia às narrativas heroicas sobre a “colonização”. A rigor, as cobras se transmutariam em provas materiais do domínio humano sobre a natureza. Era

¹⁰² Grifos nossos.

¹⁰³ O meteoro Bendegó faz parte do acervo do Museu de História Nacional e seu transporte do interior do estado da Bahia, onde foi encontrado, até o estado do Rio de Janeiro, teria mobilizado diversas equipes de engenheiros, pesquisadores e o próprio Imperador Dom Pedro II no século XIX. Disponível em: <https://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/geologia/geo012.html>, acesso em: 05/04/2024.

a representação do triunfo do “progresso” e da “modernidade” que colocava as cascavéis em um lugar nas narrativas de passado, pois mesmo estando vivas, elas estavam em um tempo superado.

Assim, as formas de inscrição da temporalidade passada, por meio da constituição de um enquadramento social das memórias hegemônicas da comunidade local, podem assumir diversos suportes, configurações e utilizações. Desde as narrativas jornalísticas, fonte principal de nossas reflexões, passando pela produção e pela manipulação de símbolos mnésicos variados, como objetos da cultura material, construções, lugares, entre outros. Tais rastros materiais de tempos pretéritos encontraram um lugar dileto em meio à criação de instituições de memória, como os museus.

Ao longo de nossas reflexões, intentamos compreender as formas pelas quais as dimensões temporais foram articuladas pela imprensa e materializadas nas concepções assumidas sobre o museu e difundidas pelo jornal *O Paraná*. Nesse momento não analisamos o acervo da entidade ou narrativa expográfica do museu em si, mas os discursos que indicavam as elaborações no contexto de produção desse *lugar de memória* em Cascavel.

Os pressupostos, objetivos e finalidades que motivavam a criação do museu estavam bastante relacionados à intenção de sistematizar memórias, fornecendo aos indivíduos e grupos sociais, formas de ordenamento e engendramento de sentidos temporais. Seja por meio da comemoração e da rememoração de experiências, supostamente, coletivas, vividas no processo de “colonização” da cidade, havia um processo de enredamento do passado em curso.

Novamente, Koselleck e os conceitos de *campo de experiência e horizonte de expectativa* nos parecem imprescindíveis:

Com isso chego à minha tese: experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político. (KOSSELLECK: 2006, p. 308).

Portanto, a criação do Museu Histórico Celso Formigheri Sperança representava uma das ações promovidas no município, por iniciativa do Professor

Alexandre Câmpara e com a anuência do poder público municipal, como um conjunto procedimentos de organização de versões sobre o passado da cidade naquele momento presente. A rigor, cabe frisar que estabelecer o passado também impactava em formular expectativas de futuro. Portanto, salientamos que o mote da orientação temporal, nesse caso, está fortemente ligado ao fornecimento de recursos para a mobilização de ações práticas e de atuação política em nossa cidade.

3.3. Entre hinos e imagens: a mística do “pioneirismo”

Além do Museu Histórico Celso Formigheri Sperança e de uma considerável quantidade de narrativas jornalísticas que, em geral, buscavam formatar as *memórias públicas hegemônicas* e, sintetizar, um determinado conjunto de conhecimentos sobre “a” história de Cascavel, outros símbolos identitários foram manejados no período do final da década de 1970, como a criação de um hino e a elaboração de concursos de fotografia e redação sobre a cidade.

O processo de criação e escolha do hino foi noticiado em algumas edições do jornal *O Paraná* no ano de 1977. Segundo uma das matérias que selecionamos, houve a organização de uma comissão julgadora para que a escolha fosse realizada dentre três diferentes hinos. No trecho abaixo podemos refletir sobre algumas das dissidências, evidenciadas no jornal como “entraves”, em torno da criação desse recurso identitário:

Escolhido o Hino de Cascavel

Após muitos debates, reuniões, formação de comissão e diversos entraves, Cascavel vê oficialmente em definitivo seu Hino. A comissão especialmente organizada para a escolha do Hino de Cascavel, foi composta por quatro vereadores e três membros da Secretaria de educação e Cultura do Município, a saber: Caetano Bernardini, presidente da comissão, José de Oliveira, Walmor Beux e Marilize Cruz, os vereadores; e Maria do Rocio Santos Junqueira, secretária municipal de Educação e Cultura; Aracy Verônica Hartmann Floriani, inspetora da 45ª Inspeção Regional de Ensino de Cascavel; o professor Edison Pietrobelli, diretor da Fecivel, que escolheram entre os três hinos apresentados, o

que oficialmente representará Cascavel em todas as solenidades cívicas a serem realizadas doravante.

Na noite da última segunda-feira, a Comissão esteve reunida no Centro Integrado Fiep-Sesi-Senai, onde ouviu os hinos compostos pelos professores Nelson Tramontini e Endo Pio Montero, executados pela Banda do 6º Batalhão de polícia Militar, regida pelo maestro Enedir Salomão e cantados pelo Coral do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, sob a regência da professora de canto, Orly Bach. A apresentação desses dois Hinos e de mais um terceiro, composto pelo irmão Sabino Lino Conte, do Colégio Marista, (...) fez com que a Comissão chegasse a uma definição, e o resultado, tão ansiosamente esperado, deu por escolhido, por unanimidade, o hino composto pelo professor Nelson Tramontini, cuja letra, segundo a comissão, é das mais expressivas e, também, por tratar-se de um hino composto há mais de doze anos. É esta a letra do Hino de Cascavel, escolhido pela comissão para ser oficializado:

“Cascavel – cidade hospitaleira
Tu és fonte rica de labor
Do quadrante Oeste és a primeira
Te amamos com todo fervor.

Tua História é bela e fascinante
Que o passado nos faz sempre reviver
Feitos heroicos de um grande bandeirante
Com arrojo criou-te,
Feliz te fez crescer.

Tua beleza imponente é grande e tem vida
És sombra frondosa que acolhe o forasteiro
Ganhas bênçãos pelas mãos da Aparecida,
Tens portas abertas a todo viajor e ao bom brasileiro.

No horizonte d'Oeste, estrela fulgurante
Tua gente tão nobre de amor varonil
És crescente progresso a todo instante
És o mais lindo pedacinho do Brasil. (...)
(O PARANÁ: 23/10/1977, p. 15)

Segundo o conteúdo noticiado, houveram disputas acerca da definição do “hino oficial” da cidade. A comissão formada, em geral, por vereadores e professores, tomou sua decisão final baseada, principalmente, no critério de “antiguidade”, já que supostamente, o hino escolhido havia sido composto cerca de doze anos antes do concurso. Além disso, outra justificativa utilizada pela narrativa jornalística para ratificar a “oficialidade” do hino, era o fato de ter a letra considerada mais “expressiva”, no julgamento dos membros da comissão.

Em linhas gerais, podemos afirmar que o hino escolhido era consoante com as intenções de ajustamento de um sentido de passado para aquele tempo presente de 1977. As temáticas do “desbravamento”, do “pioneirismo” e a alusão à construção de uma cidade próspera, novamente se configuraram em recursos simbólicos essenciais para o engendramento de determinados conteúdos atinentes às *memórias públicas hegemônicas*. Em outras palavras, a composição da letra também se tornou um importante elemento para uma patrimonialização pública dos enredos predominantes de passado.

Conforme a letra, Cascavel era uma “cidade hospitaleira”, aberta a todo “bom brasileiro”. Cabe perguntar: quem seriam os “bons brasileiros”? Quem eram os sujeitos que poderiam contar com as “portas abertas”? Podemos perceber uma via de explicação acerca dos possíveis sentidos desses termos, no trecho em que a cidade foi representada como terra “rica de labor”, ou seja, os indivíduos que reproduzissem a ordem social, econômica e política do capitalismo na época poderiam contar com a “sombra frondosa que acolhe o forasteiro”.

O passado foi acionado para garantir certa legitimidade à canção, conectando o cidadão cascavelense à história dos “bandeirantes”, figurados como heróis, responsáveis por sobreviver à luta contra a natureza inóspita. Nessa acepção, o tempo e o espaço estavam sendo transpostos, já que “pioneiros” e “bandeirantes” estavam sendo colocados em uma relação equivalente. Além disso, o sujeito das ações “da” história da cidade, agente responsável pelo “progresso”, era dotado de “amor varonil”, portanto, um sujeito prescritivamente masculino.

A matéria foi finalizada com mais algumas ponderações feitas pelo presidente da comissão:

Sobre a escolha falou o presidente da comissão Caetano Bernardini: “Durante o tempo em que fiz parte da Comissão, alguém ventilou isso, de que o Hino do professor Endo seria mais fácil de cantar; o que ocorre é o seguinte: a Comissão tomou por base a letra e a música e mesmo a antiguidade. Mas nós todos temos um exemplo muito claro disso, o Hino Nacional; uma letra maravilhosa, um pouco difícil de ser cantada, no entanto todo o brasileiro conhece e aprendeu, assim como todo o cascavelense também poderá aprender o Hino de Cascavel, mesmo que tenha um pouco de dificuldades de ser cantado, mas é questão de tempo. Todo o cascavelense vai aprender a cantar o Hino de Cascavel.” Ele finalizou: “Nós, membros da comissão, estamos todos satisfeitos com a escolha deste hino e o povo de Cascavel tem agora um hino à altura”. (O PARANÁ: 23/10/1977, p. 15).

A presença de certa redundância no noticiamento jornalístico sobre a escolha do hino da cidade nos parece estar ligada à questão da influência política de seus autores. Ora, sob essa lógica, era necessário que os jornais apresentassem os critérios estabelecidos de maneira suficientemente convincente para fundamentar a escolha. Em outras palavras, as composições haviam sido elaboradas por indivíduos que faziam parte de círculos sociais de destaque, eram professores e religiosos, por isso indivíduos que contavam com certa credibilidade para atuar na criação de símbolos “da” identidade local.

Outra iniciativa de elaboração de discursos e referenciais mnemônicos sobre a cidade de Cascavel, foi a realização de concursos de fotografia e de redação, idealizados pela Prefeitura, em alusão ao aniversário de vinte e cinco anos da emancipação política da cidade. Na composição da matéria, podemos perceber as imagens publicadas pelo jornal *O Paraná*:

Concurso "Fotografe Cascavel nos seus 25 anos"

10 imagens de uma Cidade - Criança

O concurso destinado a incentivar fotógrafos amadores chegou ao seu final na semana passada quando a comissão escolheu e premiou os melhores trabalhos. A comissão foi constituída pela profa. Laura Piva Mofka, do departamento cultural da SMEC, uma das coordenadoras do concurso, jornalista Nelson Luiz de Oliveira e o secretário de compras da Prefeitura, Vergílio Fioriani. Os prêmios aos primeiros colocados serão dados em material fotográfico, graças à colaboração de diversos fotos da cidade e da Prefeitura do Município. A relação dos classificados:

CATEGORIA "Cores"

1º lugar — Lauro Yassuaki Yokoyama
2º lugar — Dulce Perpétua Piorosan

3º lugar — Dulce Perpétua Piorosa
4º lugar — Doracy Pedro Tebaldi
5º lugar — Dulce Perpétua Piorosan
6º lugar — Marli Decker Carmim
7º lugar — Dulce Perpétua Piorosan
8º lugar — Marli Decker Carmim

**CLASSIFICAÇÃO FOTOS
EM PRETO E BRANCO**

1º lugar — Doracy Pedro Tebaldi
2º lugar — Edenezio Zanella
3º lugar — Doracy Pedro Tebaldi
4º lugar — Doracy Tebaldi
5º lugar — Márcio J. Koga
6º lugar — Dulce P. Piorosan

A profa. Laura Piva Mofka, diretora do Departamento Cultural foi a organizadora do concurso fotográfico

Categoria "Preto e Branco"



1º lugar — Doracy Tebaldi



2º lugar — Edenezio Zanella



3º lugar — Doracy Tebaldi



4º lugar — Doracy Tebaldi



5º lugar — Doracy Tebaldi



6º lugar — Edenezio Zanella

Figura 44. 10 imagens de uma cidade criança, O PARANÁ: 29/01/1978, p. 12.

O título do concurso, "Fotografe Cascavel nos seus 25 anos", traz a proposta de se conectar passado e presente. Ainda na matéria que anunciava o concurso, podemos perceber o título: "10 imagens de uma cidade criança", como um enunciado que buscava produzir um efeito de notoriedade sobre o suposto "progresso" de Cascavel no período, ou seja, uma cidade jovem, porém "desenvolvida" segundo os padrões urbanísticos da época. Podemos considerar que as fotografias possuíam um discurso semelhante, em relação à cidade, já que eram imagens majoritariamente de áreas com poucas árvores ou poucos elementos naturais, dando destaque às construções e à urbanidade.

Na fotografia vencedora vê-se a sombra de um trabalhador rural, tendo como fundo um edifício de andares e a Catedral Nossa Senhora Aparecida. Podemos considerar que ela consubstanciava as temáticas comuns às narrativas históricas que circulavam nos jornais da época, pois a composição do discurso imagético faz referência ao passado do “pioneiro”, ou seja, um sujeito “simples” que construiu uma “grande” cidade. Acreditamos poder afirmar que a imagem foi vencedora do concurso porque se relacionava diretamente ao conteúdo predominante das *memórias públicas hegemônicas* que circulavam no período.

Notemos que as fotografias selecionadas são apenas de dois autores, ou seja, os mesmos indivíduos concorriam com várias imagens inscritas em um mesmo concurso. Ainda, existe uma certa uniformidade temática em torno das imagens, uma espécie de discurso imagético de “progresso” e de “modernidade” da “cidade criança”. Entretanto, uma das fotografias parece destoar.

Nela há figuras humanas sentadas em uma praça, próximas a postes de iluminação pública e ao fundo podemos ver a “Praça do Migrante”. Trata-se, portanto de uma imagem que buscava estabelecer um diálogo entre o “Monumento ao Migrante”, com suas rampas que representavam os fluxos migratórios que formavam a população da cidade no período, e as narrativas da suposta “hospitalidade” presente no hino de Cascavel. Esse conjunto de signos mnemônicos que, estavam sendo manejados na fotografia, eram corporificados na própria praça enquanto *lugar de memória* local.

Em relação ao concurso de redação proposto pela Prefeitura Municipal de Cascavel e, divulgado no jornal *O Paraná*, podemos perceber algumas das intenções envolvidas no projeto:

Você tem muito a dizer e a ganhar: fale de Cascavel!

Quem falar melhor sobre Cascavel, suas histórias, seus recantos, sua gente, seu crescimento, sua beleza, pode ganhar 5 mil cruzeiros. O Concurso Cascavel – Minha Cidade – promoção da Prefeitura Municipal e Jornal O PARANÁ, premiará estudantes de 1º e 2º graus e acadêmicos da Fecivel. Para cada categoria 5 mil. Coloquem as suas capacidades no papel e falem do seu grande amor por Cascavel. (O PARANÁ: 23/10/1977, p. 10).

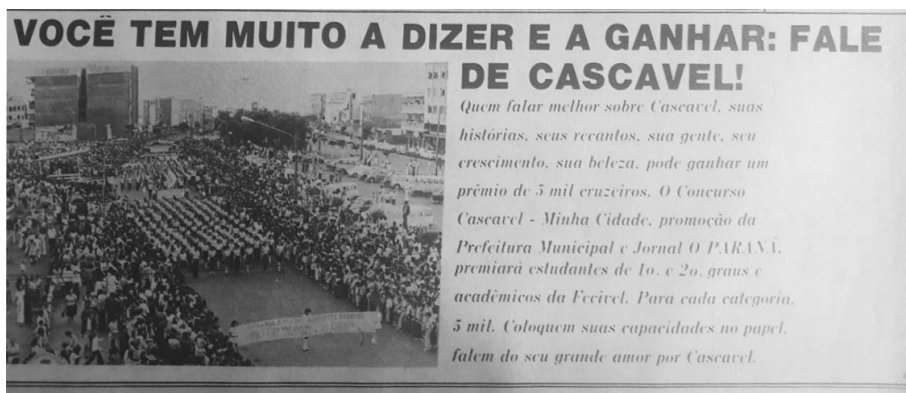


Figura 45. O PARANÁ: *Você tem muito a dizer e a ganhar: fale de Cascavel!* 23/10/1977.

Havia, portanto, um prêmio em dinheiro a ser disputado em cada uma das categorias. A imagem de um desfile cívico na principal avenida da cidade, a Avenida Brasil, nos permite avaliar a presença do discurso ufanista a permeiar os objetivos apresentados no anúncio. Ainda, o tom impositivo do título, finalizado com um ponto de exclamação, complementa a imagem divulgada. No texto escrito, existe uma espécie de direcionamento sobre a temática a ser desenvolvida nas redações: “Quem falar melhor sobre Cascavel, suas histórias, seus recantos, sua gente, seu crescimento, sua beleza (...)”.

Em nova publicação intitulada “Estudante homenageia Município” podemos ver o pronunciamento da aluna ganhadora da categoria “Estudante do 1º Grau”:

ESTUDANTE

O ponto alto das solenidades havidas ontem pela manhã foi o pronunciamento da estudante Sandra Beringer, do Colégio Eleodoro Ébano Pereira “Trago aqui uma mensagem a Cascavel em nome de todos os cascavelenses. Cascavel você é jovem como nós, por isso, pode nos compreender melhor. Neste seu dia, vamos falar de jovem. Queria dizer-lhe tantas coisas bonitas, mas não sou capaz. Porém, de uma coisa eu tenho certeza: conte sempre comigo para ajudá-la a crescer cada vez mais. Em seu Jubileu de Prata, desejo fortificar ainda mais os nossos laços”. (...) (O PARANÁ: 11/11/1977, p. 14).

O trecho enfatiza uma visão que privilegiava o tempo presente, a utilização do termo “jovem” pode ser compreendida como forma de demarcação de uma intenção de atualidade inerente ao discurso da aluna e pelo fato de ter sido publicado no jornal *O Paraná*, como “ponto alto das solenidades”. Acreditamos que ele representasse uma forma de articulação temporal que circulava com certa frequência publicamente.

A reflexão que procuramos desenvolver nesse capítulo teve como principal objetivo demonstrar como os jornais analisados produzem, em um processo de elaboração de suas narrativas jornalísticas, uma complexa sistematização de acontecimentos, inscrevendo-os como históricos, na cena pública. Ao analisar as narrativas comemorativas em torno da data de aniversário de emancipação política da cidade, as matérias ligadas ao Museu Histórico Celso Formigheri Sperança e aos concursos fotografia e redação, organizados pela Prefeitura, podemos vislumbrar uma espécie de projeto de ordenamento e estruturação temporal, cujo objetivo central era a criação de vínculos entre os habitantes e a cidade, sob o signo de uma suposta “identidade” local.

Ao realizar tais iniciativas, de escritura e de inscrição de um passado, podemos perceber que os jornais buscavam fixar narrativas retrospectivas de um tempo homogêneo, venturoso e laborativo, atuando tanto na propagação da imagem mítica do “pioneiro”, quanto na justificação da realidade vivida naquele *presente passado*, ou seja, o passado estava sendo ajustado às demandas de engendramento simbólico do tempo, da memória e da história.

IV

*Inscrever, esquecer:
os jornais locais entre ditos e não ditos*



*“acalmar os mortos que ainda freqüentam o presente
e oferecer-lhes túmulos escriturários”.*

(Michel De Certeau)¹⁰⁴

Em um texto clássico acerca das práticas de memória, de silenciamento e de esquecimento, o sociólogo austríaco, Michael Pollak¹⁰⁵, chama à atenção para as disputas no campo da memória. Nessa perspectiva, o autor buscou compreender parte dos embates envolvidos entre aquilo que denominou de *memórias oficiais*¹⁰⁶ e de *memórias subterrâneas*. Tais embates estariam presentes na própria composição das narrativas históricas e na sistematização de memórias, tudo isso em meio a um complexo jogo de poder em relação ao processo de representação do passado e de ordenação do próprio tempo.

Como vimos nos capítulos anteriores dessa tese, vários foram os recursos mnemônicos que acabaram por se tornar *lugares de memória* (NORA: 1993) em Cascavel. As narrativas históricas, difundidas pelos jornais locais, com temáticas sobre a atuação dos “pioneiros” ou mesmo sobre o suposto “progresso” cascavelense, o hino da cidade, o Museu Histórico Celso Formigheri Sperança, o Monumento ao Migrante e a própria Praça do “Migrante”, entre outros, se configuraram em um conjunto coeso de reminiscências e de referenciais simbólicos a marcar a *visibilidade* e a *dizibilidade* da cidade (ALBUQUERQUE, 2011).

Porém, mesmo considerando o poder de tais constructos culturais, em sua pretensão de representação de uma espécie de “verdade” histórica, dotada

¹⁰⁴ A obra do historiador francês Michel de Certeau se constituiu em importante referência para nossas investigações. Várias foram as conceituações por ele desenvolvidas que nos serviram de inspiração, dentre elas podemos citar a sua lucidez teórico-metodológica ao tratar do processo de representação historiadora, a qual denominou de *operação historiográfica*. (CERTEAU: 1982).

¹⁰⁵ Nos referimos ao texto *Memória, Esquecimento, Silêncio* publicado no Brasil na Revista Estudos Históricos (POLLAK: 1989).

¹⁰⁶ Em nossa pesquisa, preferimos a utilização do conceito de *memórias públicas hegemônicas* (LANGARO: 2012) em detrimento de *memórias oficiais*, justamente por entendermos que termo “oficiais” acaba por fazer alusão, especificamente, aos poderes políticos institucionalizados.

de certa coerência discursiva e, por isso, aparentemente irrefutável, devemos considerar a emergência de *memórias subterrâneas* como formas alternativas de se significar as experiências vividas na cidade ao longo do tempo. Em outras palavras, não podemos deixar de mencionar que, nesse processo de emergência de *memórias públicas hegemônicas* e de histórias que fazem emergir um passado sacralizante, algumas reminiscências ficaram obscurecidas. Esse vasto campo de silêncios e esquecimentos voluntários, pode ser considerado parte das *memórias subterrâneas*, segundo a terminologia empregada por Pollak:

Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos. (POLLAK: 1989, p. 8).

Dessa forma, o conjunto das *memórias públicas hegemônicas*, profundidas pelo periodismo local, cujos conteúdos buscavam atestar a “prosperidade” herdada da atuação heroica dos “pioneiros”, não poderia coexistir com indivíduos, histórias e memórias que destoassem dessas narrativas, que urdiam um sentido evolutivo e ascensional às experiências temporais vividas. As narrativas positivadas sobre um passado, representado como epopeico, a certeza de que a cidade vivia em um presente “moderno”, que reproduzia, satisfatoriamente, os ideais de *modernidade* em voga na época, e ainda, o “futuro grandioso” a que Cascavel estava pretensamente predestinada, formavam um importante repertório de símbolos de identificação.

Com isso em mente, analisaremos neste capítulo um complexo de *acontecimentos jornalísticos* relacionados ao surgimento de uma “favela” na cidade e como eles passaram a ser noticiados durante alguns meses entre os anos de 1974 e 1975 pelo jornal *Fronteira do Iguaçu*. Um dos intuitos é notar o manejo discursivo realizado em torno de seus moradores. Os chamados “favelados” foram, frequentemente, considerados óbices ao “progresso” da cidade e, por isso, indivíduos sem *lugar* nas narrativas hegemônicas, produzidas e propagadas

pelos jornais locais. A rigor, o poder de dar sentido às experiências temporais, de ordenar o tempo, de agenciar memórias e de produzir “a” história, estava em jogo e não podia ser atrapalhado por grupos considerados marginais.

Os estigmas sociais produzidos em torno dos “favelados” dificultavam a integração desses indivíduos às narrativas históricas e às práticas de memória que estavam sendo urdidas. Ora, por meio da manipulação dos referenciais simbólicos de um passado supostamente compartilhado, os grupos de poder da cidade, tanto as elites rurais quanto urbanas, representados pela imprensa local, atuavam intensamente na manutenção de sua coesão grupal e na perpetuação de seu domínio sobre as instituições sociais.

O sociólogo alemão Norbert Elias, em sua obra intitulada “Os estabelecidos e os outsiders” (ELIAS: 2000), desenvolveu importante referencial analítico para a investigação das complexas relações de poder que envolvem o processo de estigmatização de grupos sociais. As *configurações estabelecidos-outsideers* nos parecem fundamentais para a compreensão das narrativas jornalísticas constituídas sobre a “favela” de Cascavel.

Termos pejorativos e a imposição de uma suposta inferioridade humana formavam os recursos discursivos mais utilizados para a classificação dos habitantes do local. O jornal *Frenteira do Iguaçu*, por meio de matérias e fotografias que, em última instância, atestavam a inadequação daqueles indivíduos, buscava interditar seu direito de continuarem a viver na cidade.

Além disso, uma situação limite, carregada de ambiguidades, emergiu a partir da construção da “favela” e da presença de *outsiders*: a maioria dos moradores da “favela” era proveniente de outros estados do país ou de outras regiões do estado do Paraná. Portanto, como seria possível equacionar o conteúdo das *memórias públicas hegemônicas* com seus enredos épicos acerca da atuação do “pioneiro intrépido e varonil”, à temática da migração naquele contexto, se o herói “pioneiro” também era um migrante? O que fazia com que os moradores da “favela” fossem classificados como migrantes indesejados? Por que suas itinerâncias não eram narradas com igual vivacidade?

Na tentativa de refletir sobre tais questões, a leitura da obra *A invenção do Nordeste e outras artes*, do historiador Durval Muniz Albuquerque Júnior, se mostrou fundamental. As construções imagético-discursivas que constituíram o Nordeste do Brasil como um lugar do atraso, da miséria, da doença, em opo-

sição aos discursos que referendam a região Sul como desenvolvida, moderna, próspera, parecem ter sido utilizadas pelos jornalistas que trataram do caso da “favela” em Cascavel.

A rigor, os jornais não atribuíam aos moradores da “favela” os mesmos elementos identitários que compunham um pretenso “jeito de ser” cascavelense. Trata-se de um processo de negação, seja do direito à cidade ou à uma moradia digna e, ainda, de interdição da própria memória e de produção de silenciamento e de esquecimento.

4.1. O caso da favela como um lugar fora das ideias¹⁰⁷

Entre os anos de 1974 e 1975 o jornal *Fronteira do Iguaçu* publicou várias reportagens sobre uma “favela” localizada no Bairro Cancelli em Cascavel. Em geral, o material midiático produzido pelo periódico trazia fotografias, entrevistas com moradores e textos informativos. A primeira matéria que pudemos identificar tratando da “favela” foi intitulada “Favela está crescendo na Cancelli”, que figura como manchete de capa do número:

Cerca de 30 famílias já estão morando ou estão montando seus barracos em área da vila Cancelli próximo à Serraria Bosquirolli. Na maior parte dos casos, trata-se de *nordestinos*¹⁰⁸ que aqui vieram em busca de uma vida melhor, e não tiveram outra maneira de enfrentar o problema populacional senão construindo com os recursos disponíveis – pedaços de tábuas, galhos de árvore, latas e etc. - as suas humildes residências. (FRONTEIRA DO IGUAÇU: 22/09/1974, p. 1).

Já na capa da edição podemos ver uma fotografia de uma moradia bastante precária em sua estrutura, com algumas crianças bem pequenas em meio aos materiais de construção. O título da matéria, “Favela está nascendo na Cancelli”, dá a ideia de *transitoriedade* pela utilização do verbo no gerúndio,

¹⁰⁷ A utilização da expressão “lugar fora das ideias” faz referência ao texto “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias” da pesquisadora Ermínia Maricato (MARICATO: 2002).

¹⁰⁸ Grifos nossos.

ou seja, a “favela” era um problema daquele presente que requeria uma solução rápida. Ainda, o texto que acompanha a imagem faz uma identificação dos moradores como sendo *nordestinos*.



Figura 46. *Favela está nascendo na Cancelli*. Fronteira do Iguaçu, 22/09/1974, p. 1.

No texto completo publicado no interior do jornal, podemos perceber as características gerais que eram atribuídas aos moradores, bem como as motivações levantadas pelo jornal para justificar a construção dos barracos:

Uma favela está nascendo na Cancelli

Cerca de trinta famílias – a grande maioria provenientes do *Nordeste brasileiro*¹⁰⁹ – estão se fixando numa área da vila Cancelli situada nas proximidades da Serraria Bosquirolli, construindo toscas choupanas onde entram, com o material de construção, pedaços de tábua, galhos de árvores, pedaços de lata, etc. A maioria das famílias são compostas dos pais e de uma prole numerosa, onde mais de cinco filhos é coisa normal. Os chefes de família, quando não estão desempregados, realizam serviços

¹⁰⁹ Grifos nossos.

os mais diversos. Mal remunerados, “o dinheiro, com os preços que tem por aqui, mal dá para comer”, como confessou um deles. Além disso, muitas vezes há outros problemas. Aurélio Rodrigues da Silva, por exemplo, um pai de onze filhos, não sabe como sustentar a família. Paralítico, não pode empregar como todo homem normal, e os magros cruzeiros para o sustento da família são arranjados pelos filhos que realizam serviços diversos. Um problema social está se criando na vila Cancelli, e está na hora dos poderes públicos se movimentarem agora que ele está apenas se manifestando. Isto porque uma favela – como já foi comprovado – sempre atrai mais gente e, assim sendo, cresce. E com o crescimento as soluções tornam-se muito mais difíceis. Se não for solucionado logo, este será um grande problema em pouco tempo. Daqui alguns dias, mais um barraco estará pronto. (FRONTEIRA DO IGUAÇU: 22/09/1974, p. 7).

Em geral, as dificuldades enfrentadas pelos moradores eram, discursivamente, vinculadas às suas trajetórias de vida. Portanto, não ter emprego, ter um número considerado grande de filhos e o fato de serem identificados como migrantes do Nordeste, eram os argumentos principais para que os jornalistas conduzissem a sua narrativa. A “favela” foi representada como organismo vivo a ser erradicado, lembremos das frases: “Isto porque uma favela – como já foi comprovado – sempre atrai mais gente e, assim sendo, cresce. E com o crescimento as soluções tornam-se muito mais difíceis.”

O texto foi finalizado com a imagem de um homem em meio a um barraco que estava sendo erguido, assim, a imagem reforçava a utilização do verbo no gerúndio no texto. Foram utilizados argumentos de que algo precisava ser feito para impedir o suposto “crescimento” sem controle, ou seja, sob tal perspectiva era necessário que o poder público agisse rapidamente, pois a situação já estava incontrolável, lembremos das palavras “Daqui a alguns dias, mais um barraco estará pronto”. Portanto, o jornal fazia uma espécie de alerta, solicitando a interdição das construções que estavam sendo realizadas.

Ainda, ao demarcar a origem dos moradores da “favela”, generalizando-os como *nordestinos*, um importante recurso representacional estava sendo utilizado na narrativa jornalística. Os discursos que atribuíam uma série de caracteres negativos à região Nordeste do país e seus habitantes haviam sido constituídos como um arsenal de representações pejorativas potentes e, que,

circulavam nacionalmente havia décadas, “inventando” o próprio Nordeste. A estereotipização dos sujeitos e grupos sociais seria uma estratégia determinada por relações de poder que criaram o nordestino miserável e ignorante. Nas palavras de Durval Muniz Albuquerque Junior:

(...) O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome das semelhanças superficiais do grupo. (ALBUQUERQUE: 2011, p. 30).

As elaborações imagético-discursivas que buscavam demarcar o Nordeste, fundando essa região como o lugar do atraso, da seca e da miséria, eram formuladas em oposição a outras tantas representações que referendavam as regiões Sul e Sudeste como civilizadas, modernas, ricas, institucionalizando uma determinada forma de regionalização nacional que perdura até a atualidade.

A historiadora, Méri Frotscher, em sua dissertação de Mestrado em História, intitulada “Etnicidade e trabalho alemão: outros usos e outros produtos do labor humano”, desenvolveu importantes reflexões acerca desse processo de formulações discursivas que buscavam produzir diferenças entre o Nordeste e o Sul do país. No contexto analisado, a cidade de Blumenau, em Santa Catarina, atravessava um período de dificuldades em consequências das enchentes ocorridas entre os anos de 1983 e 1984 e, um interessante processo de elaboração de uma *identidade* positivada aos indivíduos de origem “teuto-brasileira” se observou. Como referência de *alteridade*, para o fortalecimento de uma imagem notadamente laboriosa, estabelecida para representar os blumenauenses, uma *identidade* “nordestina”, caracterizada pelo “atraso” e indolência, foi produzida, justamente em um contexto no qual as secas na região Nordeste eram veiculadas pelos meios de comunicação. (FROTSCHER: 1998).

Em Cascavel, ao mesmo tempo em que o jornal estabelecia, aos moradores da “favela”, a posição de *outsiders*, construindo um discurso-imagem preñado de predicados notadamente negativos, ajudava a reforçar as identificações

positivadas componentes das *memórias públicas hegemônicas*. Ora, segundo tal lógica, se os “favelados” eram migrantes que não conseguiram prosperar na Cascavel do “progresso”, a razão central de sua inadequação seria a sua “natureza” indolente e não as condições desiguais de uma cidade que implementava um modelo excludente de *modernização conservadora* e que, nesse processo, havia expulsado do campo um enorme contingente populacional de trabalhadores rurais (DEITOS: 2004, BOTH: 2020, ADAMY: 2019).



Figura 47. *Uma favela está nascendo na Cancelli*. Fronteira do Iguaçu, 22/09/1974, p.7.

Em outra edição, o problema da “favela” foi novamente apresentado por meio de uma narrativa que denunciava uma suposta ausência de atuação do poder público municipal na viabilização de uma “solução” para o caso. Alguns moradores foram entrevistados e relataram algumas de suas dificuldades como o alto valor dos aluguéis na cidade, o desemprego e as baixas remunerações. Vejamos:

A FAVELA CONTINUA CRESCENDO E NINGUÉM TOMA PROVIDÊNCIAS

Não há como negar a favela da Vila Cancelli, inaugurada há meses atrás por uma meia dúzia de famílias, está atraindo um número cada vez maior de moradores, gente de poucos recursos que procura fugir dos aluguéis elevados de Cascavel.

Paulo Moreira, casado, pai de cinco filhos, é um bom exemplo disso. Proveniente de Paranaguá, “Pra ver se melhorava de vida aqui”, a primeira residência que encontrou para a sua família foi “um cômodo na casa de um compadre”, pelo qual pagava Cr\$ 60,00 mensais de aluguel. Para o vendedor de picolés Paulo Mo-

reira, no entanto, era muito. Trabalhando para sustentar a mulher e cinco filhos, um dia passou pela Vila Cancelli e notou barracos que eram erguidos. Não teve dúvidas: comprou um casebre que estava sendo erguido e, “depois de alguns retoques a mais, a gente veio morar aqui”.

LIVRES DO ALUGUEL

Rodolfo França, um catarinense cego, pai de três filhos, é outro favelado. Anteriormente, residia no Alto Alegre, num cômodo pelo qual pagava um aluguel de Cr\$ 60,00.

Os magros trocados que sua mulher e uma filha conseguiam diariamente em troca de serviços diversos, no entanto, mal davam para o sustento.

“A favela foi a nossa salvação”, conta Rodolfo. “Quando descobrimos que havia pessoas em condições como as nossas construindo barracos, a gente mudou para cá, ficando livres do aluguel”.

A situação no barraco de Rodolfo é de extrema miséria. A comida depende dos “cruzadinhos que a mulher e a filha ganham por dia”. Há dias em que a gente tem feijão com arroz, mas em compensação, também acontece que às vezes a gente não tem nada pra comer”, disse o chefe da família cego.

EM BUSCA DE UMA VIDA MELHOR

Como tantos outros, Otávio Martins da Silva abandonou a sua cidade natal, Araruna, com mulher e cinco filhos, “pra ver se arranjava uma vida melhor em Cascavel”.

Ao que parece, até agora essa sua esperança não se concretizou. Quando chegou à cidade, não encontrou lugar para morar. Soube da favela e prontamente instalou-se por lá, num barraco pelo qual não pagava aluguel.

O filho mais velho de Otávio tem oito anos e o chefe de família é o único que garante o sustento da casa, trabalhando como sergente de pedreiro e recebendo em média Cr\$ 2,00 por hora.

O cardápio não varia: compõe-se diariamente de feijão e arroz. Perguntado se ele e sua família comiam carne, Otávio respondeu: “Carne?”.

NA BAHIA É PIOR

O baiano Sebastião Moreira abandonou o seu Estado com mulher e três filhos e veio para o Sul, atraído pelas maravilhas que

se contava da terra. Partiu e aportou em Cascavel, passando a residir num quarto de chão batido, na Vila Coqueiral, pagando um aluguel mensal de Cr\$ 60,00.

Mas seu bolso não aguentou, e ele foi obrigado a transferir-se para a favela, libertando-se de uma despesa que lhe consumia 60% do seu ordenado como aposentado (Cr\$ 100,00).

Apesar de cego de uma vista, e de estar recebendo da Previdência Social, Sebastião vê-se obrigado a trabalhar para garantir o sustento da família. “Faço servicinhos aqui e ali”, contou ele, “e a gente vai quebrando o galho”.

Embora vivendo na miséria, a família de baianos não parece estar de todo descontente com a situação: “Na Bahia, é pior do que tudo”, segredou a esposa de Sebastião.

Quando há dinheiro, o cardápio resume-se em feijão com arroz e, quando não há, funciona “na base da farinha de mandioca ou de milho, pois tudo é o pão de cada dia”, filosofou a esposa.

NENHUMA PROVIDÊNCIA

Até agora, pela vista, nenhuma providência com relação à favela e seus moradores foi tomada por qualquer órgão público. É difícil prever-se o que poderá acontecer no dia em que a favela não se resumir em apenas alguns barracos, mas em centenas deles, isto porque o terreno em que estão situados não pertence aos favelados.

É desnecessário repetir-se, mais uma vez, que uma explosiva situação social está se criando. (FRONTEIRA DO IGUAÇU, 28 de janeiro de 1975, p. 8).

O número de filhos, a alimentação pouco variada e a condição de migrantes dos entrevistados foram os pontos que receberam certo destaque no texto. Além disso, novamente, a representação da região Nordeste do país como um lugar caracterizado como “pior” em relação às dificuldades da vida na “favela”, ganhou centralidade por meio do subtítulo – “Na Bahia é pior” – e da fala de uma das moradoras. É importante atentarmos para a forma como o jornal fez referência à família proveniente do Estado da Bahia. A ideia de que o Sul do país representaria uma região dotada de superioridade, em oposição ao suposto “atraso” de todo o restante do território nacional, pode ser percebida no trecho “a família de baianos não parece estar de todo descontente com a situação”. Ou seja, até a pobreza sulista seria melhor do que a pobreza nordestina.

Outro aspecto do discurso jornalístico em questão, que acreditamos necessitar de uma análise mais detida, são os argumentos da *transitoriedade* e de uma espécie de *desenraizamento* utilizados para caracterizar os ditos “favelados”. Nesse sentido, segundo o jornal, os indivíduos que estavam morando na “favela”, haviam passado pelo local e decidido ficar, sem um planejamento ou uma organização prévia, aproveitavam a oportunidade sem embaraços, mesmo que o terreno tivesse um proprietário. Essa forma de narrar a presença dos “favelados” na cidade os colocava em uma temporalidade imediata e em uma espacialidade movediça.

Dentre os três entrevistados, apenas um (e sua família) era proveniente da Bahia, sendo os outros de outras cidades paranaenses. Então, porque o jornal insistia em identificar os moradores da “favela”, de maneira genérica, como sendo *nordestinos*? Seria uma forma de cerrar fileiras em torno das memórias e das narrativas de história hegemônicas que circulavam na cidade, já que elas convergiam para a ideia de que Cascavel seria “hospitaleira”, “de portas abertas a todo brasileiro”?¹¹⁰

Nessa perspectiva, os “favelados” seriam constituídos, por meio do discurso-imagem produzido pelo jornal, como párias, pessoas com corpos estigmatizados, e, dentro dessa lógica, como sujeitos inadequados aos critérios de pertencimento que compunham os ideais da *comunidade imaginada*¹¹¹ que estava em constante formulação. Em suma, esses sujeitos estavam sendo apartados da memória, da história e da cidade, justamente sob a prerrogativa de uma suposta condição de *transitoriedade* e de *desenraizamento* que lhes fora imbuída.

Em outra matéria, intitulada “A vergonha continua”, o jornal *Fronteira do Iguaçu* apresenta suas críticas à atuação da “Assistência Social”, apontando a necessidade de se “combater a marginalização” na cidade. Segundo o texto, as

¹¹⁰ Trecho do Hino de Cascavel, analisado no capítulo anterior dessa tese, onde tratamos das elaborações de alguns dos *lugares de memória* locais (NORA: 1993).

¹¹¹ O termo “comunidade política imaginada” foi cunhado pelo historiador e cientista político irlandês, Benedict Anderson, para tratar dos processos de difusão dos *nacionalismos*. Apesar de estarmos tratando de processos de identificação que tinham a cidade como epicentro, acreditamos na importância de se pensar as identidades sociais assumidas pelos mais variados indivíduos e grupos sociais como constructos culturais constituídos a partir invenção de elementos de identificação e exclusão de uma *comunidade imaginada*. Portanto, a sistematização e inscrição de narrativas históricas locais em cena pública seria um exemplo desse processo de elaboração de uma origem supostamente compartilhada. (ANDERSON: 2008).

populações pobres estavam sendo atraídas pelo “desenvolvimento” de Cascavel, e como permaneciam na “miséria”, se tornavam um problema que necessitava de um “sistema eficiente de integração”, porque “Cascavel não pode se tornar um novo centro de marginais”:

A vergonha continua

A assistência social no Município é uma piada. Nada existe em termos maiores para combater a crescente marginalização de populações que atraídas pelo pólo representado por Cascavel, aqui chegam na miséria e permanecessem nesta mesma sarjeta. Chás beneficentes e campanhas beneméritas, paliativos inúteis, constituem tempo perdido. O problema reside na elaboração de um esquema eficiente de integração, porque Cascavel não pode se transformar num novo centro de marginais. Mas enquanto nada se faz, a vergonha na Vila Cancelli continua: a favela está em franco “progresso”. (FRONTEIRA DO IGUAÇU: 06/04/1975, p.1).

A matéria de capa foi composta por um pequeno texto e uma fotografia de crianças maltrapilhas, algumas posando para a foto e outras brincando com bolinhas de gude em meio a entulhos. A imagem, certamente, ajudava a simbolizar a ideia de pobreza e abandono. O texto sugere a associação entre a população da “favela” à marginalidade, utilizando-a enquanto sinônimo de criminalidade, noticiando com certo alarde que a “solução” para a “favela” não estava em campanhas beneficentes, mas em ações mais rigorosas, vagamente citadas como “esquema eficiente de integração”. Ainda, a palavra “progresso” foi utilizada de forma irônica para aludir ao crescimento das habitações consideradas irregulares.



Figura 48. *A vergonha continua*, FRONTEIRA DO IGUAÇU, 06/04/1975, p. 1.

Poucos dias depois, a “favela” voltava a fazer parte das matérias de capa do jornal. As mesmas crianças da edição do dia 06/04/1975 foram fotografadas novamente em outro ângulo. De alguma maneira, elas foram utilizadas para encarnar as representações imagéticas em torno do *acontecimento jornalístico* “favela do Cancelli”. Dizemos isso, pois o texto que segue a imagem, apresenta uma enumeração de problemas, supostamente, resumidos na imagem das crianças: “Fome, doença e analfabetismo”.

Uma crítica à atuação da Assistência Social foi novamente proferida. O jornal a classificava como sendo “uma piada”. Acreditamos que a recorrência do argu-



Figura 49. *Panorama da favela*, Fronteira do Iguaçu, 09/04/1975, p. 1.

mento que acusava uma suposta incapacidade na resolução do caso da “favela”, por parte do poder público municipal, seja um indício do próprio posicionamento do jornal em relação ao destino da “favela” e de seus moradores. Como veremos mais à frente, a erradicação das habitações e o abrupto silenciamento dos indivíduos que fizeram parte dessa história foi o desfecho constituído para tal conjunto de *acontecimentos*.

Notemos, ainda, que o trecho foi finalizado com a ideia de que a matéria representava uma espécie de “verdade” imparcial sobre os “fatos” que noticiava. A frase, “Na última página, em preto e branco, a miséria da favela”, alude às noções de credibilidade da narrativa jornalística, ajudando a compor seu papel na conformação da opinião pública local:

PANORAMA DA FAVELA

Fome, doença, analfabetismo. É a realidade no amontoado de barracos existente na Vila Cancelli, sem que até agora tenham sido tomadas quaisquer providências, o que não é de se estranhar, porque a assistência social em Cascavel é uma piada. Na última página, em preto e branco, a miséria na favela. (FRONTEIRA DO IGUAÇU: 09/04/1975, p. 1).

Na matéria completa, podemos perceber a informação de que alguns moradores da “favela” haviam plantado “um pequeno quintal” e feito um poço, o que poderia indicar a intenção de permanência no local. Ou mesmo, poderíamos lançar algumas hipóteses sobre a natureza de suas atividades profissionais: seriam trabalhadores rurais desapropriados e/ou trabalhadores da construção civil contratados por diária, como citado nas outras matérias? Vejamos o trecho:

PANORAMA DA FAVELA

Nestes barracos moram duas famílias e uma senhora solteira que está grávida. Apesar de muito pobres, fizeram um poço de água e plantam um pequeno quintal. As duas famílias ganham por mês, juntas, e média de 675 cruzeiros. Para sustentar dez pessoas.

NEM MESMO VISITA

Doralina de Jesus está contente, pois, na páscoa, recebeu roupas e alimentos, e as famílias faveladas receberam muitas visitas, mas,

diz ela, “nunca recebi algo da Assistência Social, nem mesmo visita”. Tem cinco filhos e o marido trabalha na lavoura. Ai meio-dia, almoçam feijão e biju.

QUINZE FAMÍLIAS

Aqui moram duas famílias. Quarto e cozinha, sete pessoas. Três metros quadrados para cada quatro pessoas. Estas famílias, que também receberam presentes na páscoa, dizem que a cada semana aumenta uma família na favela. Eram três, e agora são quinze famílias ao todo. (FRONTEIRA DO IGUAÇU: 09/04/1975, p. 15).

Além disso, o texto demonstra que os quintais das moradias que compunham a “favela” estavam sendo transformados por seus moradores, ou seja, nesse processo, o espaço estava sendo experienciado enquanto *lugar praticado* (CERTEAU: 1998). O que queremos dizer é que mesmo sob condições bastante adversas, os “favelados” desenvolviam suas *táticas* de sobrevivência, transgredindo as determinações que lhes negavam o direito de permanência.

Outra questão importante que podemos levantar em torno das narrativas jornalísticas que estamos analisando é que, de maneira recorrente, a despeito das tentativas de se produzir um *lugar praticado*, por parte dos moradores da “favela”, a imprensa tratava o local como um *não lugar* (AUGÉ: 2012).

O etnólogo e antropólogo francês, Marc Augé defende que uma das características daquilo que chamou de *supermodernidade* seria a multiplicação de *não lugares*. Como lugares de trânsito, os *não lugares* estariam inscritos em uma ordem que lhes nega o sentido de *lugar antropológico*, se configurando em pontos de passagem, como as favelas, os terrenos invadidos, os campos de refugiados ou mesmo, os aeroportos, as cadeias de hotéis. (AUGÉ: 2012). Tal conceito nos pareceu operatório para examinarmos as formas de engendramento das narrativas produzidas pelo jornal, nas quais os argumentos de *desenraizamento* e de *transitoriedade* eram colocados em evidência enquanto atributos indelévels da população “favelada”.

Deparamo-nos, dessa forma, com um dos eixos articuladores da composição dos *acontecimentos jornalísticos* em questão. Ora, enquanto um *não lugar* (AUGÉ: 2012), a configuração enunciativa dos discursos apontava para a constituição de representações pungentes, nas quais a “favela” não seria um

local de relações nem identitárias, nem relacionais, nem históricas. Nessa perspectiva, as *identidades* atribuídas pelo jornal *Fronteira do Iguaçu* aos “favelados” eram especialmente negativas, suas experiências e vivências eram relacionadas a um suposto “fracasso individual”. Além disso, eram pessoas desajustadas às formas hegemônicas de ordenamento temporal e, por isso, sem direito ao pertencimento nas narrativas históricas que estavam sendo urdidas naquele contexto.

Ainda, a matéria que, segundo o jornal, trazia a miséria da “favela” em “preto e branco”, foi composta com duas fotografias nas quais a imagem de crianças bem pequenas materializava a ideia de um crescimento descontrolado, como se o número de seus habitantes estivesse em franca expansão, denotando o suposto descontrole. Portanto, a convicção de que a “favela” representava uma ameaça era frequentemente reforçada.

Mais uma vez, o texto foi finalizado com a alegação de que a “favela” estava “crescendo sem controle”, indicando que algo precisava ser feito para barrar tal



Figura 50. *Panorama da favela*, *Fronteira do Iguaçu*, 09/04/1975, p. 15.

processo. O argumento do avolumamento das habitações e do aumento do número de habitantes foi fortalecido pela informação de que uma nova família se estabelecia no local por semana. Dessa forma, o alarido jornalístico em torno da existência e do suposto aumento da “favela”, paulatinamente, ganhava contornos de ameaça à ordem pública da cidade.

4.2. “Um problema social a curto prazo” e a lógica do presentismo

Na publicação de 25/09/1974, a “favela” voltou a ocupar as páginas do *Jornal Fronteira do Iguaçu*. Na capa da edição, podemos ver um pequeno texto acompanhado de uma fotografia composta pela imagem de alguns barracos e a presença de uma criança seminua. A disposição dos elementos da imagem, na qual a criança aparece em meio às precárias habitações, corrobora para a conformação de uma determinada visualidade, na qual a representação da miséria e do abandono seria a tônica principal.

O título da matéria: “Favela; um problema social a curto prazo”, parece indicar parte das intenções da narrativa em elaborar uma temporalidade específica para tratar da “favela” e de seus moradores. Dizemos isso pois, o “problema” da “favela” estava sendo considerado um “problema a curto prazo”, não pelo fato de se estarem buscando encaminhamentos para as demandas sociais existentes, mas porque, nessa acepção, o crescimento da “favela” seria incontável em pouco tempo.

Favela: um problema social a curto prazo

A favela que está nascendo numa área da vila Cancelli poderá se tornar um grave problema social em pouco tempo, isto porque o terreno onde gente muito humilde está construindo os seus toscos barracos tem dono. Só não se descobriu ainda quem é ele. A grande maioria dos favelados pensa em se retirar se ele aparecer. Mas irão para onde? (FRONTEIRA DO IGUAÇU, 25/09/1974, p. 1).

Nesse trecho, a prerrogativa de que havia um proprietário da área da “favela” foi utilizada para atestar a sua ilegalidade. Os barracos foram classificados como “toscos” e a falta de um outro lugar para que as famílias pudessem

viver foi levantada como questão de resolução urgente. Podemos, então, considerar que o jornal retirava dessas pessoas um possível *horizonte de expectativa* (KOSELLECK: 2006), ou seja, ninguém ali tinha futuro, além de viver em um *não-lugar* (AUGÉ: 2012), a população da “favela” vivia em uma espécie de *não-tempo*.



Figuras 51 e 52. *Favela: um problema social a curto prazo*, FRONTIERA DO IGUAÇU, 25/09/1974, p. 1-3).

A “favela” estava sendo considerada um problema, colocado naquele presente, e que carecia de uma ação de erradicação urgente, por isso o *presentismo*¹¹² parecia ser a ordem temporal predominante no discurso jornalístico em questão. Os “favelados” foram considerados pessoas que possuíam um passado desajustado às temáticas mnemônicas tratadas nas narrativas hegemônicas profundidas pelo jornal. Eram *outsiders*, migrantes indesejados, e, segundo essa perspectiva, não tinham fixado suas raízes, não possuíam um passado em comum com a cidade, nada de heroico havia nas suas trajetórias. Vejamos a narrativa completa da matéria, para a qual alguns moradores foram entrevistados:

Favela: um problema social a curto prazo

A favela que está surgindo na vila Cancelli, numa área situada próxima à Serraria Bosquirolli, poderá converter-se num grave problema social a qualquer hora. Isto porque o terreno ocupado pelos barracos de mais de trinta famílias paupérrimas tem dono, e os casebres vão surgindo dia a dia sem sua autorização.

Élio Rodrigues da Silva, por exemplo, um dos habitantes da favela, veio com sua família de Paranavaí. “Quando a gente chegou aqui”, explicou, “notei de saída que não dava pra gente pagar os aluguéis cobrados. Então comecei a procurar algum lugar por aí, pra morar. Achei esse terreno aqui na Cancelli e fui na Prefeitura perguntar se sabiam quem era o dono. Não puderam me dizer nada sobre ele, resolvi construir um barraco pra família assim mesmo. Afinal de contas, a gente não podia morar na rua, né?”

Élio sabe que um dia o dono do terreno poderá aparecer, mas não se preocupa muito com isso, pois não pretende criar problemas: “Não tem galho, não. Se o dono do terreno aparecer e mandar a gente embora, a gente vai. Talvez dê até para pagá-lo pelo tempo em que se esteve usando o terreno...”

Muitos outros pensam assim como o Élio, um chefe de família que não conseguiu casa e foi obrigado a construir um barraco num terreno alheio. A sua esperança assim como a dos outros, “é

¹¹² Segundo o historiador francês, François Hartog, podemos observar a presença do *regime de historicidade presentista* quando o presente se torna o centro da experiência histórica, achatando passado e futuro (HARTOG: 2021, p.142) Nesse sentido, podemos considerar que a imprensa local interditava o futuro dos “favelados” na cidade, relegando às suas experiências a permanência em um eterno tempo presente.

ir trabalhar lá em Itaipu, mesmo se o dono da área não aparecer. Nós vamos ficar aqui por algum tempo. Quando a construção lá de Itaipu for iniciada, vou pra lá com minha família ver se consigo emprego”.

ESPERANÇA FRUSTRADA

Quando o mineiro Antônio Fagundes chegou em Cascavel em busca de um melhor padrão de vida para si e sua família, não esperava ter de construir um barraco para ter onde morar. Chegou e descobriu que os aluguéis eram caríssimos para seu bolso de servente de pedreiro. A solução foi “quebrar o galho construindo um barraco na Cancelli”, como ele mesmo contou. Para ele não foi difícil, pois tratou-se apenas de aplicar os conhecimentos profissionais, e agora “a gente está aqui, com família e tudo”.

Antônio diz que “vontade de trabalhar não falta, o que falta é um pagamento melhor. Com o que eu ganho trabalhando nas construções, mal dá pra viver, porque Cascavel tudo é caro, os preços são uma loucura. Como é que eu poderia alugar uma casa com o salarinho que recebo todo mês?”

BARRACO 2X4

Assim como o mineiro Antônio, José Rodrigues dos Santos também exerce a função de servente de pedreiro. Ganha pouco, e esse pouco é empregado no sustento da mulher e dois filhos menores. Quando chegou a Cascavel, pensou em alugar “uma casinha qualquer, que desse pra gente morar”, mas desistiu logo e resolveu construir o tosco barraco em que vive: uma peça só, de 2 X 4 metros. “Foi o jeito”, comentou. José não sabe o que vai acontecer no momento em que o dono da área aparecer, mas diz que não vai ficar muito tempo ali. Itaipu é o seu sonho.

Mais de 30 barracos já compõem a favela da vila Cancelli, e tudo indica que ela deverá crescer mais ainda, pois na última semana diversos barracos foram construídos. Analfabetismo, condições higiênicas precárias, falta de água e luz, etc. são a tônica do problema social que está surgindo e cujo desfecho ninguém sabe, nem os próprios moradores. A grande maioria pensa em se retirar quando o dono da área aparecer. Certo. Mas irão para onde? (FRONTEIRA DO IGUAÇU, 25/09/1974, p. 3).

As formas de se significar a migração dos habitantes da “favela”, associada

às ideias de uma espécie de *desenraizamento*, da ausência de planejamento e do argumento da ilegalidade envolvida em estabelecerem-se em um terreno com dono, contrastava com as narrativas históricas, produzidas pelos jornais, acerca de processos migratórios anteriores, onde os enredos produzidos acerca dos migrantes vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, compunham um conjunto coerente de signos identitários para os *estabelecidos* “pioneiros”.

A questão da propriedade do terreno, que abrigou as famílias, foi utilizada como elemento fundamental da narrativa, reforçando as ideias de *transitoriedade* e da ilegalidade envolvidas na permanência dos “favelados” em terras alheias. A rigor, segundo o jornal, a qualquer momento o proprietário poderia aparecer e requerer seus direitos, fato que parecia não alarmar alguns dos entrevistados. A frase: “Não tem galho, não. Se o dono aparecer e mandar a gente embora, a gente vai”, cumpre a função de potencializar as alegações que convergiam para o pretenso *desenraizamento* dos moradores da “favela”. Nesse sentido, os “pioneiros” eram um grupo homogêneo de sujeitos que vieram para ficar, para se fixar e construir a Cascavel do “progresso”, enquanto os “favelados” estavam apenas de passagem.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu¹¹³ foi citada como motivo de esperança na possibilidade de melhoria das condições materiais ou mesmo como promessa de obtenção de um trabalho, pretensamente, menos precarizado do que aqueles disponíveis em Cascavel. Essa grande obra, frequentemente vista como um dos símbolos que marcaram parte das atuações do governo ditatorial, fazia parte da composição do *horizonte de expectativa* (KOSELLECK: 2006) desses entrevistados.

A imagem que acompanha o texto escrito traz, novamente, crianças pequenas para o centro da composição imagética. Elas, aparentemente, estão posando para o fotógrafo. A inscrição colocada embaixo da fotografia, “Vai sair

¹¹³ As pesquisas desenvolvidas por historiadores como Odirlei Manarin (2008) e Rodrigo Paulo de Jesus (2009) apontam que a construção da Usina de Itaipu fez com que a população de Foz do Iguaçu crescesse de maneira gigantesca. Segundo dados do IBGE, na década de 1970, a taxa de crescimento da população iguaçuense chegou a cerca de 339%. Manarin entrevistou alguns antigos trabalhadores, os “peões da barragem”, que, em linhas gerais, vinculavam a crença no “progresso” nacional a obras que, supostamente, garantissem a infraestrutura necessária à industrialização do país, como importante fator que incidiu sobre suas decisões em torno da migração. Já Jesus investigou as memórias constituídas por moradores do bairro “Vila C”, na cidade de Foz do Iguaçu, em um contexto de lutas judiciais para a garantia de permanência em suas moradias, inicialmente constituídas como alojamento provisório, destinado aos trabalhadores da construção civil da usina.

na Tv, moço?”, supostamente estaria reproduzindo a fala de uma das crianças, buscando demonstrar a sua falta de compreensão acerca dos aparatos tecnológicos utilizados pelo jornal, já que podemos inferir que não estavam sendo feitas filmagens no local naquela ocasião.

Em outra reportagem intitulada “A miséria mora na favela” podemos analisar outras dimensões do discurso produzido pelo jornal. A celeridade nas transformações na paisagem, ocasionadas por conta do ritmo das construções que formavam a “favela” e a presença de dezenas de barracos que formavam “uma comunidade de aspecto desolador” foram os elementos erigidos para representar as concepções de uma “miséria” que estava radicada, pois “mora” naquele espaço.

Uma questão interessante é a utilização de recursos semânticos e representacionais para tratar dos sujeitos da “favela”. Segundo tal lógica, as famílias eram numerosas, as crianças eram “esfarrapadas” ou estavam nuas e tinham “ar doentio”. Além disso, os adultos aparentavam “certa amargura”. Portanto, cabe questionar: quais seriam os dispositivos de poder, embrenhados nessas formas *dizibilidade*?

Vejamos primeiro o texto completo:

A miséria mora na favela

De longe quase não dá para se distinguir a mais nova vila que iniciou-se há poucos meses atrás na vila Cancelli. À medida que vai se aproximando, nos é apresentado um triste quadro: aproximadamente 40 barracos, com famílias numerosas, formando uma comunidade de aspecto desolador.

Algumas crianças esfarrapadas, outras simplesmente sem roupas, a maioria com ar doentio e adultos aparentando certa amargura. É mais um, de tantos outros problemas sociais, que Cascavel contém.

Amaro Correia dos Santos, aparentando 27 anos, é oriundo de Alagoas, e um dos fundadores daquela humilde sociedade. Ele tem dois filhos, estando atualmente com o mais novo, de um ano, doente. “Minha esposa, começou a trabalhar de empregada doméstica na semana passada”, disse ele, que está enfrentando os grandes problemas, de um “boia-fria”. “Eu trabalhava na Sanbra, depois passei a trabalhar numa firma que faliu, e agora estou trabalhando de “boia-fria”, contou Amaro. Porém, nesta atividade, grandes

são os problemas que encontra, pois conforme suas declarações: “nem sempre é época de plantio ou colheita na lavoura, sendo que às vezes, a gente fica sem serviço, ou então ele é tão escasso que nem dá pra gente ganhar, pra viver”. No seu Estado natal, Alagoas, Amaro trabalhava nas lavouras de fumo ou de cana, e então ouviu falas dessa terra prometida, onde era fácil viver, mudando-se para cá, com mulher e filhos. “Cheguei em Cascavel, com Cr\$ 50,00 no bolso e por isso saí em busca de serviço, mandando a mulher procurar casa para alugar. “Mas as casas que encontrou custavam de Cr\$ 300,00 a Cr\$ 600,00, por mês tendo que pagar pelo menos 30 dias adiantado”, falou ele. Foi então, que decidiu-se a construir, juntamente com outro companheiro, as duas primeiras casinhas naquele local. Estas são construídas com lâminas e galhos de árvores. A maioria delas, nem sequer são totalmente fechadas; no interior, toscos bancos de madeira, fogão de tijolos e barro, não oferecendo o mínimo conforto, e tampouco as mínimas condições de higiene. “O dono destes terrenos esteve duas vezes aqui. Da primeira vez nos proibiu construir além do córrego que corre no meio dos terrenos dele, porém permitiu-nos a permanecer deste lado. A segunda vez, mostrou-nos os impostos que havia pago, pedindo-nos que desocupássemos os terrenos sem estipular o prazo”, explicou Amaro. Segundo ele, o proprietário daqueles lotes é um oficial do exército residente em Curitiba. Amaro ainda disse: “em nosso meio encontram-se pessoas que estão ganhando bem, (1.000,00 mensais), que podem pagar aluguel”. Finalizando Amaro comentou “para sofrer, como estou, seria melhor ter permanecido em Alagoas, onde tenho meus familiares”.

João Cavalcanti de Souza, 30 anos, casado, pai de dois filhos, e em vésperas de ser pai pela terceira vez, é outro favelado. João ganha o pão de cada dia vendendo frutas com uma charretinha. Ele veio do norte do Paraná, e aqui chegando, pediram três meses de aluguel adiantado para morar e “além disso muito caro”.

“Os problemas dos favelados são grandes e muitas vezes trágicos”, enfatizou ele. “Aqui surgem além de brigas sem motivos provocadas por beberões, roubos. Esses dias atrás pegaram um ladrão que há dias tentava roubar um de nossos vizinhos”, foi sua explicação.

“Nós entramos aqui sem ordem do dono, e por isso sabemos que podemos ser despejados a qualquer hora, pois não temos direito algum”, falou João. “Porém a pior fase já passou para mim pois já consegui melhorar um pouco de situação e dentro em breve es-

pero poder alugar uma casa, mas isso após minha esposa ganhar nenê, o que deverá ocorrer dentro de poucos dias”, finaliza ele.

Além desses dois favelados, existem outras em muito piores condições, alguns até com dez ou mais membros na família, passando várias privações com pessoas doentes sem serviço e sem meios de resolver o problema habitacional.

Quando dias atrás desencadeou aquele violento temporal, a maioria daquelas favelas tiveram que ser reconstruídas, pois a destruição foi grande, tendo muitos deles passado a noite ao relento, com mau tempo. Além de tudo isso, em dias de chuva as favelas não oferecem o menor abrigo principalmente sendo chuvas com ventos assim como não oferecem segurança para a família.

Outros favelados do local comentaram à reportagem sobre a ausência ou o silêncio da Prefeitura Municipal em relação ao caso. “Não esteve ninguém da Prefeitura ainda aqui”, comentou um deles.

Em síntese, o desemprego, a falta de especialização de mão de obra por parte dos favelados, o aluguel inflacionário de Cascavel além de uma série de outros problemas, são as causas deste grande problema social. (FRONTEIRA DO IGUAÇU: 11/12/1974, p. 3).

As dificuldades no trabalho como “boia-fria”, o alto preço dos aluguéis na cidade, assim como o desemprego foram algumas das questões citadas para representar as condições de precariedade da vida dos habitantes da “favela do Cancelli”. É importante citar que tais argumentos convergiam para a elaboração da estigmatização social daqueles indivíduos enquanto *outsiders*, experiências e vivências que não poderiam *ser* na cidade.

Apesar da constante enumeração das dificuldades vividas pelos “favelados”, o jornal não as interpretava como um conjunto de problemas sociais estruturais, conectados a contextos mais amplos. Lembremos que uma grande crise econômica foi vivida no país após os anos do “Milagre econômico” e, mesmo durante o contexto de crescimento econômico, a concentração de renda havia sido notadamente acentuada (FAUSTO: 1995)¹¹⁴. Além disso, nas

¹¹⁴ Segundo o historiador brasileiro Bóris Fausto, o “milagre econômico” pode ser delimitado entre os anos de 1969 e 1973 e caracterizado como um período em que houve um grande crescimento econômico e taxas de inflação relativamente baixas. Porém, tal crescimento estava diretamente ligado a um contexto da economia mundial que, permitiu ao governo militar a obtenção de recursos financeiros por meio de empréstimos. Houve também o incremento da indústria automobilística no país, contando também com investimentos de capital estrangeiro. Outra questão é a exportação de soja que passou a ser cultivada em várias regiões

formas de urdir justificativas ao caso da “favela”, os problemas enfrentados pelos “favelados” não eram configurados como contradições às narrativas de “progresso” da cidade. Portanto, a ideia de um suposto fracasso individual era o principal argumento utilizado para se constituírem tais discursos que, em última instância, conferiam legitimidade às relações de poder entre os diferentes grupos sociais.

Além disso, novas informações sobre o proprietário da área foram apresentadas, citando-se, inclusive, algumas visitas ao terreno da “favela”. A permanência dos moradores estava sendo narrada por meio de um argumento central que apontava para a inevitabilidade da extinção da “favela”. O ordenamento do tempo, difundido na narrativa jornalística, confluía para a ideia da provisoriedade da permanência dos “favelados”, sendo assim, o “problema social de curto prazo” demandava de um fechamento, uma “solução”.

4.3. *Processo de desfavelamento e de silenciamento*

A partir do mês de julho de 1975 pudemos identificar algumas publicações que atuaram na urdidura do encerramento do ciclo narrativo da “favela do Cancelli”. Em geral, o jornal *Fronteira do Iguaçu* noticiou o processo de remoção dos moradores e os *acontecimentos* acerca da “favela”, passaram a ser narrados enquanto um momento infeliz e efêmero na vida da cidade. A narrativa jornalística exercia, portanto, a função de fechar a produção de sentidos envolvendo os sujeitos “favelados”, suas moradias e suas condições de vida, fabricando justificativas e explicações para seu esquecimento.

O historiador brasileiro Mario Sérgio Brum desenvolveu análises interessantes sobre o processo de desocupação de algumas favelas nas áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro durante a Ditadura Civil Militar¹¹⁵. Segundo as

agrícolas brasileiras, gerando um processo de mecanização e tecnificação da agricultura. Os resultados negativos da política de dependência de recursos financeiros internacionais foram sentidos nos anos seguintes, além da grande concentração de renda ocasionada pela diminuição dos salários e falta de investimentos em programas sociais. Portanto as classes, economicamente, mais baixas sofreram de maneira intensa as consequências do desenvolvimento vivido nos tempos do “milagre”. (FAUSTO: 1995, p.485 - 488).

¹¹⁵ Estamos nos referindo ao artigo intitulado “Ditadura Militar e favelas: estigma e restrições ao direito sobre a cidade (1969 – 1973)”. Nesse estudo, o historiador analisa alguns documentos produzidos pelo BNH

suas investigações, havia uma política de remoção de favelas empreendida largamente pelo governo federal e que ocorria em detrimento de sua possível urbanização. Assim, populações inteiras foram, de forma autoritária, transferidas de seus antigos locais de moradia, para regiões periféricas.

Nessa perspectiva, o período ditatorial pode ser conhecido como a “era das remoções”, quando um conjunto de ações sistemáticas de erradicação de favelas foi colocado em prática. Vejamos nas palavras de Brum:

Esse período trouxe uma mudança drástica na relação entre Estado e favelas: a partir de 1969, no contexto ditatorial, a remoção, ameaça sempre presente na vida das favelas, pôde ser executada com força total, garantida por uma repressão nunca vista antes. O poder do voto, que anteriormente havia sido utilizado pelos favelados através de diversas estratégias de sobrevivência, estava bastante enfraquecido, e os favelados viam drasticamente reduzidas suas margens de manobra para se contraporem aos interesses envolvidos na erradicação das favelas. (BRUM: 2012, p. 358).

Podemos afirmar que a tentativa de mobilização da opinião pública, empreendida pelo jornal *Fronteira do Iguaçu* ao longo das publicações sobre o caso da “favela do Cancelli”, que cobrava um posicionamento do poder público municipal ou classificava a atuação da Assistência Social como uma “piada”, seja um indício do estabelecimento de um diálogo com a política de remoção de favelas que vigorava nacionalmente.

A própria recorrência em demarcar, como vimos, em algumas reportagens publicadas, a existência de um proprietário do terreno da “favela”, pode ser considerada como um indicativo da postura favorável à política de remoção, defendida pelo veículo de comunicação. Ora, as narrativas urdidas sobre a destruição da “favela” convergiam para o fortalecimento de um ideal autoritário de preservação da ordem social na cidade que rumava para o “progresso”. Mas como teria sido possível destruir a “favela” e seus rastros?

Segundo matéria publicada na edição de 31/07/1975, o prefeito da cidade, Pedro Muffato, havia criado uma comissão para tratar do caso da “favela”.

(Banco Nacional de Habitação), e além disso, discute o papel da CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana) na política de remoção de favelas na cidade do Rio de Janeiro (BRUM: 2012).

Duas pessoas foram citadas como responsáveis pelas tratativas que se desenrolaram por meio da atuação dessa comissão, que tinha como principal função, desocupar as moradias e encaminhar os “favelados” para outras cidades.

Prefeitura designa comissão para começar desfavelamento

O prefeito Pedro Muffato constituiu uma comissão formada por Abrilino Fernandes Gomes e Geraldo Saraiva, que está encarregada de manter contatos com favelados, informou a Assessoria de Imprensa do Paço XIV de Novembro.

Fernandes Gomes e Saraiva já entraram em contato com muitos destes favelados, e verificaram com os mesmos de seu interesse ou não de saírem de Cascavel. Estes contatos iniciais fizeram com que os funcionários municipais encarregados da operação chegassem a uma conclusão: “Estes favelados foram no passado pessoas de bem e fracassaram. Todos eles são favoráveis a saírem de Cascavel e tentarem novamente a vida em outro lugar.”

Considerou Geraldo Saraiva: “Todos eles nos recebem bem, então começamos os contatos, pois na verdade eles não são favelados, apenas pessoas fracassadas, que esperam uma chance para se reerguer na vida”. A Prefeitura através desta comissão, verifica o interesse do favelado em retirar-se de Cascavel e começar vida nova em outra cidade, indagando em que localidade ele gostaria de se instalar.

Assim o favelado e sua família são encaminhados ao local onde querem ir: a Prefeitura paga todas as despesas de transporte e também lhe concede uma ajuda de custo. Entretanto, estas são condições que dependem de fiscalização para que não haja o benefício de “proveitadores”.

A Assessoria de Imprensa da Prefeitura acrescentou haver muitos casos de favelados que não desejam levar suas posses, preferindo receber as passagens para o local escolhido, mais ajuda de custo. Neste caso, o secretário geral Fernandes Gomes encaminha o favelado até a Estação Rodoviária, com passagens já pagas e a ajuda de custo. Cerca de 25 famílias já deixaram Cascavel e vão tentar nova vida em outra cidade, de sua escolha.

As favelas da Avenida Iguaçu e do Jardim Maria Claudete, que encontravam-se repletas, aos poucos vão deixando de abrigar os favelados. Os barracos anteriormente ocupados são destruídos e se existe madeira que possa ser utilizada ela é conduzida ao aproveitamento. A intenção do desfavelamento não é somente retirar

o favelado de Cascavel, mas também impedir o crescimento incontrolável das favelas e proporcionar uma nova oportunidade ao favelado de iniciar uma vida que talvez seja mais feliz.

“No meio destes favelados se encontrava um ex-comerciante”, conta o assessor Mamede Leal, “que não foi feliz na profissão, mas que quer melhorar”. Afirmou ainda que todos os favelados querem sair de Cascavel, e a Prefeitura está dando oportunidade a eles e também evitando que a cidade observe favelas crescendo em todos os cantos.

Fernandes Gomes e Saraiva, diretamente ligados à operação, manifestaram-se impressionados com o modo favorável com que são recebidos pelos favelados. Afirmaram também que mesmo depois dos contatos, são os próprios favelados que se dirigem à Prefeitura reafirmando seu interesse em sair de Cascavel. (FRONTEIRA DO IGUAÇU: 31/07/1975, p. 16)

Nesta narrativa jornalística que visava, sobretudo, elaborar uma “solução” para a “favela”, podemos levantar algumas importantes informações sobre o desenrolar dos acontecimentos, bem como as justificativas encontradas para validar publicamente a remoção dos moradores. As pessoas envolvidas na “comissão” teriam, supostamente, estabelecido diálogos pacíficos com os “favelados”, afirmando que se tratava de “pessoas de bem que haviam fracassado na vida”.

Portanto, novamente a ideia do “fracasso” individual, como justificativa para as dificuldades da vida dos “favelados”, corroborava diretamente para os enredos componentes das *memórias hegemônicas*. Ora, nesse caso, é possível afirmar que a construção narrativa ficcional do heroísmo dos “pioneiros”, que os colocava em um lugar de superioridade identitária, enquanto migrantes afortunados e, segundo essa significação, “pessoas que deram certo”, eram colocados em oposição aos “fracassados” moradores da “favela do Cancelli”.

A “solução” apontada pelo jornal envolvia o encaminhamento dos moradores para outras cidades, mediante pagamento da passagem e ajuda de custo, além da demolição das moradias e limpeza do terreno. Na capa da edição podemos ver o processo de remoção da “favela” ainda em curso. A imagem materializava a destruição. As antigas habitações deram lugar às pilhas de entulhos. Dois homens caminhavam sobre os escombros, sendo observados por uma criança. Era a figuração “autêntica” do arrasamento.



Figura 53. *Começa o desfavelamento*, FRONTEIRA DO IGUAÇU: 31/07/1975, p. 1).

Nesse momento, a narrativa jornalística, tanto imagética quanto textual, alçava os *acontecimentos* da “favela” à condição de monumentos do esquecimento, materializados por meio da composição imagética que imortalizou os escombros. Eles marcavam um tempo já superado, pois a “favela” e seus moradores, tidos como *outsiders* na cidade, não representavam mais ameaça, seja à suposta ordem pública ou mesmo às narrativas hegemônicas que tanto representavam o “progresso” da cidade.

As reportagens que haviam inscrito a experiência temporal da “favela”, segundo as lógicas do *presentismo* e da *transitoriedade*, encontraram meios de efetivar um determinado processo de atribuição de sentido temporal que convergia para o seu esquecimento e silenciamento. O que queremos dizer é que a “favela”, pela política de remoção adotada, deixara de existir materialmente. Assim, com a suposta transferência de seus moradores para outras cidades, o processo de aniquilamento da memória poderia se efetivar.

Em outra matéria, publicada alguns dias depois do noticiamento do “desfavelamento”, podemos perceber novamente as intenções de se forjar, na cena pública, o processo de esquecimento:

Da ex-favela ainda resta um rancho

Rodolfo de França veio de Taiozinho, no Município de Papanduvás, em Santa Catarina, há oito anos atrás, quando alugou uma casa no Alto Alegre. Porém, de oito meses para cá, ele passou a morar na favela da Vila Claudete. Rodolfo tem 39 anos, é casado e pai de três filhos.

“Eu trabalhava na lavoura – começa a falar – e a vida não foi feliz para mim. Dois anos depois do meu casamento, quando trabalhava, ocorreu que tive um de meus olhos furado por um pedaço de madeira. O acidente obrigou-o a submeter-se a uma operação. Novo revés; acabou perdendo o olho restante. Em Cascavel, sempre viveu de esmolas. “Vim para aqui na Vila Claudete, onde ainda moro.”

Há poucos dias, a Prefeitura “esteve aqui em minha casa dizendo que todos os moradores deste terreno teriam que sair”. Mas para ele disseram que podia ficar, que “eles” providenciariam uma casa para Rodolfo. “Na minha casa chovia muito, e eles colocaram uma lona por cima, e agora está bem.”

Os funcionários da Prefeitura pediram a Rodolfo que não saísse nas ruas para pedir esmolas: iriam ajudá-lo. “E estão cumprindo as promessas, pois estão me atendendo”. Disse que a esposa não trabalha porque é “muito descontada” (doente) “e meus filhos são muito pequenos para trabalhar”.

Ele sabe que muitas famílias que vivem em Cascavel não têm casa para morar, “a exemplo de minha filha, que é casada tem passado alguns dias em lotes baldios, e não sei se já arrumaram moradia”. Da favela só resta a cabana de Rodolfo: a Prefeitura até aplicou o trator no terreno. Onde estão os antigos moradores? (FRONTEIRA DO IGUAÇU: 10/08/1975, p. 16).

Já no título da matéria, “Da ex-favela ainda resta um rancho”, podemos perceber a existência de um discurso que considerava o “problema da favela” como resolvido. A utilização do prefixo “ex” dava a ideia de algo definitivamente superado, incapaz de gerar novos “problemas”. Na sequência, algumas das experiências e dificuldades vividas por um último morador que, segundo o jornal, havia recebido autorização dos integrantes da comissão de “desfavelamento” para permanecer em sua casa, foram relatadas confluindo para as justificativas construídas em torno da prerrogativa do “fracasso” individual como motivação para se atestar a condição de pobreza.

Ainda, conforme o conteúdo da narrativa, esse último morador, denominado Rodolfo, estava recebendo auxílio financeiro dos funcionários da Prefeitura. Dentro dessa lógica, empregnada de caráter moralizante, não haveria mais razões para que o entrevistado vivesse de esmolas. A ação de “benfeitoria”, da “comissão de desfavelamento”, ia além de suas atribuições iniciais, já que estava sanando os desvios pessoais de um sujeito “que sempre viveu de esmolas”. Certamente, a atuação dessa comissão foi uma forma de delegar a responsabilidade, de alargar o círculo de responsáveis e de maquiar o autoritarismo do poder público municipal.

O texto foi finalizado com a construção imagética de um panorama de destruição, de “limpeza” e de vazio. Lembremos das frases: da “favela só resta a cabana de Rodolfo” e a Prefeitura “aplicou o trator no terreno”. Uma questão um tanto ambígua foi utilizada para fechar o texto. Perscrutar sobre o destino dos “favelados”, questionando o seu paradeiro, seria uma forma de ironizar o desfecho daquilo que outrora havia sido narrado enquanto “um problema”?

4.4 A “Praça do Migrante” e a monumentalização de um passado

Ao mesmo tempo em que migrantes - estigmatizados como favelados - foram expulsos da cidade, negando-se a eles um lugar, foi instituído um lugar de memória chamado “Praça do Migrante” em Cascavel, ou seja, inscreveu-se a presença de migrantes no passado de constituição da cidade. Um tipo de migrante fora associado ao efêmero, outro, eternizado em um monumento.

No conjunto de publicações que faziam alusão aos vinte e cinco anos de emancipação política da cidade de Cascavel, em 1977, podemos verificar a existência de várias reportagens que tinham como eixo temático principal a celebração de um passado que evocava o culto aos “pioneiros”. Com isso em mente, podemos considerar que estava em curso a urdidura de uma determinada conformação para versões de passado, narrativas e representações históricas hegemônicas, que passaram a ser difundidas naquele contexto e, até mesmo, consubstanciadas em alguns lugares da cidade.

Passaremos a analisar algumas narrativas jornalísticas produzidas à época com o intuito de instituir a Praça Florêncio Galafassi ou, como é mais conhe-

cida, a “Praça do Migrante”, como um *lugar de memória* (NORA: 1993) local. Lembremos que anteriormente, no processo de narrar o caso da “favela”, a condição de migrantes dos “favelados”, seu suposto *desenraizamento* e a *transitoriedade* de suas vidas na cidade, além da generalização de suas origens como *nordestinos*, foram os elementos capazes de alimentar um processo complexo de estigmatização social empreendida pelo jornal *Fronteira do Iguaçu*.

Todavia, no momento em que se inaugurava um monumento e uma praça em homenagem ao migrante, é possível percebermos interessantes estratégias de ação empreendidas para o forjamento de uma síntese das *memórias públicas hegemônicas* da cidade, cuja potência representacional deveria ser capaz de sobrepujar e silenciar as contradições sociais vividas naquele contexto. Segundo os materiais produzidos pelo jornal *O Paraná*, a praça seria um lugar de mediação entre o passado dos “pioneiros”, o presente de “progresso” e o futuro pródigo ao qual Cascavel estava predestinada.

Colocadas essas questões introdutórias, gostaríamos de depositar uma atenção especial à ideia de uma univocidade do tempo a formatar os conteúdos constituintes das *memórias públicas hegemônicas*. Ora, nessa perspectiva, havia uma espécie de inexorabilidade do “progresso”, enquanto forma de organização das relações entre passado, presente e futuro. Uma concepção de tempo unívoco e linear parecia permear as formas de se lidar com temporalização da memória e da história local.

Essa forma de ordenamento político do tempo histórico confluía para a criação dos elementos de coesão, que eram fortalecidos e, ao mesmo tempo, fortaleciam um sentimento de *comunidade*¹¹⁶ disseminado por meio do periodismo local (BAUMAN: 2003). Nesse interim, tais constructos culturais de ordenamento do tempo, colocavam limites nas formas como a sociedade deveria imaginar sua relação temporal e, em decorrência disso, ocorria a deslegitimação de algumas representações e formas alternativas de se experienciar o

¹¹⁶ O sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman (2003) elaborou uma série de importantes reflexões acerca do conceito de *comunidade*. Segundo suas considerações, o sentimento de pertencimento a um coletivo, que permite aos seres humanos se identificarem como *nós*, está relacionado intimamente à elaboração das identidades, formadas a partir de um complexo processo de estabelecimento de fronteiras. Sob tal perspectiva, podemos considerar que o investimento na construção de uma identidade, supostamente uma, do “pioneiro” cascavelense, é um importante indício de um processo de demarcação de fronteiras, no qual grupos de *estabelecidos* poderiam se identificar com um núcleo, aparentemente, estável de representação das próprias relações de poder travadas na cidade.

tempo. Lembremos do caso do “casal pitoresco”, do caso do “corpo intacto” ou mesmo o caso da “favela”. Trata-se de rastros, vestígios da existência de formas diversas de se viver e sentir o/no tempo.

Na urdidura temporal, imaginada nas páginas do jornal, *regimes de visibilidade* (MAUAD: 2005), de narratividade e de modalidades de temporalização traziam à tona um padrão discursivo para se tratar “da” história da cidade. Era uma narrativa de retrospectção que lançava, na cena pública, os conteúdos das *memórias públicas hegemônicas*, enquanto conjunto de representações unívocas, definitivas e “verdadeiras”. Além disso, nessa acepção, tais versões de passado poderiam ser materializadas na fisionomia da cidade, como ocorreu com o Monumento ao Migrante. Vejamos a publicação de 17/11/1977:

MENSAGEM DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL JACY MIGUEL SGANAGATTA

Na oportunidade em que o Município de Cascavel comemora vinte e cinco anos de sua emancipação política, vem o seu Prefeito Municipal dirigir sua mensagem de congratulações a todo o povo de Cascavel.

Hoje nos ufanamos de nosso intenso crescimento sócio-econômico. Mas, devemos aos nossos ancestrais, os brasileiros provindos das mais diferentes regiões do país, mormente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que conquistaram a mata, mantiveram a posse da terra, desbravando-a diuturnamente com seu suor generoso e patriótico, a grandeza de hoje.

Que a lembrança do trabalho dos nossos ascendentes seja o melhor estímulo para continuarmos a trabalhar pelo desenvolvimento do nosso Município de deste nosso querido Paraná.

Aos agricultores, aos operários, aos intelectuais, aos industriais, aos estudantes, as donas de casa, enfim a todas as classes sociais, a nossa mensagem de fé, de respeito, a nossa crença de que aqui, neste pedaço do Paraná, iremos edificar um novo Eldorado sonhado pelos nossos maiores.

Temos tudo para crescer e progredir. A fertilidade das nossas terras, onde anualmente visceja [sic] a soja e ondulam os trigais, o sentimento de união e cooperação da nossa gente, a sua vontade indômita de construir, a industrialização que cedo virá, a ampliação de nossa rede escolar e a futura Universidade do Oes-

te, estão a indicar que num futuro que se aproxima poderemos responder aos anseios dos nossos antepassados, pois de fato estaremos construindo uma grande civilização, humana e cristã, de vêz [sic.] que em todos os caminhos, cidades e vilas abertas, plantamos uma cruz, para testemunhar a nossa fé e os nossos ideais de fraternidade.

Cascavel, de hoje, de ontem e de amanhã. Nós confiamos no valor de tua gente, na generosidade dos seus corações e no Governo Federal, guardião permanente da nossa segurança e da paz tão necessárias ao nosso desenvolvimento. (O PARANÁ: 17/11/1977, p. 12)

Na mensagem do prefeito Jacy Sacanagatta podemos perceber o enredamento de uma narrativa que buscava, entre outras coisas, construir um sentido para o tempo. Nessa perspectiva, havia uma conexão direta entre o passado heroico dos “pioneiros”, enquanto fonte inesgotável de lições para guiar o futuro dos estabelecidos. O presente era representado como um tempo no qual era possível nos ufanarmos “de nosso intenso crescimento sócio-econômico”. Portanto, a prosperidade o caracterizava. O futuro seria, nesse contexto representacional, controlável, já que fazia parte de uma espécie de marcha para o “progresso”, ou seja, uma destinação evidente da cidade, salvo a preservação da ordem fosse mantida.

Dentre os vários componentes dessa escrita, podemos identificar o que Tzvetan Todorov chamou de *discurso do comemorador*. Segundo o autor, uma das formas de se organizar os vestígios do passado por meio do discurso é a comemoração, constituída por elementos trazidos pelos historiadores e/ou pelas testemunhas. Mas ela não está submetida aos mesmos pressupostos de veracidade impostos à historiografia, “já que seu objetivo mais frequente é o de fornecer ídolos a venerar e inimigos a abominar” (TODOROV: 2002, p. 155).

Com isso queremos dizer que, nesse caso, celebrar o aniversário de emancipação política da cidade, com os festejos oficiais que culminaram na inauguração da Praça Florêncio Galafassi, significava comemorar a própria migração como um marco, que buscava fixar um certo passado, estabelecendo uma origem à cidade. Porém, apesar da menção feita pelo prefeito Scanagatta às outras

frentes migratórias¹¹⁷, seria a *frente sulista*, tributária desse passado grandioso e, consequentemente, responsável por todo o “progresso” que pretensamente caracterizava Cascavel naqueles tempos.

Para compreendermos as motivações envolvidas no contexto de definição do “pioneiro” homenageado, postumamente, com seu nome dado à praça, vamos recorrer a uma publicação do Jornal *Fronteira do Iguaçu* de 18/06/1972, na qual podemos perceber a presença de importantes representações acerca do “mito do pioneirismo”. Na ocasião, Florêncio Galafassi, comemorava as suas Bodas de Ouro, sendo o casamento duradouro, as fotos da família numerosa e unida, os principais recursos *imagético-discursivos* utilizados pela narrativa jornalística em questão.

A matéria intitulada “Perfil de um pioneiro”, deixava clara as prescrições, mas também as atribuições, de tal grupo social. O “pioneiro” seria tributário de todo o presumido desenvolvimento local, já que “Do incentivo direto ou indireto desse homem, nasceram *todos*¹¹⁸ os empreendimentos que visavam o progresso e o bem-estar da gente que aqui se fixou”. Além disso, segundo o jornal, os jovens poderiam “aurir exemplos edificantes” ao entrar em contato com a história pessoal do “pioneiro”, pois nesses termos, sua conduta e trajetória de vida seriam exemplares.

Sob a alegação de uma liderança nata, naturalmente exercida e um caráter altruísta, a narrativa demarca que “nada se fazia em Cascavel sem que Florêncio Galafassi fosse consultado”. A posição de destaque social estava relacionada a sua atuação profissional como diretor da Industrial Madeireira do Paraná, empresa com sede em Caxias do Sul (RS), que havia aberto uma filial em terras cascavelenses em 1948. Entretanto, mesmo que fosse, reconhecidamente um membro da elite urbana, o jornal não deixava de destacar as benfeitorias desse “pioneiro”, declarando que mesmo sendo um “homem de posses, Florêncio Galafassi nunca olhou com desdém para os menos afortunados”.

¹¹⁷ O historiador Nilceu Deitos, em sua tese de Doutorado em História, destacou a presença de três diferentes frentes migratórias que acabaram por atuar na *re-ocupação* da região oeste do Paraná, nas primeiras décadas do século XX: a *frente cabocla*, formada por indivíduos oriundos do chamado “Velho Paraná”, que teriam migrado em consequência da expansão agrícola da região centro sul do estado; a *frente sulista*, composta por colonos provenientes dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a *frente cafeeira*, vinda do Norte do Paraná e formada descendentes de brancos (portugueses), indígenas e negros africanos, advindos dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e da região Nordeste do país. (DEITOS: 2004).

¹¹⁸ Grifos nossos.

Deparamo-nos com uma esquematização que conformava uma série de importantes representações daquilo que seria o “perfil de um pioneiro”, ele não era qualquer migrante. Havia certa intenção de se forjar uma *identidade* unificada que permitisse a identificação de grupos sociais específicos com as narrativas históricas produzidas pelo jornal naquele presente. Tanto para os componentes das elites rurais, como das elites urbanas, as memórias sobre o “pioneiro” forneciam um conjunto coerente de representações que, em última instância, conferiam autenticidade às suas posições de domínio na sociedade, já que seriam herdeiros diretos dos heróis locais. Portanto, o progresso econômico, obtido por alguns descendentes de “pioneiros”, estava sendo ratificado a partir de um determinado tipo de uso do passado que, conferia a legitimidade necessária para o exercício de sua dominação.

Voltemos então, ao texto do prefeito, Jacy Scanagatta, no qual podemos destacar outra questão importante que é a afirmação de que “os nossos ancestrais” não seriam apenas migrantes, mas eram também proprietários. Por meio desse trecho do discurso, o prefeito definia o verdadeiro “pioneiro”: além de ser responsável pela conquista e desbravamento de uma região inóspita, teria conseguido manter a posse de suas terras. Assim, ficavam demarcados, tacitamente, sob as prerrogativas da *fixação*, da *permanência*, da propriedade, os atributos de estabilidade constitutivos de uma suposta “identidade pioneira”.

A ênfase dada à questão da propriedade da terra, como sendo um dos predicados dos “pioneiros” é, particularmente, importante para nossas análises. A modernização agrícola, atrelada a um processo de tecnificação e mecanização da agricultura, ainda a implementação da monocultura, principalmente da soja e do trigo, fazia parte de um conjunto de medidas encampadas pelo governo ditatorial e denominadas “Revolução Verde” (BOTH: 2020). Uma das consequências mais visíveis desse processo foi a diminuição drástica do número de pequenas propriedades rurais e a intensificação das migrações para as áreas urbanas na região Oeste do Paraná (LAVERDI: 2005).

Portanto, ser “pioneiro” segundo aquele discurso significava diversas coisas: ser um benfeitor (e não “olhar com desdém para os menos afortunados”); ser um líder, pois nada se fazia sem consultá-los; ser um proprietário, pois os pioneiros “mantiveram a posse da terra”; ser cristão, pois “uma civilização cristã” estava sendo construída naquele contexto de mudanças na cidade. Interessa

destacar que, por meio de todas essas representações estavam sendo prescritos os elementos constituintes da “identidade pioneira”. Por meio da força de tais representações, as tensões e conflitos sociais daquele presente eram escamoteadas através de *memórias públicas hegemônicas*, já que a posição dos indivíduos na sociedade poderia ser justificada e legitimada por meio das narrativas históricas difundidas pelos jornais ou inscritas na fisionomia da urbe, como é o caso da Praça do Florêncio Galafassi, por exemplo.

Nesta discussão sobre a constituição e os sentidos dos discursos jornalísticos, em sua interface com os projetos de memória e urbanização em Cascavel, não podemos deixar de mencionar as contradições presentes nas concepções envolvidas na produção desses *lugares de memória* (NORA: 1993). A utilização dos substantivos que nomeavam a praça e o monumento no singular nos parece um indício de que delimitações, muito específicas, estavam sendo mobilizadas. Ora, a praça ficou conhecida como “Praça do Migrante” e o monumento, como “Monumento ao Migrante”. O que queremos dizer é que mesmo que as rampas simbolizassem as diferentes regiões do país, as narrativas urdidas e a própria toponímia não deixavam dúvidas sobre o caráter restritivo das memórias ali representadas. O “pioneiro” era o migrante, verdadeiramente, digno de ser lembrado.

Ademais, a “origem” dos “pioneiros” foi marcada na afirmação de que majoritariamente eram oriundos dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Ainda, as atuações desses “heróis” locais teriam resultado na “grandeza de hoje”, portanto o legado dos “antecedentes”, presente na “lembrança”, seria o argumento central para se arregimentar a opinião pública em torno dos projetos encampados pelos grupos de poder naquele contexto. Um exemplo disso é o declarado apoio à Ditadura Civil Militar.

Podemos perceber esse apoio à ditadura, sob o argumento que afirmava a necessidade da integração nacional como via, quase que exclusiva, de se garantir o “progresso” da cidade. Revestido de uma forte retórica ufanista, o imaginário de otimismo no futuro, pode ser percebido, na afirmação de que em Cascavel estava sendo construído “o Eldorado sonhado pelos nossos maiores”. Além disso, havia a ideia de que a segurança, garantida pelo governo federal, era a salvaguarda do “desenvolvimento” futuro.

Outro ponto interessante para o fortalecimento dos ideais de coesão grupal, foi a religião católica. A fé cristã foi acionada como elemento primordial de uma pretensa “fraternidade” que, segundo o discurso, caracterizava os cascavelenses e fornecia a certeza de que uma “grande civilização” estava sendo construída ao “plantar uma cruz em cada vila e cidade”.

Devemos considerar que o poder da Igreja Católica na cidade era intenso, tanto que Cascavel foi transformada em Arquidiocese no fim da década de 1970 e, como afirmou o historiador Nilceu Deitos, havia a presença de um “imagi-nário católico” (DEITOS: 2004) a atuar sobre o processo de reocupação das terras do Oeste do Paraná, bem como durante o contexto de modernização da agricultura e de urbanização, vividos no período delimitado em nossa pesquisa.



Figura 54. Mensagem do senhor prefeito municipal Jacy Miguel Scanagatta, O PARANÁ: 17/11/1977, p. 12.

A fotografia publicada na mensagem do prefeito, colocava em evidência as rampas de concreto que formam o Monumento ao Migrante. Era como se o leitor do jornal pudesse ser espectador do fluxo temporal materializado na narratividade de praça. Ora, naquele *presente passado* (KOSELLECK: 2006), o lugar celebrava o passado epopeico dos “pioneiros”, mas as estruturas de concreto apontavam para o céu, para um futuro, notadamente, evolutivo. Trata-se de um *lugar de memória* (NORA: 1993) onde uma espécie de continuidade temporal poderia ser estabelecida, além da própria consubstanciação de um devir, simbolizado como ascensional.

Ainda na mesma edição, havia uma nota de congratulações produzida pela empresa FEPACO (Festugato Pavimentações e Construções S/A), na qual a inauguração da “Praça do Migrante” e as comemorações em torno do “Jubileu de Prata” da cidade foi motivo da elaboração de um texto cujo discurso pode ser considerado semelhante àquele produzido pelo prefeito Jacy Scana-gatta, porém sob a ótica do urbanismo e das obras públicas:

Dos primórdios da colonização da região de Cascavel, até os dias de hoje, muita coisa se fez para que se conseguisse atingir o atual estágio de desenvolvimento que ostenta Cascavel.

As estradas de acesso, as vias públicas, dantes poeirentas e, em dias chuvosos lamacentas, deram lugar a modernas vias pavimentadas e a rodovia dotadas de todos os requisitos de segurança e sinalização.

A iluminação das ruas da cidade e bairros foi providenciada, como ponto dos mais importantes ao desenvolvimento do Município.

Praças e logradouros públicos foram sendo construídos, num caminhar a passos largos, em direção ao progresso.

Para isso tudo, contribuiu primeiramente o braço forte pioneiro, que deu início ao grande surto de desenvolvimento; depois, com a organização municipal, autoridades, povo e empresas, juntaram-se num esforço gigantesco, rumo à expressão maior do Município, que hoje, galhardamente, ostenta o título de Capital do Oeste.

Nós, orgulhosos por termos contribuído com nossa parcela para que o atual estágio fosse alcançado, queremos juntar-nos ao povo e autoridades, para a grande comemoração dos 25 anos de emancipação política e econômica.

Salve, Cascavel, no ano de seu Jubileu de Prata.
FEPACO – FESTUGATO PAVIMENTAÇÕES E CONSTRU-
ÇÕES S/A (O PARANÁ: 17/11/1977, p. 14).

Tanto o poder público municipal como a iniciativa privada tornaram esse monumento um ícone visual das comemorações do aniversário de Cascavel. Novamente um sentido para o tempo foi constituído. O presente da “Capital do Oeste” era afirmado como consequência direta das ações do “braço forte pioneiro”, grupo social responsável pelo “surto de desenvolvimento” que, segundo o texto, caracterizava Cascavel. Ainda, a condução do passado ao presente teria sido promovida graças às “autoridades, povo e empresas” que, conjuntamente, em um “esforço gigantesco” teriam atuado para garantir o “progresso” da cidade.

A imagem produzida para compor o discurso veiculado na nota de congratulações trazia as rampas de concreto do Monumento ao Migrante em um outro ângulo, porém, não deixava de ostentar a sua monumentalidade. A utilização do concreto aparente, como principal material do monumento, corporificava a rusticidade em sua aparência, remetendo à uma estética da *modernidade*. As rampas, mesmo que dotadas de robustez, em função de seu material constitutivo, pareciam ganhar movimento com suas formas orgâni-



Figura 55. Mensagem da FEPACO – FESTUGATO PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES S/A, O PARANÁ:17/11/1977, p. 14.

cas. Por isso, cabe questionar como um monumento tão “moderno” poderia, paradoxalmente, homenagear o passado?

Para entendermos melhor os possíveis significados da linguagem arquitetônica utilizada na concepção da praça e do monumento, bem como a complexidade envolvida no processo de elaboração desse *lugar de memória* (NORA: 1993), enquanto um lugar onde as versões de passado hegemônicas poderiam ser reificadas e contempladas em todo seu simbolismo, vamos nos aproximar das reflexões desenvolvidas por Kathryn Woodward, em seu texto *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*¹¹⁹.

A autora trata de importantes conceituações acerca dos fenômenos que envolvem o processo de constituição de *identidades*. Ela destaca o caráter relacional das elaborações identitárias, pois é por meio da marcação da diferença que as *identidades* são produzidas. Um conjunto de caracteres ou símbolos compartilhados são erigidos para compor uma imagem daquilo que podemos considerar pertencente a “nós”. Essa noção de *mesmidade* permite aos sujeitos e grupos sociais, a estruturação de formas específicas de se classificar o mundo, estabelecendo aquilo que é comum e o que é diferente, portanto, atribuído a “eles”. No contexto de forjamento de *identidades*, o passado cumpre um papel fundamental enquanto elemento legitimador de posições identitárias que, notadamente, são fluídas e cambiantes, mesmo que em sua aparência sejam essencializadas, denotando certa rigidez. Nesse processo de elaborações constantes, gostaríamos de nos ater de forma mais detida, pois acreditamos na sua importância para a análise das questões que envolviam a produção da “identidade pioneira” e as suas contíguas formas de celebração.

Seguindo tais pressupostos teóricos, podemos considerar que o presente conflituoso, marcado por antagonismos e tensões sociais, seria a principal motivação para que, no processo de estabelecimento de *identidades*, o passado fosse buscado como justificativa para a criação de novos simbolismos, novas representações e novos sistemas de classificação que compunham o núcleo central da “identidade pioneira”, evocando as “origens” da cidade na temporalidade transata.

¹¹⁹ In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Dessa forma, apesar do Monumento ao Migrante ter sido configurado em torno da temática da “migração” e, à primeira vista, prestar homenagem a sujeitos genericamente classificados como “migrantes”, eram os “pioneiros” suelistas, os principais personagens rememorados. Ora, aquele presente de “progresso” era tido como resultado direto da atuação desse grupo social e, nessa lógica, caberia a seus descendentes a condução para o futuro próspero. Todavia, cabe ressaltar que essa fórmula de expressão das *memórias hegemônicas*, associando ao passado, um princípio pedagógico e moral, certamente estava ligada às crises identitárias vivenciadas naquele período de aumento dos fluxos migratórios ou até mesmo de intensificação da urbanização.

A reincidência de padrões narrativos, nos quais os atributos heroicos dos “pioneiros” eram frequentemente reafirmados, conferindo um sentido específico às experiências temporais, era uma das formas de manifestação daquilo que pode ser considerado um *abuso da memória*, já que tais discursos celebrativos escamoteavam importantes feridas coletivas, como àquelas envolvidas nos conflitos agrários ocorridos durante o processo de “colonização” das terras que formam o município e que levaram à desapropriação dos territórios indígenas ou mesmo à intensificação do êxodo rural, devido ao já citado processo de modernização da agricultura, por exemplo.

Sobretudo, uma praça “moderna” em sua concepção arquitetural e, sendo concebida enquanto uma homenagem declarada a um determinado passado, sacralizado e celebrado pelos periódicos locais, por meio da rememoração do tempo de um “pioneiro” do ramo das madeireiras, se configurava em uma interessante estratégia de manejo da memória e das *identidades*. Dizemos isso pois, em 1977, a atividade de extração da madeira nativa estava em declínio e a paisagem da cidade se encontrava notadamente alterada (BROCARD: 2020), nesse contexto de crise, outras atividades econômicas, como àquelas ligadas ao setor agroindustrial, estavam em processo de consolidação. Nessa perspectiva, a Praça Florêncio Galafassi, representaria uma espécie de réquiem da Era da Madeira e do tempo da “colonização”.

Portanto, aparentemente, existe um paradoxo essencial entre a *modernidade* da praça e o passado que esse *lugar de memória* comemorava. Os “pioneiros” eram considerados os personagens centrais das narrativas históricas sobre as “origens” da cidade, mas em um contexto de acelerada modernização

e urbanização, a “identidade pioneira” servia ao incremento de um senso de *comunidade* (BAUMAN: 2003), principalmente, por meio dele, as elites rurais e urbanas podiam ter suas posições de domínio autenticadas.

É certo que a implementação de um determinado modelo de *modernidade* e de *modernização* era atravessada por deslocamentos, migrações, êxodo rural, formação de favelas, intensificação das desigualdades sociais econômicas, entre outros. E, nesse contexto de estabelecimento de papéis sociais e de forjamento de *identidades*, alguns indivíduos seriam considerados como os “enraizados”, estabelecidos, outros seriam classificados como os “desenraizados”, errantes, que não caberiam nem nas *memórias hegemônicas*, nem na própria cidade. Lembremos do processo de remoção, assumido como “solução” encontrada para o “caso da favela”. Ele evidencia que mesmo que na década de 1970 grande parte da população da cidade era formada por migrantes, alguns indivíduos eram, deliberadamente, excluídos e silenciados. Trata-se de um processo de instrumentalização e fixação das *memórias públicas hegemônicas* para se promover o esquecimento em torno das *memórias subterrâneas*.

Os jornais não problematizavam o modelo econômico e de “desenvolvimento” da cidade, marcado por contradições socioeconômicas, elas eram escamoteadas pelo discurso do “progresso”. Ao contrário, a imprensa local foi um importante instrumento para que as elites locais conseguissem arregimentar narrativas históricas coerentes que, em última instância, lhes conferissem o poder de direcionar a opinião pública em torno de processo de *modernização conservadora* da cidade. Por isso, todo o investimento na urdidura dos discursos que ratificavam e formatavam o conteúdo das *memórias hegemônicas* fazia parte de um projeto de modernização no qual a ideia central era o “mudar para permanecer” (BOTH: 2020).

V

Considerações finais



O conceito de *passeidade do passado*, utilizado pelo historiador belga Berber Bevernage, nos parece operatório para finalizarmos as análises que pretendemos fazer em relação ao recente processo de fragilização das fronteiras temporais estabelecidas entre o passado e o tempo presente (BEVERNAGE: 2021). Segundo o autor, estaríamos vivendo uma crise da *passeidade historicista*¹²⁰, deflagrada a partir da emergência das memórias sensíveis e/ou oriundas das demandas por justiça e reparação frente às situações de violência e seus legados.

Avançando em tais proposições teóricas, destacamos que determinados passados têm se tornado cada vez mais presentes. Dessa forma, rompe-se com a lógica fundamental de estruturação da *passeidade*, ou seja, alguns passados “não passam”. Não seríamos mais capazes de produzir as noções de *alteridade temporal* e de *não-contemporaneidade* (BEVERNAGE: 2021) em relação a certos eventos, povoando o presente de nostalgia ou mesmo de uma espécie de onipresença do passado. Por isso, a mídia, a indústria cultural, a moda, têm investido maciçamente no retrô, no *vintage*, nas séries e filmes que buscam reproduzir épocas e personagens históricos.

Ao chamar a atenção para a historicidade dos processos de constituição das fronteiras temporais, Bevernage afirma que a *passeidade* não seria a mera atribuição de uma “antecedência cronológica ou aprioridade no tempo cronológico”, mas sobretudo, é um conceito relacional, performativo e construído socialmente. Por isso, alguns passados podem ser localizados como cronologicamente distantes e, mesmo assim, incidirem sobre as relações vividas no tempo presente.

Dessa forma, problematizar as fronteiras temporais e os processos de definição da alteridade temporal significa considerar que grupos sociais concretos

¹²⁰ Para o autor, a *passeidade historicista* não se baseia simplesmente em um critério de antecedência cronológica, mas na construção de uma noção de alteridade, onde o passado seria fundamentalmente diferente do tempo presente (BEVERNAGE: 2021, p. 28).

atuam diretamente em um dado tempo presente. Essa atuação interfere tanto na conformação da ideia de coetaneidade (noção de partilharmos um mesmo tempo), quanto na produção da singularidade do passado (RAMALHO: 2023). Portanto, o desafio colocado para nós, historiadores, é pensar: Como e por que determinado passado passou a fazer parte das demandas do presente? Como, por que e para quem ele se tornou estratégico?

Os últimos minutos do filme *Ainda estou aqui*, baseado na obra literária homônima de autoria de Marcelo Rubens Paiva, podem nos dizer muito sobre as relações conflitivas constituintes das memórias sensíveis e dos passados traumáticos. A fisionomia absolutamente estática, com olhar distante, resultante de um processo de fragilização das funções cognitivas, ocasionada pela Doença de Alzheimer, não deixa dúvidas sobre o caráter metafórico que a sequência de cenas, propostas pelo diretor Walter Salles, pode assumir.

A atriz Fernanda Montenegro que interpreta, Eunice Paiva em sua velhice soube conduzir as suas expressões faciais para representar a dramática passagem da ausência de memória para um lampejo de consciência. Os momentos de recuperação passageira das reminiscências teriam sido deflagrados a partir do contato com algumas imagens que faziam menção à Ditadura Civil Militar no Brasil em um telejornal. Além disso, o próprio caso do seu marido, Rubens Paiva, ex-deputado preso, torturado e morto pelos militares, foi representado como um ato de rememoração, mesmo que fugaz.

O filósofo francês, Paul Ricoeur, em importante obra intitulada *A memória, a história, o esquecimento* (RICOEUR: 2007), teceu algumas reflexões fundamentais para a compreensão daquilo que chamou de *usos e abusos* da memória. Segundo o autor, existem diferentes formas de manifestação dos *abusos* da memória, sendo eles a *memória impedida*, a *memória manipulada* e a *memória comandada de modo abusivo*. Para desenvolver sua discussão teórica, Ricoeur utiliza conceitos da psicanálise, de onde foi capaz de transpor algumas categorias clínicas psicanalíticas, como a noção de patologia por exemplo, para suas teorizações acerca da memória.

Em suas proposições, partindo da análise das reflexões de Freud, as lembranças traumáticas permanecem a atormentar os indivíduos por meio da “compulsão de repetição” e, seria somente pelo trabalho de rememoração, que a lembrança poderia ser liberada. Passando para a discussão de tais concei-

tuações para o plano público da memória coletiva e da história, Ricoeur trata como equivalentes as situações patológicas, propriamente tratadas pela psicanálise, como as “feridas da memória coletiva”. Nas suas palavras:

(...) Aquilo que celebramos como acontecimentos fundadores são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um estado de direito precário. A glória de uns foi humilhação para outros. A celebração, de um lado, corresponde a execração, do outro. Assim se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas simbólicas que pedem cura. Mais precisamente, o que, na experiência histórica, surge como um paradoxo, a saber, *excesso* de memória aqui, *insuficiência* de memória ali, se deixa reinterpretar dentro das categorias de resistência, da compulsão de repetição e, finalmente, encontra-se submetido à prova do difícil trabalho de rememoração. (...) RICOEUR: 2007, p. 92).

Dessa forma, tanto a *insuficiência* de memória quanto o seu *excesso*, seriam sintomas característicos de uma espécie de “patologia da memória coletiva” (RICOEUR: 2007, p. 85), condição que se apresenta como uma consequência de certo “*déficit de crítica*”. Nesse caminho reflexivo, seriam o trabalho de luto e o trabalho de rememoração, condições indispensáveis para que a memória coletiva fosse instrumentalizada e seus conteúdos pudessem representar, de forma mais nítida, os imperativos da justiça, proclamados enquanto um “dever de memória” (RICOEUR: 2007, p. 104).

A onda atual de conservadorismo político e de um revisionismo negacionista é resultado de uma intensa disputa sobre o passado e em torno dos lugares legítimos de produção do conhecimento sobre o passado. Trata-se da elaboração de narrativas públicas que requalificam a memória da ditadura recente, buscando colocar em xeque a própria urdidura das narrativas historiográficas que há tempos vinham consolidando uma série de importantes conhecimentos acerca do período ditatorial. Certamente estamos diante de disputas em torno da memória.

Em artigo recente, a historiadora Tatyana de Amaral Maia (MAIA: 2023) afirmou que os discursos negacionistas que circulam atualmente nas redes sociais estruturam-se na insistência em considerar a Ditadura Civil Militar como um período de prosperidade econômica e “desenvolvimento” nacional, resul-

tante de uma “Revolução” que tinha como principal intuito evitar o perigo comunista. Tais argumentos buscam compor um novo regime de memória para o passado ditatorial. É como se a *passeidade* desse passado estivesse em crise, colocando em dúvida a própria constituição da memória pública da Ditadura Civil Militar enquanto um tempo de crimes, torturas e violência.

Em tom comemorativo e sob uma débil concepção de “verdade” histórica (MENESES: 2021), as narrativas negacionistas recuperam memórias que há alguns anos se encontravam difusas e as requalificam enquanto portadoras dos “verdadeiros” conhecimentos sobre o passado. Chamamos a atenção para um fenômeno de distensão do passado sobre o presente, ou seja, uma noção de *passeidade* fragilizada. Sobretudo, são as condições conflituosas e controversas do nosso tempo que têm mobilizado essa disputa de narrativas de passado, já que os discursos de negação da violência visam questionar a legitimidade dos movimentos sociais e a luta pelos direitos humanos no tempo presente.

Sobre as disputas em relação à memória e à história, deve-se destacar a presença de uma dispersão de narrativas e uma profusão documental tensionando as relações entre o presente e o passado. No caso desta pesquisa, os jornais analisados elaboravam determinadas interpretações sobre os mais variados eventos da vida cotidiana, criando formas de representação e de narrativa que inscreveram *acontecimentos* na cena pública e, como parte desse processo, engendraram formas de se conceber e interpretar as experiências temporais.

Os jornais analisados demonstram a capilaridade do autoritarismo político e ideológico vivido no período da Ditadura Civil Militar na cidade de Cascavel, interior do Estado do Paraná, entre os anos de 1968 e 1978. As narrativas jornalísticas produzidas e veiculadas pela imprensa local traziam em sua constituição temáticas que dialogavam com os referenciais de poder que circulavam nacionalmente, operando, de maneira singular, com recursos de dizibilidade e visualidade.

Pudemos identificar fórmulas específicas de articulação da experiência temporal. A sistematização e difusão de narrativas que portavam uma temporalidade hegemônica fizeram parte de matérias, anúncios e campanhas publicitárias. Em geral, o tempo da cidade foi concebido como um tempo linear, progressivo e dotado de homogeneidade, escamoteando uma série de questões

controversas, que apontam para a existência de diferentes formas de se viver em um mesmo tempo presente.

Essa forma de articulação das experiências temporais constituía o tempo da cidade como circunscrito a um ritmo natural e evolutivo, concebendo-o como identidade temporal coerente, una e coesa. Nesse sentido, a “colonização”, entendida nas fontes como período da fixação dos “pioneiros” nas terras que posteriormente vieram a formar o território de Cascavel, foi constituída enquanto acontecimento histórico fundante.

Na formulação das narrativas jornalísticas que buscaram urdir um sentido para o passado citadino, percebemos uma espécie de eixo argumentativo estruturante, qual seja: a distinção ontológica entre passado e presente. O processo de construção da alteridade temporal pôde ser efetivado, erigindo alguns caracteres específicos desse passado a ser superado. Assim, o *atraso*, a ausência de *civilidade*, a paisagem *selvagem*, o modo de vida rústico dos homens que participaram da “colonização” passaram a compor imagens potentes de *preteridade* (RICOEUR: 2007, p. 360), sendo a alteração dessas condições do passado, obra iniciada e efetivada pelos “pioneiros”, em sua atuação enquanto agentes iniciadores do “progresso”.

Foi no momento dessa distinção entre passado e presente, onde memórias hegemônicas puderam se consolidar na cena pública, que o *discurso-imagem* (ALBUQUERQUE: 2011) de “progresso” pôde ser formulado. Assim, o passado “pioneiro” pôde se tornar passado, em sua função de *passeidade* (BEVERNAGE: 2021). O que queremos dizer é que em um plano ocorria a definição do que e a quem pertencia o passado, e, paralelamente, em outro, tomavam forma maneiras específicas de se lidar com os conceitos de *modernidade* e de *modernização* como continuação da obra “pioneira”.

Além disso, possibilidades de futuro eram imaginadas enquanto um prosseguimento natural do passado “pioneiro”. Os Planos Diretores de 1968 e de 1978 e, suas formas de divulgação na imprensa local, permitiram controlar partes das predições elaboradas para o futuro da cidade. As formas de desenvolvimento planejadas e as concepções de urbanização que foram implementadas pelo poder público municipal, eram justificadas sob a prerrogativa da antecipação do futuro, o que permitiu a materialização de um projeto de *modernização* excludente.

O *discurso-imagem* de “progresso”, que servia para caracterizar o passado, o presente e o futuro, foi sendo instaurado como forma prevalente de representação, único cenário possível para Cascavel. Lembremos dos tantos discursos que destacavam o “progresso” material da cidade. Voltemos ao início de nossas reflexões, onde discutimos alguns dos elementos que envolveram a divulgação do empreendimento imobiliário denominado “Olympus” ou mesmo no aclamado anúncio, proferido durante a visita do governador Paulo Pimentel, de que Cascavel era a “Capital do Oeste”. Nessas narrativas jornalísticas, formas específicas temporalização foram urdidas e, suas utilizações, atravessam o próprio tempo.

A imprensa local denunciava os desajustes à temporalização hegemônica e assumia a sua função pedagógica enquanto importante recurso difusor dos ideais de *modernidade*. Tanto os “favelados”, quanto o caso do “corpo intacto” ou mesmo a notícia da presença da vaca na Avenida Brasil, são indícios da existência de ritmos e tempos plurais na cidade, alvo constante de críticas proferidas pelos jornais analisados.

Certas experiências passadas e, principalmente, as narrativas que buscavam demarcar a *modernidade* da cidade de Cascavel parecem não ter se encerrado, sendo recuperadas e reatualizadas em momentos de crise ou tensão. Consideramos as intervenções realizadas na Praça do “Migrante”, onde a bandeira do Brasil foi pintada no Monumento aos Migrantes, justamente em um contexto de tensões sociais e disputas no campo da memória, particularmente importante para compreendermos as relações conflituosas que compõem o tempo presente.

Por isso, as reflexões acerca dos processos de produção imagética e discursiva empreendida pela imprensa sobre a cidade de Cascavel ganharam centralidade em nossas análises. Ideais de *modernidade* e *modernização* não cessaram de ser produzidos, reconfigurados e utilizados como argumentos centrais para referendar as mais variadas intervenções urbanísticas. E, mais do que isso, apontamos para a existência de um conjunto de representações que parecem permanecer como recursos discursivos constantemente reiterados para se significar a cidade.

Obviamente que aquilo que significava ser “moderno” nas fontes produzidas entre as décadas de 1968 e 1978 pode parecer um tanto vetusto para o

nosso tempo presente. Todavia, chamamos à atenção para as permanências em torno do *discurso-imagem* da cidade “moderna”, da cidade do “progresso”. Lembremos da matéria analisada na introdução de nossa pesquisa: Cascavel é tão “moderna” que supera o passado.

As memórias monumentalizadas, seja nas narrativas jornalísticas ou nos espaços públicos e privados da cidade, estão alicerçadas em complexos processos de constituição de pretensos consensos históricos, elaborados a partir da modulação de acontecimentos, narrativas sobre determinados sujeitos ou grupos sociais, onde as experiências temporais são colocadas em uma determinada cadeia de sentidos e significações. Seus postulados são ostentados como uma história evidente, uma “verdade” revelada e não construída na urdidura dos diferentes tempos.

Referências

Documentos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL – PMC. Plano diretor de desenvolvimento. Leis n. 1183/75, 1184/75 e 1186/6. Cascavel. 1976.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL – PMC. Projeto cura. Cascavel – Paraná. Equipe técnica municipal. Cascavel. Outubro 1978.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL – PMC. Cidade de Cascavel. Estrutura urbana. V. Jaime Lerner planejamento urbano. V. 1. Cascavel. 1978.

BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO. Resolução da Diretoria do BNH. Resolução nº 38, de 06 de junho de 1973. Aprova as normas para financiamento, elaboração e execução de Planos Plurianuais e Projetos de COMUNIDADE URBANA PARA RECUPERAÇÃO ACELERADA (CURA) e dá outras providências. Disponível em: <https://www.prognum.com.br/legislacao/leis/BNH-RD-38-73.htm> Acesso em 13/05/2023.

Fontes

DIÁRIO D'OESTE. Banho ajuda na beleza. Domingo, 26 de outubro de 1969. Ano IV, n 463, p. 4.

O PARANÁ. É desde criança que se aprende a ganhar dinheiro. Terça-feira, 8 de novembro de 1977. Ano II, nº 445, p. 15.

DIÁRIO D' OESTE. Cascavel em ritmo de Progresso. Domingo, 13 de abril de 1969. Ano III. Nº 436, p.1.

DIÁRIO D'OESTE. Aceleradas obras da Prefeitura Municipal para melhorar aspecto. Cascavel/PR. Domingo, 14 de abril de 1968. Ano III. Nº 401, p. 1.

DIÁRIO D' OESTE. Cascavel/PR. A madeira vai acabar e Cascavel deve partir para a industrialização. Domingo, 22 de setembro de 1968. Ano III. Nº 421, p.7.

DIÁRIO D'OESTE. Cascavel/PR. Edital 002/69. Domingo, 12 de janeiro de 1969. Ano III. Nº,431, p. 1)

DIÁRIO D'OESTE. Cascavel/PR. Asfalto na Pista Central da Avenida. Domingo, 15 de setembro de 1968. Ano III. Nº 420, p. 1.

DIÁRIO D'OESTE. Cascavel/PR. Silêncio é progresso. Domingo, 19 de outubro de 1969. Ano IV. Nº 462, p.1.

FRONTEIRA DO IGUAÇU: O JORNAL DO OESTE. Cascavel/PR. Terça-feira, 19 de outubro de 1974. Ano 4. Nº 402.

FRONTEIRA DO IGUAÇU: O JORNAL DO OESTE. A culpa? Cascavel/PR. Quarta-feira, 16 de agosto de 1972. Ano 2. Nº 113, p.7.

O PARANÁ: jornal de fato. Comunidade colabora com museu. Cascavel/PR. Quinta-feira, 16 de setembro de 1977, Ano: II, nº 429, p. 10.

O PARANÁ: jornal de fato. Cascavel/PR. Inaugurado Museu Histórico de Cascavel. Sexta-feira, 23 de setembro de 1977, Ano: II, nº 436, p.1.

O PARANÁ: jornal de fato. Cascavel/PR. Uma página pequena demais para relatar Cascavel, 17/11/1977, p.10.

DIÁRIO D'OESTE. Cascavel/PR. Empossado Richard M. Nixon – 37º Presidente dos EUA. Domingo, 26 de janeiro de 1969. Ano III. Nº 433, p.1.

FRONTEIRA DO IGUAÇU. Ano novo, Brasil novo. Cascavel/PR, 31 de dezembro de 1971. Ano I, Número 71, p. 1.

FRONTEIRA DO IGUAÇU. Integração Nacional. Cascavel/PR, 26 de março de 1971. Ano I, Número 20, p. 12.

FRONTEIRA DO IGUAÇU. Cascavel/PR. A favela continua crescendo e ninguém toma providências. Terça-feira, 18 de janeiro de 1975. Ano IV. Nº 500.

FRONTEIRA DO IGUAÇU. Cascavel/PR. Cidade mudará de aspecto. Sexta-feira, 1 de novembro de 1974. Ano IV. Nº 429, p. 7.

FRONTEIRA DO IGUAÇU. Cascavel/PR. Empresas planejam transformar Cascavel. Quinta-feira, 18 de dezembro de 1974. Ano IV. Nº 450.

FRONTEIRA DO IGUAÇU. Cascavel/PR. Indenizações na Carlos Gomes já são problema. Domingo, 8 de janeiro de 1975. Ano V. Nº 480.

FRONTEIRA DO IGUAÇU. Cascavel/PR. Uma aventura moderna no oeste do Paraná. Domingo, 05 de novembro 1971. Ano I. Nº 33.

Cascavel: uma aventura moderna no oeste do Paraná. In: REVISTA QUATRO RODAS. Edição especial de Turismo: Sul. Editora Abril. São Paulo: 1971. Ano XI, nº 136 – A. Páginas 67 a 69.

FRONTEIRA DO IGUAÇU. Cascavel/PR. Não foi Cabral quem descobriu o Brasil. Terça-feira, 13 de abril de 1971. Ano I. nº 23, p.17.

FRONTEIRA DO IGUAÇU. Cascavel/PR. Pujança de Cascavel. Domingo, 14 de novembro de 1971. Ano I. nº 35.

FRONTEIRA DO IGUAÇU. Cascavel/PR. Finalmente um edifício à altura do progresso de Cascavel, Domingo, 15 de junho de 1975. Ano V. nº 614, p. 9.

FRONTEIRA DO IGUAÇU. Cascavel/PR. Carlos Gomes: Prefeitura quer legalizar a situação. Domingo, 8 junho de 1975. Ano V. Nº 540, p.10.

O PARANÁ: o jornal de fato. Corpo enterrado há 14 anos continua intacto. Cascavel/PR. Ano I, nº 275. Domingo, 17 de abril de 1977, p. 2.

O PARANÁ: o jornal de fato. Médico legista confirma desidratação do “corpo intacto” há 14 anos. (a identidade da menina já é conhecida). Cascavel/PR. Ano I, nº 279. Quarta-feira, 21 de abril de 1977, p.3.

O PARANÁ: o jornal de fato. Desapareceu do cemitério o corpo mumificado. Cascavel/PR. Ano I, nº 281. Sábado, 23 de abril de 1977, p. 3

DIÁRIO D'OESTE. Salve 18 anos. Cascavel/PR, Sexta-feira, 14 de novembro de 1969, Ano IV, nº 465, p.1.

DIÁRIO D'OESTE. Matéria plástica: o ano 2000 já está chegando! Cascavel/PR, Domingo, 27 de abril de 1969, Ano III, nº 451, p. 4.

DIÁRIO D'OESTE. Será construída a nova ala da rodoviária Municipal de Cascavel. Cascavel/PR, Domingo, 07 de abril de 1968, Ano III, nº 400, p. 1.

O PARANÁ. O futuro já chegou: trem suspenso no ar. Cascavel/PR, Ano: I, nº 210. Quarta-feira, 26 de janeiro de 1977, p. 7.

FRONTEIRA DO IGUAÇU. Durante 20 anos, Cascavel cresceu sem controle. Cascavel/PR, Ano: V, nº 614. Domingo, 15 de junho de 1975, p.10.

DIÁRIO D'OESTE. Trabalho-Progresso. Cascavel/PR. Sexta-feira, 14 de novembro de 1969, Ano IV, nº 465, p.1.

DIÁRIO D'OESTE. Zona de meretrício será desviada para fora do perímetro urbano de Cascavel. Cascavel/PR, Ano III, nº 444. Domingo, 20 de abril de 1969, p.1.

O PARANÁ. Cascavel? Nova Cascavel. Cascavel/PR, Ano II, nº578. Sexta-feira, 21 de abril de 1978, p. 1.

O PARANÁ. O Jaime arquiteto, urbanista que foi prefeito, que faz poesia. Quinta-feira. 19 de maio de 1977. Ano II, nº 290, p. 15.

O PARANÁ, Lerner arquiteto e urbanista vai fazer projeto para Cascavel. Quinta-feira, 07 de julho de 1977, Ano II, nº 344, p. 1.

O PARANÁ, Lerner apresenta orçamento para urbanizar Cascavel. Domingo, 15 de maio de 1977 Ano II, nº 287, p.8.

O PARANÁ. Obrigado Sr. Presidente. Cascavel/PR. Ano I, nº 297. Sexta-feira, 27 de maio de 1977, p. 1

O PARANÁ. Com ou sem estrela, Figueredo Presidente. Cascavel/PR. Ano II, nº 413. Domingo, 25 de setembro de 1977, p. 1.

O PARANÁ. Um século de amor e simplicidade. Cascavel/PR. Ano I, nº 322. Domingo, 26 de junho de 1977, p. 2.

DIÁRIO D'OESTE. Salve 18 anos! Cascavel, sexta-feira, 14 de novembro de 1969. Ano IV, nº 465, p. 1.

O PARANÁ. Cascavel, quando era quase nada. Cascavel, domingo, 14 de novembro de 1977. Ano II, nº. 450, p. 12.

O PARANÁ. Escolhido o Hino de Cascavel. Cascavel, domingo 23 de outubro de 1977. Ano II, nº 434.

O PARANÁ: 10 imagens de uma cidade criança. Cascavel, domingo 29 de janeiro de 1978. Ano II, nº 511, p.12.

O PARANÁ: Você tem muito a dizer e a ganhar: fale de Cascavel! Cascavel, 23 de outubro de 1977. Ano II, nº 434, p.10.

O PARANÁ. Estudante homenageia Município. Cascavel/PR. Ano II, nº 460. Sexta-feira, 11 de novembro de 1977.

FRONTEIRA DO IGUAÇU, Favela está nascendo na Cancelli. Cascavel, domingo, 22 de setembro de 1974. Ano IV, Nº 398, p.1.

FRONTEIRA DO IGUAÇU, Favela: um problema social a curto prazo, Cascavel, quarta-feira, 25 de setembro de 1974. ANO IV, Nº 399, p. 1.

FRONTEIRA DO IGUAÇU, Favela: um problema social a curto prazo, Cascavel, terça-feira, 25 de setembro de 1974. ANO IV, Nº 399, p. 8.

FRONTEIRA DO IGUAÇU, A vergonha continua. Cascavel, domingo, 6 de abril de 1975. Ano V, Nº 557, p. 1.

FRONTEIRA DO IGUAÇU, Panorama da favela. Cascavel, quarta-feira, 9 de abril de 1975. Ano V, Nº 569, p.1 e p.15.

O PARANÁ, Mensagem do senhor prefeito municipal Jacy Miguel Scanagatta. Cascavel, quinta-feira, 17 de novembro de 1977. Ano II, nº 454, p. 12.

O PARANÁ, Mensagem da Fepaco – Festugato Pavimentações e Construções S/A. Cascavel, quinta-feira, 17 de novembro de 1977. Ano II, nº 454, p. 14.

Referências bibliográficas

ABREU, Regina & CHAGAS, Mario. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ADAMY, Irene Spies. Terra, poder e cooperativismo no Oeste do Paraná: o caso da COOPAVEL. Tese de Doutorado em História da Unioeste, Marechal Cândido Rondon, 2019.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A invenção do nordeste e outras artes. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre as origens e difusão do nacionalismo. 3ª reimpressão. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARGAN, Giulio Carlo. Urbanismo, espaço e ambiente. In: História da arte como história da cidade. Martins Fontes: São Paulo, 1998.

ASSMANN, Aleida. Locais. In: _____. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

AUGÉ, Marc. Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

AVELAR, Alexandre de Sá. Por que a derrubada de estátuas não deveria incomodar os historiadores? Tempo, anacronismo e disputas pelo pas-

sado. ArtCultura, Uberlândia, v.24, n. 44, p. 134 – 156, jan-jun, 2022.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, n. 11, p. 89 - 117, 2013.

BARBOSA, Marialva. Jornalistas, “senhores da memória”? Anais do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

_____. História Cultura da Imprensa – Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X Editora, 2009.

_____. Como se escreve a história da imprensa? Florianópolis: Anais do II Enc.

Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 15 a 17 de abril de 2004.

_____. Imprensa e História Pública. In: MAUAD, Ana Maria, ALMEIDA, Juniele Rabêlo de & SANTHIAGO, Ricardo. História pública no Brasil: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

BAUER, Caroline Silveira & NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O historiador e o falsário. Varia História, Belo Horizonte, vol. 32, n. 60, p. 807-835, set/dez 2016.

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BRAGA, Thayse Fagundes e. A trajetória do arquiteto alemão Simão Gramlich em campos cruzados no sul do Brasil: arquitetônico, religioso e político. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2020.

BEVERNAGE, Berber. ‘A PASSEIDADE DO PASSADO’ reflexões sobre a política da historicização e a crise da passeidade historicista. Revista de Teoria da História 24|1, 2021.

BRESCIANI, Maria Stella. A cidade: objeto de estudo e experiência vivenciada. R. B. Estudos Urbanos e Regionais v.6, n.2 / novembro 2004.

BROCARD, Daniele. “Quando entrei aqui era tudo mato [...] e agora se enxerga tudo vermelho de soja”: percepções acerca das transformações na paisagem em Cascavel/PR (1950-1980). Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História, Marechal Cândido Rondon, 2020.

BRUM, Mário Sérgio. Ditadura civil-militar e favelas: estigma e restri-

ções ao debate sobre a cidade (1969-1973) *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 14, n. 28, pp. 357-379, jul/dez 2012.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o estado ditatorial brasileiro 1964 – 1985*. Tese de Doutorado em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2012.

_____. *A construção da usina Hidrelétrica de Itaipu durante a ditadura: violações de direitos e favorecimento a grandes grupos econômicos*. Projeto História, São Paulo, v. 77, pp. 7-34, Mai.-Ago., 2023.

CERTEAU, Michel de. *Relatos de espaço*. In: *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CHAGAS, M. *A Imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2009.

_____. *Museus e patrimônios: por uma poética e uma política decolonial*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. V.35, p.121 – 137, 2017.

_____. *Museu, museologia e pensamento social brasileiro*. *CADERNOS DO CEON (UNOESC)*. V.21, p. 13 – 43, 2005.

CHAGAS, M. e STORINO, C. *Políticas e poéticas no Museu das Missões: viagem moderna e desafios contemporâneos*. In: MONTEZ, Luiz Barros (org.). *Viagens e Deslocamentos: questões de identidade e representação em textos, documentos e coleções*. Rio de Janeiro: Móbile Editorial, 2012, p. 34-44.

_____. *Museu, Patrimônio e Cidade: camadas de sentido em Paraty*. *CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA*, Nova Série 3-2014, vol.47. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, Portugal.

CHARTIER, Roger. *A força das representações: história e ficção*. Chapeço, SC: Argos, 2011.

_____. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHOAY, F. *O urbanismo: utopias e realidades*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CHUVA, Márcia. Para descolonizar museus e patrimônio: refletindo sobre a preservação cultural no Brasil. In: MAGALHÃES, A. M.; BEZERRA, R. Z. (orgs.). 90 anos do Museu Histórico Nacional em debate (1922-2012). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2013, p.195- 208.

DEITOS, Nilceu Jacob. Presença da Igreja no Oeste do Paraná: a construção do imaginário católico (1930 – 1990). Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre: 2004.

DIAS, Caio Smolarek; FEIBER, Fúlvio Natércio; MUKAI, Hitomi; DIAS, Solange Irene Smoralek. Cascavel: um espaço no tempo. A história do planejamento urbano. Cascavel: Sintagma Editores, 2005.

DOSSE, François. O espaço habitado segundo Michel de Certeau. *Art-Cultura*, v. 15, nº 27, Uberlândia: 2015.

DUSSEL, Enrique (2000). “Europa, modernidad y eurocentrismo”, em LANDER, Edgardo (coord.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ESPIG, Márcia Janete. O conceito de imaginário: reflexões acerca da sua utilização pela História. *Textura*, v.09, p.49-56, Canoas: 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 94, n.3, p. 111 – 124, maio/jun. 2000.

FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

FRIGERI, Ana Vittori & SANTOS, Giordana Laura da Silva. Os processos urbanos sob a ótica da colonialidade do poder, do ser e do saber. *Raído*, Dourados, MS, v. 14, n. 34, jan./abr. 2020.

FROTSCHER, Méri. Mãos que esculpem a memória no espaço urbano: investimentos em monumentos em Blumenau na primeira metade do século XX. In: RAMPINELLI, Waldir José (org.). História e poder: a reprodução das elites em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2003.

_____. Etnicidade e trabalho alemão: Catarina, outros usos e outros produtos do labor humano. Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal de Santa 1998.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2003.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presenteísmo e experiências do tempo. 1ª edição; 4ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

_____. Tempo, História e escrita da História: a ordem do tempo. / Revista de História 148 (1o - 2003), 09-34.

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos – o breve século XX. São Paulo: Cia das Letras 2a ed., 1996.

GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. Curitiba anos 90: a imagem urbana revisitada. In: SOUZA, Célio Ferraz de & PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

GOLERIK, Adrián. O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). Narrativas da modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. A “mística do pioneirismo”, antídoto contra o socialismo: Bento Munhoz da Rocha Neto, a reforma agrária e o Paraná nos anos 50 e 60. Revista de História Regional. Ponta Grossa, UEPG, v. 2, n.1, pp. 145 – 171, verão de 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Museu, memória e cidadania. Rio de Janeiro, 2007.

_____. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2002.

JANUÁRIO, Isabella Caroline. A arquitetura de Joel Ramalho Júnior, Leonardo Obá e Guilherme Zamoner nos 1970: Concursos Nacionais, respostas curitibanas. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo UEM/Uel, 2018.

JAWSNICKER, Claudia. Produção Jornalística impressa em Cascavel na década de 70: dilema entre independência editorial e interesses polí-

tico-econômicos. Ciências Sociais em Perspectiva Ciências Sociais em Perspectiva (7) 12: 1º sem. 2008.

_____. Correio D'Oeste, A Verdade e Diário do Oeste. Jornalismo político-partidário em Cascavel (PR) na década 50. Revista Pj: Br jornalismo Brasileiro, São Paulo, Ed: 07, 2o semestre de 2006. Disponível em: https://pjabr.eca.usp.br/arquivos/monografia7_c.htm Acesso em: 25/02/2023.

JELÍN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. Madrid: Siglo Veinteuno de Espana Editores SA, 2002.

JESUS, Rodrigo Paulo de. De “Vila operária” a bairro dos trabalhadores: processo de constituição do bairro Vila “C” – 1977 a 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História, Marechal Cândido Rondon, 2009.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Os rituais do tombamento e escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938 – 1990. Tese de Doutorado em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 1998.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora: PUC-Rio, 2006.

KOSSOY, Boris. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne. O fotográfico. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 25, nº 49, p. 35-42 – 2005.

LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da história do tempo presente. In: PÔRTO JR., Gilson (Org.). História do tempo presente. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 31 – 45.

LANGARO, Jiani Fernando. Quando o futuro é inscrito no passado “Colonização” e “pioneirismo” nas memórias públicas de Toledo-PR (1950-2010). Tese de Doutorado em História da PUC, São Paulo: 2012.

LAVERDI, Robson. Tempos diversos, vidas entrelaçadas: trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo-oeste do Paraná. Curitiba: 2005.

LEFEBVRE, Henri. Direito à cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2008.

LOHN, Reinaldo L. Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana Florianópolis, 1950 a 1970. Tese, Porto Alegre.

_____. Espaço urbano brasileiro: entre a ditadura e a democracia – o caso de Florianópolis, SC (1964-1990). *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol. 24, no 47, p. 162-181, janeiro-junho de 2011.

_____. O tempo da notícia: cidade, ditadura e redemocratização nas páginas de O Estado (Florianópolis, SC, 1964-1985). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 121-147, dez. 2012.

LOHN, Reinaldo Lindolfo e CAMPOS, Emerson Cesar de. Tempo presente: entre operações e tramas. *História e Historiografia*, Ouro Preto, n. 24, agosto de 2017, p. 97 – 113.

LÜBBE, HERMANN. Esquecimento e historicização da memória. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 57, p. 285 – 300, janeiro – abril, 2016.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). 3ª edição. São Paulo: Contexto, 2011.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELÓN, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 17 no 49 junho/2002.

MANARIN, Odirlei. Peões de barragem. Memórias e relações de trabalho dos operários da construção da Hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História, Marechal Cândido Rondon, 2008.

MAIA, Tatyana de Amaral. Negacionismo histórico e emergência da extrema direita: A crise do regime moderno de historicidade no Brasil (2019-2022). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 39, n. 81, e23312, set./dez. 2023

MARIANO, Maicon. “A capital do oeste”: um estudo das transformações e (re)significações da ocupação urbana em Cascavel – PR (1976-2010).

Dissertação de Mestrado em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 2012.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado metrópoles brasileiras. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 2000.

_____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Tradução. Petrópolis: Vozes, 2013.

MAUAD, Ana Maria. O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual. ArtCultura, Uberlândia, v.10, n.16. p. 33-50, jan-jun.2008.

_____. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. Anais of Museu Paulista. v. 13. n.1. Jan.- Jun. 2005.

_____. imagens que faltam, imagens que sobram: práticas visuais e cotidiano em regimes de exceção 1960 – 1980. Estudos Ibero-Americanos, porto Alegre, v. 43, n.2, p 397 – 413, maio – ago, 2017.

MELO, Claudia Ferreira de. Cidade, ensino e memórias públicas em Cascavel – PR. Dissertação de Mestrado em História do Programa de Pós Graduação em História da Unioeste, Cascavel, 2016.

MENESES, Sônia. História e mídia: as aproximações do passado numa escrita de fronteira. IN: REIS, Tiago Siqueira et.al. organizadores. História do Tempo Presente: Volume I. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

_____. Os vendedores de verdades: o diário verdadeiro e a sedução negacionista na cena pública como problema para o jornalismo e a história (2010 – 2020). Revista Brasileira de História. São Paulo, v.41, nº 87, 2021.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O museu na cidade ou a cidade no museu. Para uma abordagem histórica dos museus de cidade. Revista Brasileira de História, São Paulo: v.5 nº 8/9, pp. 197 – 205, set. 1984 – abril 1985.

_____. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2 p.9-42 jan./dez. 1994.

MEYER, Marlise Regina. Representações do desenvolvimento nas fotoreportagens da *Revista O Cruzeiro* (1955-1957). Tese de Doutorado

em História do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2007.

MONTEIRO, José Fernando Saroba. Tempo presente: entre os *métiers* do historiador e do jornalista. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n.24, p.510 – 539, abr./jun. 2018.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 20 – 36.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: Um debate teórico e historiográfico. *Tempo e argumento*, v. 10, p. 109-137, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: As dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p. 9-44, nov. 2015.

_____. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio/ago. 2017.

_____. Aporias de uma dupla crise: História e memória diante de novos enquadramentos teóricos. *Saeculum*, n. 39, p. 205-218, jul./dez. 2018.

_____. Desafios para a história nas encruzilhadas da memória: Entre traumas e tabus. *História: Questões & Debates*, v. 68, n. 1, p. 18-52, jan./jun. 2020.

NARCISO, C. A. F. Espaço público: desenho, organização e poder: o caso de Barcelona. 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Urbanos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história, a problemática dos lugares. In: *Rev. Projeto História*. São Paulo: 1993. n. 10, p. 07.

PACHECO, Paulo Cesar Braga. A Arquitetura do Grupo do Paraná 1957 - 1980. Tese de Doutorado em Arquitetura na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cultura e representações: uma trajetória. *Anos 90*, v. 13, n. 23/24, jan./dez. 2006, p.45-58.

_____. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Pa-

ris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. Muito Além do Espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.

PIRES, Murilo José de Souza & RAMOS, Pedro. O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*, Volume 40, nº 03, junho – setembro, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989, p. 3 – 15.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

RAMALHO, Walderez. Sobre os limites do tempo: história do tempo presente, policromia e performatividade. *História (São Paulo)*, v. 42, e 2023036, 2023.

RICOUER, P. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma História do presente? In: CHAUVEAU, Agnès & TÉTARD, Philippe. *Questões para a História do presente*. Bauru, SP: Edusc, 1999, p. 39-50.

RODEGHERO, Carla Simone. Não calo, grito: memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.

ROLDAN, Dinalva Derenzo. Circulação de ideias e suas apropriações: uma reflexão sobre a história do urbanismo na América Latina em diálogo com perspectivas das histórias conectadas e teorias decoloniais. *Revista Brasileira de Estudos urbanos e regionais*, V.25, e 202304, 2023.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História Pública: um desafio democrático aos historiadores. In: REIS, Tiago Siqueira et al. Organizadores. *História do Tempo Presente: volume II*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. (1992), *Objetos, memória e história: observação e análise de um museu histórico brasileiro*. Dados – Revista de Ciências Sociais, 35 (2): 194-216.

_____. (2000), Os museus brasileiros e a constituição do imaginário nacional. *Revista Sociedade e Estado*, XV (2): 271- 302.

_____. (2001), Brazilian museums, policies and public. *Journal of Latin American Cultural Research*, 10 (1): 67-82, Londres.

SEVCHENKO, Nicolau. Orfeu estático na metrópole. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SILVA, Aldo José Moraes. Um hino para a cidade: as disputas pela representação da memória e identidade através dos hinos cívicos em Feira de Santana, no século XX. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, nº 35, p. 51 – 74, Jul – Dez, 2017.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 425-438, 2002.

SILVA, Cristiani Bereta. A invenção do futuro do Brasil: usos políticos do passado na *Veja* (1968 – 1978). In: AREND, Silvia Maria Fávero (org.). Um país impresso: história do tempo presente e revistas semanais no Brasil – 1960 - 1980. Editora: CRV; 1ª edição, 2020.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. A operação midiográfica: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964. Tese de Doutorado em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

_____. Os vendedores de verdades: o dizer verdadeiro e a sedução negacionista na cena pública como problema para o jornalismo e a história (2010-2020). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 41, nº 87, 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 15ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SMANIOTTO, Marcos Alexandre. A modernização conservadora na microrregião do Oeste do Paraná (1964 – 1979). Tese de Doutorado em História da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

SPERANÇA, Alceu; SPERANÇA, Carlos. Pequena história de Cascavel e do oeste. Cascavel: J.S. Impressora LTDA., 1980.

SOUZA, Valéria Zamboni de. Ressonâncias da arquitetura brutalista

nos edifícios das catedrais de Maringá e de Cascavel. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2015.

SOUZA, Célia Ferraz de & PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. 2ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

TEIXEIRA, Luiz Eduardo Fontoura. *Arquitetura e cidade: a modernidade possível em Florianópolis, Santa Catarina – 1930 – 1960*. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2009.

TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem*. Tradução de Joana Angélica D'Ávila Melo. São Paulo: Arx, 2002.

TOMPSON, Alistair. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoal e políticos com o passado do exército nacional. *Projeto História*, São Paulo, nº 16, fev, 1998.

TORRES, Pedro Henrique Campello. *As cidades da ditadura militar brasileira: Continuidades, rupturas e uma agenda contemporânea de direito à memória*. 2020. © Urbana: Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid.|Campinas, SP| Volume 12 | p.1-20 | e020001.

_____. *Memória dos anos de chumbo nas cidades brasileiras*. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 20, n. 39, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/7500>. Acesso em: 29 abr. 2023.

VOKS, Douglas Josiel. *Propagandas na revista Veja: construindo uma “nova” classe média (década de 1970)*. In: AREND, Silvia Maria Fávero (org.). *Um país impresso: história do tempo presente e revistas semanais no Brasil – 1960 - 1980*. Editora: CRV; 1ª edição, 2020.

VICENTINI, Yara. *Teorias da cidade e as reformas urbanas contemporâneas*. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. n. 3, p. 9 - 31, 2001.

WOLFART, Cíntia. *A expansão da agricultura modernizada no Paraná: da estruturação da extensão rural ao complexo agroindustrial*. In: Silva, Marcio Antônio Both da & KOLING, Paulo José. *Terra e poder: vivências e lutas sociais no campo*. Passo Fundo: Acervus Editora, 2022.

ESTA OBRA FOI COMPOSTA EM MINION PRO
PELA ACERVUS EDITORA



ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99676-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

An aerial photograph of a city street. A central green island with several young trees is visible. The street is lined with trees and buildings. The image is used as a background for the text.

Aonda atual de conservadorismo político e de revisionismo negacionista é resultado de uma intensa disputa sobre o passado e em torno dos lugares legítimos de produção do conhecimento sobre o passado. Trata-se da elaboração de narrativas públicas que requalificam a memória da Ditadura Civil Militar, buscando colocar em xeque a própria urdidura das narrativas historiográficas que há tempos vinham consolidando uma série de importantes conhecimentos acerca do período ditatorial. O presente livro certamente contribuirá para as reflexões acerca do sentido público da memória coletiva e para um maior aprofundamento dos debates sobre as formas de manifestação do autoritarismo ditatorial, mesmo fora dos grandes centros urbanos do país.



9 786552 300706 >